

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

CHRISTIAN JESUS SILVA DE AZEVEDO

**A DESIGUALDADE NO BRASIL NOS ANOS 2000
– AVANÇO OU RETROCESSO?**

Porto Alegre

2020

CHRISTIAN JESUS SILVA DE AZEVEDO

**A DESIGUALDADE NO BRASIL NOS ANOS 2000
– AVANÇO OU RETROCESSO?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Dathein

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Azevedo, Christian Jesus Silva de
A desigualdade no Brasil nos anos 2000 : avanço ou
retrocesso? / Christian Jesus Silva de Azevedo. --
2020.
214 f.
Orientador: Ricardo Dathein.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre,
BR-RS, 2020.

1. Desigualdade social. 2. Distribuição de renda.
3. Índice de Gini. 4. Palma ratio. 5. Mudança
institucional. I. Dathein, Ricardo, orient. II.
Título.

CHRISTIAN JESUS SILVA DE AZEVEDO

**A DESIGUALDADE NO BRASIL NOS ANOS 2000
– AVANÇO OU RETROCESSO?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Economia do Desenvolvimento.

Aprovado em: Porto Alegre, 16 de julho de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Dathein - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cesar Dutra Fonseca
UFRGS

Profa. Dra. Rosa Angela Chieza
UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Wulff Gobetti
UNB

Dedico este trabalho a meu filho, Arthur, que, no ventre de minha esposa, se encontra.

AGRADECIMENTOS

Em nossas vidas, inúmeras pessoas podem ter contribuído, de uma forma ou outra, para que cheguemos ao ponto em que nos encontramos. Aqui, listarei algumas, as que considero as mais importantes. A quem eu mais tenho a agradecer é, sem dúvida, minha incansável, dedicada e sonhadora mãe, dona Marlene Silva de Azevedo, por todo amor, conselhos, estímulo e exigência nos estudos. Se tem uma pessoa neste mundo que contribuiu para ser o que hoje sou, esta é minha mãe. Agradeço a meu pai, Alberto Reis de Azevedo, por sempre ter acreditado e demonstrado orgulho por mim e por ter proporcionado todas as condições para que eu tivesse uma boa educação. Os valores e visão de mundo que carrego comigo se devem, quase que inteiramente, a essas duas pessoas. A minha esposa e companheira, Carla Carine Mattos, pela paciência, apoio, cuidado e dedicação. Pessoas assim, que nos fazem sempre dar o melhor de nós mesmos, são raras. Sem minha companheira, certamente, esta dissertação não teria sido possível. À minha sogra, dona Gessi, que me recebeu de braços abertos em sua casa e que tanto me cuidou, para que eu pudesse ter tempo e foco neste trabalho. A meus irmãos e sobrinhos, que tiveram a compreensão em relação ao afastamento familiar necessário para se dedicar a esta tarefa. Ao meu orientador, professor Ricardo Dathein, sempre muito acessível, rápido e minucioso nas respostas a meus e-mails e contatos pelo WhatsApp. Suas contribuições foram valiosas e enriqueceram muito esta dissertação. Ao professor Sérgio Monteiro pelas melhorias sugeridas na apresentação dos resultados relativos à econometria. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), área do Desenvolvimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que formam um excelente quadro, extremamente qualificado, com os quais aprendi muito nesta jornada e que forneceram as bases teóricas e de conhecimento técnico para esta pesquisa. Ao pessoal da Secretaria do PPGE, pela competência, profissionalismo e excelente atendimento aos mestrandos e doutorandos do programa. Aos colegas do Mestrado em Economia do Desenvolvimento da UFRGS, pelo tempo de amizade e convivência. Graças a eles, foram anos muito agradáveis, de muitas risadas e altos debates teóricos. Aos meus alunos, especialmente aos mais críticos, por me instigarem a buscar o aprendizado constante. Aos meus colegas de trabalho, no Sindifisco-RS, que sempre me apoiaram e foram compreensivos. Sem sua compreensão, não teria sido possível frequentar algumas aulas que coincidiam com o horário de trabalho. À equipe de comunicação do Sindifisco-RS, pelo comprometimento com suas funções e por terem proporcionado várias discussões que ajudaram muito a enriquecer o manancial de ideias em torno do tema desta dissertação. Duas pessoas em especial, no sindicato, merecem meu agradecimento, Celso Malhani de Souza e Altemir Feltrin da Silva, que foram presidentes no tempo em que tive de frequentar as aulas. Tenho certeza de que minha qualificação no Mestrado em Economia do Desenvolvimento da UFRGS me dará condições de retribuir todo esse apoio na forma de um trabalho mais qualificado em prol de minha categoria, dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, e, por esse intermédio, da sociedade gaúcha e brasileira.

“A história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos.” (PIKETTY, 2014).

RESUMO

A desigualdade social é preocupação presente na Ciência Econômica desde seus primórdios. Recentemente, ganhou ainda mais relevância, tendo em vista os crescentes índices de desigualdade na distribuição de renda no mundo, revertendo os efeitos das políticas de bem-estar social adotadas nos países desenvolvidos a partir da Segunda Grande Guerra. O Brasil, desde as primeiras pesquisas sobre o tema, sempre foi destaque mundial em desigualdade, tendo passado, entre os anos 1990 e 2000 por relativa melhora no índice de Gini com base em pesquisas domiciliares. Desde a primeira metade do século XX, contudo, a desigualdade tem sido tratada em obras de grandes intérpretes do Brasil, sob a perspectiva do “atraso”, ressurgindo com grande importância em autores mais recentes, sobretudo a partir da forte concentração de renda observada na maior parte da ditadura militar e na década de 1980. Este trabalho tem como principal objetivo discutir uma questão central: teria havido, de fato, redução da desigualdade no Brasil nos anos 2000? Essa pergunta surge de um grande embate na teoria econômica brasileira de alguns anos para cá. Até a maior divulgação de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física pela Receita Federal do Brasil, predominava a visão de que sim, teria havido redução na desigualdade brasileira, sobretudo como consequência de políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores. A partir de 2014, com base no IRPF, surgem trabalhos que trazem maior reflexão acerca dessa interpretação, destacando a permanência da concentração de renda no topo da distribuição. Para dar conta desse objetivo principal, o estudo realiza a análise comparativa entre indicadores, bases de dados, metodologias e principais arcabouços teóricos de interpretação da desigualdade no Brasil. São comparados o índice de Gini e a chamada *Palma Ratio* como indicadores, além das bases de dados: pesquisas domiciliares, declarações do Imposto de Renda e Contas Nacionais. Realiza-se uma análise aprofundada dos diferentes estratos da população adulta no Brasil entre 2001 e 2015 no que tange à participação, limites, valores médios e outras métricas de renda. Da análise, resulta que não existe um indicador perene e universal que possa se aplicar sem margem para questionamentos na medição da desigualdade no Brasil nos anos 2000. O estudo identifica a existência de uma dinâmica de “espelhamento” entre dois grupamentos e conclui pela persistência da forte concentração de renda nos estratos mais abastados. Constata-se, além disso, a existência de perdas de renda no topo da distribuição na primeira metade dos anos 2010. Pesquisas sobre manifestações de rua realizadas entre 2015 e 2016 são analisadas em contraposição aos resultados observados, levando à interpretação de que o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, teria, entre suas causas, uma de fundo econômico, que pode ser identificada na análise da distribuição de renda do Brasil nos anos 2000.

Palavras-chave: Desigualdade social. Distribuição de renda. Índice de Gini. Palma Ratio. Mudança institucional. Brasil. 2001 a 2015.

ABSTRACT

Social inequality has been a concern in Economic Science since its inception. Recently, it has gained even more relevance, in view of the growing rates of inequality in the distribution of income in the world, reversing the effects of social welfare policies adopted in developed countries since the Second World War. Since the first researches on the subject, Brazil has always been a world highlight in inequality, having experienced, between the 1990s and 2000s, a relative improvement in the Gini index based on household surveys. Since the first half of the twentieth century, however, inequality has been addressed in works by great interpreters of Brazil, under the perspective of “backwardness”, reappearing with great importance in more recent authors, especially from the strong concentration of income observed in the most part of the military dictatorship and in the 1980s. This work has as main objective to discuss a central question: would there have been a reduction in inequality in Brazil in the 2000s? This question arises from a major debate in Brazilian economic theory in recent years. Until the greater disclosure of Personal Income Tax data by the Federal Revenue of Brazil, the view prevailed was that, yes, there would have been a reduction in Brazilian inequality, especially as a result of the set of policies adopted by the Workers' Party. As of 2014, based on tax data, there are works that bring greater reflection about this interpretation, highlighting the permanence of the concentration of income at the top of the distribution. To account for this main objective, the study performs a comparative analysis between indicators, databases, methodologies and main theoretical frameworks for interpreting inequality in Brazil. The Gini index and the so-called Palma Ratio are compared as indicators, in addition to the databases: household surveys, income tax returns and National Accounts. An in-depth analysis of the different strata of the adult population in Brazil between 2001 and 2015 is carried out with regard to participation, limits, average values and other metrics of income. From the analysis, it turns out that there is no perennial and universal indicator that can be applied without margin for questioning in order to measure inequality in Brazil in the 2000s. The study identifies the existence of a dynamic of “mirroring” between two groups and concludes by the persistence of the strong concentration of income in the richest extracts. In addition, it is verified the existence of income losses at the top of the distribution in the first half of 2010. Surveys on street protests carried out between 2015 and 2016 are analyzed in opposition to the results observed, leading to the interpretation that the impeachment of Dilma Rousseff, in 2016, would have, among its causes, one of economic background, which can be identified in the analysis of Brazil's income distribution in the 2000s.

Keywords: Social inequality. Income distribution. Gini index. Palma Ratio. Institutional change. Brazil. 2001 to 2015.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo básico da curva em “U” invertido de Simon Kuznets.....	41
Figura 2 – Alíquotas máximas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no período de 1925 a 2016	63
Figura 3 – Quantidade de alíquotas da tabela progressiva do IRPF nos exercícios de 1925 a 2015.....	64
Figura 4 - Índice de Gini – Brasil – 1981 a 2017	90
Figura 5 - Palma Ratio aplicada às Pnads no Brasil - 1976 a 2014.....	93
Figura 6 - Participação na renda conforme decis usados para cálculo da Palma Ratio com base nas Pnad's – Brasil – 1976 a 2014	100
Figura 7 - Participação na renda por decis com base nas Pnad's – Brasil - 1976-2014.....	101
Figura 8 - Participação na renda - DINA - Brasil - 2001 a 2015.....	106
Figura 9 - Participação na renda por grupos de decis para cálculo da Palma Ratio - DINA - Brasil - 2001 a 2015	108
Figura 10 - Comparação entre os gráficos das Figuras 6 (Pnad's) e 9 (Dina)	108
Figura 11 - Índice de Gini e Palma Ratio com base na Dina - 2001 a 2015	111
Figura 12 - Participação na Renda por Decis - Dina – Brasil - 2001 a 2015	112
Figura 13 - Participação percentual na Renda por Decis - Pnad's – Brasil - 2001 a 2014.....	113
Figura 14 - Participação do decil 1 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	114
Figura 15 - Participação do decil 2 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	114
Figura 16 - Participação do decil 3 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	115
Figura 17 - Participação do decil 4 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	115
Figura 18 - Participação do decil 5 na renda – Dina - Brasil - 2001-2015	116
Figura 19 - Participação do decil 6 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	116
Figura 20 - Participação do decil 7 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	116
Figura 21 - Participação do decil 8 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	117
Figura 22 - Participação do decil 9 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	117
Figura 23 - Participação do decil 10 na renda - Dina - 2001-2015.....	118
Figura 14 - Participação do decil 1 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	121
Figura 24 - Limites inferiores e superiores de D1 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	123
Figura 15 - Participação do decil 2 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	127
Figura 25 - Limites inferiores e superiores de D2 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	128
Figura 16 - Participação do decil 3 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	131
Figura 17 - Participação do decil 4 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	132
Figura 26 - Limites inferiores e superiores de D3 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	133
Figura 27 - Limites inferiores e superiores de D4 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	134
Figura 18 - Participação do decil 5 na renda – Dina - Brasil - 2001-2015	135
Figura 19 - Participação do decil 6 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	135

Figura 28 - Limites inferiores e superiores de D5 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	136
Figura 29 - Limites inferiores e superiores de D6 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	137
Figura 20 - Participação do decil 7 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	141
Figura 30 - Limites inferiores e superiores de D7 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	142
Figura 21 - Participação do decil 8 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	142
Figura 31 - Limites inferiores e superiores de D8 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	143
Figura 22 - Participação do decil 9 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015	144
Figura 32 - Limites inferiores e superiores de D9 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	145
Figura 23 - Participação do decil 10 na renda - Dina - 2001-2015.....	145
Figura 33 - Participação do Top 1% na Renda - Dina - 2001 a 2015.....	148
Figura 34 - Limite inferior do Top 1% em Reais (2018) por ano - Brasil - Dina - 2001 a 2015	149
Figura 35 - Participação dos Decis na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015	156
Figura 36 - Participação de D10 e Top 1% na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015	158
Figura 37 - Participação na renda total de D3-D9 e D10 - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	165
Figura 38 - Participação na renda total de D1, D2 e D1-D2 - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	166
Figura 39 - Participação na renda total de D3-D9 e top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015	167
Figura 40 - Participação na renda total de D3-D9 e D10 exceto top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	168
Figura 41 - Participação na renda total de D3-D10 exceto top 1% e top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015	169
Figura 42 - Participação na Renda - Top 0,1%, Top 0,01% e Top 0,001%	170
Figura 43 - Participação na Renda - Top 1%, D10, D3-D9 e D3-D10 exceto top 1%	171
Figura 44 - Participação na renda - Top 1%/D3-D9, Top 1%/D10 e Top 1%/D3-D10 exceto top 1%	172
Figura 45 - Razão entre as Participações na Renda de Top 1%/D1 - Dina - Brasil - 2001 a 2015.....	175
Figura 46 - Perfil dos manifestantes a favor do impeachment em salários mínimos	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação na renda – Pnad’s – Brasil – 1976-2014	92
Tabela 2 - Grupamentos de decis para cálculo da Palma Ratio – Pnad’s – Brasil – 1976-2014	99
Tabela 3 - Variação percentual e variância da participação na renda total por decis com base na Pnad’s – Brasil – 2004 a 2014	102
Tabela 4 - Participação na renda - Dina - Brasil - 2001 a 2015	105
Tabela 5 - Participação na renda por decis - Dina - Brasil - 2001 a 2015	107
Tabela 6 - Participação na renda por grupos de decis para cálculo da Palma Ratio - Dina - Brasil - 2001 a 2015	107
Tabela 7 - Variações dos grupos de decis da Palma Ratio – Brasil – 2001-2014	109
Tabela 8 - Variâncias dos grupos de decis da Palma Ratio – de 2001-2014	110
Tabela 9 - Variações Palma Ratio – de 2001-2015	110
Tabela 10 - Variâncias e variações de participação na renda por decil – Dina – 2001 a 2015	113
Tabela 11 - Renda anual média antes dos impostos – Dina – Brasil – 2001 a 2015 (atualizados 2018)	120
Tabela 12 - População Adulta por decil - Dina - Brasil - 2001 a 2015	121
Tabela 13 - Limites inferiores e superiores de D1 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	123
Tabela 14 - Limites inferiores e superiores de D2 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	128
Tabela 15 - Limites inferiores e superiores de D3 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	132
Tabela 16 - Limites inferiores e superiores de D4 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	133
Tabela 17 - Limites inferiores e superiores de D5 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	136
Tabela 18 - Limites inferiores e superiores de D6 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	137
Tabela 19 - Limites inferiores e superiores de D7 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	141
Tabela 20 - Limites inferiores e superiores de D8 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	143
Tabela 21 - Limites inferiores e superiores de D9 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015.....	144
Tabela 22 - Limites inferiores e superiores de D10 em Reais (2018) por mês - Brasil - Dina - 2001 a 2015	146
Tabela 23 - Limite inferior do Top 1% em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015	148
Tabela 24 - Distância em relação a D10 – Dina	150
Tabela 25 - Distância em relação ao Top 1%	151
Tabela 26 - Participação dos Decis na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015	155

Tabela 27 - Participação de D10 e Top 1% na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015	157
Tabela 28 - Variação anual da renda por decis e do top 1% - Brasil – Dina – 2002 a 2015	158
Tabela 29 - Participação na Renda Total – Brasil – Dina – 2001 a 2015	167
Tabela 30 - Participação na renda – grupamentos selecionados – Dina – Brasil – 2001-2015	170
Tabela 31 - Participações na renda – razões top 1%, D1 e D2 - Dina – Brasil – 2001 a 2015	174
Tabela 32 - Renda per capita mensal em Reais de 2018 - Brasil - Dina - 2001 a 2015	180
Tabela 33 - População de Adultos em milhares - Dina - Brasil - 2001 a 2015	181
Tabela 34 - Perfil dos manifestantes a favor do impeachment de Dilma Roussef – São Paulo (SP)	189
Tabela 35 - Limites Inferiores dos Decis e Top 1% (em Reais de 2018) - Dina – Brasil - 2015	190
Tabela 36 - Valores Mensais em Reais em Salários Mínimos para o ano de 2015 (atualizados 2018) - Brasil – Dina	191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anfip	Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
Cofecon	Conselho Federal de Economia
Cofins	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CEI	Contas Econômicas Integradas
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Cretad	Comissão da Reforma Tributária e Descentralização Administrativo-Financeira
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
D1	Decil 1
D2	Decil 2
D3	Decil 3
D4	Decil 4
D5	Decil 5
D6	Decil 6
D7	Decil 7
D8	Decil 8
D9	Decil 9
D10	Decil 10
Dieese	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Dina	Distributional National Accounts
DIRPF	Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física
Fenafisco	Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Fiesp	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados

IR	Imposto de Renda
IRPF	Imposto de Renda da Pessoa Física
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
IPTU	Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITBI	Imposto sobre a Transmissão onerosa de Bens Imóveis
ITCD	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
MBL	Movimento Brasil Livre
OLS	Ordinary Least Squares
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PIT	Personal Income Tax
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Seplan	Secretaria de Planejamento
TRU	Tabelas de Recursos e Usos
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
WID	World Inequality Database

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES EMPÍRICAS	22
2.1	A PERSPECTIVA DO ATRASO E A DESIGUALDADE PARA OS INTÉRPRETES DO BRASIL	23
2.1.1	Celso Furtado (1920-2004) e os estruturalistas latino-americanos	25
2.1.2	Caio Prado Jr. (1907-1990)	26
2.1.3	Florestan Fernandes (1920-1995)	28
2.1.4	Raymundo Faoro (1925-2003)	29
2.1.5	Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)	32
2.1.6	Fernando Henrique Cardoso	33
2.2	ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	34
2.3	A TEORIA DO “U” INVERTIDO DE SIMON KUZNETS	41
2.4	O ÍNDICE DE GINI CONTESTADO	46
3	A DESIGUALDADE NO BRASIL	51
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	51
3.2	PESQUISAS RECENTES SOBRE DESIGUALDADE NO BRASIL COM BASE EM DADOS TRIBUTÁRIOS	66
3.3	PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE.....	83
4	A DESIGUALDADE NO BRASIL NOS ANOS 2000 EM NÚMEROS	88
4.1	ÍNDICE DE GINI PARA O BRASIL A PARTIR DE PESQUISAS DOMICILIARES	89
4.2	A PALMA RATIO APLICADA ÀS PNADS NO BRASIL.....	91
4.3	A PALMA RATIO CONSIDERANDO OS DADOS TRIBUTÁRIOS NO BRASIL.....	104
4.4	COMPORTAMENTO INDIVIDUALIZADO DOS DECIS CONSIDERANDO OS DADOS TRIBUTÁRIOS NO BRASIL	112
4.4.1	Decil 1	121
4.4.2	Decil 2	127
4.4.3	Decis 3 e 4	131
4.4.4	Decis 5 e 6	134
4.4.5	Decil 7	141
4.4.6	Decil 8	142
4.4.7	Decil 9	144

4.4.8	Decil 10.....	145
4.5	ANÁLISE DAS DIVERSAS RELAÇÕES ENTRE OS DECIS.....	149
4.5.1	Distância do topo em relação ao resto	149
4.5.2	Participações dos decis na variação total da renda	154
4.5.3	A dinâmica do espelhamento	162
4.5.4	A mensuração da desigualdade no Brasil de 2001 a 2015.....	173
5	A DESIGUALDADE NO BRASIL DE 2001 A 2015 SOB NOVO ENFOQUE	179
5.1	A DISPUTA PELA RENDA.....	179
5.2	VIRANDO A MESA.....	184
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	199
	REFERÊNCIAS	205

1 INTRODUÇÃO

Tema sempre presente na literatura econômica mundial, desde sua origem, a desigualdade ressurge entre o final do século XX e início do XXI, mais do que nunca, como central no debate acadêmico e institucional, devido, sobretudo, aos novos horizontes de possibilidades lançados a partir do surgimento de novas fontes de dados para a pesquisa.

O acesso a essas novas fontes tem suscitado questões, hipóteses e conclusões cujos limites de análise são ainda desconhecidos. A partir dessas novas possibilidades, desdobramentos futuros acerca da forma de disponibilização e análise dos dados relacionados à desigualdade socioeconômica já são vislumbrados, o que certamente levará a avanços sucessivos na pesquisa acadêmica ainda por um bom tempo. Trata-se, portanto, de um dos campos mais promissores sobre o qual se pode debruçar a Ciência Econômica, não só pelas novas e inúmeras possibilidades de análise, como também pela altíssima relevância social subjacente.

Teorias até então pouco contestadas passam a ser questionadas. A principal delas, a curva em “U” invertido de Simon Smith Kuznets, que lhe rendeu um Prêmio Nobel em 1971, após reinar quase em absoluto por praticamente meio século (KUZNETS, 1955), passa a ser alvo de sérios questionamentos, a ponto de levarem a seu descrédito quase que total¹.

Os questionamentos, entretanto, não se circunscreveram ao campo puramente teórico. O índice de Gini, criado em 1912 pelo estatístico italiano, Corrado Gini, baseado na curva de Lorenz, desenvolvida sete anos antes pelo economista norte-americano Max O. Lorenz, após ter se consagrado por quase um século como principal medida da desigualdade entre países, incorporada pela quase totalidade das organizações oficiais e instituições acadêmicas, passa a ter sua efetividade enquanto indicador duramente criticada².

No Brasil, a Receita Federal, órgão que congrega a Administração Tributária no âmbito da União, pela primeira vez na história, publicou, em 2015, tabulações do Imposto de Renda da Pessoa Física que permitiram a análise, de forma agregada, da distribuição de renda, principalmente entre os mais ricos. Uma profusão de estudos sobre a desigualdade na distribuição de renda tem surgido desde então: Medeiros *et al.* (2014), Gobetti e Orair (2017),

¹ Ver, dentre outros, Piketty (2014, p. 21), Anand e Kanbur (1993), Palma (2014) e Souza (2018, p. 105-119). Mais adiante, na discussão do referencial teórico, entraremos em mais detalhes acerca da curva em “U” invertido de Simon Kuznets.

² Ver, dentre outros, Cobham e Sumner (2013), Palma (2014), Medeiros *et al.* (2014), Morgan (2017), Souza (2018, p. 105-119). Também será abordada em mais detalhe, adiante, a crítica acerca da efetividade do Gini para medição da desigualdade.

Morgan (2017), Souza (2018), para citar alguns autores. Com base nos dados disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, esses autores passam a contestar a elevada redução da desigualdade apontada pelas pesquisas domiciliares, sobretudo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) e a Pnad Contínua, elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A Pnad iniciou em 1967 e durou até 2016, e a Pnad Contínua foi introduzida experimentalmente em 2011 e oficialmente em 2012, vigorando até os dias atuais³. Obviamente que ao longo desse período, houve alterações metodológicas importantes nessas pesquisas, inclusive com algumas regiões e lugares não abrangidos pelos levantamentos. Essas questões serão mais bem trabalhadas quando da análise dos dados para esta pesquisa. Em que pese tais diferenças de nomenclatura, de dados e de metodologia, doravante, quando se quiser se referir às duas pesquisas, será mencionado apenas “Pnad”, para fins de simplificação.

Até então, predominava na literatura econômica brasileira a interpretação de que, com base nos dados da Pnad, a desigualdade de renda, no Brasil, teria caído consideravelmente entre 2003 e 2014, como nunca⁴. Tal interpretação era reforçada pelo fato de o índice de Gini, para o período, na maioria das vezes, baseado na própria Pnad, como também, em menor grau, nos Censos Demográficos⁵, realizados a cada dez anos, e nas Pof's (Pesquisa de Orçamentos Familiares)⁶, cujo levantamento não tem regularidade pré-definida, ter apresentado forte queda.

A crítica já crescente quanto à aplicabilidade do índice de Gini veio só a reforçar a precariedade de tais interpretações otimistas acerca da trajetória brasileira de redução das desigualdades entre os anos 1990 e 2000 segundo o ponto de vista dos autores anteriormente citados, que partiram da análise dos dados disponibilizados pela Receita Federal do Brasil. O epicentro da crítica contida nesses novos escritos consolida-se na constatação de que os estudos sobre a desigualdade realizados com base em pesquisas domiciliares subestimariam a renda dos estratos mais ricos da população, fenômeno que não seria observado apenas no Brasil, mas em todos os lugares do mundo onde foi possível haver o confronto entre as duas

³ Mais informações sobre a Pnad e a Pnad Contínua podem ser acessadas no site do IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>.

⁴ São exemplos: Barros *et al.* (2010), Rocha (2012), Singer (2012), Alston *et al.* (2012) e Arretche (2016).

⁵ Mais detalhes sobre o Censo realizado pelo IBGE podem ser encontrados no site do instituto - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?=&t=o-que-e>.

⁶ Mais informações sobre a Pof podem ser encontradas no site do instituto - <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>.

bases de dados, isto é, pesquisas domiciliares e dados tributários.⁷ Um grande impulso, diga-se de passagem, a essa comparabilidade dos dados em nível mundial foi dado pelo trabalho de Thomas Piketty e Gabriel Zucman (2014), que inspirou a fundação da extensa base de dados do WID (World Wealth and Income Database) em 2015, incorporando também o WTID (WORLD TOP INCOMES DATABASE), criado em 2011, mas que tinha como objetivo apenas quantificar a renda dos mais ricos, desconsiderando as camadas sociais mais pobres e a riqueza acumulada por quaisquer estratos.⁸ Quanto ao índice de Gini, tais autores apontam que seus resultados dizem muito pouco sobre o fenômeno da desigualdade em si, isto é, além de suas causas e seus efeitos, não se pode constatar quem realmente são os estratos sociais envolvidos e o quão desiguais são entre si.

No fundo, parece haver um clamor geral, em todas essas obras, por se saber quem são os atores envolvidos na trama da desigualdade social, sobretudo aqueles que estão obtendo para si os benefícios de tal situação, ou seja, os que estão no topo, e o índice de Gini, como mostra Morgan (2017), está muito longe de se prestar a tal propósito. Nesse sentido, há um longo caminho a ser trilhado, sobre o qual se avançará à medida que forem sendo liberados mais, em quantidade e em qualidade, os dados disponíveis.

A partir desse debate acadêmico, servindo-se dos mesmos dados, discutindo formas de medição e lançando hipóteses que o aproximem desse propósito maior, de destrinchar a desigualdade social, ressignificando seu conceito e expondo, até onde for possível, seus atores, o fenômeno a ser analisado aqui será o caso brasileiro recente, tido por muitos como inédito, em que teriam sido conjugados o crescimento econômico com aparente redução da desigualdade social. Nesse intuito, em virtude da disponibilidade dos dados, o período a ser analisado será de 2001 a 2015, que abrange os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), do Partido dos Trabalhadores, e coincide com a ascensão e queda de um novo ciclo de commodities representado pela alta demanda chinesa por exportações brasileiras (CUNHA; LÉLIS; LINCK, 2019), sobretudo de minério de ferro e soja, culminando com a crise política que levou ao impeachment, em 2016, da primeira e até o presente única presidente mulher eleita na história do Brasil.

⁷ Adiante, aprofundaremos os motivos pelos quais tais autores afirmam haver tal discrepância entre as duas bases de dados.

⁸ Mais informações sobre o WID em: <https://wid.world/wid-world/>. Adiante, será aprofundada a metodologia empregada pelo WID. Embora os autores que tratam da desigualdade, muitas vezes, se valham de expressões como “os mais ricos” ou “os mais pobres”, há uma diferença entre riqueza, que é variável de estoque, e renda, que é variável de fluxo (ver Avila e Conceição, 2016).

Estando delineado o período a ser analisado e o debate acadêmico para o qual pretende contribuir, o trabalho investigará algumas questões. A primeira delas diz respeito a se houve realmente redução da desigualdade de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2015. Qual seria o melhor indicador para medir a variação da desigualdade de renda tendo em conta o fenômeno investigado? Quem ganhou e quem perdeu com a ascensão e queda do ciclo de commodities? Constata-se a existência de tendências quanto à trajetória da desigualdade no Brasil no período analisado? É possível redirecionar a atuação política com vistas à redução das desigualdades? Em que medida se pode relacionar a estrutura ou a dinâmica da distribuição de renda no país nesse intervalo de tempo com a crise aguda política que se estabeleceu culminando com o impeachment?

A partir de tais questões, configuram-se os principais objetivos do trabalho, que são:

- a) investigar se, de fato, houve redução na desigualdade entre os anos de 2001 a 2015;
- b) estabelecer o melhor indicador de desigualdade a ser aplicado ao Brasil nesse período;
- c) determinar a evolução de diferentes frações da população adulta brasileira em participação na renda total;
- d) identificar, se possível, a existência de tendências na evolução dos diferentes estratos da população adulta brasileira em participação na renda no período analisado;
- e) avaliar a efetividade das políticas de redistribuição de renda adotadas;
- f) averiguar as possíveis relações entre a crise política de 2015 e a evolução da distribuição de renda nos anos antecedentes.

Nesse sentido, algumas hipóteses deverão ser investigadas:

- a) teria havido redução na desigualdade socioeconômica no Brasil entre 2001 e 2015, porém em patamares menores do que os observados a partir das Pnad's e do índice de Gini;
- b) o índice de Gini não seria um bom indicador para se medir a desigualdade, porque teria pouca utilidade no sentido de orientar políticas públicas, sendo necessária a adoção de um indicador alternativo;
- c) o crescimento econômico abrangido pelos anos 2001 a 2015 teria levado à redução da desigualdade, diminuindo as distâncias entre os estratos mais baixos e os mais altos na distribuição de renda no Brasil;

- d) como consequência da redução da desigualdade no período, os estratos mais altos na distribuição teriam aumentado sua participação na renda de forma menos acelerada do que os demais;
- e) as perdas em participação na renda dos estratos superiores da distribuição teriam levado grupos aí representados a se posicionarem explicitamente pela mudança institucional que levou ao impeachment de Dilma Rouseff em 2016.

Para tanto, trabalhar-se-á principalmente com duas bases de dados: as Pnad's e as declarações de Imposto de Renda Pessoa Física. Os dados serão organizados e analisados por decis e, quando necessário, percentis e frações menores de renda. Subsidiariamente, a exemplo do que fizeram Morgan (2017), Medeiros (2014) e Souza (2018), servir-se-á das Contas Nacionais como forma de aferir os níveis de renda para os diferentes estratos da população a ser investigada. Além do índice de Gini, deverá ser testado, comparativamente, o indicador conhecido como “Palma Ratio”, que será adiante detalhado, aplicados, tanto um quanto o outro, sobre as duas diferentes bases de dados (PALMA, 2011). Além disso, serão analisados individualmente e comparativamente cada um dos grupamentos de renda relevantes para a pesquisa, conforme as diferentes bases de dados. Quanto à quinta hipótese, acima, os resultados da análise das Pnad's e dos dados tributários deverão ser contrapostos a pesquisas realizadas pelo Data Folha dentre os participantes de manifestações pelo impeachment.

O trabalho será dividido em seis partes além desta introdução. A seguir, passar-se-á ao referencial teórico, em que se pretende relacionar as formas como a questão da desigualdade foi tratada por teóricos renomados do pensamento econômico e sociológico brasileiro, notadamente Celso Furtado (1961, 1983), Caio Prado Jr. (1970), Raymundo Faoro (1979), Florestan Fernandes (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1976) e Fernando Henrique Cardoso (1980). Tais intérpretes da história socioeconômica brasileira, apesar de não terem se voltado especificamente ao tema da desigualdade social, a partir da leitura de suas obras, testemunham que essa é uma marca perene no Brasil desde suas origens, se constituindo como entrave principal ao desenvolvimento do país, dada a forma de atuação de um grupo dominante na sociedade brasileira, que seria a principal razão para seu “atraso” histórico frente a outras nações. Seguindo no referencial teórico, são discutidas diferentes correntes contemporâneas de pensamento acerca da desigualdade de renda no mundo, tais como a extensa produção do WID, a teoria do estado de bem-estar social, as visões do *mainstream*, bem como os fenômenos da financeirização e desindustrialização e suas consequências para o

tema. A crítica à curva em formato de “U” invertido de Kuznets (1955) e ao índice de Gini, do ponto de vista teórico, é explicitada em dois tópicos subsequentes. Na sequência, o foco estará no debate que tem sido feito acerca da desigualdade no Brasil a partir da disponibilização de dados tributários pela Receita Federal, fazendo um apanhado histórico acerca do tema, mas com interesse principal no período de análise desta pesquisa. A parte seguinte se dedica à análise dos dados coletados, tanto a partir das Pnad’s, quanto das declarações do Imposto de Renda disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, aplicando-se tanto o Gini, quanto a “Palma Ratio”, bem como efetuando-se o desmembramento em frações menores de apropriação de renda pelos diferentes estratos a fim de examiná-los individualmente e comparativamente. Dos resultados obtidos pela análise dos dados, na sequência, almeja-se avançar na explicação da crise política de 2015, que resultou no impeachment de Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT), no ano seguinte, buscando um nexu explicativo a partir da conjuntura econômica precedente, calcada na distribuição de renda. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, relacionando todas as partes da dissertação num todo coerente e trazendo as principais conclusões, a partir das hipóteses aqui lançadas.

A desigualdade social, por certo, envolve amplos aspectos da vida em sociedade, sendo a distribuição de renda apenas um deles. Embora este seja o foco desta pesquisa, não se pretende, com isso, afirmar que este aspecto seja o principal, ainda que exerça um papel extremamente relevante na determinação de diferentes oportunidades e formas de acesso aos bens e direitos que a coletividade oferece. Em se tratando de Brasil, como será demonstrado ao longo de quase toda a discussão que vem a seguir, os diversos níveis de distribuição de renda assumem um papel ainda mais proeminente no estabelecimento da desigualdade de oportunidades e acesso de praticamente 90% da população, dado o destaque negativo que o país assume em termos mundiais. A desigualdade na distribuição de renda está arraigada, sendo parte constituinte e constituidora da própria história brasileira, com os mais variados reflexos na vida social, desde a violência nas grandes cidades até os baixos níveis de desenvolvimento social e econômico. Se a distribuição de renda é apenas um dos aspectos da desigualdade social, não há dúvidas de que, no Brasil, ela assume uma importância ainda maior quando comparada ao resto do mundo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E DISCUSSÕES EMPÍRICAS

O debate acerca da desigualdade social talvez seja um dos mais presentes na atualidade, sobretudo a partir da obra de Thomas Piketty (2014), que, além de colocar em evidência o tema da desigualdade como um dos principais problemas a ser enfrentado pela humanidade na atualidade, chama a atenção para um leque até então inédito de possibilidades de pesquisa acadêmica por meio da organização, padronização, sistematização e disponibilização de dados dentro da plataforma WID (*World Inequality Database*), da qual se serviu sua obra e se encontra disponível a qualquer interessado pela Internet (<https://wid.world/data/>).

Nesse contexto, em 17 de junho 2015, ficou emblemático o discurso da então Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, em que afirmava categoricamente que o maior crescimento e desenvolvimento econômico global dependia da redução drástica da desigualdade. Para ela, a redução da desigualdade deveria ser vista como “um *bom princípio econômico*” (LAGARDE, 2015, p. 2). A então Diretora-Geral do FMI demonstrava preocupação com o aumento substancial da desigualdade de renda nas últimas duas décadas na maioria das economias avançadas e nas emergentes (LAGARDE, 2015, p. 3).

O tema, entretanto, já aparece na literatura acadêmica da Ciência Econômica muito antes, com outros enfoques. Em realidade, a distribuição de renda tem aparecido como questão a ser investigada desde os primórdios do pensamento econômico, com os clássicos, sendo recorrente durante toda sua história em obras de autores marxistas, kaleckianos, keynesianos, pós-keynesianos, estruturalistas e até mesmo neoclássicos⁹. Um dos grandes debates que tem permeado todo esse processo gira em torno da questão básica: é o crescimento econômico que leva à melhor distribuição de renda e, assim, à redução das desigualdades, ou seria o movimento inverso? Nesse debate, assume grande importância a variável produtividade, que recebe diversas abordagens conforme o manancial teórico utilizado.

No Brasil, o tema da desigualdade, embora não de forma tão direta, vem sendo tratado, a partir de autores consagrados da Economia e da Sociologia, desde a primeira metade do

⁹ Acerca dos clássicos, ver Mills (1996), Paiva (1998), Weldon (2012). A distribuição funcional da renda (e riqueza) é central na teoria de Marx (2013a, 2013b). Sobre Keynes (1996) e distribuição de renda, ver Oreiro (2016). Para autores pós-keynesianos, ver Oreiro (2011) e Kaldor (1955, 1957). Para a teoria kaleckiana da distribuição da renda, ver Kalecki (1942, 1969, 1996). Ver Wicksell (1906), Wicksteed (1984) e Braaf (20125) para exemplos da abordagem neoclássica. Quanto aos primórdios da questão da distribuição de renda na Ciência Econômica, um dos maiores exemplos é o próprio Malthus (1996). Para uma visão geral, ver Lewis (1969), Asimakopulos (2012), Sandmo (2015), Snowdon e Vane (2005).

século XX. Neste capítulo, serão abordados esses autores e suas contribuições no mapeamento das causas e na proposição de soluções para o problema da desigualdade no Brasil. Longe de não considerar como importante para a análise da desigualdade as contribuições sobre o estudo da renda produzidas no exterior, a escolha de autores brasileiros para o referencial teórico atende ao objetivo, tendo em conta limitações de tempo e espaço, de priorizar a análise de obras voltadas particularmente ao caso brasileiro, numa tentativa de traçar uma compreensão mais aprofundada do fenômeno específico da desigualdade enraizado na cultura e na história deste país, na medida em que se o entende como indissociável dessas esferas mais abrangentes.

Estando delineados, na Introdução, os objetivos e hipóteses, neste capítulo, portanto, serão abordados alguns dos principais autores da teoria econômica no que tange à desigualdade social e à distribuição pessoal da renda, seja a tratando como problema a ser solucionado, seja identificando suas prováveis causas, estruturais ou não. Começar-se-á, como se disse, examinando como o tema foi tratado por autores consagrados da história econômica brasileira, os quais serão chamados de “intérpretes do Brasil”. Na sequência, serão revisadas e discutidas as formas como a desigualdade vem sendo tratada por abordagens mais contemporâneas. Finalmente, nas duas partes seguintes, o objetivo será tratar de dois “paradigmas” bastante criticados por boa parte das abordagens mais contemporâneas: a curva em “U” invertido de Simon Kuznets (1955) e o índice de Gini.

2.1 A PERSPECTIVA DO ATRASO E A DESIGUALDADE PARA OS INTÉRPRETES DO BRASIL

Da leitura de grandes intérpretes da história socioeconômica brasileira, uma preocupação está sempre presente: por que o Brasil não é o que os autores desejariam que fosse? No período entre as décadas de 1930 e 1980, houve uma profusão de obras com essa preocupação, em que foram elencados entraves, desafios e proposições. A literatura refletia o debate que ocorria na própria sociedade: a necessidade da superação do atraso ou a urgência do desenvolvimento, entendidos em seu conceito amplo, definido pelos próprios autores como um tipo melhor de sociedade a ser alcançado. Intérpretes como Celso Furtado (1961, 1983), Caio Prado Jr. (1970), Raymundo Faoro (1979), Florestan Fernandes (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1976) e Fernando Henrique Cardoso (1980) produziram extensas e influentes obras sobre as razões históricas, sociais e econômicas para o “atraso” do Brasil.

Muito se atribuiu ao peso da história a razão para a atual situação de subdesenvolvimento do país. Nessa linha, esses autores importantes da literatura econômica e sociológica brasileira remontam o princípio da situação de atraso do Brasil em relação aos países desenvolvidos junto a suas origens coloniais e até mesmo pré-coloniais. Ainda que tais autores não tenham sido tão explícitos, não seria forçado imaginar que o tema da desigualdade esteja presente em suas obras como um dos elementos que caracterizam a situação de atraso do país. A persistente desigualdade no Brasil não deixa de aparecer nessas obras, seja como um dos aspectos do “atraso” do país, seja abrangida pela questão maior da pobreza, convivendo, invariavelmente, com uma classe dominante, sempre beneficiada pelo *status quo*.

A temática do “atraso” do Brasil em relação aos países ditos desenvolvidos é recorrente nas Ciências Sociais desde, pelo menos, o século XIX. A ideia de atraso significa, por óbvio, que alguns países estão à frente de outros, sobretudo em termos socioeconômicos. Assim, o Brasil estaria atrás de países como França, Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Japão, Coreia do Sul, enfim, todos aqueles apontados como desenvolvidos, quando não de centro, por aqueles autores. Deste modo, o país vem sendo caracterizado como subdesenvolvido, em desenvolvimento ou de periferia.

Esses termos, países desenvolvidos *versus* subdesenvolvidos, centro *versus* periferia, foram tomando corpo na literatura brasileira sobretudo a partir da década de 30, se estendendo até a de 1980. Muitas vezes, entretanto, autores consagrados desenvolveram trabalhos abordando a temática sem, contudo, sequer mencionar tais termos. Seja sob a perspectiva de certo atraso ou de, no mínimo, um caminho a ser trilhado visando a uma sociedade melhor, cada um desses autores, a sua forma, teve essa temática como questão central em um momento ou outro de suas carreiras.

O termo “atraso” aqui não quer necessariamente se referir unicamente à ideia corrente de que alguns países estão mais avançados do ponto de vista socioeconômico do que outros. Como dito anteriormente, o atraso pode simplesmente significar que o país poderia estar num estágio de desenvolvimento socioeconômico a frente do que está hoje, ou do que estava à época em que tais autores escreveram. Ou seja, a projeção de uma sociedade melhor, do ponto de vista socioeconômico.

A seguir, serão analisados os trabalhos dos seguintes autores: Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Raymundo Faoro, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

2.1.1 Celso Furtado (1920-2004) e os estruturalistas latino-americanos

A escola estruturalista latino-americana¹⁰ foca sua análise na dependência da geração de renda nos países periféricos em relação à vanguarda tecnológica dos países centrais (CIMOLI; PORCILE, 2013, p. 7), concluindo que, ao contrário do que ocorre nestes, os ganhos de produtividade não implicariam aumento dos salários naqueles, o que, indubitavelmente, levaria à concentração de renda (BIELSCHOWSKY, 2006).

Para Celso Furtado (1961), a expansão do capitalismo pós-revolução industrial para regiões já ocupadas de economias pré-capitalistas, como foi o caso do Brasil entre os séculos XVIII e XIX, acabou por criar um sistema dual, em que passaram a conviver dois setores: um capitalista e outro pré-capitalista. Esse dualismo seria próprio dos países subdesenvolvidos e não teria se verificado nos desenvolvidos. Nesse sentido, o subdesenvolvimento, para Celso Furtado (1977, 1998a), é um processo histórico autônomo, e não uma etapa do desenvolvimento global. Aqui nota-se uma clara discordância com a teoria do “U” invertido de Simon Kuznets (1955) e até mesmo com o marxismo ortodoxo¹¹.

Essa situação tenderia a se auto reproduzir, a menos que se tomassem medidas de ruptura de sua estrutura produtiva, modificando essa relação de dependência (Furtado, 1961, 2000). Tal necessidade apontada pelos estruturalistas ficou patente no conceito de substituição de importações, aplicado na prática no Brasil e outros países da América Latina, por conta da influência dessa corrente teórica.

Nesse sistema dual, o setor capitalista não se teria vinculado à economia local, sendo a maior parte da massa de lucro gerada pela atividade econômica voltada ao exterior, no que Celso Furtado (1983) denominou de capitalismo bastardo. Os capitalistas nos países subdesenvolvidos manteriam seus níveis de consumo independentemente da renda global, limitando seus gastos locais ao pagamento de mão-de-obra não especializada. Já os assalariados, por sua vez, por sua baixa qualificação e seu enorme contingente populacional, estariam sempre propensos ao subemprego. Este levaria a um permanente estado de subconsumo e ampliaria continuamente a concentração de renda. Por isso, o emprego, para

¹⁰ Escola criada no seio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), fundada em 1948 pela Organização das Nações Unidas com o propósito de diagnosticar e trazer sugestões de políticas para o desenvolvimento da região. Celso Furtado (1961), assim como Raul Prebisch (1949), foi um de seus membros fundadores de maior proeminência mundial. A Cepal existe até hoje e traz publicações abundantes, contribuindo enormemente para o debate na Ciência Econômica.

¹¹ Sobre a crítica ao “etapismo” do marxismo ortodoxo, ver a histórica obra de Caio Prado Jr. (1987). Logo mais, será tratado com um pouco mais de profundidade tanto este tema, quanto a teoria do “U” invertido de Simon Kuznets.

Celso Furtado (1998b) e os cepalinos é “ancilar” ao desenvolvimento, tanto por eliminar a imensa massa de desempregados, quanto por, dessa forma, reduzir drasticamente o subconsumo. A geração e a qualificação do emprego, entretanto, somente seria possível por uma ampla mudança da estrutura produtiva, capaz de fazer com que os países subdesenvolvidos se desvencilhassem das amarras do sistema dual.

Desta forma, é possível apontar que a mudança da estrutura produtiva, visando a romper à situação de dependência em relação ao centro, para Celso Furtado (2008), é o “pontapé” inicial do desenvolvimento, promovendo e qualificando o emprego e, assim, aprimorando a distribuição de renda. O crescimento econômico, segundo esse ponto de vista, seria consequência, primeiro, da mudança estrutural e, segundo, da melhoria na distribuição de renda, ocasionada por aquela.

Cabe destacar que essa visão é discordante da perspectiva neoclássica, que é mais otimista, na medida em que preconiza que os efeitos positivos do comércio internacional, equalização das rendas de fatores e as transferências dos ganhos com progresso técnico, levariam os países “retardatários” ao desenvolvimento. Para esses autores, o problema do atraso estaria sobretudo na falta de capital para absorver mão-de-obra (BRAFF, 2012).

2.1.2 Caio Prado Jr. (1907-1990)

Caio Prado Jr., cuja obra é de cunho marxista e revisionista, teve como grande preocupação constante contar a história não contada e, nesse intuito, tornou-se um grande crítico da literatura vigente à época em que escrevia. Por trás de toda essa crítica, esteve sempre a preocupação com o atraso do Brasil.

Em *A Revolução Brasileira* (1987), cuja primeira edição é de 1966, critica veementemente a corrente hegemônica de pensamento marxista brasileira, para quem, segundo esse autor, o Brasil deveria passar necessariamente pelas mesmas etapas que outros países do mundo, num modelo claramente de inspiração leninista, ou seja, baseado na história russa. Essas etapas seriam: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo, nessa ordem. Segundo Caio Prado Jr., para esses autores, o Brasil estaria estagnado na fase feudal, mantendo resquícios que o impediriam de avançar ao capitalismo.

Caio Prado Jr., como autodeclarado marxista, não discordava de que o Brasil devesse evoluir rumo ao socialismo, ou seja, do modo como se definiu antes, haveria um atraso a ser superado. Esse atraso, contudo, seria devido ao caráter escravista e latifundiário presente na

história brasileira, com reflexos até os dias atuais, e não a resquícios feudais, pois o Brasil nunca teria sido propriamente feudal. Em outras palavras, a especificidade brasileira tem suas origens na era colonial, quando se assentaram as raízes de seu desenvolvimento econômico a partir da grande propriedade com larga utilização de mão-de-obra não detentora dos meios de produção, situação que se perpetuou, embora atenuada, é verdade, mesmo com a introdução do trabalho livre no campo.

Caio Prado Jr. entendia que o Brasil, à época em que escrevia, já era uma sociedade capitalista e que a transição para essa “etapa” se fez diretamente a partir de um sistema escravista, passando pela introdução do trabalho livre, tendo como marco histórico dessa mudança a Lei Eusébio de Queiroz de 1850.

Mesmo antes, entretanto, para o autor, o Brasil já estava inserido no incipiente capitalismo global, participando, ainda que sendo um país escravocrata, na divisão internacional do trabalho, no polo periférico, fornecendo produtos primários aos países do centro, que se encontravam em vias de se tornarem potências industriais.

O autor não deixa claro, mas é possível depreender que essa posição periférica do Brasil seria um dos entraves à superação de seu atraso. A rigor, em seu ponto de vista, o Brasil, embora tenha evoluído para o capitalismo, nunca deixou de ser colônia, e isso se manifestaria não apenas em suas relações econômicas com o resto do mundo, mas no próprio jeito de ser do brasileiro, especialmente das classes dominantes. O brasileiro pensaria e agiria como colonizado. Nesse sentido, o intérprete do Brasil, além de romper com o “etapismo” da corrente dominante marxista, afirmando a especificidade da história brasileira, confere ênfase à continuidade, no sentido de que o passado tem importância para descrever a situação socioeconômica atual, é preciso considerar o peso do processo de formação, de criação do país, obra arquitetada e construída pelos colonizadores.

O Brasil deixa de ser colônia e escravocrata, mas o colonialismo e o escravismo seguem introjetados em seu *ethos*, em seu modo de enxergar o mundo e de se enxergar, de ser e agir perante a realidade. Essa continuidade do passado colonial, latifundiário e escravocrata seria, para o autor, o principal entrave ao desenvolvimento do país rumo a uma sociedade efetivamente nacional.

O autor deixa claro que a classe dominante, dona dos meios de produção, é impregnada, absorvida, por esse passado opressor, escravista, e parte desse contexto histórico para se tornar o que hoje é: uma elite que dita os rumos do país sem ter tantas preocupações com a desigualdade social, muito mais focada que está na manutenção de sua posição e

privilégios. A classe dominante brasileira, assim, obtém ganhos do sistema atual de divisão internacional do trabalho, agindo, como no passado, sem se preocupar com a exploração dos trabalhadores, pelo contrário, tirando dela proveito. Para esse grupo social, a pobreza extrema é, além de tolerável, útil.

2.1.3 Florestan Fernandes (1920-1995)

Outro crítico da teoria marxista brasileira vigente foi Florestan Fernandes (1981). Em grande parte, este autor concorda com Caio Prado Jr.. Para ele, não existiu feudalismo no Brasil. Houve uma transição de uma sociedade colonial para uma capitalista.

Para Florestan Fernandes (1981), à diferença de Caio Prado Jr., o Brasil deixou de ser colônia, pois, para o autor, seria uma contradição assumir que o país evoluiu para o capitalismo permanecendo um sistema colonial. O Brasil passou, então, de uma sociedade estamental para uma de classes na exata medida em que deixou de ser colônia para se tornar capitalista, em que o lucro, e não mais o status, define as relações entre dominantes e dominados.

Essa mudança, que nada mais é senão uma ruptura que ocorre ao longo do tempo, como um processo, é vista pelo autor, justamente, como uma revolução, que leva à consolidação do domínio de uma classe burguesa. Para Florestan, esse processo teria início com a abertura dos portos em 1808, culminando com o Estado Novo, em 1937, senão até o período militar iniciado em 1964, quando o autor afirma ter-se instalado no Brasil um Estado de compromisso entre as diversas forças dominantes.

Obviamente, e isso é digno de nota, quando Caio Prado Jr. afirma que o Brasil permanece colônia, está se referindo muito mais ao aspecto cultural (o jeito de ser e de enxergar o mundo), do que ao estritamente econômico, embora não se descarte que as influências entre os dois sejam mútuas. Florestan, ao afirmar categoricamente a ruptura com o passado colonial, está estabelecendo o ponto de quebra entre um sistema econômico e outro, com reflexos em todas as demais áreas da sociedade.

Bem esclarecidas essas posições, os autores voltam a se aproximar quando Florestan Fernandes (1981) caracteriza o modo de ser e de agir da classe burguesa dominante no Brasil capitalista. Aqui, Florestan, a exemplo de Caio Prado Jr., dá relevo à continuidade, pois, para ele, a classe burguesa brasileira em seu processo de construção incorpora elementos do modo de ser, pensar e agir do passado colonial, naquilo que o autor chamou de “mandonismo”.

O “mandonismo”, além de incorporar aspectos da exploração senhorial escravocrata, na linha do que também apontou Caio Prado. Jr., se traduz num modo de ser da classe dominante que tem aversão à mudança radical e uma forma de atuação na economia que se aproveita da posição subjugada que o país assume na divisão internacional do trabalho.

Aqui, nós temos, delineado, o entrave ao desenvolvimento na interpretação de Florestan Fernandes (1981): o modo de ser da classe dominante, que perpetua, porque dela se beneficia, a posição “atrasada” do Brasil em relação aos países dominantes na divisão internacional do trabalho.

Florestan deixa claro o caráter autocrático da classe dominante brasileira, resquício desse caráter mandonista dos tempos coloniais. Para ele, o modo de ser da burguesia nacional tem predominância na perpetuação da estagnação da economia brasileira. O cultural, por assim dizer, imperaria. Esse aspecto cultural traz consigo o peso da história: “o passado se repete no presente”. Florestan Fernandes (1981), como autor marxista, enxerga a mútua interação entre infra e superestrutura, isto é, economia e cultura. O que, pela mesma lógica, autorizaria Caio Prado Jr. a tratar da continuidade de aspectos culturais provenientes da era colonial brasileira. No fundo, os dois autores parecem concordar mais do que discordar, embora, ao que parece, este dê mais relevância à continuidade do que aquele.

Ou seja, o *ethos* cultural, seu modo de apreender e agir sobre a realidade, da classe dominante tem peso como entrave ao rompimento com o atraso tanto para Caio Prado Jr., quanto para Florestan Fernandes (1981). Esse *ethos* vem engendrado do passado colonial brasileiro, com reflexos profundos, permanentes, ao longo de toda a história brasileira, desde sua colonização até o presente, na desigualdade social.

2.1.4 Raymundo Faoro (1925-2003)

Raymundo Faoro (1979) vai mais além no passado para buscar as origens dos mecanismos que mantêm o atraso brasileiro. O autor estuda a formação do reino de Portugal, desde suas origens romanas até a consolidação da Dinastia de Avis, com a supremacia da monarquia e, no seu bojo, do estamento burocrático.

A exemplo dos dois anteriores, também rejeita o “etapismo”, segundo o qual o Brasil teria de avançar do feudalismo ao capitalismo. Para ele, nem Portugal, nem o Brasil conheceram o sistema feudal.

Para Raymundo Faoro (1979), o Brasil, ao ser colonizado por Portugal, herda deste o caráter patrimonialista do Estado. Mais do que isso, Portugal deixa ao Brasil como legado a existência de um grupo social, uma “comunidade”, nos dizeres do autor, que orbita o poder central e, no final das contas, dita seus rumos. Esse grupo social foi denominado pelo autor como “estamento burocrático”.

Para o autor, em Portugal, embora houvesse uma tensão permanente entre as forças centralizadoras, representadas pela monarquia, e as de fragmentação, representadas pela aristocracia, as primeiras sempre se saíram vencedoras, mesmo na implantação da Dinastia de Avis, notadamente de caráter mais popular e até mesmo burguês. Nesse episódio, a propósito, um elemento novo veio a se consolidar: o carisma como importante elemento de força política.

Tanto a tensão permanente entre as forças centralizadoras e as descentralizadoras, com predomínio constante daquelas, quanto o elemento carismático vieram a marcar fortemente o caráter histórico brasileiro.

Por outro lado, o surgimento precoce do absolutismo em Portugal teria fornecido as bases para o Estado patrimonialista, que se impõe perante o indivíduo e a sociedade como seu grande condutor, senhor de todos os negócios, controlador da atividade econômica, característica que viria a ser a marca do próprio Estado brasileiro. O patrimonialismo, aqui e lá, se caracterizaria também pela concessão de favores aos mais próximos do poder, confundindo o público com o privado.

Assim sendo, o Estado patrimonialista necessitaria, de tempos em tempos, aparelhar-se. *Pari passu*, no seu entorno surge uma comunidade, que não se confunde com classe social, pois seu fundamento não é a riqueza, mas os laços de proximidade, que, *per se*, excluem e barram os que desse círculo de poder não fazem parte. Essa comunidade nada mais é do que o estamento burocrático, recrutado, desde os tempos de Dom João I, entre os “letrados” da sociedade, os quais, ao assumirem seus postos, ditariam os rumos do poder e nele se perpetuariam, se auto protegendo e confundindo a ação estatal com o autobenefício.

É inevitável fazer-se um paralelo com a forma com que também Florestan Fernandes caracterizou as relações sociais na era colonial e imperial, como estamentais. A diferença é que, para este autor, essas relações ficaram no passado, ao mesmo tempo em que emergia um sistema de relações de classes sociais, com o surgimento de uma burguesia dominante. Faoro, por sua vez, enxerga a permanência do estamento burocrático ao longo do tempo, bem como

do tipo de Estado que lhe dá sustentação: o patrimonialista. Assim como para Caio Prado Jr., para Faoro, o passado pesa, e muito.

Se Florestan Fernandes se aproxima de Caio Prado Jr. ao retratar a herança “mandonista” presente na classe dominante em nosso país e suas relações de proximidade com o Estado e as forças dominantes internacionais, fato que, sem dúvida, remonta a um *modus operandi* que vem desde os tempos coloniais, caberia perguntar em que medida o estamento burocrático de Raymundo Faoro não estaria também presente nessa caracterização que aquele primeiro autor faz da burguesia brasileira? Em que medida o mandonismo herdado pela burguesia brasileira não estaria relacionado ao caráter estamental do Estado brasileiro e suas relações com as forças dominantes internas e externas?

Embora Florestan Fernandes (1981) tenha tentado demonstrar a ruptura, entre uma sociedade colonial e uma capitalista, é inevitável, como o próprio autor reconhece, que elementos do passado exerçam sua influência no presente e venham a exercê-la no futuro.

Mais do que isso, de qualquer forma, parece claro que essa história se manifesta no modo de ser, pensar e agir da classe dominante brasileira, travando o processo de desenvolvimento do país no sentido da superação de seu atraso e, conseqüentemente, da desigualdade socioeconômica.

Para Faoro (1979), a descentralização seria uma forma de enfraquecer o poder do estamento burocrático, pois seria incompatível com o cerne do Estado patrimonialista, que tudo domina, especialmente em se tratando dos negócios. Essa sombra estatal sobre a economia é que, na visão de Raymundo Faoro, acaba por impedir que o Brasil se torne plenamente uma economia capitalista, imperando, aqui, não relações impessoais, mas os favorecimentos pessoais, do próprio estamento burocrático, diga-se de passagem. No Brasil, a confusão entre o público e o privado seria a regra, o que é totalmente incompatível com o capitalismo pleno. Nesse sentido, o autor se aproxima das teorias liberais, propugnando por menor poder ao Estado centralizado. Solapar o poder do estamento burocrático seria, assim, na visão do autor, a única forma de destravar a superação do atraso brasileiro, e isso só poderia acontecer por meio do enfraquecimento do Estado patrimonialista.

2.1.5 Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982)

Outro autor que salientou a confusão entre público e privado, no Brasil, e o fez também partindo da análise de suas origens ibéricas, foi Sérgio Buarque de Holanda, em seu consagrado “Raízes do Brasil” (HOLANDA, 1976).

Para ele, a colonização brasileira foi empreendida predominantemente por portugueses dotados do espírito aventureiro ibérico. Disso decorre o que o autor chamou de individualismo, isto é, a exaltação do personalismo, o indivíduo acima das instituições, os feitos pessoais acima das leis. Por consequência, ter-se-ia formado na sociedade brasileira determinada carência do senso de pertencimento a uma coletividade. Daí por que Holanda (1976) chama a atenção para a frouxidão das instituições e a falta de coesão social presentes no modo de ser brasileiro.

Da mesma forma, a exaltação do prestígio pessoal tem como consequência, nos antepassados ibéricos, a ausência do princípio da hierarquia e a formação de uma nobreza com certa flexibilidade para permitir a integração de indivíduos por mérito, o que o autor denominou de “mania geral de fidalguia”. Este elemento aliado ao espírito aventureiro moldou no brasileiro a aversão ao trabalho manual e, por oposição, a valorização das atividades intelectuais. Para o intérprete, esta é a razão para que haja tanta valorização de profissões liberais no Brasil, conhecido como o país que mais forma bacharéis no mundo. Holanda ressalta que a escravidão no Brasil, além de ser consequência desse fenômeno de origens ibéricas (desvalorização do trabalho manual), veio a reforçá-lo no país.

Esse estado de coisas, para o autor, não poderia levar a outra situação que não a de uma sociedade um tanto quanto desorganizada e desigual. Nesse sentido, Holanda destaca que a própria estruturação das cidades por feitorias levada a cabo pelos portugueses, em contraste com o “ladrilhador” espanhol, seria reflexo dessa desorganização.

De tudo isso, entretanto, se há uma caracterização do brasileiro a ser destacada na obra de Sérgio Buarque, esta é a do homem cordial, que, certamente, decorre dessa formação inicial aventureira. O brasileiro é cordial, porque age com o “coração”, por afetividade, pessoalidade, e não com a razão, por rituais ou com polidez. Daí a entendermos hoje práticas tais como o “toma-lá-dá-cá” e o “jeitinho”, tipicamente atribuídas ao brasileiro.

Sérgio Buarque de Holanda, por outro lado, enxerga no brasileiro médio características (repulsa pela hierarquia e ausência de preconceito de raça e cor) que, através de uma “revolução”, poderiam levar o país ao caminho da democracia. Para ele, a oligarquia

dominante no Brasil nunca teve como parte de seus valores a igualdade. Regimes democráticos somente foram suportados, na história brasileira, enquanto atendiam aos interesses dessa elite dominante. Mais uma vez, os entraves à superação do atraso estariam num modo de ser, pensar e agir de uma classe dominante brasileira.

2.1.6 Fernando Henrique Cardoso (1931-)

Fernando Henrique Cardoso (1980) critica a tese de que o desenvolvimento capitalista na periferia seria inviável dadas suas características de dependência em relação aos países centrais.

O autor afirma que essa tese parte da correta constatação de que o avanço do capitalismo na periferia é repleto de contradições: concentração de renda, pobreza, desemprego, etc.. Tais contradições tendem a ficar mais aguçadas à medida que o capitalismo se desenvolve. O erro da tese, entretanto, consistiria, do seu ponto-de-vista, em apontar a contradição como um impedimento ao desenvolvimento capitalista na periferia. Isso significaria entender que o desenvolvimento somente seria viável num contexto de harmonia, sem conflitos. Para o autor, nesse instante, a tese se afasta do pensamento científico e cai na ideologia.

Dado que o capitalismo é cíclico, as contradições ressaltadas pela tese criticada não seriam mais do que manifestações de fases de recesso desses ciclos. Para Fernando Henrique, tais fases não podem ser tomadas como fenômeno permanente que caracterizaria o capitalismo na “periferia dependente”, tal como o faz a tese em debate.

Todavia, além de ser cíclico o capitalismo se desenvolve progressiva e cumulativamente. Por isso, considerando os três aspectos (cíclico, progressivo e cumulativo), o autor afirma que o capitalismo cresce em espiral e, assim, transforma relações sociais. Tal transformação, por objetivar a acumulação capitalista, tende à concentração de renda, a qual somente poderá ser minimizada com políticas compensatórias por parte do Estado.

As constatações de que o capitalismo, gerando contradições, que são seu motor, leva à mudança das relações sociais e de que o Estado precisa atuar de forma compensatória colocariam em xeque a tese de que o desenvolvimento capitalista na periferia seria inviável. Em qualquer lugar do mundo, o desenvolvimento capitalista, segundo Cardoso (1980), ocorreu gerando contradições. A grande questão talvez seja em que locais o Estado teve êxito em implementar medidas compensatórias visando a eliminar consequências indesejáveis de

tais contradições. Isso, certamente, envolveria uma análise mais ampla das relações de classe e de dominação.

Fernando Henrique, assim como os autores anteriores, ressalta as relações de poder como o elemento-chave na determinação do “atraso” do Brasil. O fato de o Estado brasileiro não cumprir seu papel no sentido de estabelecer políticas públicas com vistas a compensar a concentração de renda decorrente da inevitável acumulação capitalista refletiria, sem dúvidas, o caráter excludente da elite que circunda o poder. Mais uma vez, o modo de ser e agir da classe dominante é o nó górdio para a superação do atraso brasileiro.

2.2 ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS

Nota-se, pela leitura dos intérpretes do Brasil, que foi sempre uma marca do país a existência de um grupo dominante economicamente, que age no sentido de manter o *status quo*. A desigualdade, assim, estaria no cerne da questão do subdesenvolvimento do país. Entende-se que qualquer estudo que tenha a pretensão de analisar a desigualdade no Brasil, em qualquer época, deve, por isso, ter como ponto de partida essas obras.

Trazendo o debate mais para o contexto atual, não apenas circunscrito ao Brasil, a variabilidade de posições acerca do tema, no entanto, é bem maior.

Desde os anos 1990, gera-se, nos principais círculos acadêmicos mundiais, um ambiente de rediscussão do postulado de Arthur Okun, segundo o qual haveria um *trade off* entre equidade (redistribuição) e eficiência (crescimento) (KERSTENETZKY, 2012). Essa rediscussão, a partir do surgimento de evidências empíricas mais robustas, coloca em xeque o argumento de Okun, ao defender que a intervenção estatal em prol da redistribuição de renda, isto é, o próprio estado de bem-estar social, seria imprescindível para possibilitar acesso aos mercados em igualdade de condições de grupos menos favorecidos da sociedade. Ou seja, o estado de bem-estar social, contrariando explicitamente a tese de Okun, seria responsável por trazer eficiência ao sistema econômico, dadas as imperfeições do mercado.

Para Kerstenetzky (2012, p. 56), o modelo ideal de desenvolvimento seria aquele que “[...] conciliaria desenvolvimento com provisão pública de bens meritórios e equidade, além de acomodar preocupações com consumismo e sustentabilidade ambiental”. Tal modelo seria compatível com a abordagem das capacitações de Sen (2000)¹².

¹² Ver também Kerstenetzky (2000) e Pinheiro (2012).

Para a autora, o estado de bem-estar social está na origem do desenvolvimento, e não como seu fim. Ela defende que os países que se desenvolveram adotaram políticas de *welfare state* no início de seu *catching up*, e não no final (KERSTENETZKY, 2012, p. 37). Isso, sem dúvida, reforçaria o argumento de que a redução das desigualdades é que levaria ao crescimento econômico, na mesma linha de Lagarde (2015, p. 2), para quem, “[...] para ter crescimento mais *duradouro*, será necessário gerar crescimento mais *equitativo*”.

Embora a preocupação do FMI, em 2015, estivesse baseada num diagnóstico correto, algumas soluções apontadas por sua então diretora-geral parecem repetir justamente parte dos erros que, na opinião Palma (2011), Orair e Gobetti (2017) e a própria Kerstenetzky (2012), levaram ao aprofundamento da desigualdade. Lagarde (2015, p. 6-8) traz um conjunto de soluções que se enquadram perfeitamente num modelo de austeridade fiscal que não condiz com a necessidade de ampliação do gasto social e, conseqüentemente, da dívida pública, como fez a imensa maioria dos países hoje desenvolvidos, com o propósito específico de obter recursos para implementar seus estados de bem-estar social.

Como primeira prioridade de Lagarde (2015, p. 6), está justamente a “estabilidade macroeconômica”, de modo a evitar a “indisciplina fiscal” e o “inchamento da dívida pública”. Para a então diretora-geral, seria justamente essa “estabilidade macroeconômica” que propiciaria as condições para um crescimento mais acelerado e uma maior redução da desigualdade. Como segunda prioridade, está a “prudência”, pela qual Lagarde (2015, p. 6) afirma ser “saudável e útil” certo nível de desigualdade, de modo a proporcionar “[...] incentivos para as pessoas competirem, inovarem, investirem e aproveitarem as oportunidades [...]”. A próxima prioridade seria a adoção de uma “política fiscal inteligente”, que se mantenha o máximo possível neutra, isto é, com “[...] efeitos adversos mínimos em termos de incentivo ao trabalho, poupança e investimento” (LAGARDE, 2015, p. 6). Dentro dessa política, seria necessário “[...] reduzir os altos impostos trabalhistas [...]” (LAGARDE, 2015, p. 7), de maneira a incentivar a geração de mais empregos e mais ocupações em tempo integral, aumentando, em sua opinião, a renda das pessoas. A ex-diretora-geral fala ainda na necessidade de realizarem-se **reformas estruturais** no mercado de trabalho, reduzindo direitos trabalhistas, mas aumentando seguros por desemprego, educacional, de maneira a qualificar as pessoas a padrões tecnológicos mais avançados, e no sistema financeiro, com o fim de propiciar maior inclusão dos mais humildes, com intensificação de programas de microcrédito. Lagarde (2015, p. 8) dá enorme ênfase à educação como principal reforma a ser implementada, como se disso dependesse todo o resto. A ex-diretora-geral, entretanto, passa

ao largo de uma questão bastante trivial em economias subdesenvolvidas e muito ressaltada por autores estruturalistas latino-americanos: a qualificação da mão-de-obra, por si só, não trará crescimento econômico. É imprescindível que haja uma mudança da estrutura produtiva de modo a absorver essa mão-de-obra qualificada e até mesmo para fornecer a perspectiva, ao trabalhador, de que o investimento de tempo e dinheiro na qualificação valerá a pena e, ao empresário, a urgência em contratar tendo em vista as factíveis oportunidades de lucro a seu alcance (FURTADO, 1961; CIMOLI, 1999; CIMOLI *et al.*, 2015).

É digno de nota, no entanto, que algumas sugestões de Lagarde (2015, p. 7-8) estão mais em linha com o que os autores do estado de bem-estar social propõem: maior progressividade dos impostos, com “[...] eliminação da exoneração fiscal dos ganhos de capital [...]”, ampliação do “[...] acesso à educação e à assistência de saúde”, intensificação das “transferências condicionais de renda”, equalização de gênero no mercado de trabalho.

Enfim, embora se note considerável avanço na perspectiva do Fundo Monetário Internacional no reconhecimento e preocupação com a desigualdade, é evidente que o apego ao corolário do *mainstream* ainda é muito forte, o que certamente continuou e provavelmente seguirá a “embaralhar” a visão de boa parte de seus gestores na orientação de políticas públicas pelo mundo por um bom tempo. A interpretação que aqui se faz do discurso de Lagarde (2015), aliás, se encaixa na afirmação de Stiglitz (2018):

It’s now very clear that globalization, technology and market liberalization did not bring their promised benefits [...]. For those at the helm, the philanthropic plutocrats and aspiring “change agents” who believe they are helping but are actually making things worse, it’s time for a reckoning with their role in this spiraling dilemma. (STIGLITZ, 2018).

Aliás, no que diz respeito à sugestão de Lagarde (2015, p. 7) de ampliação de iniciativas de microcrédito visando a fornecer maior acesso a mais pessoas no sistema financeiro, não há como se deixar de pensar nos riscos que isso poderia trazer no contexto de alta desregulação financeira que existe não só no Brasil, mas no mundo inteiro. É sabido que foi justamente essa desregulação, calcada nas hipotecas concedidas sobretudo a pessoas de baixa renda, nos EUA, que levou à crise financeira global de 2008. Conforme Stiglitz (2016, p. 14), quando o assunto é sistema financeiro, existem duas partes em lados opostos em nossa sociedade: o que estão no topo (ou seja, os bancos) e aqueles que lutam para sobreviver. É óbvio que os primeiros levam sempre a melhor, e foi justamente essa divisão da sociedade que a crise do *subprime* revelou escandalosamente em 2008. Stiglitz (2016, p. 13) afirma que, muito antes de estourar essa bolha, vários estados norte-americanos tentaram fazer valer leis

que visavam a limitar a oferta imprudente de crédito por parte das instituições financeiras. Não demorou para que estas se mobilizassem e, por meio de seu poder político, conseguissem derrubar uma a uma dessas tentativas. O resultado, segundo o autor, foi o aumento extraordinário do endividamento, que afetou especialmente as classes mais humildes da sociedade norte-americana, as quais, por si só, não eram e não são capazes de “[...] avaliar as condições financeiras destas grandes e complexas instituições” (STIGLITZ, 2016, p. 14). Estourada a crise, o lado forte da divisão novamente mostrou sua força política dominante obtendo acordos extremamente vantajosos na venda de seus títulos “podres” para o Federal Reserve. A desregulação do sistema financeiro, derivada do poder político de seus principais agentes, o qual impede quaisquer iniciativas do Estado que venham a tolher seu “livre arbítrio e criatividade”, propicia as condições para que proliferem os empréstimos imprudentes, práticas enganosas e as taxas abusivas (STIGLITZ, 2016, p. 14).

No Brasil, como ver-se-á na sequência, a força política do sistema financeiro se fez sentir especialmente na isenção concedida para os dividendos a partir de 1995, mas também nas seguidas reformas do Estado brasileiro desde o Plano Real, passando pela Lei de Responsabilidade Fiscal, a instituição do superávit primário, das metas de inflação, do tripé macroeconômico e da regra de ouro, a incorporação das dívidas dos Estados e Municípios pela União, impedindo esses, enquanto perdurarem os contratos, de emitirem seus próprios títulos, bem como estabelecendo limites à obtenção de empréstimos pelos entes subnacionais, além de, mais recentemente, a emenda constitucional que limitou os gastos da União à inflação, eximindo os pagamentos da dívida pública desta limitação. Esse conjunto de medidas, em linha com o pensamento ainda predominante no FMI, demonstra uma preocupação extrema em se limitar os gastos e a autonomia monetária e financeira do Estado, mas, ao mesmo tempo, sem mexer na estrutura sistema financeiro. Regulação total para o Estado e desregulação total para os bancos. Tal situação não poderia ter outra consequência senão a desigualdade, porque se drena recursos dos “mais pobres” para os “mais ricos” (Stiglitz, 2016), através do endividamento. Esta também é uma realidade brasileira¹³.

A desregulação do sistema financeiro fornece as condições e estimula a financeirização. Muito além de ser apenas responsável pela desindustrialização em boa parte do mundo desenvolvido, mas também, e de forma acentuada, no Brasil, a financeirização,

¹³ Informações disponíveis no site do Banco Central do Brasil - <https://www.bcb.gov.br/estatisticas> - dão conta do alto nível de endividamento das famílias brasileiras, com elevados juros ao consumidor final.

como fenômeno iniciado principalmente nos anos 1980¹⁴ e que consiste no aumento vertiginoso do volume de capital (fictício) na forma de ativos financeiros, desencorajando os investimentos na produção, como fruto da crescente desregulação do setor, é também, por seus diversos mecanismos, agente da desigualdade de renda.

Um aspecto que não aparece no discurso de Lagarde (2015) é o da importância da instituição, manutenção e ampliação de regimes de seguridade social para redução da desigualdade. Para Kerstenetzky (2012, p. 57), a seguridade social é elemento chave do estado de bem-estar social, sendo um de seus pilares fundamentais em todas as experiências bem-sucedidas dos países desenvolvidos. Mesmo no incipiente e relutante caso brasileiro, o estado de bem-estar social a partir da Constituição de 1988, ao prever o salário mínimo como piso de boa parte dos benefícios vinculados à seguridade social, segundo Kerstenetzky (2019, p. 308), teria propiciado a maior parte da redução do índice de Gini entre 1995, ano em que se inicia uma política de longo prazo, sustentada, que passou pelos governos do PSDB e PT, de valorização do salário mínimo, e 2014, último antes da estourar a crise política e econômica no país.

O que a teoria do estado de bem-estar social e a crítica à desregulação do sistema financeiro, que estimula a financeirização, trazem à baila é que a economia deixada por si só não trará o desenvolvimento, tampouco a redução das desigualdades. Para essas perspectivas, é indispensável a ação do Estado, seja como orientador da economia para esses fins, seja através de políticas que viabilizem a participação nos mercados dos setores mais excluídos da população, seja através da maior regulação do sistema financeiro.

Piketty (2014) também critica a financeirização e concorda com a visão de que, sem uma ação efetiva do Estado, com esse fim específico, a distribuição de renda tenderá a se concentrar cada vez mais. Em *O Capital no Século XXI* (2014), ele é categórico ao afirmar que, sem políticas de distribuição de renda, não haveria redução da desigualdade, não importa o quanto haja crescimento econômico, refletido na variação positiva do PIB per capita.

Tal afirmação confronta diretamente com aquela, de inspiração neoliberal, de que a desigualdade seria fruto de falhas de mercado, ou um “mal necessário” pelo qual todo país teria necessariamente de passar para se desenvolver - dentro da teoria de Simone Kuznets (1971) – ou, ainda, algo natural e até mesmo a ser estimulado, dado que a concentração da riqueza seria um prêmio àqueles que mais se esforçaram na sociedade, contribuindo, assim, para o crescimento da economia como um todo, ou seja, em linha com a “doutrina da

¹⁴ A financeirização como fenômeno relacionado ao *rent-seeking* toma corpo muito antes da década de 1980 no Brasil. Para mais detalhes, ver Lisboa e Latif (2013).

meritocracia”, que está na base do discurso e da ação política dos que concentram renda e de seus agentes mundo a fora.

Piketty (2014) se contrapõe a tais visões, afirmando que a economia deixada por si só seguirá o caminho da concentração de renda e de riqueza, que é exatamente o que se está vendo na atualidade, até mesmo nos países desenvolvidos, fruto do grande predomínio de políticas de cunho neoliberal. Para ele, quanto mais livre e flexível for o mercado, maior será a desigualdade.

O autor distingue dois tipos de forças que agiriam sobre a desigualdade: as convergentes, que a comprimiriam, e as divergentes, que a expandiriam. Para ele, estas tendem a prevalecer sobre aquelas, pois, em sua visão, “[...] não há qualquer processo natural ou espontâneo para impedir que prevaleçam as forças desestabilizadoras, aquelas que promovem a desigualdade” (PIKETTY, 2014, p. 27).

No século XX, quando houve redução da desigualdade em países desenvolvidos, tal fato se deveu sobretudo a políticas públicas adotadas visando a compensar os graves efeitos trazidos pelas guerras. Numa clara crítica ao determinismo econômico e ressaltando, em contraposição, o protagonismo das políticas públicas para a redução da desigualdade, afirma Piketty (2014):

Em particular, a redução da desigualdade que ocorreu nos países desenvolvidos entre 1900-1910 e 1950-1960 foi, antes de tudo, resultado das guerras e das políticas públicas adotadas para atenuar os impactos desses choques. Da mesma forma, a reascensão da desigualdade após os anos 1970-1980 se deveu, em parte, às mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que tange à tributação e às finanças. (PIKETTY, 2014).

Duménil e Lévy (2014) apontam como principal fator mobilizador dessa reascensão da desigualdade o avanço do neoliberalismo como ideologia que consolida a vitória das classes mais altas sobre as mais baixas, rompendo com o padrão de desenvolvimento anterior, focado no estado de bem-estar social. Nesse aspecto, os dois autores se aproximam bastante, embora em Duménil e Lévy (2014), seja possível visualizar de forma mais nítida a crítica à ideologia neoliberal.

Essas mudanças políticas recentes tendentes a restabelecer o crescimento da desigualdade, segundo o Piketty, agiriam no sentido de propiciar um menor crescimento anual da renda e da produção (“g”) em relação à taxa de remuneração do capital (“r”).

Essa desigualdade fundamental, que denotarei como $r > g$, em que r é a taxa de remuneração do capital (isto é, o que rende, em média, o capital durante um ano, sob

a forma de lucros, dividendos, juros, aluguéis e outras rendas do capital, em porcentagem de seu valor) e g representa a taxa de crescimento (isto é, o crescimento anual da renda e da produção), desempenhará um papel essencial neste livro. De certa maneira, ela resume a lógica das minhas conclusões.

Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia – como ocorreu durante a maior parte do tempo até o século XIX e é provável que volte a ocorrer no século XXI -, então, pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção. Basta então aos herdeiros pouparem uma parte limitada da renda de seu capital para que ele cresça mais rápido do que a economia como um todo. Sob essas condições, é quase inevitável que a forma herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho e que a concentração do capital atinja níveis muito altos, potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas. (PIKETTY, 2014)

Segundo Piketty, dois fenômenos recentes têm contribuído decisivamente para impulsionar as forças divergentes. O primeiro deles seria a diminuição do ritmo de crescimento econômico, resultado, por certo, da adoção de políticas ortodoxas. O segundo seria a diminuição do ritmo de crescimento populacional, resultado da diminuição das taxas de natalidade conforme a renda per capita aumenta, sobretudo nos países desenvolvidos.

Por fim, se, como afirma Piketty (2014), a questão da desigualdade é “profundamente política”, caberia, ainda, uma reflexão teórica acerca das forças sociais em jogo quando o assunto é redução das desigualdades sociais no Brasil. Nesse aspecto, os intérpretes do Brasil, expostos antes, são sem dúvida manancial teórico obrigatório.

Sabidamente, o padrão de desenvolvimento brasileiro consistiu em episódios de esporádicas alianças com a elite econômica e pouca participação das classes populares.

No caso do Brasil, o Estado desenvolvimentista vocalizou preferencialmente interesses dos grandes proprietários rurais e negócios urbano-industriais; a maioria da população não participou da mudança social. No projeto de industrialização induzida que se estende entre os anos 1930 e 1980, as políticas sociais serviram basicamente às necessidades dos segmentos urbano-industriais e mantiveram uma base social muito restrita (Kwon, Mkandawire e Palme, 2009; Draibe e Riesco, 2007). Em conjunto, os efeitos, sejam econômicos ou sociais, das políticas sociais estiveram limitados e condicionados ao grau de incorporação social permitido pelo modelo de desenvolvimento econômico. (KERSTERNETZKY, 2012).

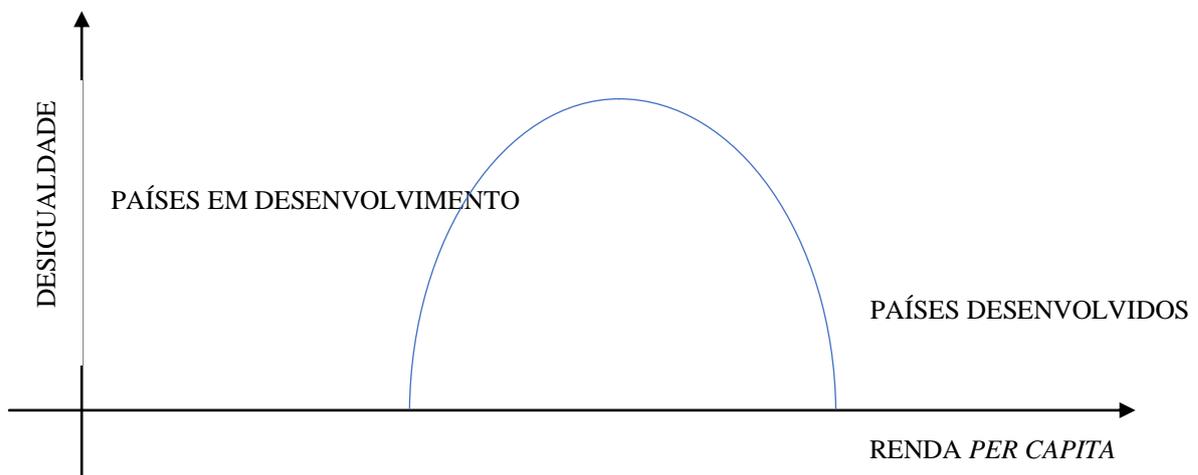
Tal constatação Kerstenetzky (2012) lembraria a situação auto reproduzida do dualismo de Celso Furtado (1983), originado na dependência das economias periféricas em relação às centrais. Nesse contexto, a classe local beneficiada com a forma de inserção do país na divisão internacional do trabalho se beneficiaria da própria desigualdade, na medida em que o sistema, conforme argumentado acima, requereria a coexistência de persistentes baixos níveis de salários. Não só Furtado (1983), entretanto, forneceria elementos que corroborariam tal perspectiva de Kerstenetzky (2012). Por certo, não haveria discordância dos demais

intérpretes no que tange à constatação de que a maioria esmagadora da população estaria totalmente à mercê da mudança social comandada pelos grupos dominantes. Restaria investigar se tal padrão se repetiu nos anos mais recentes da cena política e econômica brasileira, principalmente tendo por pano-de-fundo a afirmação de Stiglitz (2014), de que o preço a pagar com a manutenção de altos níveis de desigualdade social constituir-se-ia de: menos produtividade, menos eficiência econômica, menos crescimento e mais instabilidade, em que todos, por fim, acabariam prejudicados. Para Stiglitz, os benefícios da redução da desigualdade superariam seus custos.

2.3 A TEORIA DO “U” INVERTIDO DE SIMON KUZNETS

Como já salientado, diversos autores, como Albert Hirschman (1973), Ahluwalia (1976), Anand e Kanbur (1993), Rowley (2012), Piketty (2014), Palma (2014) e Souza (2018), vêm contestando a hipótese do U invertido de Simon Kuznets (1955), segundo a qual todos os países, na sua trajetória de crescimento, apresentariam aumento inicial da desigualdade de renda até um pico a partir do qual se passaria a verificar seu decréscimo. Para Kuznets, os países desenvolvidos estariam no lado direito da curva, isto é, com elevados níveis de renda *per capita* e baixos níveis de desigualdade.

Figura 1 - Modelo básico da curva em “U” invertido de Simon Kuznets



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Kuznets (1955).

Na época em que Kuznets (1955) elaborou sua teoria, havia um grande debate acadêmico e institucional para tentar dar conta do fenômeno da urbanização que ocorria em larga escala em várias partes do mundo. Esse fenômeno passou a ser interpretado como contrapartida lógica do avanço da industrialização em larga escala, nos pós Primeira e Segunda Guerras Mundiais, não apenas nos países centrais, mas também nos periféricos. A questão principal passou a ser aquela relacionada à passagem de economias primárias, baseadas na agricultura, para industrializadas, calcadas na indústria e, por consequência, no comércio de bens e serviços advindo da maior urbanização (ROWLEY, 2012, P. 226; MOFFATT, 2019). O problema da concentração de renda acompanhava a urbanização nos países subdesenvolvidos e começava a lançar questões desafiadoras sobre a ciência econômica.

Kuznets (1955), ao formular sua teoria, estava preocupado essencialmente em ilustrar esse grande fenômeno do século XX: a concentração de renda em decorrência da urbanização como contrapartida ao avanço da industrialização em larga escala.

Sua teoria se encaixa perfeitamente no pressuposto smithiano (SMITH, 1996) da “mão invisível” (ASIMAKOPULOS, 2012a), pois Kuznets (1955) postula que tanto o aumento da desigualdade nos estágios iniciais do desenvolvimento, quanto sua posterior redução, a partir de determinado ponto de elevação da renda *per capita* seriam processos que ocorreriam pela livre ação das forças do mercado, não havendo qualquer necessidade de intervenção estatal, a qual poderia até mesmo vir a ser prejudicial (MOFFATT, 2019, p. 1).

Basicamente, a argumentação de Kuznets (1955) pode ser assim resumida: nos estágios iniciais de desenvolvimento, surgem oportunidades de investimento para aqueles que já detêm capitais para tanto, os quais acabam ampliando seus ganhos. Por outro lado, os novos investimentos geram empregos que atraem a força de trabalho do campo, levando à urbanização, a qual vai provocar um excesso de oferta de mão-de-obra na cidade, pressionando pela redução dos salários. Os dois movimentos explicariam o porquê da concentração de renda no estágio inicial de qualquer desenvolvimento econômico (MOFFATT, 2019, p. 1).

A partir de determinado nível de renda *per capita*, a industrialização e urbanização levariam à maior democratização da sociedade, trazendo, espontaneamente, a redução da desigualdade (MOFFATT, 2019, p. 1). Aqui chama-se atenção para a radical inversão que a teoria de Kuznets (1955) traz quando contraposta àquela do bem-estar social, a qual, como visto acima, afirma que políticas de expansão dos serviços públicos e melhor distribuição de

renda, com impactos efetivos na redução da desigualdade, estariam no início, e não no final, do desenvolvimento.

Não é difícil imaginar o forte apelo que a teoria de Kuznets (1955) teve entre autores com viés liberal, sobretudo entre os neoclássicos. Entretanto, à época em que escrevia Kuznets (1955), embora há décadas, viessem sendo inovadores ao mudar o foco de análise para o comportamento individual dos agentes econômicos, servindo-se do cálculo diferencial e construindo a teoria da otimização, sendo, por isso, chamados de *marginalistas* (BRAAF, 2012; BRESSER-PEREIRA, 1975, p. 52), os teóricos neoclássicos ainda careciam de uma formulação geral mais voltada à macroeconomia, a qual, todavia, se encontrava em construção¹⁵.

Dado que a pedra-de-toque das obras neoclássicas é o pressuposto ricardiano (RICARDO, 1996) de que a economia tenderia sempre ao equilíbrio entre oferta e demanda (BRESSER-PEREIRA, 1975, p. 52), seja no mercado de bens e serviços, seja no de fatores de produção, ainda que num nível micro (AZEVEDO, 2019), tal corolário veio a servir a autores posteriores, que adaptaram tal ideia à macroeconomia. Para Alvarez (1996), no que tange à questão distributiva, tal pressuposto levou à noção de que haveria uma tendência geral à equalização durante o processo de desenvolvimento, dado que os salários aumentariam a uma taxa superior à dos lucros, tendo em vista que a acumulação avançaria pelo progresso técnico (FRIEDMAN; KUZNETS, 1945).

Simon Kuznets (1955) verificou, entretanto, que tal tendência não se constataria empiricamente, dado que países em desenvolvimento apresentavam altos graus de concentração de renda. Foi então que elaborou a teoria da curva em “U” invertido, para demonstrar que, nos estágios iniciais de desenvolvimento, os países tenderiam a aumentar a desigualdade, o que seria revertido posteriormente, quando já houvessem atingido patamares mais elevados de crescimento econômico, como já discutido.

Friedman (1953) é um dos primeiros a incorporar a teoria de Kuznets, complementando-a ao afirmar que a redução das desigualdades se daria ao natural se fossem afastadas as interferências à livre concorrência, ou seja, se fosse minimizada a aversão ao risco dos empresários. Segundo Azevedo (2019), tal perspectiva, entretanto, pressuporia “uma situação de plena igualdade de oportunidades”, incompatível, portanto, com a realidade. Desde então, a chamada hipótese de Kuznets passa a ser aceita amplamente pelo *mainstream*, até meados dos anos 1990 e 2000, quando as evidências passam a indicar sua inaplicabilidade.

¹⁵ Para um maior aprofundamento da crítica ao modelo neoclássico básico de distribuição funcional da renda, ver Dobb (1973).

Nesse sentido, é que Piketty (2014), um desses críticos, afirma:

Ao apresentar uma análise tão otimista na palestra proferida aos economistas americanos, muito propensos a acreditar e divulgar a novidade que seu prestigiado líder trazia, Kuznets sabia da enorme influência que teria: nascia a ‘curva de Kuznets’. Para se assegurar de que todos tinham entendido bem do que se tratava, Kuznets preocupou-se em esclarecer que a intenção de suas previsões otimistas era simplesmente manter os países subdesenvolvidos ‘na órbita do mundo livre’. Em grande medida, portanto, a teoria da ‘curva de Kuznets’ é produto da Guerra Fria. (PIKETTY, 2014, p. 21).

Esse otimismo a que se refere Piketty diz respeito à ideia de que todos os países deveriam seguir o curso sugerido pela curva de Kuznets. Isto é, a condição de subdesenvolvimento seria apenas temporária, contanto que se mantivesse o crescimento econômico no longo prazo. Trata-se quase de uma “naturalização” da curva do “U” invertido, tornando a desigualdade um “mal necessário”, porque temporário, na caminhada dos países subdesenvolvidos rumo ao crescimento econômico.

O caso do “Milagre Econômico” brasileiro, entretanto, seria apenas um daqueles que desmentiriam a tese de Kuznets. Palma (2014) e Souza (2018) demonstram que dificilmente em algum lugar do mundo se possa constatar com clareza a existência de uma curva em “U” invertido relacionando renda *per capita* e distribuição de renda.

Alegando que o capital cresce a uma taxa maior do que a renda não de forma espontânea, ou seja, nos termos de Piketty (2014), que as forças divergentes ocorrem não espontaneamente, Palma (2014) afirma se contrapor a esse autor, propondo a utilização de um indicador alternativo ao índice de Gini:

The logic of the ‘Palma Ratio’ is precisely to emphasise this fact — as well as to draw attention to the increasingly artificial (i.e., self-constructed) foundations of growing inequality (as opposed to Piketty, I believe that ‘r’ is currently so much greater than ‘g’ as a direct result of human agency, and not as a supposed inevitable outcome of the workings of the invisible hand...). (PALMA, 2014, p. 1).

Ou seja, para Palma, a desigualdade resulta de ações diretas de seres humanos, especificamente daqueles mais bem posicionados na estrutura de poder da sociedade. À parte o indicador que, de agora em diante, passará a ser tratado como “Palma *Ratio*” e sobre o qual se falará mais na seção seguinte, interessa aqui expor a crítica desse autor à curva de Kuznets:

[...] also casts some doubt on the perspective of the traditional Kuznets’ hypothesis, since among middle-income regions/countries one now finds almost every possible distributional outcome. Therefore, the logic of the ‘Inverted-U’ seems to have evaporated — and with it, the phoney excuse for higher inequality in middle-income

countries: that somehow ‘things have to get worse before they can get better’.
(PALMA, 2011, p. 5-6)

[...]

But the end to the upwards side of the ‘Inverted-U’ comes at a statistical cost: the relationship between inequality and income per capita is not homogeneous across regions and countries. As income per capita increases, some regions/countries move in one direction, others in the opposite. So, the homogeneity restrictions that are required to hold for ‘prediction’ are visibly not fulfilled. In other words, not only analytically but also statistically there is no reason to ‘predict’, for example, that Latin America and Southern Africa will improve their remarkable inequality as their income per capita continues to increase simply because countries in other regions have done so before. (PALMA, 2011, p. 13)

Uma das principais conclusões do autor é de que países como os pertencentes à América Latina e África do Sul possuiriam elites, localizadas entre os 10% com maior renda, que conseguiriam manter, ao longo dos anos e das décadas, sua posição no topo da hierarquia socioeconômica, até mesmo ampliando seus ganhos às custas daqueles que estão na base, sobretudo entre os decis 1 e 4, equivalentes aos 40% mais abaixo. É de se levar em conta, entretanto, que essa resistência das elites quanto a verem seus ganhos diminuir por meio de uma política tributária mais progressiva não teria por que ser uma peculiaridade intrínseca de países em desenvolvimento. Ocorre que, na maior parte dos países hoje desenvolvidos, a situação calamitosa imposta especialmente pelas Primeira e, principalmente, Segunda Guerras Mundiais muito provavelmente tenham sido determinantes para romper tais resistências (PIKETTY, 2014).

A manutenção da concentração de renda no topo também é a principal conclusão de Pedro Souza (2018) especificamente para o Brasil, que é outro autor a contestar veementemente a curva em “U” invertido de Simon Kuznets. O autor atribui as esporádicas alterações na concentração de renda no topo muito mais a *mudanças institucionais* do que a uma hipótese geral de caminho único tal como a de Kuznets:

Nenhum dos testes e comparações históricas ratificou essas esperanças. A concentração de renda no topo não exibiu nenhuma tendência secular clara, podendo-se falar até em relativa estabilidade no longo prazo, com ondas de ascensão e queda dificilmente compatíveis com o modelo de Kuznets. É possível e até mesmo provável que as muitas mudanças estruturais que transformaram a sociedade brasileira tenham afetado também a desigualdade em um ou outro momento; no longo prazo, contudo, elas não manifestaram influência óbvia sobre a concentração no topo. O Brasil, aliás, não é o único país em que a curva de Kuznets não deu as caras no século XX [...]. (SOUZA, 2018, p. 373-374)

2.4 O ÍNDICE DE GINI CONTESTADO

Além da curva de Kuznets, outro paradigma no estudo da desigualdade que vem sofrendo duras críticas é o índice de Gini, como já antecipado na Introdução. Esse indicador, largamente usado pelos principais organismos oficiais e, de longe, o preferido na comparação entre os países, vem sendo objeto de fortes questionamentos quanto a sua efetividade em medir a desigualdade (ATKINSON, 1997), sobretudo, porque diz muito pouco sobre quem são os estratos sociais envolvidos e de que forma o estão na estrutura de distribuição de renda de um país.

Um dos críticos mais enfáticos é, como já dito, Palma (2014), para quem o índice de Gini se converteria em um indicador um tanto **obscuro** sobre o que efetivamente ocorre dentro de cada distribuição de renda considerada. Para o autor, existem dinâmicas quando se olha para dentro dessas distribuições que não podem ser captadas pelo índice de Gini, o que tornaria esta uma dificuldade crucial para a análise (PALMA, 2014, p. 8).

Este autor chega ao ponto de sugerir a utilização de um índice alternativo, que consistiria na razão entre os decis 10 e 1 a 4 de participação na renda, isto é, a divisão entre a porcentagem apropriada pelos 10% “mais ricos”¹⁶ por aquela apropriada pelos 40% “mais pobres”. Ao analisar mais de 130 países, incluindo desenvolvidos e em desenvolvimento, o autor verifica uma característica relativamente homogênea entre eles: aproximadamente 50% da renda está distribuída entre os decis 5 e 9. O que diferenciaria, portanto, os países entre si, principalmente quando o objetivo é analisar as nações desenvolvidas em contraposição às em desenvolvimento, seriam as “caudas” da distribuição, ou seja, o percentual apropriado pelos decis 1-4 e 10. Daí a proposição do autor de que uma medida melhor do que o Gini seria a *Palma Ratio*, já mencionada na Introdução, que consiste na divisão do decil 10 pelos decis 1-4.

Palma (2014) analisa o uso do Gini para o conjunto dos países e regiões pesquisados e constata que a forma como ele os distribui reflete de maneira acurada as disparidades justamente entre os 40% da base e os 10 % do topo. Quando se considera os decis 5 a 9, entretanto, a distribuição entre os países muda, passando a, com raras exceções, apresentar

¹⁶ O termo “rico” não é certamente o mais adequado, tendo em vista que renda não se confunde com riqueza, já que aquela é variável de fluxo e esta, de estoque. “Renda” envolve moeda, enquanto “riqueza” envolve patrimônio (Shaikh, 2017, 2018). Entretanto este é o termo utilizado pelo próprio Palma (2014) para se referir aos 10% que mais se apropriam da renda em um país. Vez por outra, também estar-se-á usando aqui como forma de se referir àqueles que detêm maior renda, assim como será usado “pobres” para se referir aos que têm menor renda, a exemplo do que a maioria dos autores aqui citados também o fazem.

forte homogeneidade entre eles. Isso, para o autor, não pode ser considerado mera obra do acaso (Palma, 2014, p. 9).

Cobham e Sumner (2013) realizaram uma série de testes econométricos e confirmaram a tese de Palma (2011). Os autores afirmam, em resumo, que, desconsiderando-se da análise os decis 5 a 9 da distribuição da renda, o cálculo do índice de Gini apresentaria resultados muito próximos daqueles a que se chegaria ao se incluírem todos os decis. Demonstaram, além disso, que há altíssima correlação entre o índice de Gini e a Palma Ratio¹⁷.

It is unsurprising that the Palma and Gini are highly correlated, given that they are measures of inequality in the same distribution. It is perhaps surprising, however, just how strong the relationship is. [...] a simple exponential relationship provides a nearly perfect fit for the PovCal subsample we are using. If we exclude the outliers with Palma values more than twice the maximum shown, Jamaica (both years) and Namibia (1993), the fit rises to 0.9962. (COBHAM; SUMNER, 2013)¹⁸.

Para os autores, entretanto, em teoria, o índice de Gini seria supersensitivo às mudanças no meio da distribuição. Tendo em vista que a Palma Ratio exclui o meio da distribuição, como se explicaria essa proximidade com o índice de Gini? Por meio de regressões lineares simples, comparando as duas medidas, Cobham e Sumner (2013) reafirmam a correspondência entre elas, e concluem, deste modo, que a única explicação plausível para esse questionamento seria a homogeneidade do meio da distribuição, reafirmando, assim, a tese geral de Palma (2011).

To answer the question of how far the components of the Palma can explain the Gini, we run simple OLS regressions of the Gini on the shares of national income of the bottom 40% and the top 10% of households/individuals. [...] The results are striking: in each case, whether for our subsample or for the full dataset, the regression model is able to ‘explain’ 100% of the variation in the Gini. [...] The central result is unaffected, however: that the bottom 40% and top 10% shares of income can perfectly explain the Gini. (COBHAM; SUMNER, 2013, p. 23-24)¹⁹.

Cobham e Sumner (2013) vão além, afirmando terem condições de demonstrar que a tese de Palma da homogeneidade dos decis 5 a 9 na apropriação de 50% da renda seria constatada também ao longo do tempo:

¹⁷ O estudo de Atkinson *et al.* (2011), de certa forma, reforça esse argumento. Medeiros *et al.* (2014, p. 12) também afirmam que há “uma forte correlação entre o coeficiente de Gini e a razão entre a renda dos ricos e a renda total em 13 países estudados”.

¹⁸ O termo “PovCal” refere-se a uma base com dados de 79 países coletados em 2010 pelo Banco Mundial.

¹⁹ “OLS” é sigla para *Ordinary Least Squares*, ou seja, Mínimos Quadrados Ordinários.

We have corroborated the surprising stability of ‘middle class capture’ across countries, and across time, while confirming much greater variation in the Palma ratio of the top 10% and bottom 40% income shares and we have found the Palma and the Gini to have a near-perfect fit – suggesting that much of the same information is captured by the two measures. Indeed, the components of the Palma ratio alone are able to ‘explain’ between 99% and 100% of Gini variation. (COBHAM; SUMNER, 2013, p. 31).²⁰

Por fim, os autores chamam a atenção para o fato de que a Palma Ratio não seria um medidor propriamente de desigualdade, mas sim de concentração, porque não considera a totalidade da distribuição da renda, mas apenas suas caudas (decis 1-4 e 10). Isso, entretanto, para eles, seria justamente o que contaria a favor da Palma Ratio, porque facilitaria a visualização de onde estaria concentrada e onde estaria escassa a renda, servindo muito mais à aplicação de políticas públicas do que o índice de Gini, na medida em que exporia de forma mais eficiente o topo da distribuição. Para os autores, além disso, a grande força da Palma Ratio estaria em sua simplicidade.

An obvious criticism of the Palma is that it only considers half of the income distribution; for which reason we consider a measure of concentration rather than the full distribution. However, since it turns out that the Gini in practice does not capture any additional information, and moreover that it does this in an opaque and hitherto undiscovered way (as far as we are aware), we consider this an argument in favour of the Palma. Following a similar line of thought, it is worth noting that the Palma does directly expose the top decile somewhat – which in many countries may not be appreciated – but it is the Palma’s simplicity which may be its greatest strength. (COBHAM; SUMNER, 2013, p. 32)

A crítica de Morgan (2017), vai nessa mesma linha, isto é, da falta de clareza da realidade subjacente à desigualdade quando se considera o índice de Gini isoladamente:

We present our main results in the form of income shares because the help to stratify the income-generating population into income classes, so that a ‘top’, for example, may be visible, as opposed to being confounded in a synthetic indicator like the Gini. Such an indicator is synthetic in that it summarizes with one number the between-group dispersion of income across the whole population. (MORGAN, 2017, p. 4)

Para o autor, além de ser uma medida sintética, faltaria clareza e objetividade ao índice de Gini para explicar o que exatamente seus resultados trazem. Para ele, uma medida muito mais eficaz seria aquela em que as pessoas pudessem se enxergar, ou seja, identificar a posição em que se encontram na hierarquia social. Tal atributo teria implicações importantes para demandas políticas.

²⁰ Palma (2011, p. 21) também ressalta não apenas a homogeneidade de D5-D9 numa perspectiva *cross-sectional*, mas também sua estabilidade, numa perspectiva “histórica”.

It is difficult to understand how such an abstract indicator has been constructed and what it really means. A group that receives half of all distributed income when it only represents one-tenth of the population is a more concrete and visible claim on income concentration than saying that the Gini is 0.60, as the latter is without reference to any particular social group in the hierarchy. As such with an index like the Gini we are unable to observe the inequality between the top and the bottom of the hierarchy or between the middle and the bottom or the middle and the top or within the top. (MORGAN, 2017, p. 4)

Embora Morgan (2017) e Palma (2011) concordem que o índice de Gini seja falho em sua falta de clareza sobre os estratos que efetivamente se beneficiam e se prejudicam em uma situação de desigualdade na distribuição de renda, somente o segundo chega a propor a adoção de um indicador alternativo, como visto, consistente na razão entre os decis 10 e 1-4, com aplicabilidade à maior parte dos países, com raras exceções de *outliers*. Morgan (2017), por outro lado, propõe que cada caso seja analisado em sua especificidade, por meio da observação atenta do comportamento dos decis e frações menores de distribuição na renda. O autor francês, assim, diferentemente do chileno, não propõe a adoção de qualquer indicador para a aferição da desigualdade. No caso específico do Brasil entre 2001 e 2015, entretanto, Morgan (2017) parte da análise entre três grupamentos de decis e, subsidiariamente, do percentil do topo, chamado de “top 1%”, denominação que aqui também se passará a adotar. Os três grupamentos analisados por Morgan (2017) são: os decis 1 a 5, 6 a 9 e 10.

Embora sejam plenamente plausíveis as críticas de Morgan (2017), Palma (2011) e Cobham e Sumner (2013) quanto à inutilidade do índice de Gini para identificar os diferentes estratos de apropriação da renda, sobretudo, como destacam esses autores, o topo em relação à base, cabe perguntar em que medida os grupamentos de decis definidos pelos dois primeiros preencheriam essa lacuna, seja para analisar a realidade brasileira, seja a de qualquer outro país do mundo. Aspectos intrínsecos de alguns decis ou de grupamentos menores que os propostos pelos autores poderiam vir a ser negligenciados pela análise, embora tenham importância crucial para a desigualdade na distribuição de renda. Dentre esses aspectos, pode ser destacada a informalidade, que atinge, geralmente, com maior força os decis mais baixos da distribuição de renda, tanto mais em economias subdesenvolvidas.

Sendo assim, a fim de verificar se, empiricamente, dão conta do fenômeno específico que aqui se deseja examinar, adiante, as duas proposições – Palma (2011, 2014), por um lado, e Morgan (2017), por outro - serão analisadas tendo em conta o caso específico do Brasil, sobretudo nos anos 2000, bem como serão comparadas à evolução do índice de Gini, segundo dados oficiais para esse país.

Um problema distinto, mas que também será abordado mais a frente, é o da deficiência das pesquisas domiciliares quanto à aferição da renda dos mais ricos, que acaba “distorcendo” o índice de Gini e, na opinião de alguns autores, como Morgan (2017), Medeiros *et al.* (2014) e Souza (2018), levando a interpretações que tendem a subestimar a desigualdade. Tal crítica será vista com atenção específica ao caso brasileiro. Antes disso, porém, será introduzido um breve panorama da desigualdade na distribuição de renda no país.

3 A DESIGUALDADE NO BRASIL

Neste capítulo, o objetivo será abordar de modo mais específico a desigualdade no Brasil, trazendo autores que trataram deste tema de forma mais direta. Está dividido em três partes. Na primeira delas, realiza-se uma contextualização histórica da desigualdade no Brasil, desde o início do século XX. Na sequência, abordam-se os estudos mais recentes sobre a desigualdade no Brasil a partir de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física recentemente tornados públicos pela Receita Federal. Por fim, lançam-se, com base nos autores, algumas propostas para superação da desigualdade no Brasil.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Como tratado acima, os intérpretes clássicos da história socioeconômica brasileira atribuem grande peso ao passado colonial para explicar a situação de atraso do Brasil, nela incluídos os altos índices de desigualdade, por vezes refletido na preocupação desses autores com a pobreza da maior parte da população.

Souza (2018), em seu recente livro, a partir dos dados do Imposto de Renda, entretanto, afirma que, antes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil pouco se diferenciava em relação aos países desenvolvidos no que diz respeito à estrutura de distribuição de renda. A diferenciação teria ocorrido após a crise de 1929 e a Segunda Grande Guerra, com as medidas tomadas pelos países desenvolvidos de maneira a, primeiro, conseguir recursos para estabilizar a economia e manter a corrida armamentista e, segundo, compensar os efeitos da grande destruição gerada. Duas dessas medidas teriam tido impactos decisivos para a redução da desigualdade: a maior progressividade dos impostos e o estado de bem-estar social. Não teria sido, portanto, a forma de colonização, como comumente se tem atribuído, a grande responsável pelos altos níveis de desigualdade nos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos. Retomando o argumento de Williamson (2015), o autor afirma que o continente latino-americano teria “perdido o grande nivelamento” que ocorrera pós Segunda Guerra.

Especificamente no caso brasileiro, Souza (2018), através dos dados tributários, identifica certa redução da concentração de renda no topo da distribuição nas duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto essa redução não foi tão drástica quanto aquela verificada nos países desenvolvidos, pois, mesmo no início dos anos 1960, a desigualdade no

Brasil ainda era bastante elevada. De qualquer forma, o autor observa que o golpe militar de 1964 representou uma reversão nesse movimento de redução da concentração no topo.

Tampouco há como garantir que, sem a ditadura, a fatia do centésimo mais rico continuaria a declinar suavemente até o patamar europeu. Ainda assim, 1964 deve ser considerado um ponto de inflexão para o aumento da desigualdade. (SOUZA, 2018, p. 231-232).

[...] Por mais frágeis que sejam os dados para os anos 1920 a 1930, tudo indica que a concentração no topo no Brasil não era anormalmente alta um século atrás, estando apenas um pouco acima do observado alhures até a Grande Depressão. (SOUZA, 2018, p. 255).

Souza (2018), ainda que, de certa forma, desconsidere o argumento histórico do passado colonial como fator decisivo, não nega a persistência da concentração de renda entre os mais ricos no Brasil. Pelo contrário, esta é justamente uma das principais conclusões de sua obra. O autor atribui grande importância ao aspecto institucional, ressaltando que a concentração de renda, no Brasil, possui um caráter inercial devido às brechas obtidas por grupos que agem por meio das instituições de maneira a manter suas vantagens econômicas.

[...] Em condições normais, por assim dizer, é difícil que instituições possam ser gradualmente reformadas de modo que resulte em processos tranquilos e duradouros de redução da concentração no topo, porque há sempre brechas e espaços para que grupos prejudicados consigam reverter suas perdas, inclusive por vias legítimas, por exemplo, instrumentalizando narrativas disponíveis e colocando-se como portadores do bem comum. (SOUZA, 2018, p. 235-236).

Para além das implicações políticas já salientadas por Piketty, no Brasil, a teoria de Kuznets (1955) teve profundo impacto na condução da política econômica, especialmente na conjuntura da Ditadura Militar, sobretudo durante os anos do chamado “Milagre Econômico” (1967-1974). A metáfora de “deixar o bolo crescer para, depois, repartir as fatias”, famosa por seu uso frequente nas falas de Delfim Netto, o “Ministro do Milagre Econômico” (BIELSHOWSKY, 1995), é a que melhor expressa a penetração que a teoria de Kuznets teve na política econômica brasileira da época.

Durante os governos militares, na maior parte do tempo, houve a conjugação, por um lado, de forte intervenção estatal com vistas à mudança na estrutura produtiva e, por outro, de altas taxas de crescimento econômico. A mudança estrutural foi significativa, inserindo-se o Estado em setores estratégicos para se atingir novos estágios de desenvolvimento econômico (WERNECK, 2014; CASTRO, 1985). Não à toa, o período militar pode ser encaixado, em sua maior parte, como desenvolvimentista, pois estão presentes os três itens considerados por Fonseca (2015) como integrantes do núcleo duro do conceito: intervencionismo estatal,

industrialização e projeto nacional. Tais itens certamente são condizentes com uma política econômica voltada à mudança estrutural²¹.

Entretanto teriam faltado aos governos militares políticas específicas de combate às desigualdades. Na verdade, as políticas adotadas tiveram como resultado justamente o incremento das desigualdades, sobretudo pela contenção dos salários (LAGO, 2014), mas não só por isso. Como afirma Souza (2018, p. 322), houve diversas reformas “[...] em prol do capital, por oposição ao trabalho [...]”, dentre elas, podemos citar duas grandes: a do sistema tributário já em 1966, com o Código Tributário Nacional, e a do sistema financeiro, através de uma série de medidas desde o início da Ditadura até o “Milagre Econômico”.

O processo aparentemente chegou ao fim em 1972-1973 e foi seguido por um período de volatilidade e leve tendência de reversão da maior desigualdade, fato que corresponde a grandes mudanças política e econômicas do período. No fim das contas, mesmo ditaduras encontram limites. (SOUZA, 2018, p. 322).

A tese de “deixar o bolo crescer para depois reparti-lo”, entretanto, não surtiu o efeito almejado: a redução da desigualdade não ocorreu por si só como consequência “natural” do crescimento econômico e da mudança estrutural conduzida pelo Estado.

Diz ainda Souza (2018) que Carlos Langoni (1973) teria sido um dos grandes responsáveis pelo apelo, durante a Ditadura Militar, em torno do “U” invertido, de modo a justificar o recrudescimento da desigualdade entre 1960 e 1970²². Segundo Langoni, em um contexto de rápido crescimento, aliado à urbanização e industrialização aceleradas, haveria uma inelasticidade da oferta de trabalho no curto prazo, o que faria com que os salários fossem comprimidos. Tal interpretação, por certo, jogava de lado a responsabilidade do Estado brasileiro à época e, por isso, soava muito mais palatável aos defensores do regime militar. A causa da desigualdade deixa de ser as medidas tomadas pelo Estado, através da compressão direta dos salários e das reformas em prol do capital, e passa a ser vista como um efeito colateral do próprio crescimento econômico trazido pelo regime. Um preço a ser pago por um bem maior.

Em retrospecto, essa interpretação é pouco convincente, e as críticas de Bacha, Fischlow, Hoffmann e vários outros são mais persuasivas do que nunca. A piora da concentração de renda ocorreu em boa medida antes das altas taxas de crescimento trazidas pelo ‘milagre econômico’, em um momento de ajuste recessivo, arrocho

²¹ Sobre mudanças na estrutura produtiva e distribuição de renda, ver Prebisch (1949), Rodríguez (1981), Reinert *et al* (2011), Cimoli (1999, 2013), Ocampo *et al.* (2005, 2009), Porcile *et al.* (2006), Cimoli *et al.* (2011, 2017), Drumond *et al.* (2013), Dathein (2018), Vergnhanini (2018).

²² Sobre as tentações do uso político do “U” invertido, ver também Rowley (2012, p. 228).

salarial, perseguições políticas e violenta reforma institucional. O próprio processo de concentração estancou-se bem antes do fim do ‘milagre’. (SOUZA, 2018, p. 374)²³

Diga-se de passagem, outra “subtese” que parece se adequar muito bem à metáfora do “bolo” e às atitudes (e omissões) adotadas pelos governos militares quanto à desigualdade é a do “*trickle down*”, segundo a qual o aumento da renda nos estratos mais elevados, como consequência do crescimento econômico, mais cedo ou mais tarde tenderia a integrar os “mais pobres” (KERSTENETZKY, 2012, p. 39).

Para Tavares (1986), o ciclo econômico que predomina durante a ditadura militar é marcado pelo deslocamento da produtividade em relação aos salários. À medida que aquela aumentava, os salários médios também, só que num ritmo menor, e o salário mínimo caía em termos reais. Isso seria decorrência, sobretudo, do maior grau de oligopolização da economia brasileira nesse período, fruto de mudanças estruturais ocorridas desde os anos 1950. A contenção dos salários, nessas condições, é facilitada pela assimetria de poder que existe entre empresas e sindicatos, além da existência estrutural de um excedente de mão-de-obra. As margens brutas de lucro das empresas aumentam e, assim, também seu grau de monopólio. A produção e os lucros aumentam, mas os preços não baixam e os salários não se elevam. Passada a fase de crescimento econômico acelerado, os lucros gerados nessa estrutura oligopolista passariam a não se converterem em novos investimentos ou em redistribuição de renda, isto é, não serviriam como catalisadores da demanda efetiva. O resultado seria um excesso de capacidade ociosa e de poupança, que marcariam o término do período de crescimento do “Milagre Econômico” (TAVARES, 1986, p. 139-141).

Passando pela grande inflexão provocada pela ascensão ao poder pelos militares em 1964, mencionada por Souza (2018) acima, bem como pelo longo período de predomínio da tese de “deixar crescer o bolo”, as fases seguintes, de redemocratização, promulgação da Constituição de 1988 e estabilização econômica obtida com o Plano Real, teriam contemplado políticas específicas de combate à desigualdade, mas sem grandes resultados. O crescimento econômico médio foi bastante abaixo do padrão anterior, da época dos militares. Por outro lado, a mudança estrutural da economia teria ocorrido em prejuízo da sustentabilidade do país frente às crises cíclicas e de mudança do paradigma tecnológico, com o avanço dos microcircuitos eletrônicos, da tecnologia da informação e das comunicações. A transformação pela qual passou o Brasil foi na contramão desses avanços tecnológicos, na medida em que consistiu na chamada especialização regressiva, isto é, a volta do setor primário a ser o

²³ A crítica a que o autor se refere pode ser encontrada em Bacha (2005).

principal item de inserção do país na economia mundial, situação que, diga-se de passagem, permanece até os dias atuais. Como epicentro desta transformação está a desindustrialização do país, consequência sobretudo da abertura econômica abrupta, da redução dos investimentos estatais e da política cambial²⁴ adotada principalmente após o Plano Real, e a financeirização, que consiste no crescimento do volume de ativos financeiros bastante acima e de forma descolada do setor produtivo (FONSECA; CUNHA; BICHARA, 2013, p. 6-7).

Para Souza (2018, p. 327-328), os anos 1980, no Brasil, foram marcados por recrudescimento da desigualdade, até mesmo entre os mais aquinhoados, pois a concentração de renda esteve direcionada, progressivamente, ao 1%, o 0,1% e o 0,01% “mais ricos” da população. O nível de concentração de renda teria se aproximado ao pico de sua série histórica estimado para a Segunda Guerra Mundial.

O autor destaca também as consideráveis alterações no Imposto de Renda, solapando seu princípio intrínseco de progressividade tributária (as alíquotas deveriam aumentar na proporção em que aumentam as rendas taxadas) e sendo exemplo da disposição muito tímida dos sucessivos governos em enfrentar, de fato, a desigualdade entre o início e o fim dos anos 1980. Para Souza (2018), os governos brasileiros desde então têm optado pela “ambivalência e tentativa de acomodação” de interesses em disputa. Entre 1985 e 1989, o IRPF teria visto sua alíquota marginal máxima despencar de 60% para 25%, o maior corte em toda a sua história, e o número de alíquotas teria caído de doze para dois (SOUZA, 2018, p. 335).

Ou seja, como também destaca esse autor, embora seja evidente que tenha ganho força, no período, o discurso em prol da igualdade, também é inquestionável a indisposição da classe política brasileira dominante em efetivamente combater os altos privilégios, que se consubstanciam na concentração de renda no topo da hierarquia social no país, que se intensificou nessa década, apesar da redemocratização. Tal discurso em prol da igualdade, diga-se de passagem, decorreu, sobretudo, das críticas quanto à incompetência do regime militar no que tange a esse quesito, fato que se positivou na Constituição Federal de 1988, que veio a estabelecer uma série de princípios e direitos, que, em tese, beneficiariam em proporção muito maior aos mais pobres e exigiriam grande empenho estatal, sem, contudo, prever a necessária contrapartida tributária, que, se concretizada, atingiria os mais abastados. Uma hipótese considerada pelo autor diz respeito a se a Constituição de 1988 teria

²⁴ Uma discussão importante, mas que, por questões de tempo e espaço, escapa ao escopo desta pesquisa, é a influência que as restrições no Balanço de Pagamentos teriam na distribuição de renda, tendo em vista seus efeitos sobre o crescimento geral da economia. A esse respeito, *ver* o importante trabalho de McCombie e Thirlwall (1994).

representado uma situação de ruptura que levaria a uma mudança visível na tendência de concentração de renda. A resposta do autor a essa conjectura é negativa:

Os resultados apresentados [...] mostram algum abrandamento da concentração no topo, ligado ao que se poderia chamar de ‘normalização’ do conflito distributivo com a estabilização monetária, sem nenhuma tendência clara de longo prazo. Esses resultados são robustos e similares aos de outros trabalhos que também usaram dados tributários. Mesmo nas Pnad’s, o recuo nas frações apropriadas pelo milésimo e pelo centésimo mais ricos é modesto, com mudanças maiores na distribuição abaixo do décimo mais rico [...]. (SOUZA, 2018, p. 347-348).

O autor atribui a persistência do caráter desigual da sociedade brasileira, mesmo após a redemocratização e a Constituição de 1988, ao forte “corporativismo” representado na cena política do país. Em sua visão (SOUZA, 2018, p. 348), concordando com Medeiros *et al.* (2014), a grande ampliação de direitos sociais pela Constituição Federal ocorreu “[...] pela via da inclusão, e não da redistribuição [...]”.

Não houve mera continuação do status quo, tampouco ruptura. A Constituição de 1988 tem muitos méritos e forneceu as bases para muitos avanços, até mesmo para quebrar de vez muitos aspectos da ‘cidadania regulada’, mas não derrotou o corporativismo e, em determinadas questões, até ajudou a fortalecê-lo [...]. (SOUZA, 2018, p. 348).

Um dos aspectos em que a Constituição Federal teve mais efetividade quanto à melhor distribuição de renda foi na Previdência Social. Paiva et al (2013, p. 27) afirmam que, desde o início dos anos 1990, “o percentual de pessoas com 60 anos de idade ou mais que recebiam um benefício previdenciário ou assistencial superou os 80%, alcançando cerca de 85% entre aqueles com 65 anos de idade ou mais”.

Fandiño e Kerstenetzky (2019, p. 306), entretanto, falam em “paradoxo constitucional brasileiro” para significar a coexistência de ampliação de direitos sociais com intensificação da tributação regressiva na Carta Magna de 1988. Enquanto os países desenvolvidos, terminada a Segunda Guerra Mundial, instituíram estados de bem-estar social calcados na tributação progressiva, o Brasil, com a Constituição Federal, tentou implementar o mesmo modelo, porém com a ampliação de mecanismos que conferiram regressividade ao Sistema Tributário brasileiro, em 1988, 1990, 1995 e 1999 em diante.

Os autores demonstram que, no processo constituinte, havia uma proposta bem encaminhada, elaborada pela “[...] Comissão da Reforma Tributária e Descentralização Administrativo-Financeira (CRETAD), instituída entre 1985 e 1987 pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) [...]” (FANDIÑO; KERSTENETZKY, 2019, p. 311), que previa

profundas correções no Sistema Tributário brasileiro visando a sua maior progressividade. Uma corrente conservadora, com a justificativa da não generalidade da Carta Magna, agiu no sentido de evitar que o novo sistema de tributação tocasse de forma mais pesada os que estão no topo da distribuição de renda. O subprincípio da progressividade, que é espécie daquele mais geral da capacidade contributiva, teria ficado restrito, de forma mais explícita, apenas ao Imposto de Renda, e, mesmo assim, na normatização posterior, acabou não sendo respeitado (GOBETTI; ORAIR, 2017). A ideia de uma tributação específica sobre o patrimônio líquido de pessoas físicas e jurídicas também não avançou, tendo ficado em seu lugar a promessa, nunca cumprida, de regulamentação de um imposto sobre grandes fortunas. A tributação progressiva e com maior carga nos tributos sobre o patrimônio também foi descartada, na própria Constituição e, posteriormente, nas leis infraconstitucionais.

De outra parte, de modo a conciliar interesses dos estados, conferindo-lhes maior autonomia fiscal, foi ampliada a base de incidência do ICMS, com a inclusão dos serviços de comunicação, energia elétrica e combustíveis, se tornando estes os itens com maior participação na arrecadação daquele imposto. Ao mesmo tempo, a participação dos estados e municípios na arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), cuja competência é da União, saltou de aproximadamente 30% para 47% (FANDIÑO; KERSTENETZKY, 2019, p. 318). Isso fez com que, nos anos e décadas seguintes, a União sistematicamente deixasse de ampliar sua arrecadação por meio daqueles impostos e, especialmente a partir de 1999, para fazer frente à crise fiscal, passasse a focar no aumento da carga das contribuições sociais, para as quais não havia determinação constitucional de repartição de receitas. Essa ampliação dos tributos indiretos teve como consequência inequívoca o aumento da regressividade, penalizando mais fortemente aqueles que justamente deveriam ser os grandes alvos da intensificação dos gastos sociais trazida por determinação constitucional. Esse movimento foi concomitante com a progressiva concessão de benefícios fiscais no Imposto de Renda, sobretudo tendo por fim a desoneração do capital, em detrimento do trabalho.

Já em 1990, a progressividade dos ganhos de capital da pessoa física para fins do Imposto de Renda é descartada, com a fixação de uma alíquota única de 25% (Lei 8.134). Em 1995 (Lei 8.981), essa alíquota cai para 15%, é instituído o abatimento com base nos juros sobre capital próprio e os dividendos tornam-se isentos (Lei nº 9.249).

A existência de uma proposta consolidada e amplamente debatida durante o processo constituinte que conferia maior progressividade e, assim, justiça fiscal ao Sistema Tributário

brasileiro, bem como os vários movimentos em contrário tomados por esse grupo conservador e, nos anos seguintes, por um grupo de “contrarreforma”, faz com que os autores não descartem a “[...] hipótese política: ‘gastos sociais, sim, mas tributação progressiva, não’ [...]” (FANDIÑO; KERSTENETZKY, 2019).

É inevitável de ver-se aqui a ação nítida do grupo que mais concentra renda na cena política, lembrando muito a classe dominante destacada nos intérpretes clássicos do Brasil como principal entrave à resolução do problema da desigualdade no país. Ainda dentro desta revisão teórica, tal situação teria permanecido nos anos seguintes até a era petista.

Nos governos Lula e na maior parte do primeiro mandato de Dilma, estiveram presentes, pela primeira vez na história, crescimento econômico e políticas específicas de redução da desigualdade. Embora tenha havido políticas voltadas à mudança estrutural, seus resultados não foram efetivos. Como sugerem Cimoli *et al.* (2015), isso teria sido determinante para que o país entrasse em profunda recessão a partir de 2014, fazendo com que a desigualdade voltasse a subir após mais de uma década de consecutivas quedas. Nesse sentido, a continuidade na política econômica adotada em relação ao governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, tornou patente a ausência de um projeto nacional que vislumbrasse uma mudança estrutural capaz de blindar os avanços já alcançados nos níveis de igualdade frente à grave crise econômica e política que veio a dominar a cena (FONSECA; AREND; GUERREIRO, 2018). Os fenômenos da especialização regressiva, desindustrialização e financeirização continuaram durante os governos do PT e possivelmente estejam presentes ainda hoje, como tendência inexorável da economia brasileira enquanto não houver políticas especificamente voltadas a detectar e resolver esse quadro.

Para Souza (2018), os anos de governo do Partido dos Trabalhadores pouco ou nenhuma mudança apresentaram na tendência histórica de se preservar e aumentar os ganhos dos mais abastados, representados por suas “corporações”, embora a preocupação quanto à necessidade de melhoria nas condições de vida dos mais humildes seja inegável:

Mesmo nesses aspectos mais visíveis, porém, as mudanças foram menores do que se imagina. [...] o problema é que as iniciativas mais redistributivas, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o IRPF, têm um peso pequeno em comparação com os fluxos mais regressivos, como as remunerações e pensões dos funcionários públicos. (SOUZA, 2018, p. 348-349).

Cabe apontar, entretanto, que a ênfase de Souza (2018) em responsabilizar o funcionalismo público pelos “fluxos mais regressivos”, a qual, de certa forma se aproxima da interpretação de Faoro (1979) para o estamento burocrático, é claramente exagerada.

Conforme as ocupações contidas nas declarações do Imposto de Renda Pessoa Física 2015, dentre a imensa categoria de servidores públicos no Brasil, somente juízes e promotores, por sua renda média, poderiam ser enquadrados como pertencentes ao 1% do topo, cujo limiar inferior de renda bruta²⁵, segundo dados do WID, era de cerca de R\$ 27.700,00 por mês. Conforme demonstram Palotti e Freire (2015, p. 25), a média salarial dos servidores do Poder Executivo Federal, que sabidamente é maior que a dos estados e municípios, em 2013, não era maior do que R\$ 9,3 mil mensais (atualizados para 2018), muito abaixo do limiar de R\$ 27.700 mensais relativos ao top 1%. Sendo assim, com relativa segurança, se pode presumir que a grande maioria dos que compõem o topo da distribuição de renda, e a quem, por isso, se pode atribuir a alta regressividade do sistema tributário no Brasil, não é formada por servidores públicos. Como será discutido a partir da análise dos dados, existem atores mais poderosos aí envolvidos.

Morgan (2017) também reconhece as políticas específicas redistributivas adotadas pelos governos do PT, mas, da mesma forma que Souza (2018), aponta que seus impactos foram muito baixos no que tange à melhor redistribuição de renda no Brasil. O autor extrai das Contas Nacionais a quantia anual de transferências em dinheiro para assistência social recebida pelas famílias, o que inclui o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. De 2001 a 2015, houve grande expansão nesses valores, partindo de 0,3% do PIB para 1,5%. Mesmo com esse aumento expressivo nessas transferências, pouco teria mudado a situação dos 50% “mais pobres”, que passaram de uma participação na renda de 12,3% em 2001 para 14% em 2015. Sobre as políticas de transferência de renda dos governos do PT, afirma Morgan (2017):

Indeed, the published research on Brazil to date has placed much emphasis on the increased resources that have been dedicated to social assistance programs since the Worker’s Party (PT) have been in power. [...] It can be seen that what matters for the income share poor is the size of these programs in national income. Although they make a big difference at the household level, in the aggregate distribution their contribution is still slim. (MORGAN, 2017, p. 16).

Morgan (2017) destaca que o Partido dos Trabalhadores não mexeu nem na regressividade do sistema tributário nem nos direitos de propriedade, focando sua atenção no incremento dos salários dos trabalhadores

²⁵ O limiar inferior de renda representa o valor recebido a partir do qual determinado indivíduo pode ser enquadrado em um decil, ou fração menor, da distribuição. No capítulo 4, os limiares de renda serão detalhados e analisados por decil e para o 1% do topo.

[...] Between 2000 and 2015 the minimum wage increased by 64% in real terms, while average adult income grew by 18%. With the incidence of the minimum wage being concentrated in the Bottom 50% of the income distribution, it is no surprise that its share increased over the period [...]. The indexation of the minimum wage to social benefits, particularly to pensions, also acted as a progressive lever. (MORGAN, 2017, p. 22).

Além do aumento nas transferências de renda e no valor do salário mínimo, o autor também destaca o incremento no financiamento, pelos governos do PT, de programas de treinamento e preparação para o mercado de trabalho e aponta que houve queda na desigualdade salarial entre homens e mulheres, negros e brancos, campo e cidade, setores formal e informal. Todas essas políticas, entretanto, teriam tido, na visão do autor, pouca ou nenhuma contribuição no sentido de reduzir a concentração de renda no topo da distribuição, dado, como já se disse, o baixo peso em relação ao total.

The notable result is the exceptionally large concentration of income at the top of the distribution, which helps to pinpoint the structural origins of inequality in the country – high skill and capital premiums leading to capital extraction at the top, subsistence livelihood at the bottom, who are increasingly dependent on government intervention in the economy, either in the form of wage bargaining or cash transfers in the secondary distribution of income, and a squeezed middle. While the role of welfare cash transfers should not be diminished at the household level, their importance in the aggregate distribution is very limited due to their small share in the economy. (MORGAN, 2017, p. 22-24)

Souza (2018) também destaca a regressividade do sistema tributário nacional, situação que se aprofundou com a Constituição Federal de 1988 e com o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e não foi tocada pelos governos do Partido dos Trabalhadores. Para o autor a expansão da carga tributária ocorreu em cima de tributos indiretos, que aumentam a regressividade dos impostos. Tais mudanças legislativas levaram ao aumento da regressividade do sistema tributário brasileiro, contribuindo para o aumento da concentração da renda no topo da distribuição.²⁶

[...] Em boa medida, o avanço dos tributos indiretos, notadamente no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, resultou de um esforço de ajuste fiscal que, para aumentar ao máximo a receita, priorizou a criação e expansão de contribuições sociais, cuja arrecadação não precisa ser compartilhada com estados e municípios

²⁶ Tributos indiretos são aqueles que *não* são pagos diretamente pelo contribuinte de fato, ou seja, existe um intermediário, chamado de contribuinte de direito, que repassa esses valores ao Estado. São casos de tributos indiretos no Brasil: o Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Segundo Gobetti e Orair (2017, p. 268), o peso maior dos tributos indiretos na economia brasileira se opõe ao que se verifica nos países desenvolvidos.

[...]. Seja como for, a despeito de alegações ao contrário, o sistema tributário brasileiro permaneceu nas últimas duas décadas bem longe de cumprir seu potencial redistributivo. (SOUZA, 2018, p. 351).

Também chama atenção para o baixo peso dos tributos diretos²⁷ sobre o PIB e a carga tributária no Brasil. Destaca que a alíquota marginal máxima do Imposto de Renda de 27,5%, vigente desde 1998, representou uma mudança abrupta, tendo em vista que, desde 1947 até então, esteve sempre entre 45% e 65%.

Apesar de movimentos semelhantes terem ocorrido em boa parte do mundo, no Brasil os cortes foram mais extremos: em 25 dos 34 países da OCDE a alíquota marginal máxima do imposto de renda cobrado pelo governo central é maior do que a brasileira, até mesmo em países de renda média como o México (35%) e Turquia (35%). (SOUZA, 2018, p. 352)

Além do corte abrupto em sua alíquota marginal máxima em 1990, o Imposto de Renda sofreu, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, outras duas mudanças cruciais, que aprofundaram ainda mais o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, beneficiando exclusivamente as rendas derivadas do capital. A primeira mudança foi a criação dos “juros sobre capital próprio”, que consiste na dedução do cálculo da apuração do lucro real, por pessoa jurídica, dos “juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP” (art. 9º da Lei Federal nº 9.249/95), o que, na prática, cria uma “[...] despesa fictícia que [...] exime uma parcela do lucro real do pagamento de IRPJ e CSLL”²⁸ (SOUZA, 2018, p. 353). Essa “despesa fictícia” nada mais é do que a distribuição de uma parte dos lucros aos sócios da empresa, para quem a operação é isenta. Contudo, quando entra na conta do sócio, ocorre a tributação com retenção na fonte, porém não com as faixas de alíquota do IRPF, mas sim com 15%. A justificativa para alteração na lei seria tratar de forma equânime o investimento financiado por empréstimo, que já antes podia ser abatido do lucro tributário, e aquele cuja fonte seria o capital próprio. Em que pesa a lógica da medida, não há, atualmente,

²⁷ Como consequência óbvia do argumentado na nota anterior, os tributos diretos são aqueles recolhidos diretamente pelo contribuinte de fato, sem intermediários. No Brasil, são exemplos de tributos diretos: os incidentes sobre o patrimônio: Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doações (ITCD), Imposto sobre a Transmissão onerosa de Bens Imóveis (ITBI); os incidentes sobre a renda: Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

²⁸ IRPJ é Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e CSLL é Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Trata-se de tributação incidente na renda percebida por pessoas jurídicas, de competência da União. Enquanto o IRPJ é imposto e, como tal, não tem destinação vinculada, conforme a Constituição Federal, a CSLL tem como fim específico o custeio da Seguridade Social, conjuntamente com outras fontes.

nenhum outro país no mundo onde ainda seja praticada. A outra mudança consiste na isenção dos dividendos distribuídos aos acionistas da empresa. Até então, esses valores eram tributados em 15%, isto é, a mesma alíquota aplicada aos ganhos de capital. Tais alterações na legislação do Imposto de Renda tiveram como consequência, obviamente, a concentração de renda no topo, na medida em que, geralmente, aqueles aptos a receberem tais formas de remuneração encontram-se justamente nesse estrato superior da distribuição.²⁹

O imposto devido equivale a frações muito baixas dos rendimentos totais dos ricos, ocorrendo um declínio de 1 a 1,5 p.p. ao longo do tempo, em função do maior peso relativo dos rendimentos isentos. Em 2013, o imposto devido correspondeu a pouco menos de 7% dos rendimentos totais do centésimo mais rico e apenas a algo próximo de 3% no caso do 0,1% e do 0,01% mais abastados. (SOUZA, 2018, p. 354)³⁰

Além dessas mudanças na legislação tributária na Constituição Federal e na segunda metade dos anos 1990, nos anos seguintes, a entrada do Partido dos Trabalhadores no poder não foi capaz de modificar a situação amplamente favorável aos “mais ricos” no que diz respeito à regressividade do sistema, gradualmente amplificada desde a Constituição Federal de 1988, isto é, preservou-se a renda do capital³¹ frente à do trabalho, ou seja, a manutenção de ganhos crescentes aos “mais abonados dentre os mais abonados”. Souza (2018) identifica que há uma progressiva diminuição dos rendimentos brutos tributáveis na composição da renda quanto mais altos forem os níveis de concentração.

Algo semelhante ocorreu com os outros estratos no topo da distribuição, embora a composição inicial da renda, como esperado, variasse muito: quanto mais rico o estrato, menor a participação dos rendimentos brutos tributáveis em sua renda total. [...] Apesar disso, os rendimentos brutos tributáveis correspondem sobretudo à remuneração do trabalho, enquanto o principal componente dos rendimentos isentos são os lucros e dividendos e, no caso da tributação exclusiva na fonte, os rendimentos e ganhos de capital. (SOUZA, 2018, p. 340)

Isso poderia ser indicativo de fenômeno relativamente recente, conhecido popularmente como “pejotização”, em que, cada vez mais, para fugir à tributação, empresas, em vez de contratar trabalhadores, têm terceirizado sua contratação, como se pessoas jurídicas estes fossem. Souza (2018, p. 341) faz menção a esse fenômeno.

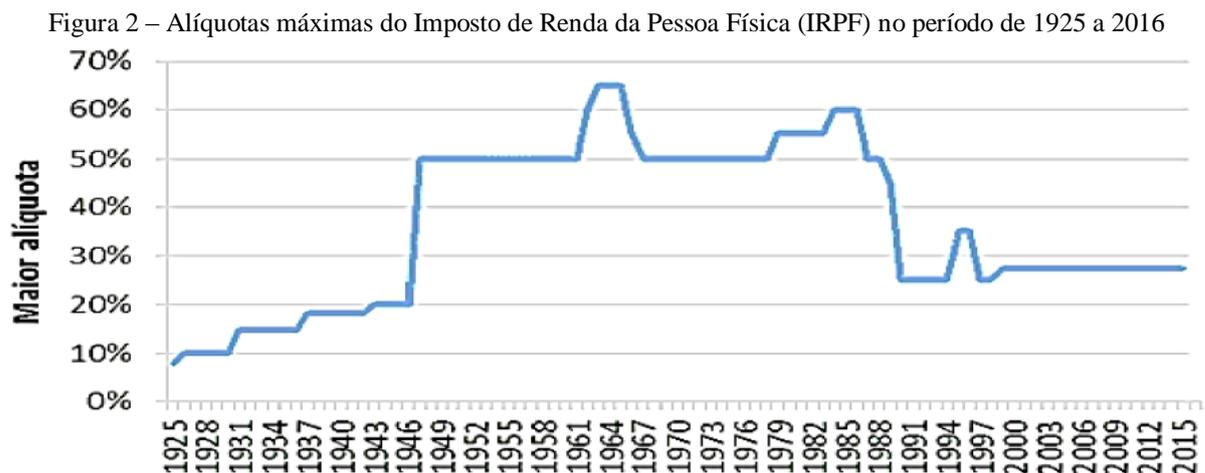
²⁹ Sobre as duas alterações na legislação, ver também Gobetti e Orair (2017). Além da exclusividade brasileira na adoção do abatimento dos “juros sobre capital próprio”, esses autores afirmam que, além do Brasil, apenas a Estônia ainda estaria isentando dividendos.

³⁰ Para um aprofundamento acerca do tema da “progressiva regressividade” do Imposto de Renda nas últimas décadas no Brasil, ver também Castro (2014), Gobetti e Orair (2017) e Introíni *et al.* (2018).

³¹ Sobre os efeitos do crescimento da renda do capital nos níveis de desigualdade, ver Milanovic (2015).

Já no que diz respeito aos tributos sobre a propriedade, Souza (2018, p. 352) afirma que, entre 2003 e 2013, se mantiveram abaixo de 2% do PIB, nível muito inferior à média da OCDE.

Nóbrega (2014, p. 73) apresenta um gráfico em que é possível visualizar de forma bastante clara as flutuações na alíquota marginal máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física de 1925 a 2015:

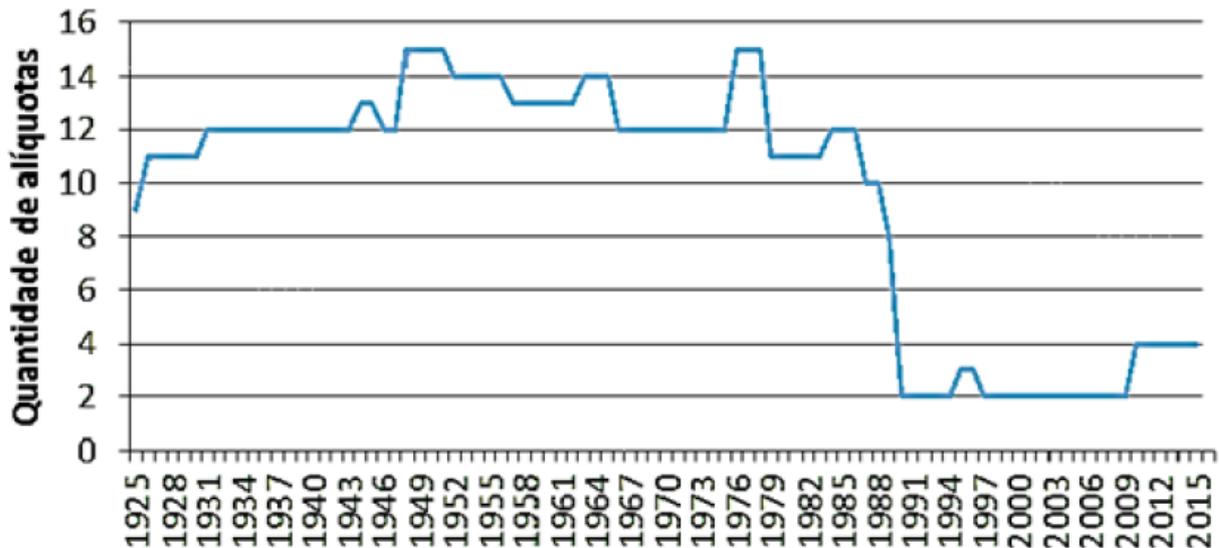


Fonte: Nóbrega (2014, p. 73).

Pelo gráfico, é possível ver claramente a queda abrupta na alíquota máxima em 1990, conforme já apontado acima por Souza (2018, p. 335), com um breve período de elvação entre 1994 e 1997 e nova redução a partir de 1998.

Já o gráfico da figura 3 demonstra as flutuações no número de faixas de alíquotas do IRPF ao longo do tempo:

Figura 3 – Quantidade de alíquotas da tabela progressiva do IRPF nos exercícios de 1925 a 2015



Fonte: Nóbrega (2014, p. 73).

Conforme o gráfico da figura 3 acima demonstra, em 2009, através da Lei nº 11.945, foram acrescentadas mais duas faixas na tabela de progressividade para o cálculo do IRPF anual, com alíquotas marginais de 7,5% e 15%.

Gobetti e Orair (2017, p. 268) também destacam o peso dos tributos indiretos e as perdas de progressividade do Imposto de Renda brasileiro, sobretudo a partir da introdução da isenção nos dividendos e da figura dos Juros sobre Capital Próprio, que são, praticamente, exclusividades do Brasil.

Os autores afirmam que as medidas adotadas no limiar da década de 1990, no Brasil, seguem de perto as alterações tributárias levadas a cabo por Ronald Reagan, na década de 1980, para os Estados Unidos. Tais medidas consistiram na redução do número de faixas de alíquotas de doze para apenas três e o estabelecimento da alíquota máxima em 27,5%, quando, nos quarenta anos anteriores, havia estado em torno de 50% (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 269).

Destacam, ainda, a particularidade brasileira de levar ao extremo as alterações no sistema tributário visando a reduzir o ônus dos mais abastados, dentro de um movimento mais geral de redução da progressividade dos impostos no mundo desenvolvido.

However, it is interesting to point out that not even Reagan and Bush were able to do what the Brazilian government did in 1995, by completely exempting dividendes. Moreover, while in the USA the conservative advance has been partially reversed during recent administrations, as Barack Obama increased dividend tax and other taxes for the richest again in 2013, in Brazil there have been no progressive tax reforms over the last 30 years of democratic rule, 12 of which under a centre-left government. (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 269)

Numa abordagem focada mais na distribuição funcional da renda nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, sobretudo nas origens econômicas para a crise política iniciada em 2015, Marquetti *et al.* (2016, p. 22) discutem como erros cometidos na condução da política econômica nos dois mandatos de Dilma Roussef teriam levado ao rompimento da coalizão política que marcou os dois governos de Lula da Silva, resultando, finalmente, no impeachment da presidente.

Para os autores, a queda na taxa de lucros ocorrida a partir de 2011 é crucial para o desenrolar da série de acontecimentos que culmina com a retirada do Partido dos Trabalhadores do poder em 2016. A velocidade dessa queda foi muito alta: 7% ao ano entre 2010 e 2014. “A taxa de lucro é calculada pela razão entre os lucros gerados em um período de tempo, uma variável de fluxo, e o capital adiantado no processo produtivo, uma variável de estoque.” (MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 5)

Dentro de uma perspectiva de cunho mais funcional da renda, esta é dividida basicamente entre lucros, que pertenceriam aos capitalistas, e salários, detidos pelos trabalhadores³². Nesse sentido, a diminuição em uma dessas variáveis significa o aumento na outra. De fato, Marquetti *et al.* (2016) apontam que uma das razões para a queda na taxa de lucro teria sido justamente o aumento do salário mínimo nos anos de governo do PT, mas esse não foi o único fator.

Citando Weisskopf (1979), os autores afirmam que três podem ser as razões para a queda na taxa de lucro:

- a) fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, reduzindo a participação dos lucros na renda.
- b) redução da produtividade potencial do capital em decorrência do aumento da composição orgânica do capital.
- c) diminuição do nível de utilização da capacidade instalada.

Os três fenômenos teriam ocorrido no Brasil, e as políticas compensatórias adotadas por Dilma Roussef, visando a “restaurar o pacto de classes” firmado no início dos governos de Lula, consolidado na “Carta ao Povo Brasileiro” (2002)³³, tiveram como consequência o

³² Para uma análise acerca da distribuição funcional da renda na América Latina nos anos 2000, ver ECLAC (2014).

³³ Para Arend, Fonseca e Guerrero (2018), o compromisso de se manter o tripé macroeconômico, anunciado na “Carta ao Povo Brasileiro”, na campanha de Lula em 2002, e mantido em quase todo o período petista de governo, representava, além da hegemonia do setor financeiro, a imposição de verdadeiras barreiras à industrialização: a manutenção de altas taxas de juros e do Real frente a outras moedas.

agravamento da crise econômica, que, segundo os autores, levou à extrema instabilidade política de 2015, mesmo com a melhora relativa na taxa de lucro neste último ano.

Com os fortes aumentos no salário mínimo verificados durante os governos do PT, entretanto é de se questionar se a expressão “fortalecimento do poder de barganha” dos trabalhadores seja a mais adequada, tendo em vista que, tal situação, pode até mesmo ter contribuído para causar certa ilusão nessa classe social, desmobilizando-a, hipótese que ganha força quando se constata a quase inexistência de greves durante o período em que o partido esteve no poder. Não deve haver dúvidas, todavia, de que a queda na taxa de lucro verificada pelos autores tenha relação direta com a elevação do salário mínimo, o que, entretanto, não pode ser confundida com “fortalecimento do poder de barganha” dos trabalhadores.

Ao fim e ao cabo, segundo interpretação dos autores, a classe capitalista teria amargado perdas consideráveis na maior parte dos governos de Dilma Roussef. Num contexto de encerramento do boom de *commodities* restringindo seu raio de atuação, o governo se viu impelido a buscar “restaurar o pacto de classe” da era Lula elevando a taxa de juros, visando a favorecer o sistema financeiro, por um lado, e concedendo desonerações fiscais, principalmente ao setor produtivo. As duas medidas tinham como objetivo principal aumentar a margem de lucro dos empresários, motivando-os a retomar a taxa de investimento. Os autores afirmam, entretanto, que as mesmas não tiveram o efeito esperado, dado que os aumentos nas taxas de lucro, em vez de se destinarem ao investimento na economia, se converteram em aplicações no mercado financeiro. O resultado foi o decréscimo do nível de atividade a partir de 2014, que, somado às crescentes denúncias de corrupção no Partido dos Trabalhadores, levaram à crise política que culminou no impeachment de Dilma Roussef em 2016. Quando, enfim, a taxa de lucro voltou a subir, em 2015, já era tarde demais.

3.2 PESQUISAS RECENTES SOBRE DESIGUALDADE NO BRASIL COM BASE EM DADOS TRIBUTÁRIOS

Conforme já adiantado na Introdução, após a divulgação recente dos Grandes Números do Imposto de Renda da Pessoa Física pela Receita Federal do Brasil³⁴, alguns estudos têm surgido, contrapondo a interpretação até então dominante de que a desigualdade de renda, no Brasil, com base nas pesquisas domiciliares, havia caído consideravelmente nas últimas duas décadas, sobretudo a partir dos governos do PT. Tal contraposição tem como

³⁴ As publicações dos Grandes Números DIRPF estão disponíveis no site da Receita Federal do Brasil, em: <http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf>.

principal substrato, como também já dito, a constatação de que os dados tributários medem melhor a renda dos que concentram a maior parte dos rendimentos, informação que é subestimada pelas pesquisas domiciliares, sobretudo as Pnad's.

Um dos primeiros trabalhos feitos com base nos dados tributários para o Brasil foi o de Castro (2014), analisando números do Imposto de Renda Pessoa Física para os anos de 2006, 2009 e 2012. Uma de suas conclusões é de que o Imposto de Renda brasileiro, em comparação a outros países, na América Latino e no mundo desenvolvido, apresenta “[...] índices de desvio de proporcionalidade bastante altos [...]”. Isto indicaria que, para o autor, o IRPF, para os padrões internacionais, teria elevado grau de progressividade. O problema estaria em sua baixa representatividade em relação à renda bruta brasileira, reduzindo extremamente sua “capacidade redistributiva”, “[...] problema semelhante a muitos países com renda per capita similar à do Brasil” (CASTRO, 2014, p. VIII).

Tal conclusão do autor é bastante interessante, tendo em vista que, aparentemente, entraria em contradição com o que muito se tem dito acerca da baixa progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil. Diz-se que um imposto é tão proporcional quanto menores forem as variações de suas alíquotas efetivas entre os diferentes contribuintes, independentemente de sua capacidade contributiva, isto é, de suas condições econômicas para arcar com dito tributo. Ora, a progressividade pressupõe, justamente, a existência de alíquotas que variem conforme a capacidade contributiva de cada um, isto é, aos que recebem menos, se aplicam as menores alíquotas e, aos que recebem mais, as maiores. A progressividade, assim, nos termos empregados por Castro (2014), se manifesta na forma de **desvios da proporcionalidade**, o que o autor tenta comprovar matematicamente. Em sua visão, portanto, o Brasil possui um Imposto de Renda Pessoa Física com alta progressividade, porém, por ter baixo peso na arrecadação total, com limitada efetividade redistributiva, problema que seria agravado pelo incentivo da legislação à transformação de profissionais liberais em pessoas jurídicas e seu ingresso no Simples Nacional. No Brasil, o maior peso da carga tributária está nos impostos indiretos, e este fato é que seria o principal causador da regressividade do Sistema Tributário brasileiro, e não o Imposto de Renda em si.

Outra conclusão importante do autor refere-se ao índice de Gini aplicado, comparativamente, sobre os montantes de renda, por um lado, e de bens e direitos, por outro, ambos constantes das declarações entregues à Receita Federal do Brasil. A primeira (renda) seria uma variável de fluxo, enquanto a segunda (riqueza, representada pelos bens e direitos declarados) seria de estoque. Castro conclui que há uma desigualdade muito maior na riqueza

do que na renda, sendo, pelo menos, 30% superior naquela para os três anos abrangidos por sua pesquisa, medida pelo índice de Gini aplicado sobre os dados tributários. Esse resultado foi obtido sem considerar a primeira faixa de renda, ou seja, aqueles que menos concentram, o que, de certa forma, surpreendeu o autor, tendo em vista que, em sua opinião, nos estratos mais elevados, o índice de Gini para a riqueza tenderia a ser menor (CASTRO, 2014, p. 104) .

Claro que se trata apenas de uma “aproximação”, já que, por um lado, somente uma minoria, estimada em cerca de 10% da população adulta, entrega declarações de Imposto de Renda à RFB, e, por outro, nem todos os declarantes informam seus bens, tendo em vista, muitas vezes, estes constarem apenas dos documentos entregues pelos respectivos cônjuges. Outra dificuldade é de que o agrupamento da população por declaração do IRPF, na opinião do autor, possivelmente levaria à subestimação do índice de Gini para a renda e a riqueza Castro (2014). Além disso, ao tentar aferir o valor dos bens e direitos, tendo em vista que tais dados, salvo exceções, não são obrigatórios no preenchimento da declaração, Castro (2014, p. 102) constatou a existência de vários campos zerados.

Provavelmente há um grande número de declarações nessa situação e não há como contornar esse problema utilizando-se a base de dados somente. Há que se fazer uma extração para uma base separada, efetuar a modificação nos valores das declarações dos cônjuges, deslocando metade dos bens para um deles e, posteriormente, refazer o ordenamento das declarações. Apesar dessa constatação optou-se por fazer a extração das faixas e realizar o cálculo ciente das limitações encontradas. (CASTRO, 2014, p. 102)

Medeiros *et al.* (2014) utilizaram os dados provenientes do estudo de Castro (2014) para detalhar melhor os níveis de desigualdade por faixas de renda no Brasil para o período de 2006 a 2012. Os autores, já de início, justificam o uso dos dados tributários como fonte em detrimento do trabalho exclusivo com as Pnad's. Para eles, as pesquisas domiciliares tendem a subestimar as rendas no topo da distribuição, o que atribuem a problemas de amostragem, de formulação dos questionários, omissões de respostas ou desconhecimento por parte dos entrevistados, que, algumas vezes, não sabem os exatos valores de seus rendimentos (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 4).

Medeiros *et al.* (2014, p. 5), então, constroem “[...] uma série de indicadores de desigualdade com base nas declarações de Imposto de Renda da Pessoa Física”, tendo como foco os que concentram 0,1%, 1% e 5% da renda total. Os autores reconhecem limitações importantes em seu estudo:

- a) uma minoria muito pequena da população brasileira apresenta a Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda;

- b) não há dados suficientes para calcular ou estimar outras formas de renda, como, por exemplo, “a renda domiciliar per capita dos mais ricos”;
- c) não é possível acessar a totalidade dos rendimentos obtidos por pessoas jurídicas, que, no final das contas, são propriedade de pessoas físicas.

A última limitação, isto é, o fato de que as rendas formalmente atribuídas a pessoas jurídicas não estejam contempladas nos dados disponibilizados pela Receita Federal, diga-se de passagem, como se verá logo a seguir, é teoricamente resolvida pela análise de Morgan (2017), que busca aferir essas informações a partir das Contas Nacionais.

Tendo em vista que os dados disponibilizados pela Receita Federal não estão distribuídos dentro de categorias de renda, os autores optaram pela interpolação de Pareto para atingir tal fim, seguindo a mesma metodologia adotada pelo WID (*World Inequality Database*) (BLANCHET; FOURNIER; PIKETTY, 2016)³⁵. O denominador para a população foi o total de residentes com 18 anos ou mais – [...] “de acordo com a revisão de 2013 das projeções oficiais do IBGE” -, e o da renda bruta foi obtido a partir das Contas Nacionais (Medeiros et al., 2014, p. 7). Os autores afirmam que esse procedimento está de acordo com o que geralmente se aplica na “literatura internacional”, que situa a população “[...] entre 15 anos ou mais e 20 anos ou mais”.

Com a população total e a interpolação de Pareto, obtivemos a renda total dos centésimos e milésimos mais ricos da população. Para transformar esses valores em frações da renda, precisamos calcular o denominador, isto é, a renda total, que foi obtida a partir das Contas Nacionais, como preconiza a literatura internacional. Mais especificamente, usamos os dados públicos das séries trimestrais das Contas Nacionais, elaboradas pelo IBGE para construir a renda total usando a definição mais compatível com a renda nos dados tributários. (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 7).

Já quanto ao denominador da renda, a partir das Contas Econômicas Integradas (CEI), setor institucional “famílias”, foram obtidos os ordenados e salários, somados ao excedente operacional bruto, o rendimento misto bruto (referente a autônomos), os juros, dividendos e retiradas, os benefícios sociais (exceto as transferências recebidas em espécie) e outras transferências correntes. Desses valores, foram deduzidos os aluguéis imputados, obtidos através das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 9-10).

Como a publicação dos dados necessários ao cálculo do denominador da renda são disponibilizados com defasagem, os autores, então, adotaram um procedimento alternativo: identificaram “[...] a razão entre a renda monetária familiar (o denominador da renda definido

³⁵ Sobre a interpolação de Pareto, *ver* também Kingston (1952).

acima) e o Produto Interno Bruto (PIB) para o período de 2006 a 2009 [...]” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 10) e aplicaram o resultado, cerca de dois terços do PIB (aproximadamente, 66,7%), a todo o período em análise.

Da mesma forma que os demais estudos discutidos nesta seção, Medeiros *et al.* (2014) concluem pela forte persistência da elevada concentração de renda no topo da distribuição brasileira. Entre 2006 e 2012, o 0,1% “mais rico” teria detido 11% da renda total (110 vezes maior do que a média nacional). O 1% do topo teria se apropriado de 25%, e os 5%, de 44%. Comparando com outros países, dizem os autores:

Na Colômbia e nos Estados Unidos a parcela do 1% mais rico na renda total situa-se em torno de 20% [...]. Os resultados para outros países desenvolvidos indicam percentuais entre 10% e 15%, caindo abaixo disso nos países mais igualitários [...]. Todavia, diferenças entre países e sistemas tributários impedem que esses números sejam diretamente comparados aos nossos. (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 17)

Outro ponto que é relativamente comum entre as obras aqui debatidas é a extrema desigualdade também entre os “mais ricos”. O 0,1% do topo, correspondente a apenas 140 mil pessoas, em 2012, tiveram renda média quase 7 vezes maior do que a do restante dos indivíduos pertencentes ao centésimo “mais rico” e quase 22 vezes a dos demais membros dos 5% do “andar de cima”. Comparada ao dado nacional, a renda média do milésimo “mais rico” foi 116 vezes maior.

Mais uma vez, há relativa estabilidade ou flutuação cíclica no período analisado, de modo que as diferenças nos níveis chamam mais a atenção: há muita desigualdade mesmo entre os mais ricos, com enorme concentração justamente entre os mais ricos dentre os mais ricos. Em média, entre 2006 e 2012, o 0,1% mais rico apropriou-se de 43% da renda total do 1% mais rico e de quase 25% da renda total dos 5% mais ricos. (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 19-20)

Na sequência, os autores realizam comparações entre as séries obtidas a partir dos dados tributários com aquelas construídas por meio das pesquisas domiciliares: Pnad’s, Pof’s e Censos, considerando, separadamente, o 0,1%, o 1% e os 5% “mais ricos”, segundo denominação própria. A conclusão, mais uma vez, é pela subestimação da concentração de renda no topo da distribuição quando se consideram as pesquisas domiciliares. Nas Pnad’s e nas Pof’s, o 0,1% do topo fica entre 3% e 4% de participação na renda total, o 1%, entre 14% e 16% e os 5% têm média próxima de 35%. No Censo de 2010, esses valores são, respectivamente, de 7%, 19% e 40%, se aproximando mais dos dados tributários.

Ainda assim, como vimos, os resultados com base nos dados tributários são ainda mais elevados, com médias arredondadas de 11%, 25% e 44% para o 0,1%, o 1% e os 5% mais ricos. Mais ainda, como observado, mesmo no caso mais extremo, em que todo o PIB é usado como denominador da renda, a fração do 1% mais rico nos dados tributários permanece superior à registrada nas PNAD e nas POF, e apenas pouco abaixo daquela do Censo. (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 23)

Mais do que isso, os autores concluem que a comemorada queda na desigualdade no Brasil, no início deste século, não se verifica quando se olha apenas para o topo da distribuição. Afirmam, categoricamente, que o topo, em qualquer base de dados que seja, mesmo as Pnad's, apresenta-se mais resistente à mudança em seus patamares de participação na renda, sobretudo quando se trata do top 1%, e isso teria como implicação necessária o fato de que, se houver mudança na desigualdade, a maior parte dessa só poderá ocorrer “[...] na base e no centro da distribuição” (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 24)

[...] também pode-se ver que a tendência de queda na desigualdade geral que se observa no Brasil não encontra correspondência no topo da distribuição, nem mesmo nos levantamentos domiciliares. Entre 2006 e 2012, para o 0,1% e o 1% mais rico, há leve aumento nos dados tributários e estabilidade nas PNAD. Mesmo quando consideramos os 5% mais ricos, a tendência na PNAD é de queda suave, de 36% em 2006 para 33% em 2012. Como a fração do 1% mais rico variou muito pouco, quase toda essa queda na PNAD é decorrente da diminuição da fatia dos indivíduos entre os percentis 95 e 99. (MEDEIROS *et al.*, 2014, p. 24)

Ao final do estudo, os autores, mais uma vez, reforçam as limitações do trabalho. Além da já citada ausência de dados relativos à renda das pessoas jurídicas, Medeiros *et al.* (2014, p. 27) também mencionam que a técnica de interpolação aplicada pode ter levado à subestimação da concentração de renda na parte de cima da distribuição.

Morgan (2017), justamente, amplia a base de renda considerada para aferição da desigualdade, buscando, nas contas nacionais, propriamente aqueles dados não constantes das declarações do Imposto de Renda, dentre os quais, os das pessoas jurídicas, apontadas como lacuna no estudo de Medeiros *et al.* (2014).

O autor francês se baseia na já citada metodologia do WID para analisar a desigualdade de renda no Brasil de 2001 a 2015. Tal análise tem seu foco na elaboração de séries que mesclam dados tributários, das pesquisas domiciliares e das contas nacionais, método que é chamado pelos autores do WID de **Dina**. As conclusões do autor para o Brasil apontam forte concentração de renda no topo da distribuição e um “meio espremido”, indicando que, no período analisado, enquanto a base e o topo da distribuição teriam obtido ganhos em sua participação na renda, os 40% pertencentes ao meio (decis 6 a 9) teriam tido perdas, diminuindo ainda mais sua já bastante baixa fração do total (pouco mais de 30%) se

comparada a outros países. Para Morgan (2017), houve avanço na diminuição da desigualdade no Brasil, mas este teria ocorrido somente entre os 90% “mais pobres”, já que, pelos dados do WID, teria havido aumento da concentração nos 10% “mais ricos”.

The concentration of income at the top is striking, with the Top 1% income share increasing to 28% by the end of the period, from an initial share of 25%. The Top 10% increased their share of income from about 54% to 55% of pre-tax national income and captured 61% of total growth. The Bottom 50% share rose from 11% to 12%, experiencing higher growth than the top decile, but capturing only 18% of total growth due to its extremely low command of income. While elites and the poor made gains, the Middle 40% of the distribution decreased its share from about 34% to 32%, posting less growth than the average for the whole economy. (MORGAN, 2017, p. 1)

O foco do autor, entretanto, está em analisar a desigualdade de renda *antes* da aplicação do Imposto de Renda. Tal como justifica Morgan (2017, p. 2), as pesquisas, que são a maioria, que focam exclusivamente nos dados após os impostos têm o mérito de identificar o papel do Estado na redistribuição de renda, porém não permitem identificar adequadamente a ação específica do mercado nesse aspecto, que poderia ser visto como “[...] o precursor da distribuição secundária (disponível)”.

Thus by dealing with the original market distribution of income under the Dina framework, this paper provides a different angle from which to analyse income inequality in Brazil. But it also considers the impact that Brazil’s celebrated cash transfer programs have on the distribution of income, if we factor them into the estimates using a simple and transparent method. (MORGAN, 2017, p. 2)

Objetivo do autor é distribuir a renda total nacional, tal como aparece nas Contas Nacionais, entre as famílias, representadas pelos indivíduos adultos com mais de 20 anos. Para tanto, ele busca, primeiro, construir o que chama de *renda fiscal*, que nada mais é do que a combinação das distribuições na Pnad e no IRPF. O primeiro passo, nesse sentido, é estimar a distribuição a partir das Pnad’s. Os resultados obtidos são, em seguida, combinados com a distribuição no IRPF. As duas séries combinadas correspondem, nas Contas Nacionais, à renda recebida pelo setor das famílias após os recolhimentos dos impostos sobre a folha de pagamento do empregador, incluindo as contribuições para a seguridade social, e sobre a renda das empresas. Estariam incluídas aí, portanto, as rendas do trabalho e do capital e as chamadas mistas.

More precisely this includes salaries and pensions, selfemployment income, net interests, rents, distributed business profits and dividends, and capital gains made from the sale of assets. It thus corresponds to the pre-tax postreplacement income,

i.e. gross income received by individuals before personal income taxes, employee payroll taxes (including social security contributions), and legal deductions but after accounting for social security benefits in cash (unemployment insurance and social security pensions). All these items are included in order to make the income in the survey consistent with the definition of income in the personal income tax declarations. (MORGAN, 2017, p. 8)

A renda fiscal total antes dos impostos, assim obtida, deverá ser igual à soma da renda primária líquida das famílias – salários, mais excedente operacional bruto (deduzido do consumo de capital fixo), mais a renda mista bruta (também deduzida do consumo de capital fixo), mais os rendimentos imobiliários recebidos pelas famílias, menos os rendimentos imobiliários pagos pelas famílias –, com os benefícios de seguridade social pagos em dinheiro, menos o aluguel imputado aos proprietários, menos as receitas de investimento atribuíveis aos segurados, menos as receitas de investimento a pagar por direitos a pensão. Todos esses itens constam das contas nacionais e devem coincidir com os dados buscados nas séries do IRPF e da Pnad, com exceção dos três últimos, que não aparecem nas declarações tributárias.

O esquema básico de Morgan (2017, p. 9), portanto fica assim:

- Renda fiscal total antes dos impostos:
 - = salários
 - + excedente operacional bruto – consumo de capital fixo
 - + renda mista bruta - consumo de capital fixo
 - + rendimentos imobiliários recebidos pelas famílias
 - rendimentos imobiliários pagos pelas famílias
 - = renda primária líquida do setor das famílias
 - + benefícios de seguridade social pagos em dinheiro
 - aluguel imputado aos ocupantes-proprietários
 - rendas de investimentos atribuíveis aos segurados
 - rendas de investimento a pagar por direitos a pensão

O próximo passo seria buscar nas contas nacionais os valores que não constam das declarações do IRPF, com o objetivo final de se chegar à renda nacional antes dos impostos. Para tanto, os seguintes itens das contas nacionais devem ser somados à renda fiscal total antes dos impostos: aluguéis, seguros, pensões, fluxo de renda das corporações. Este último item é obtido pela soma dos lucros não distribuídos, formado pelo imposto de renda da pessoa jurídica, pelos ganhos retidos e pelas transferências para pessoa jurídica, com a renda de capital do governo (MORGAN, 2017, p. 8).

Na sequência, Morgan (2017) descreve a metodologia aplicada para combinar as três fontes de dados: Pnad's, declarações do IRPF e Contas Nacionais. Resumidamente, o autor, primeiro, corrige os dados da Pnad conforme o IRPF e técnicas de interpolação generalizada de Pareto e, depois, reconcilia os dados com as contas nacionais, distribuindo as rendas de capital não fiscais - isto é, não constantes das declarações do imposto de renda (aluguéis, seguros, pensões e fluxo de renda das corporações) - conforme as Pnad's.³⁶

Além de concluir que os 10% mais abastados da população brasileira foram aqueles que mais aumentaram sua participação na renda, o autor também dedica atenção ao 1% que está no topo. No que diz respeito à concentração da renda nesse estrato, o Brasil aparece como destaque mundial. A título ilustrativo, Morgan compara tais resultados com os observados na França para o mesmo estrato. Enquanto aqui esse percentil receberia em torno de US\$ 541 mil, no país europeu esse valor ficaria entre US\$ 450 mil e US\$ 500 mil. Em compensação, os 90% “mais pobres”, no Brasil, receberiam um montante comparável aos 20% “mais pobres” na França. Para o autor, isto seria um forte indicador, não apenas de sua principal conclusão, ou seja, da existência de um “meio espremido”, mas também da ausência de uma “classe média” no Brasil (MORGAN, 2017, p. 15).

Outra dedução importante do autor é de que a parcela apropriada, em acréscimo, pelo 1% “mais rico” - cerca de 1,4 milhão de pessoas, que detêm, em média, 28 vezes a renda *per capita* do país - teria sido retirada dos 40% que estão no meio da distribuição, dentro de sua teoria do “meio espremido” (MORGAN, 2017, p. 15).

Sem, em nenhum momento, mencionar o trabalho de Palma, sobre o qual já se discorreu aqui, à primeira vista, Morgan parece chegar a uma conclusão bastante diversa à daquele autor, na medida em que justamente o meio (“Middle 40%”) da distribuição, para ele, foi quem teria perdido participação na renda no período analisado para o caso brasileiro.³⁷

Ao mesmo tempo, Morgan (2017, p. 17) aponta que o crescimento de renda teria sido mais forte para os percentis do topo, com o top 0,001% tendo crescido 122%, entre 2001 e 2015³⁸. Além disso, a maior parte do crescimento econômico brasileiro experimentado no período teria sido capturada pelo topo da distribuição: 61% para o decil 10 e 43% para o top

³⁶ Para maior detalhamento da metodologia aplicada não só pelo autor, mas pelo próprio WID, *ver*, além do referido artigo de Morgan (2017), Alvaredo *et al.* (2016).

³⁷ Embora excepcionalize o caso da América Latina, Palma (2011) estabelece que o meio da distribuição (D5-D9) seria homogêneo, sendo irrelevante sua consideração na comparação entre países. Adiante, esse ponto será mais bem trabalhado.

³⁸ O autor não especifica, mas, provavelmente, esse incremento seja em valores nominais.

1%. Mesmo que tenha crescido a boas taxas, os 40% “mais pobres” não teriam conseguido capturar a maior parte do crescimento, devido a seus níveis de renda extremamente baixos.

The Middle 40% was the only group to grow at a rate less than the average for the whole population. [...] Thus over a short-to-medium run timeframe, the income growth of the poor seems to matter less than their share of total income. For the Middle 40% it is their weak growth performance that makes the difference. (MORGAN, 2017, p. 17)

Importante ressaltar, é claro, que, enquanto Palma (2011), assim como, por consequência, Cobham e Sumner (2013), se refere à “homogeneidade” e “resistência” dos decis 5 a 9 em sua participação na renda, Morgan (2017) está tratando dos decis 6 a 9. Além disso, enquanto este autor se dedica à análise dos dados tributários, aquele, ainda que se oponha ao uso do índice de Gini, conduz sua análise em cima de dados estatísticos oficiais consolidados pelo Banco Mundial, que, como já se disse, se baseia majoritariamente em pesquisas domiciliares, no caso específico do Brasil, nas Pnad’s. Isso certamente faz com que o trabalho de Palma (2011) tenha o viés da subestimação da renda dos estratos mais elevados da população e, por esta via, da própria desigualdade. Voltar-se-á a este debate quando da análise dos dados coletados para esta pesquisa.

Comparando com China, EUA e França, Morgan (2017) afirma que as perdas registradas para o “Middle 40%” fizeram com que essa parcela da população visse diminuída sua participação na renda para menos de um terço da renda nacional, algo que seria uma peculiaridade do Brasil. Outra afirmação importante é de que, apesar de terem sido baixos, os ganhos em participação na renda dos 50% na base da distribuição teriam sido elevados se comparados a esses outros países. Em compensação, os 10% do topo ultrapassariam consistentemente o grupo correspondente na China, EUA e França em participação na renda total. Nos EUA, por exemplo, a participação na renda desse grupo chegaria a ser 10% menor – algo em torno de 45%. Na China, essa participação do top 10% seria de menos de 42% e, na França, de cerca de 32%.

Comparing the Bottom 50%, Brazilian shares have been steadily moving closer to US levels, but are still far from those of a developed European economy like France. Interestingly the evolution of the poorest half of Brazilian adults has been the opposite of that observed in the USA since the early 2000s. In sum, the Brazilian distribution is highly skewed, but the bottom seems to have made greater gains than in other countries since the new millennium. (MORGAN, 2017, p. 17-18)

Tal avanço dos 50% que compartilham as menores parcelas da renda nacional, entretanto, nem de perto se compararia com aquele observado, no mesmo período, no Brasil, para os 10% que estão no topo, e muito menos ainda para o 1%. Enquanto, na China, a participação do top 1% é de cerca de 14%, no Brasil, esse percentual salta para aproximadamente o dobro (MORGAN, 2017, p. 18 e 48).

Com os avanços, que são destaque mundial de 2001 a 2015, dos decis 1-5 e 10, no Brasil, fica fácil compreender como os decis 6-9, inevitavelmente, viram sua participação na renda “espremida”, como afirma o autor, nesse período. Apesar disso, novamente, Morgan (2017) reafirma que o crescimento em participação dos estratos mais baixos se deu em níveis proporcionalmente inferiores em relação ao topo. Em sua visão, no curto e médio prazo, é o compartilhamento na renda que importa, mais do que seu crescimento.

Income growth has also been unequal, with the Bottom 50% making gains, but not at the expense of top groups, who only experienced lower growth than the average since the global recession. Overall, elites still managed to capture disproportionate fractions of total growth due to their disproportionate share in total income. (MORGAN, 2017, p. 24)

Adiante, na análise dos dados desta dissertação, investigar-se-á melhor a participação na renda de cada um dos decis.

Outro estudo seminal sobre a desigualdade no Brasil a partir dos dados tributários e fortemente crítico das pesquisas domiciliares no que se refere a sua incapacidade em captar as frações de renda apropriadas pelo topo da distribuição é o de Gobetti e Orair (2017, p. 268). Um dos pontos mais debatidos pelos autores é o da perda de progressividade do Imposto de Renda brasileiro devido, sobretudo, à redução do número de faixas de alíquotas, à concessão de isenção aos dividendos e à possibilidade de dedução de juros (fictícios) sobre o capital próprio, beneficiando as rendas derivadas do capital em detrimento das relacionadas ao trabalho. Segundo os autores, tais medidas, adotadas, no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 e do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, teriam sido consequência da teoria da taxaço ótima, fundamentada na existência de um suposto *trade off* entre equidade e eficiência, em que a política econômica deveria abster-se de qualquer aspiração distributiva, limitando-se a medidas compensatórias por meio do gasto público, tirando o foco da arrecadação tributária, sob pena de se causar distorções no sistema

econômico³⁹. Além do *trade off* entre equidade e eficiência, esse ponto-de-vista teórico basear-se-ia em “[...] hipóteses bastante restritivas quanto ao comportamento individual e à dinâmica econômica [...]”, resultando em “modelos extremos”, pelos quais o imposto de renda deveria ter uma alíquota linear e a renda do capital não deveria ser taxada, sob pena de “distorcer os incentivos econômicos” (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 268).

Influenced by narrow interpretations of the optimal taxation literature, in a scenario where the neoclassical economic revolution of the 1970s questioned Keynesian fiscal policy, a sort of mainstream consensus was built among policymakers that tax policy, so as not to introduce distortions in the economic system, should abstain from any distributive aspirations, shifting this classic function of fiscal policy to public expenditure instead. (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 268).

Os autores demonstram o vertiginoso aumento da parcela dos dividendos como componente da renda no Brasil entre 2007 e 2013 e relacionam tal fato com a concentração de renda no topo da distribuição: de R\$ 149 bilhões em 2007 para R\$ 287 bilhões em 2013, 41% acima do crescimento do PIB. De uma população de mais de 200 milhões de pessoas, apenas 2,1 milhão teriam sido beneficiadas com essas isenções, concentrados no topo da distribuição, onde representam 82%, com uma renda acima de R\$ 1,3 milhão.

Another interesting fact is that the largest portion of this group’s income is exempt – two thirds of the total on average – especially at higher brackets. In other words, there are asymmetries in the distribution of those receiving dividends, who are more concentrated at the top and whose major portion of income is exempt from taxes. (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 275).

Discordando de Castro (2014), os autores apontam que esse ostensivo beneficiamento da legislação tributária às rendas derivadas do capital, teriam feito com que a progressividade do Imposto de Renda se limitasse, praticamente, à renda proveniente do trabalho. Mesmo considerando toda a renda (trabalho e capital), entretanto, os autores afirmam que a tendência de progressividade do imposto se inverteria a partir de determinado estrato da população rumo ao topo da distribuição. Como as rendas relacionadas ao capital concentram-se no topo da distribuição, as isenções e outros benefícios concedidos a esses tipos de rendimentos fariam com que, aproximadamente a partir de R\$ 325,4 mil reais de renda média, as alíquotas efetivas de imposto de renda passassem a decrescer, encerrando o que os autores chamam de “paradoxo”.

³⁹ O *trade off* entre equidade e eficiência, já salientado mais acima na seção 2.2, se origina de teorema de Okun (ver Kerstenetzky, 2012), e, além de desestimular a tributação dos mais ricos, enxerga as políticas de gasto social como simples compensação, sem potencial redistributivo.

The average rates for total income [...] grow up to 11.8 per cent in the intermediary stratum of the 1.5 million taxpayers who earn between BRL162,700 and BRL325,400, where the main source of income is still taxable (wages). From that point on, there is an inflexion in the rates, which fall to 6.7 per cent due to the predominance of capital incomes (tax-free or taxed at linear lower rates). (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 276).

Por esse motivo, os autores afirmam que, no Brasil, os princípios de equidade vertical e horizontal não seriam respeitados. Enquanto a equidade horizontal significa a igualdade na tributação entre aqueles que estão no mesmo nível de renda, a vertical indica a necessidade da progressividade, isto é, alíquotas maiores para os que recebem mais.

These results suggest that both principles are violated under the current structure of the PIT. From a horizontal standpoint, because recipients of dividends have lower average rates, and from a vertical perspective, as rates decrease at the top of the distribution. (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 276 e 278).⁴⁰

Os autores, então, com o objetivo de alargar sua análise acerca da desigualdade no Brasil, resolvem agregar dados das pesquisas domiciliares de modo a também considerar os estratos inferiores de participação na renda. Eles afirmam que foi efetuado um procedimento com o objetivo de ajustar o viés de subestimação contido nas *surveys* adicionando informações tributárias e das Contas Nacionais. A partir disso, é possível identificar os reflexos da política tributária então adotada no Brasil sobre a desigualdade, medida em termos de índice de Gini, bem como fazer simulações quanto a possíveis políticas a serem tentadas. Gobetti e Orair (2017, p. 279) identificam que a tributação da renda da pessoa física, no Brasil, possui certo impacto redistributivo⁴¹, atingindo 95% da população, em detrimento dos “mais ricos”, porém esse resultado é ainda bastante limitado quando comparado a outros países:

It is estimated that PIT leads to a reduction in the Gini index, from 0.647 to 0.632, representing a 2.3 per cent decrease. This decrease is inferior to the ones found by Hanni, Martner and Podestá (2015) in the more developed South American countries such as Chile, Argentina, Mexico and Uruguay, where it varies from 2.9 per cent to

⁴⁰ PIT é o termo usado por Gobetti e Orair (2017) para significar *Personal Income Tax* – Imposto de Renda Pessoa Física.

⁴¹ Segundo Cimoli *et al* (2015. P. 15), em 2013, num *ranking* entre 36 países, o Brasil era o que possuía a maior desigualdade antes dos impostos e transferências, medida pelo índice de Gini, estando cerca de 14% acima da média da América Latina e mais de 32% da média dos países da OCDE. Após os impostos e transferências, o país continuava em primeiro lugar em desigualdade, 14% acima da América Latina e 28% acima da OCDE. Enquanto países como França, Eslováquia, Noruega e Dinamarca reduziram seu índice de Gini em mais de 40% após a aplicação dos impostos e transferências, o Brasil havia reduzido apenas 9,8%. A média de redução dos países da OCDE foi de 35,4%.

4.8 per cent, and far inferior to the OECD average, which would be around 6 per cent according to Joumard, Pisu and Bloch (2012). (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 279).

Tal como os autores anteriores, Gobetti e Orair (2017) destacam a particular concentração no topo da hierarquia de distribuição de renda no Brasil. Para eles, os 10% do topo concentram pouco mais da metade de toda a renda, o top 1%, perto de 1/5, e o top 0,1%, 1/10. Já os 0,05% do topo, composto por cerca de 71 mil pessoas, detêm 8,2% de toda a renda (GOBETTI; ORAIR, 2017, p. 279).

Por fim, tem-se como trabalho mais recente acerca da desigualdade no Brasil aferida a partir das informações disponibilizadas pela Receita Federal o de Souza (2018, p. 213-214), que, a respeito do uso de dados tributários, afirma não haver, até o momento, melhor fonte para “[...] estudo dos ricos e da concentração de renda no topo [...]”. Tal fonte é capaz de fornecer, em sua visão, a possibilidade de se construírem séries históricas longas e de se captarem melhor os níveis de concentração dos estratos mais elevados da distribuição, atributos que faltariam às pesquisas domiciliares.

Além da subestimação dos rendimentos mais elevados, Souza (2018, p. 245) ressalta problemas de aferição, pelas pesquisas domiciliares, “[...] dos rendimentos de capital e dos rendimentos de trabalhadores não assalariados (como empregadores e trabalhadores por conta própria)”. O autor, tal como Medeiros *et al* (2014), também compara os resultados obtidos a partir dos dados tributários com as Pnad’s e os Censos e conclui que as três fontes “[...] discordam tanto em relação ao nível quanto às tendências” (SOUZA, 2018, p. 245), e essa discordância é maior quanto mais se aproximam do topo da distribuição. Tal como já apontado por Medeiros *et al.* (2014), a discordância entre as fontes seria maior entre os dados tributários e as Pnad’s.

A fração do 0,1% mais rico é, nos dados tributários, em média quase três vezes maior do que na Pnad’s e 75% maior do que nos Censos [...]. Essa razão é substancialmente menor no caso do 1% e, quando passamos aos 10% mais ricos, há, durante boa parte do tempo, um virtual empate entre as três fontes de dados. (SOUZA, 2018, p. 245)

O autor constrói a série mais longa acerca da desigualdade no Brasil de que se tem notícia: de 1926 a 2013. Para tanto, seu principal critério de aferição é a renda dos estratos mais elevados da distribuição, variando, em sua obra, o percentual analisado, de 15% até 0,01% dos que estão no topo. Para tal estratificação, a exemplo do que fizeram Morgan (2017) e Medeiros *et al* (2014), o autor também utiliza a interpolação de Pareto, com controle

para a população de 20 anos ou mais e para a renda a partir das Contas Nacionais. Souza (2018) afirma não ser possível identificar nenhuma “tendência unívoca de longo prazo”, em toda sua longa série, mas os resultados também não permitem se falar em “estabilidade pura e simples”.

O que se vê são flutuações, por vezes súbitas e radicais, em diferentes direções, de modo que a fração do centésimo mais rico permaneceu num patamar muito alto, entre 20% e 25%. As flutuações correspondem com surpreendente frequência a grandes eventos ou ciclos político-econômicos do país, como o Estado Novo, os anos dourados do desenvolvimentismo e o golpe militar nos anos 1960. Em compensação, o vínculo com variáveis estruturais, como a urbanização e a industrialização, é no mínimo ambíguo. (SOUZA, 2018, p. 221-223)

A citação acima, praticamente, resume o principal achado da tese de Souza (2018), que pode levar à seguinte conclusão: os mais abastados, no Brasil, sempre conseguiram manter sua participação na renda total em patamares elevados, com esporádicas flutuações que coincidiram com “eventos ou ciclos político-econômicos”. Assim, para o autor, a alegada queda na desigualdade apontada pelas pesquisas domiciliares nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores não corresponderia à realidade histórica do país, que, no que diz respeito aos estratos mais do topo, não teria visto qualquer alteração tendente ao estabelecimento de uma inflexão na série construída por Souza (2018). Em sua opinião, em todo o longo período analisado, *não haveria* qualquer indicativo de tendência observável na série histórica da desigualdade no Brasil, nem mesmo nos anos mais recentes. A desigualdade no Brasil, para Souza (2018, p. 229) teria se mantido em níveis elevados desde o início de sua série histórica. Com atenção especial ao 1% do topo da distribuição, este “[...] ficou entre 20% e 25% em 40 dos 69 anos para os quais há dados observados ou imputados (58% dos casos)” (SOUZA, 2018, p. 229).

Como já dito, essa “estabilidade” da apropriação da renda entre os “mais ricos” não significa que não tenha havido momentos de flutuações. Nesse sentido, o autor indica que houve aumento da desigualdade refletida na apropriação do 1% mais rico em quatro momentos ao longo da série: no Estado Novo, notadamente durante a II Guerra Mundial, no “interregno democrático” (1945 a 1964), após 1964 e nos anos 80, com possível superestimação, neste último, por conta da inflação. Daí por que a conclusão de que tais flutuações coincidiriam com alterações importantes na cena político-econômica do país. Ainda assim, o autor não descarta a influência de fatores estruturais, apenas afirma que a mesma não pode ser verificada nas flutuações de sua série histórica, que são “relativamente

bruscas e de curta duração”, coincidindo com “momentos críticos de nossa vida institucional”, quando se observa apenas o topo da distribuição.⁴²

A história do 0,01% e do 0,1% mais ricos foi semelhante, com apenas algumas diferenças de intensidade. Para estratos maiores, como os 5% e 10% mais ricos, a trajetória foi distinta, com uma queda mais visível ao longo de toda a década de 1970, e, essencialmente, estabilidade nos anos 1980. Deixando de lado pontos atípicos como 1988 e 1997, não há diferenças claras entre o nível de concentração observado na primeira metade da década de 1980 e no período mais recente. (SOUZA, 2018, p. 230-232)

Embora o Estado Novo e a ascensão ao poder pelos militares em 1964 tenham coincidido com o aumento da desigualdade, entendida enquanto concentração de renda no topo, para o autor, contudo, seria um erro considerar que tais oscilações estejam relacionadas com a alternância entre democracia e ditadura. O aumento da desigualdade no Estado Novo para ele, se deve muito mais às condições excepcionais que perduram durante a Segunda Guerra, tal como no resto do mundo. Já no caso de 1964, não há elementos suficientes, segundo o autor, para garantir que, sem a instauração do regime militar, a desigualdade “continuará a declinar suavemente até o patamar europeu” (SOUZA, 2018, p. 231). Por outro lado, com a redemocratização, na década de 1980, não se constatou “nenhuma redução rápida da concentração no topo, que continuou a aumentar na segunda metade da década” (SOUZA, 2018, p. 234).

Souza (2018), entretanto, não deixa de salientar que o foco principal de sua análise da desigualdade se direciona à concentração de renda no topo. Portanto as conclusões a que chega não teriam por objetivo negar que as camadas mais baixas tenham aumentado sua participação na renda no período. Contudo, para o autor, essa simples constatação não seria indicativa por si só de queda na desigualdade, tendo em vista que esta é uma variável relacional, isto é, de comparação entre estratos de uma população. Para ter uma ideia se, de fato, houve alguma modificação na desigualdade, o autor utiliza seu “Gini corrigido pelos dados tributários”, que, teoricamente, deveria abranger todos os estratos da população. Esse indicador se basearia “na decomposição do Gini por subgrupos com rendimentos não sobrepostos [...] – os x% mais ricos e o resto da distribuição”, seguida por uma alteração das “fórmulas para refletir a fração da renda apropriada pelos ricos nos dados tributários” (SOUZA, 2018, p. 250).

⁴² Palma (2011) identifica um padrão bastante semelhante para o Chile e afirma que a América Latina possui como característica geral a convivência com momentos esporádicos e de curta duração de redução da desigualdade. Trabalhar-se-á mais a fundo esse posicionamento do autor.

Sua conclusão é de que o comportamento do indicador demonstraria a ação de uma força estrutural profunda de longo prazo: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, iniciada, no entanto, em meados dos anos 1970. Diferentemente da análise exclusiva dos dados tributários, o “Gini corrigido” de Souza (2018) mostraria um quadro de redução da desigualdade desde a segunda metade da década de 1970, com mais intensidade nos anos 1990, durando até os anos 2000, encerrando a tendência em 2006. Para o autor, a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho ao longo desses anos teria feito com que diminuísse “o percentual de adultos sem rendimentos próprios”. Essa mudança, contudo, não teria atingido o topo da distribuição.

Entre 1976 e 2013, o percentual de mulheres com 20 anos ou mais com rendimentos próprios de qualquer fonte subiu de quase 35% para mais de 76%, enquanto o dos homens encolheu de 93% para 89%. Esse processo paulatino colaborou para derrubar o Gini até em momentos nos quais a desigualdade no mercado de trabalho piorou, como na década de 1980. Depois, a maior participação das mulheres e os fatores citados anteriormente – os avanços educacionais, a expansão das políticas sociais, etc. – caminharam juntos para reduzir o Gini. Desde 2006, o processo desacelerou bastante. (SOUZA, 2018, p. 223-224).

No entanto, como já dito, o índice de Gini, mesmo que corrigido, não é o principal critério de análise do autor quanto à desigualdade no Brasil. Seu objetivo principal é mensurar a concentração de renda entre os mais ricos ao longo de quase um século, principalmente o 1% que está no topo. Para ele, isso, por si só, já seria uma “medida de desigualdade”. Parafraseando Piketty (2014), Souza (2018) ressalta a riqueza analítica e a facilidade de visualização e compreensão da realidade, através da possibilidade de uso de uma linguagem comum, que pode trazer o desmembramento dos dados em frações menores de renda.

Essa escolha é natural aqui porque *a)* coloca em primeiro plano a concentração de renda no topo e a dicotomia entre ricos e não ricos; *b)* ancora-se em uma dimensão inegavelmente importante da vida em sociedades de mercado, a renda; *c)* evita o atoleiro das teorias de classe, abdicando de suas pretensões teóricas mais elevadas, raramente atingidas [...]. Nos próximos capítulos, os termos *desigualdade* e *concentração no topo* são usados de forma intercambiável, salvo quando houver qualificação ou indicação do contrário. (SOUZA, 2018, p. 205-206).

Tendo esclarecido sua principal medida de desigualdade e com base no “Gini corrigido”, o autor conclui que esta, nos anos 2000 teria recuado, porém em patamares muito menores do que o majoritariamente alegado e com esgotamento dessa queda a partir da segunda metade dessa década. Para ele, a desigualdade teria permanecido alta, com extrema concentração no topo da distribuição, o que seria uma característica marcante brasileira em

toda a sua história, sendo captada até mesmo pelo índice de Gini, que é reconhecidamente um indicador pouco sensível aos extremos da distribuição (SOUZA, 2018, p. 252).

3.3 PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO DA DESIGUALDADE

Ao tratarem acerca da desigualdade, é comum os autores, nem que seja de forma indireta, lançarem proposições acerca do que seria necessário para que um país conseguisse superar a condição de alta desigualdade de renda. Neste tópico, tentar-se-á resumir essas proposições naquelas consideradas principais, na medida em que predominam no debate acadêmico atual.

Uma dessas proposições vem do próprio Piketty (2014), como visto acima. Ao afirmar que as forças convergentes, aquelas que impedem a expansão da desigualdade, não ocorrem de forma espontânea e ao dar como exemplo de superação as políticas específicas de distribuição de renda, sobretudo através de impostos mais progressivos, adotadas pelos países desenvolvidos, o autor deixa claro que, sem uma atuação política direta, não há como esperar que um país alcance bons índices de igualdade socioeconômica.

Essa atuação direta do Estado, conforme vimos de autores acima (Kertenetzky, 2012 e 2019; Piketty, 2014; Gobetti e Orair, 2017; Souza, 2018; e outros), teria de ser a combinação de duas vias: a do gasto social e a da maior progressividade do sistema tributário.

Ainda que o Brasil tenha sido destaque no aumento do gasto público direcionado à redistribuição de renda de 2001 a 2015, sobretudo no que diz respeito ao Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e os avanços consistentes na valorização do salário mínimo, conforme se demonstrará na análise dos dados, embora relevantes em termos absolutos, tais políticas foram insuficientes para retirar boa parte da população de situações de extrema vulnerabilidade social e, conseqüentemente, diminuir a distância dos patamares de renda entre a base e o topo da distribuição (MORGAN, 2017). Uma hipótese seria de que tais políticas estatais sequer teriam alcançado os estratos mais humildes da população, tendo em vista o alto grau de informalidade no país e a falta de acesso à informação de um relevante número de cidadãos. Uma segunda seria de que os patamares precedentes de renda desses estratos seriam extremamente baixos, que mesmo aumentos percentuais relevantes em seus rendimentos teriam sido incapazes de reduzir significativamente sua participação no total. Uma terceira hipótese seria aquela, bastante visualizável nos autores que analisaram a desigualdade no Brasil com base nos dados tributários (MORGAN, 2017; SOUZA, 2018; GOBETTI; ORAIR, 2017; MEDEIROS *et al*, 2014), de que a concentração de renda no topo

seria permanente ao longo de todo o período, sendo intocada por qualquer ação direta do Estado ou mesmo por supostos mecanismos automáticos da economia. As três hipóteses, diga-se de passagem, não são excludentes entre si, podendo, inclusive, acumularem-se para explicar o fenômeno.

A outra via de ação do Estado com vistas específicas à redução da desigualdade seria pela maior progressividade no sistema tributário. Esta, como já ressaltado, diferentemente dos gastos sociais, ampliados desde a Constituição de 1988 e sobretudo nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, esteve *totalmente ausente* em todo o período. Muito pelo contrário, todas as políticas adotadas desde a Constituição Federal foram no sentido da maior *regressividade* do sistema tributário, contribuindo consideravelmente para a concentração de renda no topo da distribuição, como apontado acima por diversos autores (KERSTENETZKY, 2019; MORGAN, 2017; SOUZA, 2018; GOBETTI; ORAIR, 2017). O Brasil, desde então, seguiu o caminho do aumento do gasto público custeado pela elevação da carga tributária por meio de tributos indiretos e, ao mesmo tempo, redução de impostos sobre o capital, em detrimento do trabalho, intensificando a regressividade do sistema tributário.

Dentre as duas linhas de política (gasto e tributação), a segunda parece ser o maior desafio, como já bem apontado por Kerstenetzky (2019) para o processo constituinte iniciado em 1987 e até mesmo depois de promulgada a Carta Magna, quando a regressividade tributária foi sendo reforçada ao longo dos anos. Atualmente, existem inúmeras propostas paralisadas no Congresso Nacional visando à maior progressividade do sistema tributário, e nem mesmo a grave crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus é capaz de sensibilizar a classe política brasileira a tributar mais aos mais abastados. Sequer o Imposto sobre Grandes Fortunas, previsto no texto constitucional original aprovado, é regulamentado⁴³.

Em 2019, a Fenafisco e a Anfip, associações representativas de auditores-fiscais brasileiros, por ocasião do debate público em andamento acerca de uma reforma tributária no Brasil, elaboraram um conjunto de propostas que tinha como principal meta a maior progressividade do sistema tributário nacional. O trabalho foi resultado de intensos estudos e discussões, com a participação de diversos economistas, principalmente da Unicamp, sob coordenação do professor Eduardo Fagnani, inclusive com a edição de um extenso livro – “A

⁴³ Diga-se de passagem, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000), em seu art. 11, assim estabelece: “Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.”.

Reforma Tributária Necessária – diagnóstico e premissas” (Fenafisco, Anfip e Fagnani, 2018) -, que teve o apoio do Dieese, Cofecon, Oxfam Brasil e Instituto Justiça Fiscal (IJF). A proposta foi recepcionada pelas bancadas de oposição e protocolada como emenda a um projeto de tramitação mais avançada. Até o presente momento, porém, encontra-se parada na Câmara dos Deputados.

Trazendo ao centro do debate a hipótese a partir da ideia central da teoria de Piketty para o Brasil, poder-se-ia, nesse contexto, questionar se somente a existência de políticas públicas, sejam pelo lado do gasto, sejam pelo lado da tributação, específicas poderia fazer com que a desigualdade de fato diminuísse no país? Mais do que isso, caberia fazer uma discussão acerca da viabilidade e durabilidade de tais políticas ao longo do tempo, focando, novamente, no caso brasileiro, sobretudo nos anos 2000.

Em trabalho de 2015, Mário Cimoli, Antonio Martins Neto, Gabriel Porcile e Fernando Sosdorf, autores inspirados no estruturalismo latino-americano, por sua vez, discutem a relação entre a estrutura produtiva dos países e a desigualdade. Para eles, não haveria como preservar baixos níveis de desigualdade sem que fossem feitas mudanças importantes na estrutura produtiva. Isso explicaria por que os países da América Latina, mesmo tendo alcançado, em certos momentos de sua história, níveis consideráveis de crescimento econômico e, ainda que de forma mais tímida do que os países desenvolvidos, aplicado políticas de gastos sociais e redistribuição direta de renda, tal como pode ser presenciado para o caso específico do Brasil na primeira década deste século, não tenham conseguido manter uma trajetória duradoura de redução das desigualdades⁴⁴. O exemplo específico do Brasil é analisado por Dathein (2018) para os anos de 2000 a 2017. Segundo este autor, a melhora na distribuição de renda conjuntamente com o crescimento econômico foi muito mais resultado da conjuntura internacional favorável entre 2004 e 2008 do que de mudança estrutural, dado que não se verificou a presença de fatores fundamentais para tanto, tais como aprimoramentos relevantes em tecnologia e inovações. Passada a recuperação passageira de 2010, pós-crise de 2008, o país pareceria ter voltado a seu comportamento tradicional, em que são incompatíveis distribuição de renda e crescimento econômico, o que ratificaria o argumento do autor.

Tal constatação demonstraria a incompletude da tese de Piketty (2014). Isto é, para que haja efeitos duradouros, sem retrocessos significativos, na redução das desigualdades, não bastaria que houvesse crescimento econômico e políticas especificamente voltadas a esse fim.

⁴⁴ Embora não mencione a prevalência da estrutura produtiva como determinante, essa também é a constatação, como detalhado mais a frente, de Palma (2011) para a América Latina.

Segundo Cimoli *et al.* (2015), a mudança estrutural seria condição *sine qua non* para se atingir esse objetivo.

De modo que, numa tentativa de síntese, a partir dessas obras, poder-se-iam listar três itens considerados indispensáveis para que os países subdesenvolvidos pudessem romper as barreiras que os colocam nos mais altos níveis de desigualdade socioeconômica:

- a) crescimento econômico;
- b) políticas específicas de redução da desigualdade;
- c) mudança estrutural.

Sem crescimento econômico, é provável que as implementações de políticas públicas de redução da desigualdade e de mudança estrutural venham a ser inócuas do ponto de vista de sua efetividade. Caberia aqui também uma avaliação crítica dos impactos inflacionários⁴⁵ que poderiam advir de tais políticas, dado o conflito distributivo apontado por autores pós-keynesianos, “puxado de um lado pela margem de lucro desejada pelos capitalistas e, do outro, pelo salário desejado pelos trabalhadores” (DRUMOND; PORCILE, 2013).

Segundo afirmam Cimoli *et al.* (2015), um crescimento econômico substancial e estável ao longo do tempo, entretanto, não seria possível sem a mudança da estrutura produtiva de modo a permitir a melhora contínua da produtividade. Quanto ao segundo item, conforme Piketty (2014), seria necessário para garantir resultados positivos na distribuição de renda, tendo em vista a tendência sempre presente de as forças divergentes prevalecerem sobre as convergentes, impulsionando a desigualdade se nenhuma medida for adotada para impedi-las. Por fim, o terceiro item seria imprescindível para que se possibilitasse que o país tivesse condições, no longo prazo, de enfrentar períodos de recessão cíclica e de quebra de paradigma tecnológico sem grandes abalos nos avanços já conquistados. Nesse sentido, a mudança estrutural necessária para manter baixos níveis de desigualdade no longo prazo seria aquela capaz de conferir maior grau de sustentabilidade ao país, tornando-o menos suscetível aos efeitos cíclicos e à obsolescência tecnológica. Segundo Foster-McGregor, Kaba e Szirmai (2015), “quotas mais elevadas de produção, participação mais elevada e crescente do setor moderno e uma estrutura de produção mais diversificada contribuem para uma duração mais longa dos episódios de crescimento”, reduzindo sua volatilidade, tornando a economia, desta forma, mais sustentável.

Essa instabilidade, segundo Cimoli *et al.* (2015), se refletiria principalmente nos empregos, na medida em que seriam os principais afetados por tais crises e estariam

⁴⁵ Ver também Franco (2004).

diretamente relacionados aos níveis de distribuição de renda e, assim, de desigualdade. Justamente por isso, a mudança da estrutura produtiva seriam pré-condição para que se alcance níveis sustentáveis de crescimento econômico no longo prazo, que, por sua vez, seria indispensável à manutenção de políticas de combate à desigualdade. Como se pode ver, para Cimoli *et al.* (2015), os três itens estariam intrinsecamente ligados.

Tendo tais postulados, questões e proposições em mente, passar-se-á, a partir de agora, à pesquisa propriamente dita, a partir da análise dos dados coletados das Pnad's, DIRPF's e Contas Nacionais, de acordo com o indicador a ser comparado e com os pressupostos teóricos considerados.

4 A DESIGUALDADE NO BRASIL NOS ANOS 2000 EM NÚMEROS

Os vários autores até aqui tratados oferecem diferentes pontos de vista acerca do fenômeno da desigualdade no mundo e, especialmente, no Brasil. Embora seja possível identificar pontos de convergência, ainda é muito presente a existência de desencontros de posições para a interpretação de um mesmo fenômeno. Muito dessa divergência se deve aos dados utilizados e às formas de medição adotadas. O resgate histórico acerca do tema, por seu turno, fornece elementos para uma compreensão do fenômeno com sua razão de ser no passado deste país, identificando-se caracteres que resistem à passagem do tempo.

Nesta parte da dissertação, pretende-se investigar não só o comportamento da Palma Ratio e do índice de Gini, aplicados tanto às Pnad's, quanto à base Dina, mas também as diferentes frações de participação na renda, objetivando alcançar um entendimento mais abrangente acerca do fenômeno da desigualdade no Brasil entre os anos de 2001 e 2015, remetendo, por fim e quando assim for possível, a suas origens históricas.

Os dados para esta pesquisa foram coletados basicamente de duas fontes: das Pnad's, através do banco do IPEA Data, e da Dina, por meio da base do WID. Como já explicado na subseção 3.2, esta última base, por sua vez, congrega dados de três fontes: declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física, as próprias Pnad's e as Contas Nacionais. No caso do Brasil, que é o único país aqui estudado, os dados Dina estão disponíveis apenas de 2001 a 2015.

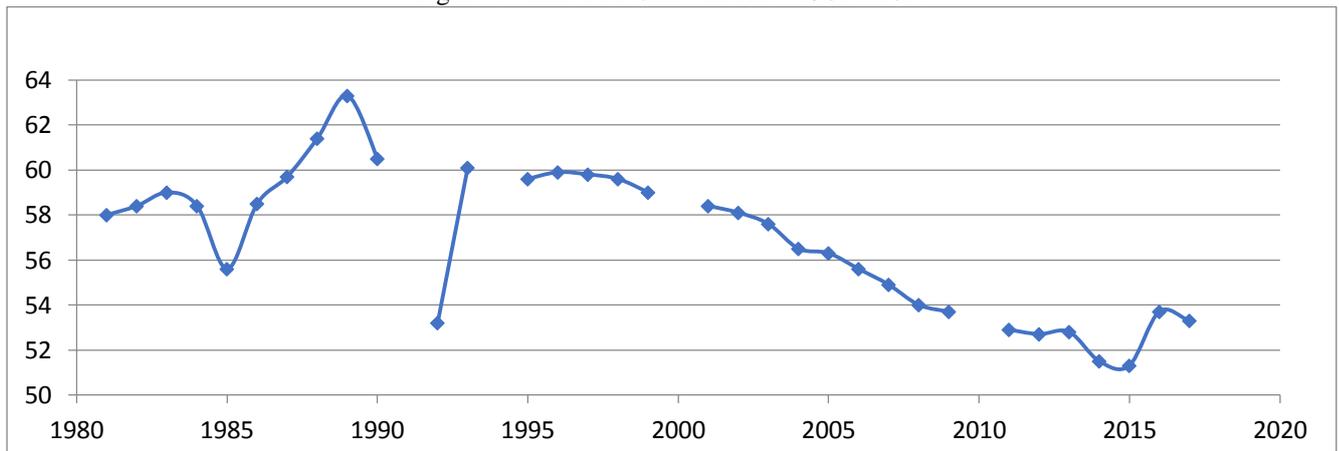
Nas subseções 4.1 e 4.2, o objetivo será estudar, de forma comparada, o comportamento de dois dos principais indicadores de desigualdade em debate atualmente: o índice de Gini e a *Palma Ratio*. Tal comparação será feita tendo como base de dados as Pnad's simplesmente, seguindo o que tem feito a maior parte da literatura focada nesses dois indicadores até o presente momento. Na verificação da bibliografia disponível para esta pesquisa, entretanto, não foi encontrado nenhum trabalho que tenha realizado tal comparação entre os indicadores tendo em conta especificamente o caso brasileiro. Na subseção 4.1, debatem-se as diversas interpretações que o uso de diferentes bases de dados pode vir a trazer, seja a partir de pesquisas domiciliares, dados tributários ou contas nacionais, tendo como ponto-de-partida as medições oficiais, que, predominantemente, utilizam o índice de Gini. Em seguida, na subseção 4.2, serão trazidos elementos para reflexão acerca do indicador a ser adotado, se o índice de Gini ou a Palma Ratio, ainda tendo como única base de dados as Pnad's.

As subseções seguintes (4.3, 4.4 e 4.5) utilizam-se inteiramente da base de dados do WID. Tais dados, cuja formatação já foi demonstrada na subseção 3.2 (*ver* Morgan, 2017), estão atualizados pelo deflator do PIB para 2018. Na subseção 4.3, discute-se, ainda, a aplicação da Palma *Ratio* ao caso brasileiro, mas, desta vez, com foco exclusivo nos dados do WID, que trazem como maior novidade as declarações do IRPF de 2001 a 2015, complementadas com as Pnad's para os não declarantes de renda mais baixa e com as Contas Nacionais, as quais fornecem uma complementação residual, de modo a padronizar os dados com outros agregados macroeconômicos de renda, conforme metodologia Dina. Realiza-se, nesta mesma subseção, a comparação com os resultados obtidos pela aplicação da Palma *Ratio* aos dados das Pnad's. Na subseção 4.4, a pesquisa se aprofunda nos decis, percentis e frações menores do topo da distribuição disponíveis na base de dados do WID, individualmente e em conjunto, buscando eventuais relações entre si e tentando fornecer novas formas de análise da desigualdade, a partir de perspectivas além do índice de Gini e da Palma *Ratio*. A subseção 4.5 traz um fechamento para essa discussão, considerando os dois indicadores e as diferentes possibilidades de análise da desigualdade a partir dos resultados obtidos no estudo minucioso dos diferentes decis e percentis da população brasileira e suas relações entre si. A análise das frações de renda, ao final da seção, conduz à discussão da viabilidade de se adotar ou não uma única forma de medição, a ser aplicada de maneira genérica na comparação entre os países.

4.1 ÍNDICE DE GINI PARA O BRASIL A PARTIR DE PESQUISAS DOMICILIARES

Como já salientado antes, até muito recentemente, isto é, antes da divulgação dos “grandes números” do Imposto de Renda pela Receita Federal do Brasil em 2015, o principal manancial de dados para pesquisas acadêmicas e estatísticas oficiais sobre a desigualdade de renda no país consistia nos três grandes levantamentos realizados pelo IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad e Pnad Contínua), Pesquisa de Orçamentos Familiares (Pof) e os Censos. Consequentemente, já que se baseiam em estatísticas oficiais elaboradas com base em pesquisas domiciliares, organismos internacionais têm divulgado indicadores de desigualdade pautados nessas três fontes de dados. É o caso do índice de Gini que consta do site do Banco Mundial na Internet:

Figura 4 - Índice de Gini – Brasil – 1981 a 2017



Fonte: Dados brutos do Banco Mundial (2020). Elaboração própria (2020).⁴⁶

As falhas na série histórica apresentada no gráfico se devem, nos anos de 1991, 2000 e 2010, à realização dos censos demográficos, nos quais não são executados levantamentos das Pnad's⁴⁷. Em 1994, por conta do Plano Real, não houve realização de pesquisas domiciliares. Outro esclarecimento que se faz necessário, como já mencionado na Introdução, é que houve variação metodológica nas Pnad's. A Pnad Contínua somente passou a valer oficialmente a partir de 2012. Ao longo do tempo, desde a Pnad anterior, que iniciou em 1967 e durou até 2016, houve muitas mudanças, não só metodológicas, mas também na base de dados. Para o período que será analisado aqui (2001 a 2015), a principal alteração se refere à não coleta de dados em regiões rurais de seis estados do Norte: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. O problema é resolvido de maneira relativamente fácil nas bases aqui utilizadas, simplesmente considerando-se o peso da população e da renda em tais áreas rurais no ano de 2005, aplicando-se a proporção para os anos anteriores (MORGAN, 2017).

⁴⁶ O Banco Mundial, no arquivo de metadados disponível para download em Excel, assim explica o cálculo do índice de Gini: "Gini index measures the extent to which the distribution of income (or, in some cases, consumption expenditure) among individuals or households within an economy deviates from a perfectly equal distribution. A Lorenz curve plots the cumulative percentages of total income received against the cumulative number of recipients, starting with the poorest individual or household. The Gini index measures the area between the Lorenz curve and a hypothetical line of absolute equality, expressed as a percentage of the maximum area under the line. Thus a Gini index of 0 represents perfect equality, while an index of 100 implies perfect inequality." Os dados estão disponíveis no site do Banco Mundial, em: <https://data.worldbank.org/indicador/SI.POV.GINI?locations=BR>.

⁴⁷ As altas oscilações no índice de Gini entre o final da década de 1980 e início da de 1990, muito provavelmente, como aponta Souza (2018), sejam devido a erros de medição ocasionados pela enorme instabilidade inflacionária do período (a mais alta já registrada para o Brasil), tendo como consequência a execução de uma série de planos econômicos de cunho predominantemente monetário: Cruzado (1986), Cruzado II (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor (1990) e Collor II (1991). Tais oscilações também serão verificadas em outros índices de medição da desigualdade no Brasil para o mesmo período, tal como, por exemplo, a *Palma Ratio*, que será apresentado a seguir.

Retornando ao gráfico, o Banco Mundial, como a grande maioria das pesquisas acadêmicas⁴⁸ e oficiais até hoje, considera apenas os dados das Pnad's. Neste aspecto, é importante que se mencione o trabalho comparativo realizado por Souza (2018) no cálculo do índice de Gini a partir das três fontes: Pnad's, Censos e dados do Imposto de Renda. Segundo esse autor, como visto, as Pnad's são, de longe, a fonte de dados que mais subestima a renda dos mais ricos, e, conseqüentemente, em sua visão, a desigualdade no Brasil. Nesse sentido, uma das conclusões mais importantes desse autor é de que a queda abrupta no índice de Gini calculada tendo por base as Pnad's, verificada nos anos de governo do PT, tal como pode ser visualizado no gráfico da figura 4 entre 2001 e 2015, deve ser posta em questão. Em linha bastante próxima, como já se discutiu na revisão bibliográfica, estão praticamente todos os trabalhos que têm por base os dados do Imposto de Renda Pessoa Física disponibilizados recentemente pela Receita Federal do Brasil: Medeiros *et al.* (2014), Gobetti e Orair (2017) e Morgan (2017).

Não se trata, portanto, de questionar apenas a aplicabilidade do índice de Gini quanto a sua eficiência na orientação de políticas públicas de redistribuição de renda. Trata-se também de relativizar os resultados, para esse e outros indicadores de desigualdade, obtidos por meio das pesquisas domiciliares, sobretudo tendo em vista a já exaustivamente apontada insuficiência na obtenção de dados dos que estão no topo de distribuição.

Caberia, nesse sentido, questionar em que medida os alegados problemas de medição estariam relacionados às pesquisas domiciliares em si, como defendem Medeiros (2014), Gobetti e Orair (2017), Souza (2018) e Morgan (2017), ou ao próprio índice de Gini, como se poderia interpretar a partir de Palma (2011) e Morgan (2017). Neste último aspecto, a Palma Ratio surgiria como alternativa a ser analisada, possibilidade que será discutida a seguir.

4.2 A PALMA RATIO APLICADA ÀS PNAD'S NO BRASIL

Deixando-se de lado, por ora, o índice de Gini, passar-se-á a verificar o comportamento da Palma Ratio para o Brasil a partir das Pnad's. Conforme explicitado anteriormente no Referencial Teórico, a Palma Ratio consiste na razão entre os decis 10 e D1-D4.

⁴⁸ Ver, por exemplo, Singer (2012), Alston *et al.* (2012) e Arretche (2016).

Com esse propósito, foram coletados os dados abaixo do site do Ipea-Data, de 1976 a 2014, com exceção dos anos de Censo. Os dados foram organizados em decis, do 1º ao 10º, de participação na renda total, de modo a possibilitar a correta aplicação da Palma Ratio:

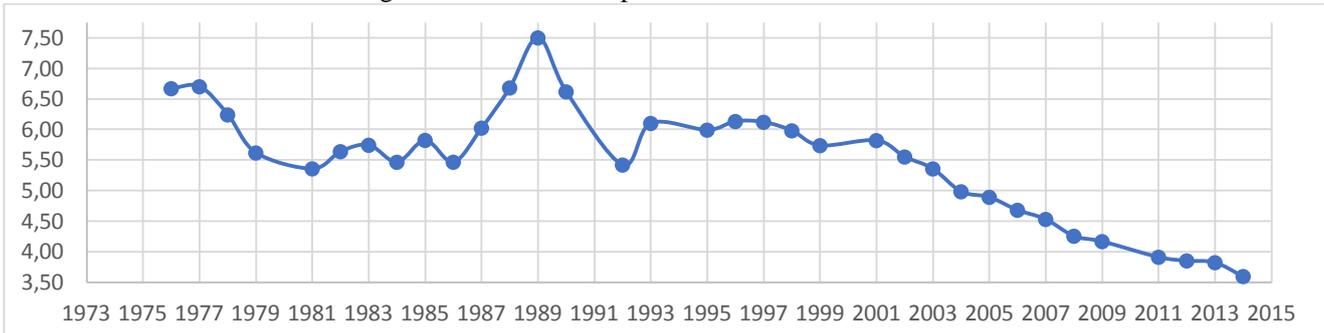
Tabela 1 - Participação na renda – Pnad's – Brasil – 1976-2014

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	Palma Ratio
1976	0,85	1,58	2,24	2,98	3,92	5,17	6,95	9,75	15,52	51,04	6,67
1977	0,84	1,58	2,26	3,02	3,98	5,20	6,89	9,57	15,01	51,64	6,70
1978	0,50	1,55	2,35	3,24	4,32	5,71	7,63	10,56	16,43	47,71	6,24
1979	0,92	1,74	2,47	3,31	4,32	5,60	7,47	10,38	16,34	47,45	5,62
1981	0,88	1,78	2,56	3,44	4,48	5,81	7,68	10,59	16,38	46,40	5,36
1982	0,84	1,69	2,45	3,34	4,38	5,72	7,59	10,56	16,51	46,91	5,64
1983	0,85	1,70	2,43	3,27	4,26	5,58	7,45	10,46	16,61	47,38	5,74
1984	0,95	1,81	2,53	3,36	4,34	5,65	7,48	10,38	16,23	47,27	5,46
1985	0,86	1,68	2,41	3,26	4,25	5,59	7,46	10,42	16,32	47,75	5,82
1986	0,91	1,76	2,54	3,39	4,43	5,77	7,61	10,44	16,21	46,95	5,47
1987	0,77	1,59	2,36	3,21	4,29	5,66	7,57	10,46	16,34	47,75	6,02
1988	0,69	1,49	2,20	3,03	4,06	5,40	7,26	10,18	16,23	49,47	6,68
1989	0,64	1,37	2,04	2,82	3,76	5,06	6,85	9,85	16,11	51,50	7,50
1990	0,68	1,46	2,20	3,03	4,08	5,43	7,36	10,40	16,57	48,78	6,62
1992	0,67	1,69	2,55	3,54	4,66	6,10	7,94	10,73	16,35	45,78	5,42
1993	0,66	1,60	2,42	3,30	4,34	5,66	7,37	10,15	15,87	48,64	6,10
1995	0,70	1,61	2,39	3,28	4,36	5,61	7,45	10,41	16,33	47,85	5,99
1996	0,63	1,54	2,34	3,25	4,34	5,63	7,57	10,60	16,59	47,52	6,13
1997	0,65	1,56	2,35	3,23	4,33	5,62	7,56	10,57	16,46	47,67	6,12
1998	0,70	1,60	2,40	3,28	4,35	5,62	7,51	10,43	16,30	47,79	5,98
1999	0,74	1,67	2,47	3,36	4,45	5,70	7,53	10,46	16,35	47,27	5,74
2001	0,68	1,65	2,46	3,36	4,45	5,79	7,53	10,44	16,20	47,44	5,82
2002	0,78	1,74	2,53	3,42	4,50	5,85	7,57	10,46	16,12	47,03	5,55
2003	0,77	1,76	2,59	3,51	4,59	6,00	7,70	10,61	16,26	46,20	5,36
2004	0,86	1,89	2,72	3,63	4,73	6,13	7,82	10,68	16,21	45,33	4,98
2005	0,90	1,93	2,76	3,68	4,78	6,19	7,86	10,62	15,95	45,33	4,89
2006	0,92	1,99	2,86	3,80	4,88	6,25	7,93	10,63	15,98	44,75	4,68
2007	0,88	2,02	2,91	3,88	5,04	6,48	8,12	10,81	16,02	43,85	4,53
2008	0,96	2,11	3,04	4,01	5,17	6,59	8,19	10,87	15,99	43,06	4,25
2009	0,96	2,13	3,09	4,09	5,24	6,67	8,27	10,91	15,92	42,74	4,16
2011	0,97	2,24	3,24	4,25	5,45	6,89	8,43	10,98	15,74	41,81	3,91
2012	1,02	2,29	3,28	4,29	5,49	6,90	8,37	10,92	15,53	41,90	3,85
2013	0,96	2,28	3,30	4,33	5,54	6,97	8,44	10,97	15,65	41,55	3,82
2014	1,16	2,40	3,40	4,43	5,61	6,96	8,49	11,03	15,63	40,89	3,59

Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data - www.ipeadata.gov.br (2020). Elaboração própria (2020).

Dos dados acima, elaborou-se o gráfico da figura 5, que demonstra o trajeto percorrido pela Palma Ratio durante todo o período:

Figura 5 - Palma Ratio aplicada às Pnads no Brasil - 1976 a 2014



Fonte: Dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data (2020) - www.ipeadata.gov.br. Elaboração própria (2020)

Como se pode facilmente constatar, a trajetória da Palma Ratio é praticamente idêntica à do índice de Gini demonstrada na figura 04 mais acima. Para atestar tal proximidade, foi feita a correlação entre os dois indicadores pelo *software Eviews*. O resultado foi de 93,5% de 1981 a 2014, indicando uma relação robusta entre as variáveis. Se for tomado o período que mais importa aqui para a pesquisa, isto é, 2001 a 2014, a correlação é ainda mais forte: 99,43%.

Essa proximidade entre as duas trajetórias, por óbvio, confirma o estudo de Cobham e Sumner (2013, p. 23). Esses dois autores encontraram uma correlação bastante próxima da aqui obtida: 99,62%, correlacionando as variáveis Gini e Palma para um conjunto de 79 países⁴⁹. A regressão linear simples entre as duas variáveis também confirma os apontamentos de Cobham e Sumner (2013, p. 24), com um R^2 de 86,97% de 1981 a 2014 e de 98,76% de 2001 a 2014, com os testes t e F, em ambos os casos, ao nível de significância de 0,01%, rejeitando a hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis. Não se pode esquecer, entretanto, de que se está tratando, ainda, de dados de pesquisas domiciliares, mais especificamente, as Pnad's. Será que essa mesma identidade seria mantida se a base de dados incorporasse as declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil? Muito provavelmente não. Ver-se-á isso, adiante, em detalhe.

Antes disso, voltando ao gráfico da figura 5, à primeira vista, sem se aprofundar na análise, chamam a atenção o pico histórico da série em 1989 e a queda consistente do indicador a partir de 2003 até 2014, possivelmente com reversão a partir de 2015 com o início da atual crise econômica. O fenômeno observado em 1989 provavelmente se deva a erro de mensuração na Pnad em decorrência do descontrole inflacionário já destacado, como já dito, por Souza (2013). Já a queda no indicador desde 2003 poderia ser atribuída a um efetivo

⁴⁹ Ver nota de rodapé número 18.

decréscimo na desigualdade da distribuição de renda, como já relatado na própria medição do Gini com base na Pnad.

Já se mencionou os diversos estudos que, com suporte na distribuição do Gini a partir das Pnad's, chegaram à conclusão da vertiginosa queda na desigualdade, e, algumas vezes, associando tal decréscimo à eficiência das políticas de redistribuição de renda adotadas pelo Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2014⁵⁰. O que diria Palma (2011) sobre o comportamento da desigualdade nesse período especificamente para o Brasil?

Como já se comentou antes, Palma (2011) compara a desigualdade entre países dividindo as distribuições em três conjuntos de decis: D1-D4, D5-D9 e D10, isto é, os 40% “mais pobres”, os 50% “do meio” e os 10% “mais ricos”. Lembrando que o grupo D5-D9 é crucial para a teoria de Palma (2011), porque é considerado “homogêneo”, isto é, numa comparação entre mais de 130 países, a apropriação da renda por esse estrato foi constatada como sendo praticamente a mesma, muito próxima de 50%, para o ano de 2005. Desta forma, no que tange ao grupo D5-D9, Palma (2011, p. 17) classifica o Brasil, juntamente com a América Latina como um todo e a África do Sul, como uma espécie de *outlier*, na medida em que se coloca um pouco abaixo da linha dos 50% de apropriação da renda. Entretanto, quando se considera o grupo abrangido pelos decis 7 a 9, o Brasil deixa de ser *outlier*, apresentando uma média de distribuição da renda bastante próxima da verificada para o conjunto dos países: 34,9% ante 36,5% (Palma, 2011, p. 18). Já no que diz respeito aos decis 1 a 4, o autor coloca o Brasil como um dos casos extremos, em que, em comparação com os demais países, se verifica níveis de apropriação da renda muito baixos, cerca de 10%, frente a algo próximo de 25% verificados em casos como o Japão e os Estados nórdicos, que estão no extremo oposto nesse aspecto⁵¹. Também é peculiar a situação do decil 10 (topo da distribuição) no caso brasileiro, onde esse estrato tem êxito em abocanhar cerca de 45% da renda total.

There is no such luck for the bottom 40 per cent of the population. For them, characteristics such as those mentioned above (such as the nature of political regimes and institutions, the economic policies implemented, and so on), can make the difference between getting as much as one-quarter of national income (as in Japan and the Nordic countries), or as little as one tenth or less: six countries in Latin America, including Brazil and Colombia, and middle-income Southern Africa have a share below 10 per cent. In turn, for D10 the sky is (almost) the limit, with oligarchies in five Latin American countries (again including Brazil and Colombia) and in Southern Africa managing to appropriate a share of about (and in some cases, well above) 45 per cent of national income. For Botswana and Namibia, and for some Latin American countries and South Africa at specific points in time, the

⁵⁰ Ver nota de rodapé número 4.

⁵¹ A interpretação se aproxima de Morgan (2017).

figure is above 50 per cent (like in Brazil and Chile just before the presidential elections that marked their return to democracy) [...]. (PALMA, 2011, p. 19)

De fato, Palma (2011, p. 21) coloca o Brasil como um dos casos extremos de desigualdade, para o qual a lógica principal adotada em seu modelo diferiria em relação aos demais. O autor sugere que, na grande maioria dos países observados, tendo em conta a homogeneidade dos decis 5 a 9, os ganhos do decil 10 somente poderiam ser mantidos ou até mesmo ampliados às custas dos decis 1 a 4. Esse, entretanto, não seria o caso do Brasil, cuja situação dos decis 1 a 4 já beiraria à “inexistência”, tamanha a baixa participação desse grupo na renda total. Em casos extremos como este, a única forma de os estratos do topo da distribuição manter ou ampliar sua participação na renda seria às custas dos decis 5 a 9.

However, a closer look at the limited historical evidence we have on some particularly highly unequal developing countries (e.g., Chile and South Africa) [...] indicates a different picture: once the bottom 40 per cent has been squeezed almost out of existence, the only way that the seemingly unstoppable ‘centrifugal forces’ at the top can continue to operate is by squeezing the middle. Thus, the real question regarding the huge levels of inequality found in some Latin American countries and Southern Africa seems to be what makes the ‘centrifugal forces’ at the top so powerful that in a few cases the usual boundary for their operation — middle and upper-middle groups with a remarkable capacity to hold their own — seems to falter? Nevertheless, even in Latin America this phenomenon is limited to a few countries, with six of the nineteen countries of this region in the sample (Uruguay, Venezuela, Costa Rica, El Salvador, Argentina, and Mexico) having share of income for the ‘D5-D9’ group above 50 per cent; and eight more above 47 per cent. In fact, it is only in Brazil, Chile, Colombia, and Haiti where this share is systematically below this level (SEDLAC, 2010). So, with the exception of a few cases of particularly extreme inequality, recente political and economic developments (including neo-liberal globalisation) seem to have been associated with two very different distributional dynamics: a (better known) ‘centrifugal’ one in terms of the income-shares of the top and bottom deciles, and a (lesser known) ‘centripetal’ movement in terms of the income-share of the middle and upper-middle. Basically, with few exceptions, rather than a ‘disappearing middle’ (or ‘squeezed’ middle), what one sees, from a historical perspective, is a ‘stable middle’ (with a remarkable capacity to hold their own); and from a cross-sectional one, a ‘homogeneous middle’ [...]. (PALMA, 2011, p. 21)

Palma (2011) coloca como uma das grandes questões para quem estuda o tema da distribuição de renda a situação específica da América Latina, em que os decréscimos na desigualdade ocorreriam de forma bastante temporária, enquanto os acréscimos tenderiam a serem duradouros e afirma que o que se vê na região nos últimos vinte cinco anos seria um movimento de **homogeneização**, em que os países mais desiguais teriam se tornado mais igualitários e os mais igualitários, mais desiguais:

Furthermore, another crucial issue that any new distributional theory should address is why — as the Chilean case shows — distributional gains in Latin America seem

to be rather difficult to sustain [...]. In Mexico as well, most of the distributional gains made between 2002 and 2006 were also reversed afterwards. Therefore, improvements in inequality have had so far a tendency to be temporal, while deteriorations have been more permanent. From this perspective, the jury is still out regarding the sustainability of the widely reported recent (relatively minor) decrease in Latin America's huge inequality [...]. Moreover, the evidence [...] indicates that, rather than a decrease in the region's inequality, what is really happening is a movement towards a greater degree of homogeneity in inequality. That is, countries with the worst income distribution in 1985 (Brazil, Chile, Guatemala, Nicaragua and Panama) have had a tendency to reduce their inequality (although often by a relatively minor amount), while those with lower inequality in 1985 (Uruguay, Costa Rica, Argentina and Mexico) have had a tendency to increase their inequality in this twenty-five year period. As a result, both the Gini's harmonic mean and median have remained practically unchanged (50.6 and 50.2, 51.8 and 51.2, respectively), but its coefficient of variation has declined (from 0.11 to 0.08). (PALMA, 2011, p. 28)

Palma (2011, p. 29) demonstra que a razão entre os decis 10 e 2, isto é, D_{10}/D_2 , na América Latina e na África do Sul chega a ser mais do que o dobro da média entre todos os países estudados. A desigualdade nessas regiões, e o Brasil não é exceção, muito pelo contrário, é tamanha que mesmo a razão D_9/D_2 ainda é maior do que a razão média D_{10}/D_2 das demais regiões. O mesmo se poderia dizer da Palma Ratio em si, ou seja, a razão $D_{10}/(D_1-D_4)$.

Fica evidente para o autor a particularidade da América Latina como ponto fora da curva da desigualdade no mundo. Situação que atribui ao forte peso político das elites na região, que agem no sentido de manter e ampliar seus ganhos em detrimento dos demais estratos da população. Essas elites têm se alimentado da ideologia neoliberal como forma de perpetuar essa situação. Nesse sentido, Palma (2011) é um tanto quanto descrente quanto às reais possibilidades da “nova esquerda”, estabelecida, à época de seu artigo, no Chile e no Brasil, conseguir romper definitivamente com esse ciclo.

Thus, a key lesson to be learned from the Chilean experience is that one has to exercise considerable caution when looking at recent (often relatively minor) distributional successes in other Latin American countries. Chile's experience shows that it is one thing to succeed in moving in this direction; it is quite another to be able to sustain distributional gains over time. Another lesson from Chile is that distributional progress in the hands of governments inspired by the current 'new' left (such as Chile's Concertación, or Brazil's Workers' Party) seems to be particularly fragile as these distributional gains have to survive in a political scenario in which the neo-liberal ideology has an even stronger hegemonic influence in policy-making, especially given the way in which 'flexible' labour markets are able to respond to them in this context. (PALMA, 2011, p. 47)

Cobham e Sumner (2013) usam a excepcionalidade brasileira identificada por Palma (2011) para justificar a, em sua visão, surpreendente permanência do país entre os mais

desiguais do mundo, mesmo após os “aplausos recebidos”, isto é, os propagados avanços na redução da desigualdade durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores:

[...] it may be surprising to see the failure of Brazil to exit the highest inequality quartile, given the plaudits received. This is consistent, however, with Palma's (2011) view and the analysis of Espey et al. (2012), which shows that Brazil's achievement in reducing inequality has been to move from an extreme outlier position among countries, back towards the pack – but still with one of the highest inequalities of any major nation. (COBHAM; SUMNER, 2013, p. 17)

Ou seja, a situação da qual teria partido o Brasil seria por demais extrema, isto é, teria saído de uma desigualdade extremamente alta, por isso, embora tenha avançado, ainda haveria muito a se conquistar para superar essa incômoda posição de destaque negativo. Segundo Cobham e Sumner (2013), verificando a Palma Ratio entre 1990 e 2010, o Brasil, apesar de ter melhorado sua distribuição de renda, ainda não teria conseguido ficar de fora do grupo dos países que pertencem ao quartil mais elevado do indicador (acima de 3,39 em 1990 para acima de 2,95 em 2010). De fato, guiando-se pela Tabela 01, logo acima, ver-se-á que a queda na Palma Ratio, para o Brasil, foi considerável: de 6,62 em 1990 para 3,91 em 2011, um decréscimo de 41%. Realmente, a maior parte dessa redução coincide com os anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Considerando apenas os anos de 2001 a 2014, a redução na Palma Ratio é expressiva: de 5,82 para 3,59, ou seja, mais de 38% de queda. Considerando o período anterior, de 1990 a 2001, a redução é de apenas pouco mais de 12%, de 6,62 para 5,82.

Isso seria prova de efetiva redução da desigualdade no Brasil no período mencionado? Se for levada em conta a constatação de autores como Morgan (2017) e Souza (2018), que demonstram que os estratos “mais ricos” aumentaram sua participação na renda mais do que os “mais pobres”, achatando, como diz o primeiro, os que estão no meio, não caberia a pergunta de até que ponto se pode falar em redução da desigualdade no período? Se o próprio Palma (2011), como visto acima, afirma que o Brasil seria um caso típico em que os estratos mais altos, já tendo esgotada a absorção dos mais baixos, passariam a mirar a redução da participação dos médios, poder-se-ia, ainda, estar-se falando de redução da desigualdade no período aqui analisado?

Juntando as constatações de todos esses autores, Palma (2011), Cobham e Sumner (2013), Morgan (2017) e Souza (2018), poder-se-ia, facilmente, chegar à dedução de que, se a Palma Ratio diminuiu no período e, ao mesmo tempo, houve aumento na participação na renda dos estratos mais baixos e mais altos, com “achatamento” do meio da distribuição, o

fenômeno que se teria verificado seria o encurtamento da distância dos “mais pobres” em relação aos que estão no meio e aumento da distância destes em relação aos que estão no topo. “Traduzindo em termos de Palma Ratio”, se verdadeira essa interpretação, alguns resultados deveriam ser alcançados a partir dos dados:

- a) os decis 1-4 teriam de ter aumentado sua participação na renda;
- b) o decil 10 teria de ter aumentado sua participação na renda;
- c) os decis 5-9 teriam de ter diminuído sua participação na renda;
- d) o aumento da participação do decil 10 teria de ser menor do que o aumento verificado para os decis 1-4.

Para checar tais resultados, elaborou-se a tabela 2:

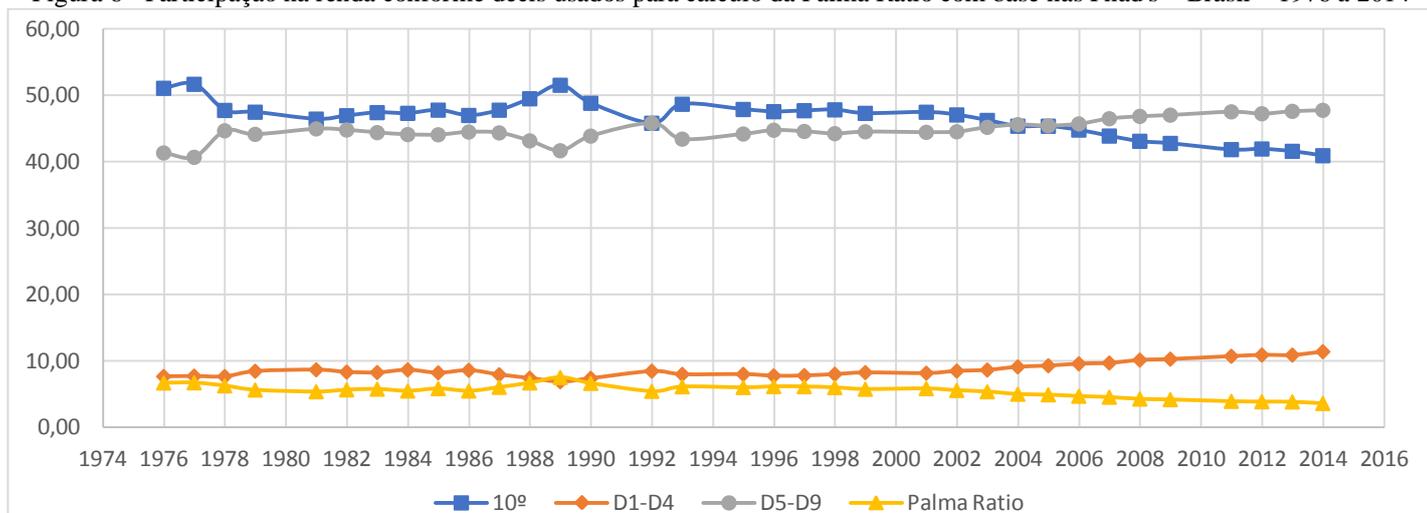
Tabela 2 - Grupamentos de decis para cálculo da Palma Ratio – Pnad's – Brasil – 1976-2014

Ano	D10	D1-D4	D5-D9	Palma Ratio
1976	51,04	7,65	41,31	6,67
1977	51,64	7,71	40,65	6,70
1978	47,71	7,65	44,65	6,24
1979	47,45	8,45	44,11	5,62
1981	46,40	8,66	44,93	5,36
1982	46,91	8,32	44,77	5,64
1983	47,38	8,25	44,37	5,74
1984	47,27	8,65	44,08	5,46
1985	47,75	8,20	44,04	5,82
1986	46,95	8,59	44,46	5,47
1987	47,75	7,93	44,33	6,02
1988	49,47	7,40	43,13	6,68
1989	51,50	6,87	41,64	7,50
1990	48,78	7,37	43,84	6,62
1992	45,78	8,45	45,77	5,42
1993	48,64	7,97	43,39	6,10
1995	47,85	7,99	44,16	5,99
1996	47,52	7,75	44,73	6,13
1997	47,67	7,79	44,54	6,12
1998	47,79	7,99	44,21	5,98
1999	47,27	8,24	44,49	5,74
2001	47,44	8,15	44,41	5,82
2002	47,03	8,47	44,50	5,55
2003	46,20	8,63	45,17	5,36
2004	45,33	9,10	45,56	4,98
2005	45,33	9,27	45,40	4,89
2006	44,75	9,57	45,68	4,68
2007	43,85	9,68	46,46	4,53
2008	43,06	10,13	46,81	4,25
2009	42,74	10,26	47,00	4,16
2011	41,81	10,70	47,49	3,91
2012	41,90	10,89	47,21	3,85
2013	41,55	10,88	47,57	3,82
2014	40,89	11,38	47,72	3,59

Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data - www.ipeadata.gov.br (2020).
Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 6 demonstra claramente que os resultados a serem testados, conforme suposições “a” a “c” acima, não são exatamente o que ocorre no período:

Figura 6 - Participação na renda conforme decis usados para cálculo da Palma Ratio com base nas Pnad's – Brasil – 1976 a 2014



Fonte: Dados da Pnad disponíveis no site do Ipea-Data (2020) - www.ipeadata.gov.br. Elaboração própria (2020).

Como se pode ver de forma bem definida, há uma inflexão nas séries, pelos dados das Pnad's, entres os anos de 2003 e 2004, dois primeiros do mandato de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), do Partido dos Trabalhadores.

A partir de 2003, o estrato representado pelos decis 1-4, que, até então, apresentava um percentual de participação na renda bastante errático, começa uma tendência bem definida de elevação, ultrapassando a marca inédita de 10% em 2008, segundo ano do mandato de Lula, e mantendo esse crescimento sustentado até o final do primeiro mandato de Dilma Roussef (também do PT).

Outro movimento que se observa, no gráfico, ocorre no ano de 2004, quando o estrato representado pelos decis 5-9 ultrapassa, pela primeira vez, o decil 10, mantendo-se a queda deste na participação na renda e o aumento daquele até, pelo menos, o final do primeiro mandato de Dilma Roussef.

A Palma Ratio, por sua vez, após um longo período de oscilações sem tendência definida, inicia sua trajetória consistente de queda a partir de 1997, o que poderia sugerir que, bem antes do início dos governos do PT, o país já havia iniciado seu movimento de redução da desigualdade, embora, como visto, é somente no período posterior a 2001 que essa queda se torna realmente aguda.

Pela análise dos dados, portanto, nos anos de governo do PT, excetuando-se o segundo, incompleto e conturbado, mandato de Dilma Roussef, o que se verifica, a partir das Pnad's, é:

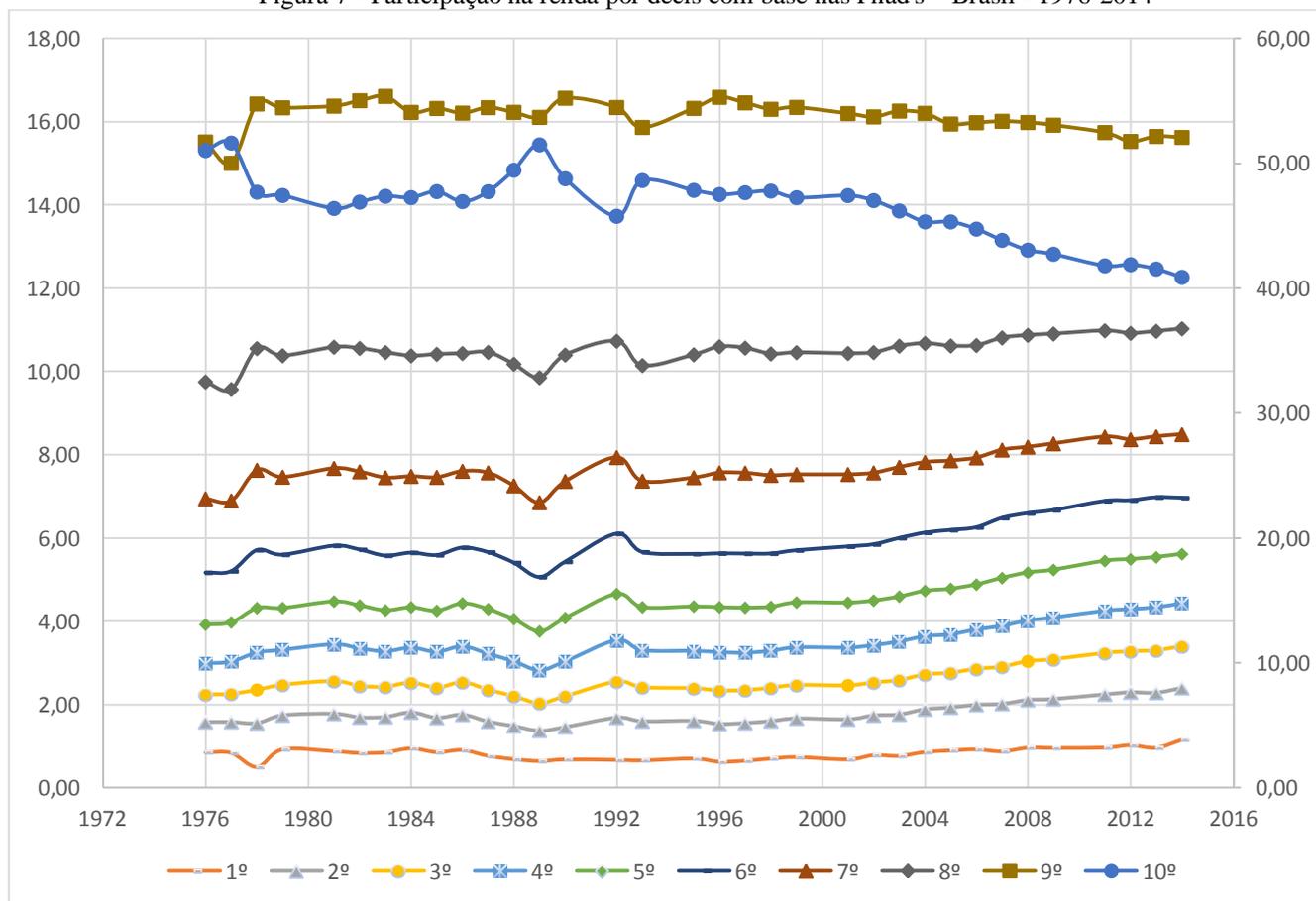
- a) aumento da participação na renda dos decis 1-4;
- b) diminuição da participação na renda do decil 10;

c) aumento da participação na renda dos decis 5-9.

Desde o ano de 2004 até 2014, o conjunto abrangido pelos decis 1-4 aumentou sua participação na renda em mais de 31%, o decil 10 viu sua parcela diminuir em cerca de 10% e os decis 5-9 expandiram em pouco mais de 5%. Pelos dados, à primeira, parece ter havido, no período, um aumento na participação na renda dos decis 1-9 às custas do decil 10, com maiores ganhos para os decis 1-4 e menores para os decis 5-9. Claramente, a redução verificada na Palma Ratio para os anos de governo do PT (2003-2014) se deve a uma diminuição do numerador (D10) e a um aumento do denominador (D1-D4), e não, como seria de se esperar conforme leitura até aqui dos autores, por um aumento do numerador menor do que aquele verificado para o denominador.

Se se considerar as séries desmembradas por decis, podem-se fazer mais algumas observações interessantes:

Figura 7 - Participação na renda por decis com base nas Pnad's – Brasil - 1976-2014



Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data - www.ipeadata.gov.br (2020). Elaboração própria (2020). Decil 10 com valores no eixo vertical da direita.

Como se pode facilmente constatar, todos os decis apresentaram, a partir de 2004, elevação em sua participação na renda, exceto os decis 9 e 10, que viram sua participação cair em cerca de 3,6% e 10%, respectivamente. Ou seja, o último decil do grupamento médio (5-9), teve queda e não alta em sua participação na renda, diferentemente da conclusão a que se poderia chegar se não se tivessem desmembrado os dados por decis. Se se fosse construir um ranking dos decis, ver-se-ia que, de fato, há uma distribuição de ganhos em participação na renda decrescente, isto é, maior quanto menores forem os decis:

Tabela 3 - Variação percentual e variância da participação na renda total por decis com base na Pnad's – Brasil – 2004 a 2014

Decil	Variação percentual	Variância
1	34,46	0,01
2	27,16	0,03
3	24,82	0,06
4	21,94	0,08
5	18,69	0,11
6	13,65	0,11
7	8,53	0,06
8	3,29	0,02
9	- 3,57	0,05
10	- 9,8	2,64

Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data - www.ipeadata.gov.br (2020).
Elaboração própria (2020).

Se, entre 2004 e 2014, as variações percentuais na renda apresentam tendência bem definida (menores quanto maior a participação na renda), as variâncias, por outro lado, se comportam com tendência de alta até o decil 5 e, posteriormente, oscilações sem padrão definido. Chama a atenção, e isso também pode ser constatado visualizando o gráfico da figura 7 logo acima, a elevada variância do decil 10, muito superior às dos demais. Certamente isso se deve à queda abrupta da participação na renda por esse decil apontada pelas Pnad's de 2004 a 2014, movimento que se iniciou em 2002, conforme tabela 2 acima. Também chama a atenção a relativa estabilidade dos demais decis, embora sua participação na renda tenha aumentado em níveis proporcionalmente altos durante o período, sobretudo entre os decis 1 a 5, com destaque para o primeiro, que aumentou sua fatia em 34,46%, porém com uma variância ínfima de 0,01. Isso reforçaria o argumento de Morgan (2017), de que, embora os estratos inferiores tenham aumentado de maneira considerável sua participação na renda, por terem um nível de renda tão baixo, esse aumento representa muito pouco considerando-se o total auferido por todos os decis. De maneira inversa, uma queda mais de três vezes menor na participação do decil 10 representou uma variação 264 vezes maior do

que a do decil 1. Ou seja, até mesmo as Pnad's, com todos os problemas já relatados de aferição da renda no topo da distribuição, apontam o imenso abismo de desigualdade que existe, no Brasil, entre os que estão na base e os que estão no cume, fato já constatado, como se viu, por Souza (2018).

De qualquer forma, os dados levam à conclusão de que teria havido redução consistente e sustentada na participação dos 10% que mais concentram renda e aumento nos decis inferiores, sobretudo os da base. Estas constatações iriam exatamente de encontro ao que defendem Morgan (2017) e Souza (2018). Se, por um lado, não se verifica o achatamento do meio da distribuição, tampouco a ampliação dos ganhos dos 10% “mais ricos”, conforme constatou o primeiro autor, por outro, não se pode dizer que os que estão no topo permaneceram “intocados” durante o período e, mais, com tendência de leve alta, conforme argumenta o segundo. Contudo as constatações acima não exatamente vão de encontro ao que dá a entender Palma (2011). Isso porque este autor, apesar de salientar a peculiaridade do país em possuir uma elite que obtém grande sucesso em se manter no topo da distribuição de renda, sem apresentar perdas no longo prazo, não deixa de reconhecer que o Brasil tenha passado, no período em que o PT governava, provavelmente por uma de suas tantas fases passageiras de efetiva redução da distância entre aqueles que ganham menos e os que ganham mais. Ao se ler Palma (2011), a impressão que se tem, e o mesmo se pode dizer de Cobham e Sumner (2013), é de que o país, de fato, melhorou sua distribuição de renda nos anos de governo do PT, ainda que de forma provavelmente passageira, como se pode depreender das citações acima.

As conclusões a que se pode chegar, a partir da análise da Palma Ratio para o Brasil são, na verdade, bastante próximas daquelas a que se chegaria se se baseasse apenas no índice de Gini, embora, por certo, ter-se-ia, neste caso, a perda de informações quanto aos movimentos específicos dos diferentes estratos da população. Em outras palavras, a Palma Ratio com base exclusivamente nas pesquisas domiciliares pouca ou nenhuma utilidade traz além do próprio Gini no sentido de se responder à questão central deste trabalho.

Mais uma vez, é necessário ter em mente aqui que, até agora, está-se trabalhando com os mesmos elementos que Palma (2011), por meio do Banco Mundial, teve à disposição para sua análise. Ou seja, a fonte primária de dados ainda são as pesquisas domiciliares, uma base um tanto quanto diferente das utilizadas por Morgan (2017) e Souza (2018), que se serviram de dados tributários. Como tais séries se comportariam se fossem incorporados os dados

disponibilizados pela Receita Federal do Brasil? Seria interessante verificar se tais interpretações permaneceriam para o período analisado, o que será feito na sequência.

4.3 A PALMA RATIO CONSIDERANDO OS DADOS TRIBUTÁRIOS NO BRASIL

Para verificar o comportamento da Palma Ratio tendo em conta os dados tributários, será utilizada, em primeiro lugar, a divulgação da Receita Federal dos “Grandes Números DIRPF”. O problema é que tais dados somente estão disponíveis a partir de 2007. Além disso, como já se discutiu, são incompletos, quando se deseja medir a população adulta brasileira como um todo, basicamente por dois motivos:

- a) apenas cerca de 10% declaram o Imposto de Renda (Medeiros, 2014; Morgan, 2017; Souza, 2018); e
- b) não há informações sobre rendimentos de pessoas jurídicas, e isso, com o atual fenômeno da “pejotização”, tem se agravado muito (Souza, 2018, p. 341).

Acrescente-se a esses dois problemas a ocorrência, que não é descartada por nenhum desses autores, de evasão fiscal, seja por meio de fraude (sonegação) ou simples infração à legislação tributária, seja pelo chamado “planejamento tributário”, que encontra brechas na legislação de maneira a “mascarar determinadas” rendas, sobretudo nos estratos mais elevados. Entende-se que a metodologia que, de forma mais completa, melhor lida com tais problemas é a adotada por Morgan (2017) a partir dos dados coletados e organizados pelo WID por meio da técnica denominada Dina, que, conforme já visto, junta três fontes: dados tributários, pesquisas domiciliares e Contas Nacionais (*ver* subseção 3.2 mais acima). As três fontes, trabalhadas de maneira complementar e unificadas numa mesma base, tendem a minimizar tais problemas de medição. Por isso, será utilizada a mesma base de dados.

Partindo da mesma divisão efetuada por Morgan (2017), elaborou-se a tabela 4, com quatro categorias de distribuição de renda: os decís 10, 6-9 e 1-5 e o centésimo que está no topo (“top 1%”):

Tabela 4 - Participação na renda - Dina - Brasil - 2001 a 2015

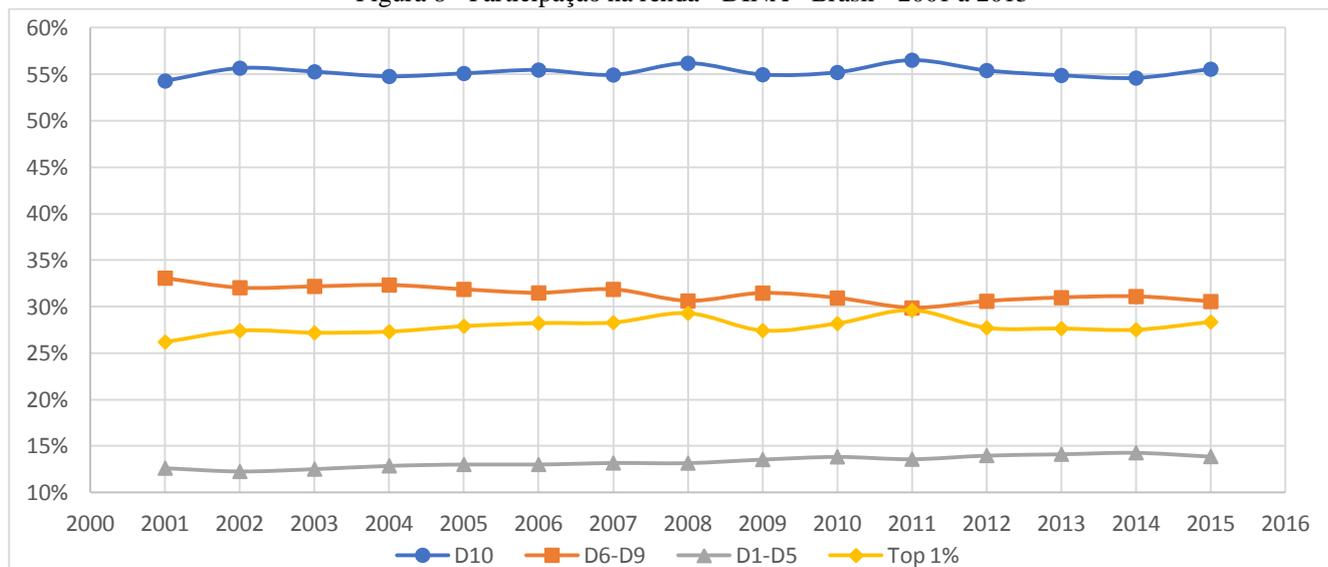
Ano	D10	D6-D9	D1-D5	Top 1%
2001	54,29%	33,08%	12,63%	26,21%
2002	55,67%	32,05%	12,28%	27,42%
2003	55,28%	32,19%	12,53%	27,20%
2004	54,78%	32,34%	12,88%	27,32%
2005	55,10%	31,87%	13,03%	27,90%
2006	55,47%	31,49%	13,03%	28,23%
2007	54,94%	31,87%	13,19%	28,29%
2008	56,20%	30,62%	13,18%	29,29%
2009	54,97%	31,47%	13,56%	27,44%
2010	55,21%	30,94%	13,85%	28,19%
2011	56,53%	29,87%	13,60%	29,61%
2012	55,42%	30,59%	13,99%	27,73%
2013	54,89%	30,98%	14,13%	27,65%
2014	54,61%	31,10%	14,29%	27,52%
2015	55,56%	30,56%	13,88%	28,35%

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020).
Elaboração própria (2020).

A nova categoria de renda trazida por Morgan (2017), isto é, o “top 1%” é extremamente importante, sobretudo para o contexto brasileiro. O decil 10, que está no topo da distribuição, esconde disparidades enormes de renda, conforme se verá mais adiante em detalhes, quando forem analisados de forma individualizada cada um dos decis, bem como o próprio 1% do topo, que faz parte de D10. Pelos dados Dina, para se ter uma ideia da enorme heterogeneidade desse grupo, em 2015, a partir de cerca de R\$ 57,6 mil por ano um indivíduo já seria enquadrado no D10, entretanto, dentro do mesmo decil, esse limite salta para R\$ 41,2 milhões quando se trata do top 0,001%. Portanto, a partir de R\$ 4,4 mil mensais, em 2015, um brasileiro já seria enquadrado entre os 10% mais abonados. Para se entrar no top 1%, em 2015, no entanto, bastava ganhar a partir de cerca de R\$ 360 mil por ano, isto é, aproximadamente R\$ 27,6 mil por mês. Enquanto a renda média de D10 exceto o top 1% era de pouco mais de R\$ 127 mil em 2015 (R\$ 9,7 mil por mês), a do percentil do topo era dez vezes maior, R\$ 1,2 milhão (R\$ 91,6 mil por mês). A renda média de D9, no entanto, é significativa menor, inclusive que de D10 exceto top 1%: aproximadamente R\$ 46 mil por ano (cerca de R\$ 3,5 mil por mês).

Abaixo, elaborou-se um gráfico para ilustrar os dados da tabela 4:

Figura 8 - Participação na renda - DINA - Brasil - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

De fato, os dados confirmam as constatações de Morgan (2017) que foram expostas na subseção 3.2. É possível ver nitidamente um crescimento sustentado dos decis 1-5, estabilidade com leve alta do decil 10, queda nos decis 6-9 e aumento no top 1%. Vê-se o porquê da principal conclusão do autor, de que, nos anos de governo do PT, o principal fenômeno ocorrido na distribuição de renda, no Brasil, teria sido o “achatamento” do meio da distribuição, isto é, dos decis 6-9. Tal afirmação contraria as conclusões a que se poderia chegar a partir tão somente dos dados disponibilizados pelas Pnad’s, que indicam o incremento em participação na renda dos decis 1-8 e a diminuição dos decis 9-10, com variações decrescentes do menor para o maior decil (*ver* tabela 3). Pelas razões já exaustivamente apontadas, que podem ser resumidas na precariedade das Pnad’s para aferição da renda no topo da distribuição e ainda considerando dados disponibilizados a partir das Contas Nacionais, fica evidente o porquê dessa discrepância nas interpretações.

Por outro lado, como já se viu, o apontamento de Morgan (2017) dá a impressão de que a tese geral de Palma (2011), da homogeneidade e estabilidade do meio da distribuição (decis 5-9), não se aplicaria ao Brasil da era petista⁵² ou mesmo dos anos 2001 a 2015. O método trazido pelo primeiro autor, diga-se de passagem, não apenas corrige a renda dos que estão no topo da distribuição em relação às Pnad’s, mas também coloca os que estão nos estratos inferiores em níveis mais elevados de participação na renda, já que considera um

⁵² A expressão “era petista” refere-se, aqui, aos anos de 2003 a 2014, embora a pesquisa abranja o período de 2001 a 2015. Os anos de 2001 e 2002 ainda eram do governo de Fernando Henrique Cardoso e 2015 foi de intensa crise econômica e política, impossibilitando de se avaliar a efetividade do resultado de qualquer política específica.

decil a mais na divisão: o 5º. Para comparar-se de forma adequada as duas teorias, deve-se aplicar a mesma divisão de Palma (2011) aos dados do WID, organizados conforme a Dina, isto é, deve ser considerado o comportamento da distribuição da renda entre os seguintes grupamentos: D1-D4, D5-D9 e D10. Para tanto, buscou-se estratificar os dados da Dina por decis de participação na renda, conforme tabela 5:

Tabela 5 - Participação na renda por decis - Dina - Brasil - 2001 a 2015

Ano	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10
2001	0,44%	1,79%	2,97%	3,34%	4,10%	5,13%	6,38%	8,56%	13,02%	54,29%
2002	0,42%	1,79%	2,80%	3,28%	4,00%	4,99%	6,20%	8,27%	12,59%	55,67%
2003	0,38%	1,77%	2,93%	3,42%	4,03%	5,04%	6,26%	8,31%	12,58%	55,28%
2004	0,39%	1,82%	3,02%	3,48%	4,16%	5,17%	6,34%	8,35%	12,48%	54,78%
2005	0,38%	1,86%	3,07%	3,54%	4,17%	5,12%	6,29%	8,28%	12,17%	55,10%
2006	0,35%	1,83%	3,04%	3,65%	4,16%	5,08%	6,26%	8,11%	12,04%	55,47%
2007	0,32%	1,82%	3,10%	3,71%	4,24%	5,19%	6,39%	8,23%	12,05%	54,94%
2008	0,35%	1,90%	3,18%	3,57%	4,18%	5,08%	6,17%	7,90%	11,48%	56,20%
2009	0,33%	1,90%	3,22%	3,79%	4,32%	5,25%	6,40%	8,12%	11,71%	54,97%
2010	0,38%	1,97%	3,34%	3,80%	4,36%	5,26%	6,33%	7,99%	11,36%	55,21%
2011	0,37%	1,95%	3,31%	3,69%	4,27%	5,14%	6,13%	7,72%	10,88%	56,53%
2012	0,39%	2,01%	3,39%	3,81%	4,39%	5,28%	6,32%	7,87%	11,12%	55,42%
2013	0,38%	1,97%	3,43%	3,87%	4,48%	5,37%	6,45%	8,01%	11,16%	54,89%
2014	0,41%	2,06%	3,48%	3,84%	4,51%	5,40%	6,46%	8,05%	11,18%	54,61%
2015	0,37%	1,88%	3,33%	3,88%	4,41%	5,32%	6,39%	7,89%	10,97%	55,56%

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

Agrupando os dados da tabela 5 acima, pode-se chegar à categorização necessária para calcular a Palma Ratio com base na Dina:

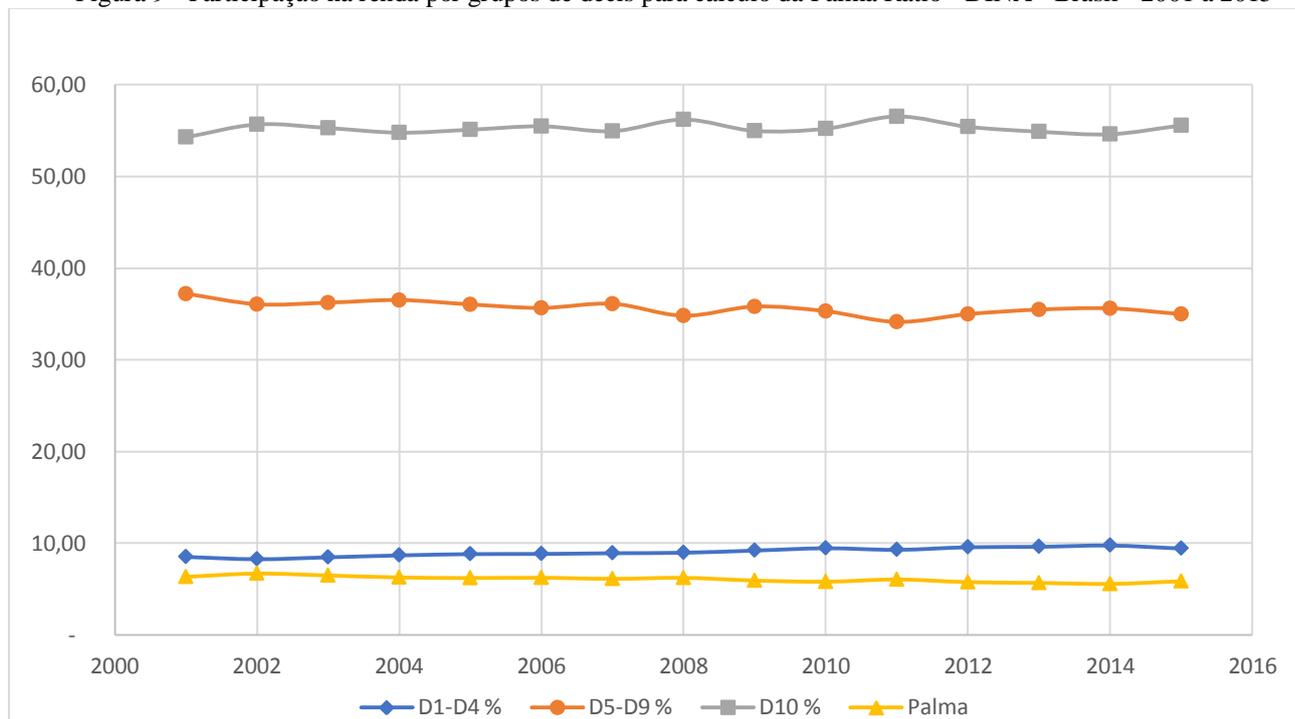
Tabela 6 - Participação na renda por grupos de decis para cálculo da Palma Ratio - Dina - Brasil - 2001 a 2015

Ano	D10	D1-D4	D5-D9	Palma
2001	54,29%	8,54%	37,19%	6,36
2002	55,67%	8,29%	36,05%	6,72
2003	55,28%	8,50%	36,22%	6,50
2004	54,78%	8,71%	36,50%	6,29
2005	55,10%	8,85%	36,03%	6,23
2006	55,47%	8,87%	35,65%	6,25
2007	54,94%	8,95%	36,10%	6,14
2008	56,20%	9,00%	34,81%	6,24
2009	54,97%	9,24%	35,80%	5,95
2010	55,21%	9,49%	35,30%	5,82
2011	56,53%	9,32%	34,14%	6,07
2012	55,42%	9,60%	34,98%	5,77
2013	54,89%	9,65%	35,47%	5,69
2014	54,61%	9,79%	35,60%	5,58
2015	55,56%	9,46%	34,98%	5,87

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 9 ilustra as trajetórias de cada uma das variáveis acima:

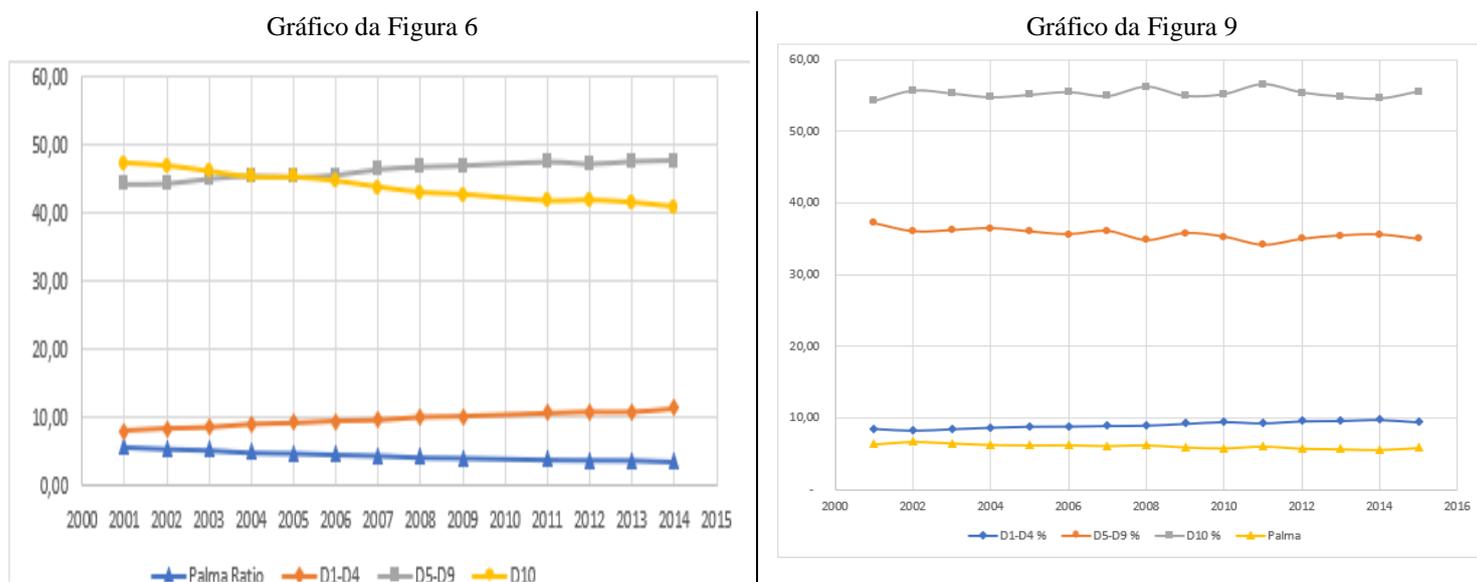
Figura 9 - Participação na renda por grupos de decis para cálculo da Palma Ratio - DINA - Brasil - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

Colocando, lado a lado, com o gráfico da figura 6, é possível ter uma ideia da discrepância, para cálculo da Palma Ratio, quando se considera apenas as Pnad's e quando se considera a Dina como base para o período de 2001 a 2014:

Figura 10 - Comparação entre os gráficos das Figuras 6 (Pnad's) e 9 (Dina)



Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do IPEA-Data e Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

As diferenças saltam aos olhos quando se se depara com as trajetórias dos decis 10 e 5-9 nos dois gráficos. O cruzamento entre os dois conjuntos de dados que se verificou no gráfico da figura 6 (à esquerda) não aparece no gráfico da figura 9 (à direita). Além disso, também não se verifica a queda do decil 10 ao longo do período, tampouco a ascensão dos decis 5-9. O decil 10, no gráfico da figura 7, está em um patamar acima de 50%, muitas vezes, superior a 55%, de apropriação da renda, enquanto, no gráfico 6, nunca ultrapassou 50%, caindo abruptamente até quase 40% ao final do período. Já os decis 5-9 têm tendência de queda no gráfico da figura 9, ao contrário do gráfico 6. Por certo, tais constatações estão de acordo com a maior precisão na busca dos dados dos que concentram a maior parte da renda quando se considera o IRPF, corroborando o apontamento de que as Pnad's subestimam tais estratos.

Quanto aos decis 1-4, nos dois gráficos, é possível observar sua ascensão, porém, no da figura 9, esta é bem mais suavizada. O mesmo se pode dizer da Palma Ratio. Se, exclusivamente pelos dados das Pnad's (figura 6), a Palma Ratio havia decrescido de 5,82 em 2001 para 3,59 em 2014, pela Dina (figura 9), o indicador havia passado de 6,36 em 2001 para 5,58 em 2014. Em outras palavras, a Palma Ratio cai mais de 38% no gráfico da figura 6 e apenas pouco mais de 12% no gráfico da figura 9, com uma variância de 51,36% ante uma de 10,42% respectivamente. Isso atesta a opinião dos autores que trabalham com dados tributários, citados acima, no sentido de que a redução na desigualdade no Brasil, nos anos 2000, foi bem menor do que se vinha até então comemorando, por conta do uso exclusivo das pesquisas domiciliares.

Enquanto a queda na Palma Ratio pelo gráfico da figura 6 se explica pela redução em participação na renda do decil 10 e pelo concomitante aumento dos decis 1-4, pelo gráfico da figura 9, entretanto, essa variação negativa do indicador (-12,25%) é causada por um avanço muito mais tímido de seu denominador (D1-D4) e, ao mesmo tempo, uma variação positiva, porém menor, em seu numerador (D10):

Tabela 7 - Variações dos grupos de decis da Palma Ratio – Brasil – 2001-2014

Fonte	D1-D4	D5-D9	D10	Palma Ratio
Pnad's	39,63%	7,46%	-13,79%	-38,26%
Dina	14,64%	-4,28%	0,59%	-12,25%

Fonte: dados das Pnad's (Ipea) e Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Como não poderia deixar de ser, o resultado, pela Palma ratio, é de redução da desigualdade em patamares muito menores do que aqueles medidos pelas Pnad's, em linha com o que afirmam Morgan (2017), Souza (2018) e Medeiros (2014).

Outro ponto que chama a atenção é a maior estabilidade entre as faixas de renda:

Tabela 8 - Variâncias dos grupos de decis da Palma Ratio – de 2001-2014

Fonte	D1-D4	D5-D9	D10
Pnad's	1,05412	1,37043	4,77396
Dina	0,00002	0,00006	0,00004

Fonte: dados das Pnad's (Ipea) e Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Fica evidente, pela tabela 8, que os grupamentos de decis que correspondem à Palma Ratio (D1-D4, D5-D9 e D10) apresentam pouquíssima variabilidade quando se consideram os dados tributários dentro da metodologia Dina se comparados ao uso exclusivo das Pnad's. A Palma Ratio aponta muito maior variação na desigualdade quando se consideram as pesquisas domiciliares do que quando se têm por base os dados tributários. Se se ficar circunscrito a essa subdivisão da população, com base na Dina, ao menos no caso do Brasil, a conclusão inevitável será de que pouco houve alteração na desigualdade no Brasil entre 2001 e 2015.

Mais do que isso, repare-se que justamente o grupo que Palma (2011) aponta como o mais estável, embora, como se viu, o autor coloque o Brasil como “ponto fora da curva”, o D5-D9, é justamente o mais instável entre os três grupamentos, quando se consideram os dados do WID. Não é por outra razão que Morgan (2017) é levado a falar em “achatamento” da metade da distribuição, que, no caso de seu estudo, se refere ao grupo formado pelos decis 6-9. Em outras palavras, não é apenas quando se consideram as Pnad's que o Brasil se torna um caso em que não se aplica a “homogeneidade” de D5-D9, mas também quando se consideram os dados tributários, dentro da metodologia Dina.

Em 2015, ano em que o Brasil entra formalmente em recessão, caindo o PIB em 3,8%, houve perdas para os decis 1-4 e 5-9 e aumento para o decil 10, reduzindo ainda mais a variação na Palma Ratio:

Tabela 9 - Variações Palma Ratio – de 2001-2015

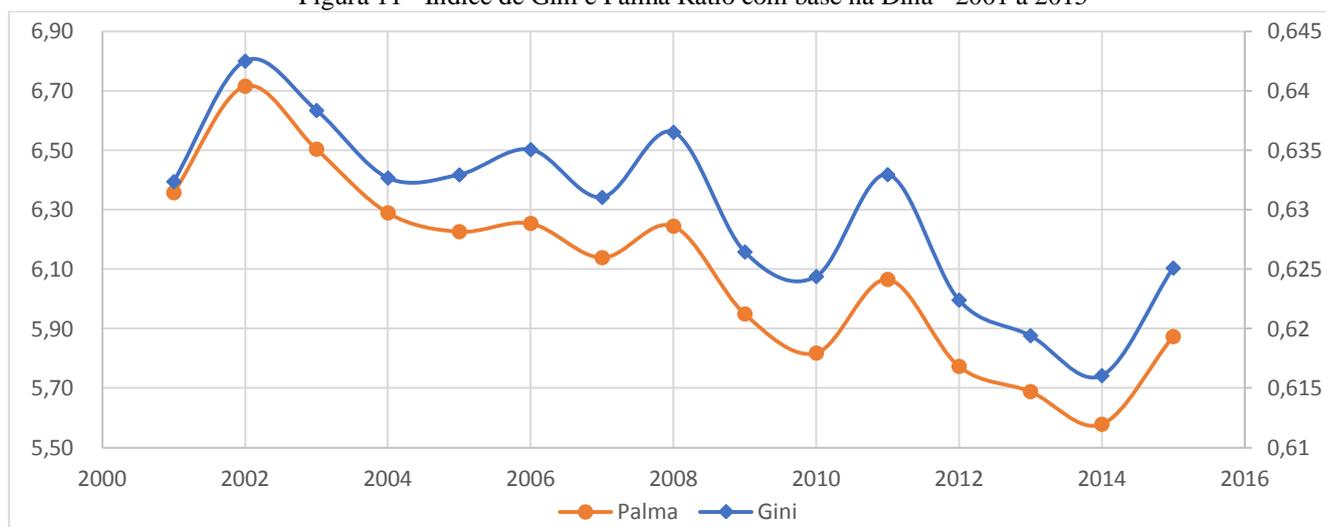
Fonte	D1-D4	D5-D9	D10	Palma Ratio
Dina	10,77%	-5,94%	2,34%	-7,61%

Fonte: dados das Pnad's (Ipea) e Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Em outros termos, a redução na desigualdade, medida pela Palma Ratio, com base nas Pnad's é mais do que cinco vezes maior do que aquela registrada por meio dos dados Dina (-38,26% contra -7,61%).

Por outro lado, se se comparar a evolução da Palma Ratio com o índice de Gini, que caiu apenas 1,15%, ambos aplicados aos dados Dina, de 2001 a 2015, ver-se-á, mais uma vez, que a aproximação entre as duas trajetórias é bastante elevada:

Figura 11 - Índice de Gini e Palma Ratio com base na Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

Pela regressão no *Eviews*, a correlação entre as variáveis é de 96,58%. Chega-se também, pelo mesmo *software*, a um R^2 de cerca de 93%, com os testes t e F, ao nível de significância de 0,01%, rejeitando a hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis, novamente confirmando a forte relação entre a Palma Ratio e o índice de Gini, em linha com o estudo de Cobham e Sumner (2013).

Isso leva à conclusão de que a Palma Ratio, não importando a base de dados utilizada, se pesquisas domiciliares ou dados tributários, conduzirá a interpretações bastante próximas daquelas que se teria se se estivesse baseado apenas pelo índice de Gini. Resta verificar se a Palma Ratio forneceria, ao menos, uma melhor visualização dos estratos da população envolvidos na disputa pela distribuição de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2015.

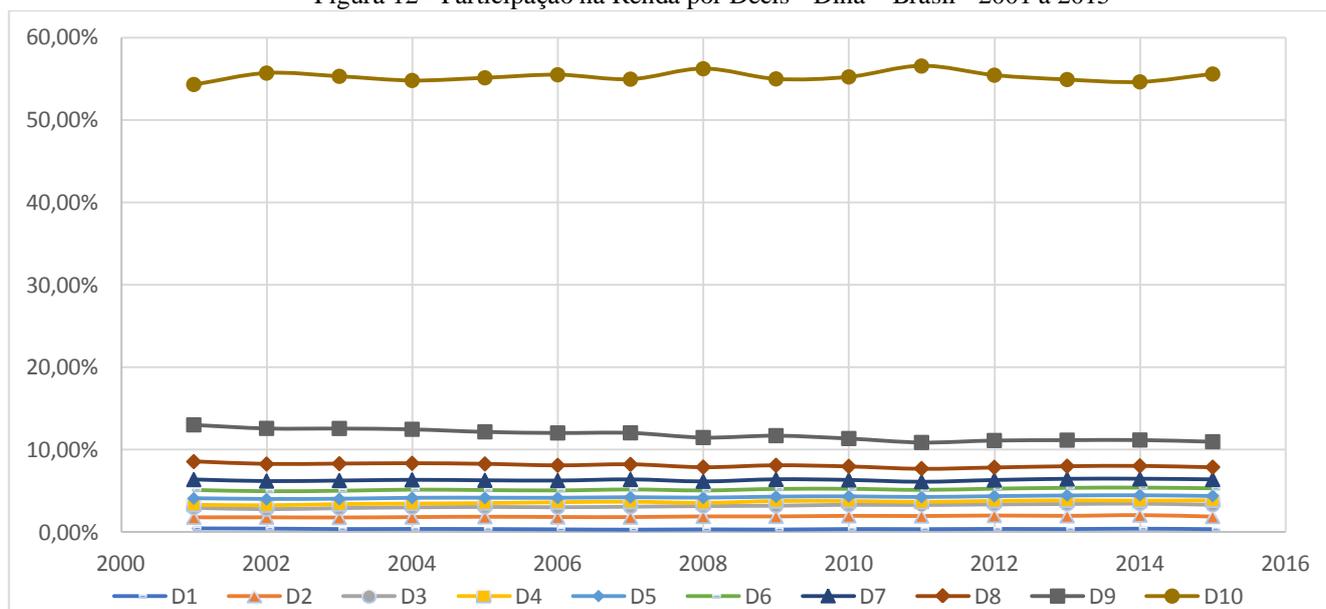
Atestada a maior precisão no uso dos dados tributários, a Palma Ratio cai em mais de 7% entre 2001 e 2015, com forte freio nessa queda no último ano da série, quando a crise bate em cheio no Brasil. Entretanto o quanto isso diz efetivamente acerca da redução da desigualdade como medida relacional? Para tanto, é necessário esmiuçar ainda mais a análise, partindo para o detalhamento dos decis e mesmo de percentis de participação na renda.

4.4 COMPORTAMENTO INDIVIDUALIZADO DOS DECIS CONSIDERANDO OS DADOS TRIBUTÁRIOS NO BRASIL

Para uma análise mais profunda acerca da evolução da desigualdade, no Brasil, de 2001 a 2015, entende-se que talvez se tenha que ir além dos grupamentos de decis elaborados por Palma (2011), isto é, D1-D4, D5-D6 e D10, ou daqueles propostos por Morgan (2017), ou seja, D1-D5, D6-D9, D10 e top 1%, tamanha a desigualdade que possa haver até mesmo dentro de um mesmo decil. Tal procedimento levará a ter uma visão mais acurada das parcelas da população que efetivamente tiveram incremento ou redução em sua participação na renda total e, assim, contribuíram ou não para o aumento da desigualdade.

Com esse propósito em mente, a partir da tabela 5, mais acima, elaborou-se o gráfico da figura 12:

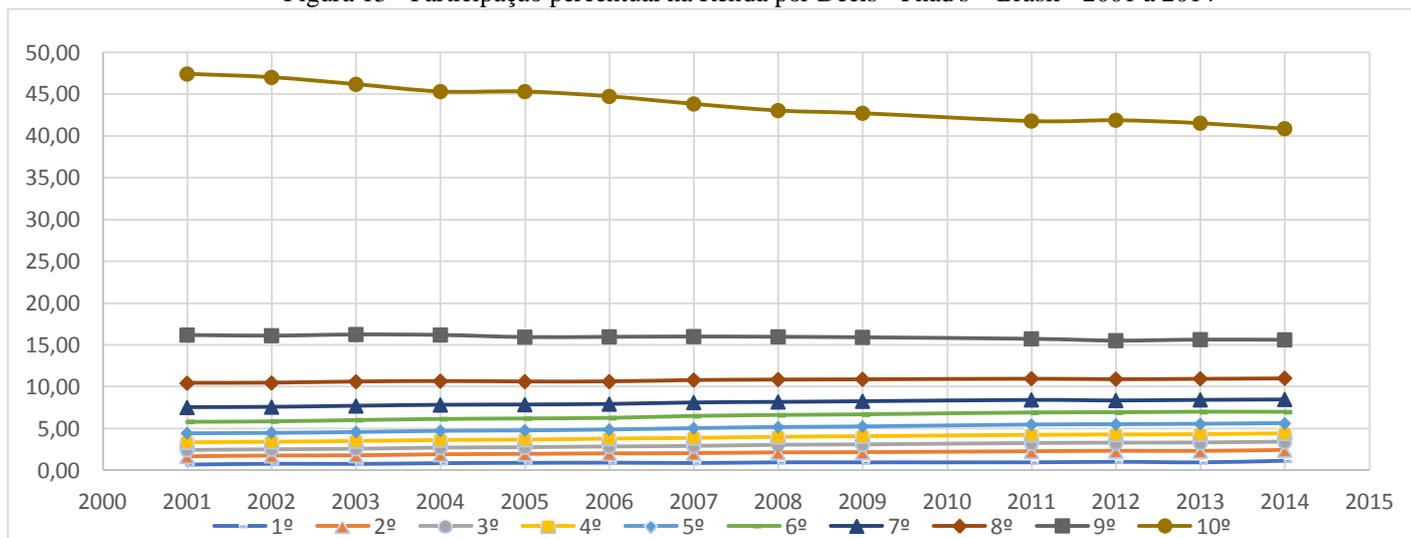
Figura 12 - Participação na Renda por Decis - Dina – Brasil - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID - <https://wid.world/> (2020). Elaboração própria (2020).

Para fins de melhor visualização e comparabilidade da participação na renda dos decis com base na Dina e nas Pnad's, colocou-se abaixo novamente o gráfico da figura 7, porém com dados somente a partir de 2001:

Figura 13 - Participação percentual na Renda por Decis - Pnad's – Brasil - 2001 a 2014



Fonte: dados das Pnad's disponíveis no site do Ipea-Data (2020). Elaboração própria (2020).

Além da maior estabilidade geral dos decis quando se está trabalhando com dados Dina, o gráfico da figura 12 apresenta o decil 10 mais estável e num patamar mais elevado de apropriação da renda, bem como queda mais acentuada no decil 9 em relação ao gráfico da figura 13.

Voltando-se o foco ao gráfico da figura 12, construiu-se a tabela 10, que traz as variações e variâncias de cada um dos decis:

Tabela 10 - Variâncias e variações de participação na renda por decil – Dina – 2001 a 2015

Variâncias	Início	Fim	Variação	
D1	0,00001%	0,44%	0,37%	-15,91%
D2	0,00008%	1,79%	1,88%	5,03%
D3	0,00041%	2,97%	3,33%	12,12%
D4	0,00039%	3,34%	3,88%	16,17%
D5	0,00025%	4,10%	4,41%	7,56%
D6	0,00015%	5,13%	5,32%	3,70%
D7	0,00010%	6,38%	6,39%	0,16%
D8	0,00050%	8,56%	7,89%	-7,83%
D9	0,00467%	13,02%	10,97%	-15,75%
D10	0,00341%	54,29%	55,56%	2,34%

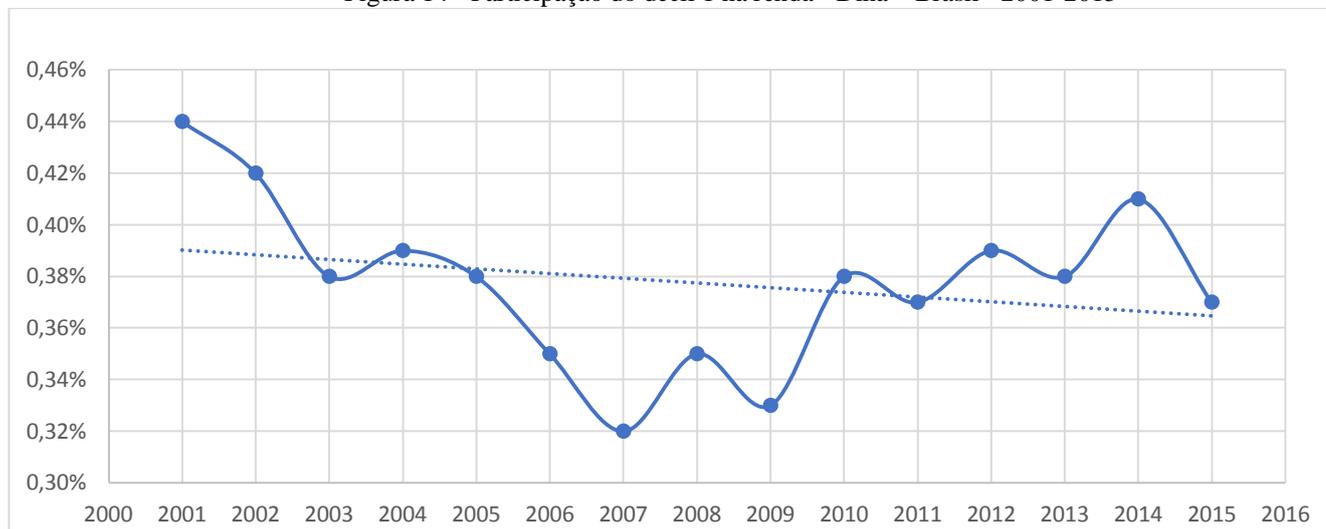
Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

As maiores variâncias estão nos decis D9 e D10⁵³ e somente três decis apresentaram queda: D1, D8 e D9.

⁵³ O estudo de Yakovenko e Rosser (2009), inspirado na chamada **econofísica**, faz uma analogia com os estados térmicos da matéria, para dizer que os grupos de rendas mais altas seriam mais instáveis e os de mais baixa, que são a grande maioria, seriam mais estáveis.

A seguir, são apresentados gráficos individualizados por decil para se ter uma ideia de como a participação na renda de cada um deles se comportou no período:

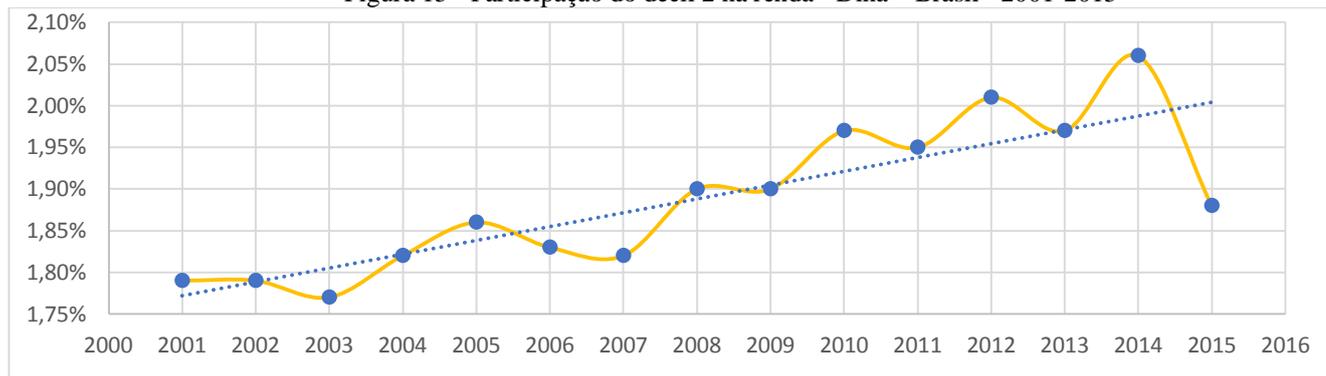
Figura 14 - Participação do decil 1 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 14 demonstra que, segundo os dados Dina, a participação do decil 1 na renda forma um “U” entre os anos de 2001 e 2014, indicando que há uma deterioração da fração de renda percebida pelos 10% “mais pobres” de 2001 a 2007, com subsequente melhora até 2014.

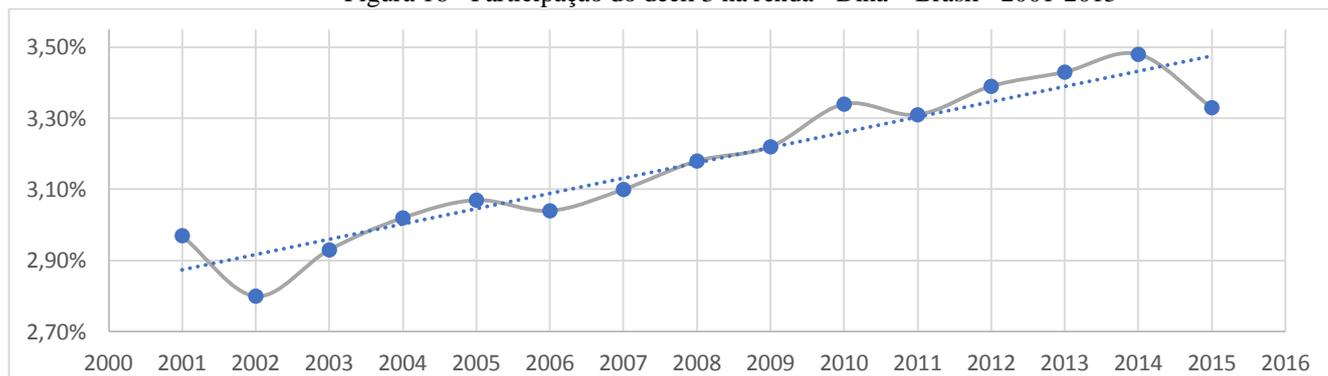
Figura 15 - Participação do decil 2 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 15 apresenta a participação do decil 2 na renda com consistente elevação em todo o período, mas queda abrupta em 2015.

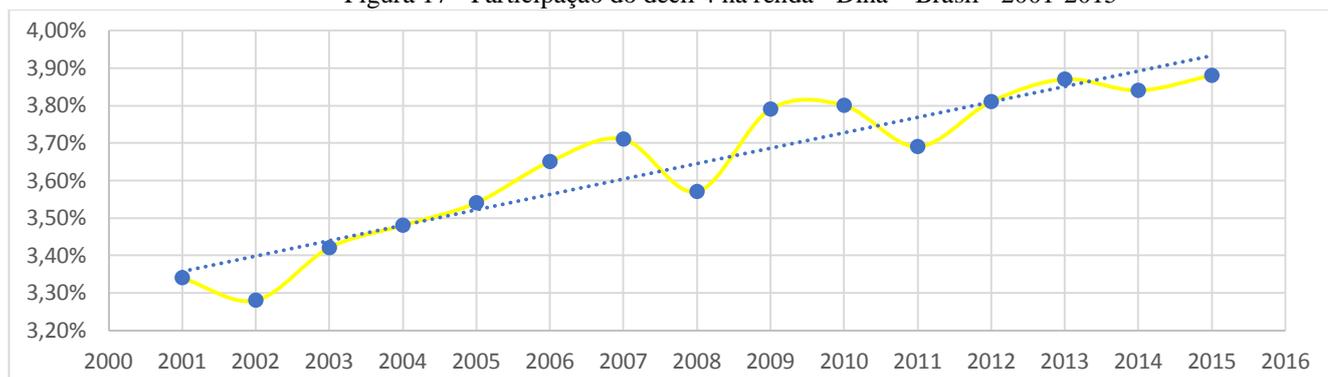
Figura 16 - Participação do decil 3 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Como se pode ver, pela figura 16, também houve elevação da participação do decil 3 em todo o período com queda em 2015, embora não tão acentuada quanto com D2.

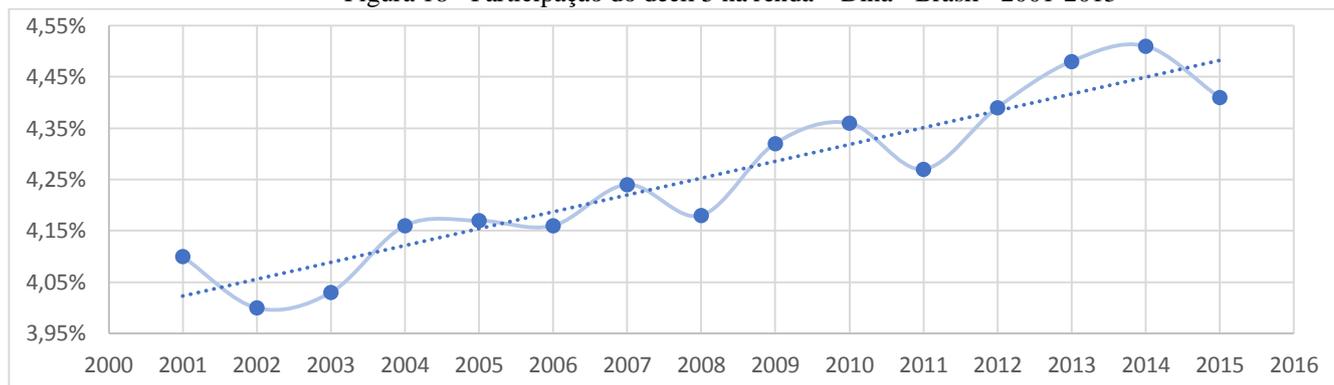
Figura 17 - Participação do decil 4 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 17 demonstra que a participação do decil 4 na renda também seguiu com predominância de elevação no período, porém com vales mais acentuados em 2008 e 2011 e sem queda em 2015.

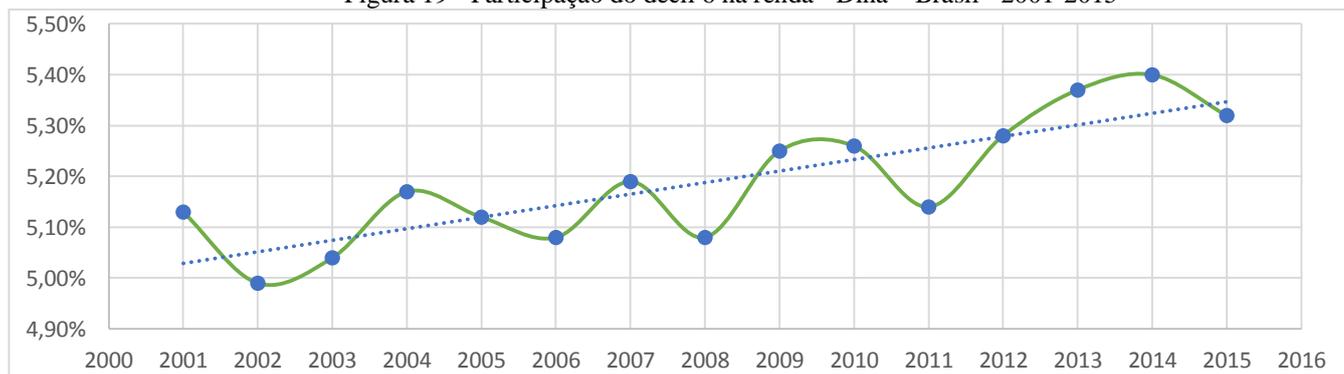
Figura 18 - Participação do decil 5 na renda – Dina - Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

O decil 5, conforme a figura 18, seguiu padrão de flutuação em participação na renda próximo ao de D4, porém com queda em 2015.

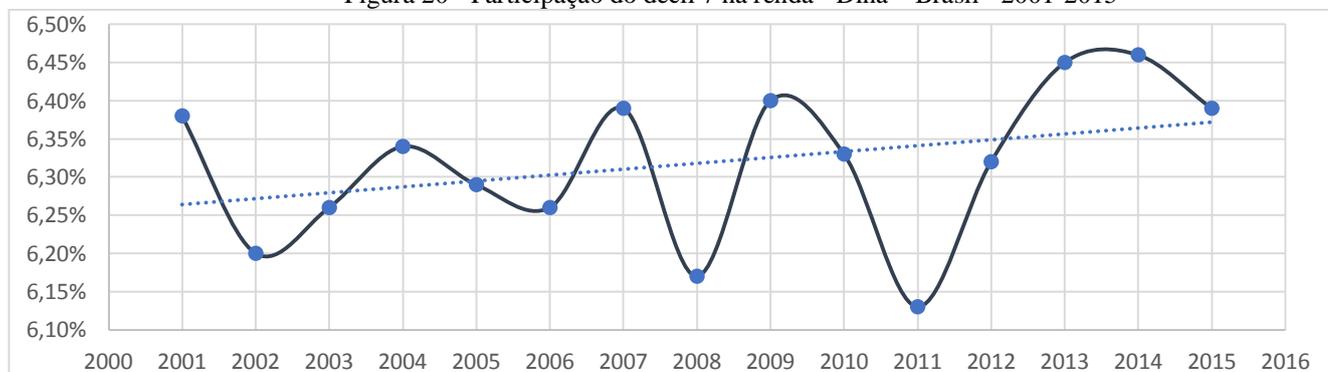
Figura 19 - Participação do decil 6 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 19 demonstra que a participação do decil 6 na renda oscilou de forma bastante próxima da de D5, porém com um vale mais pronunciado no ano de 2006.

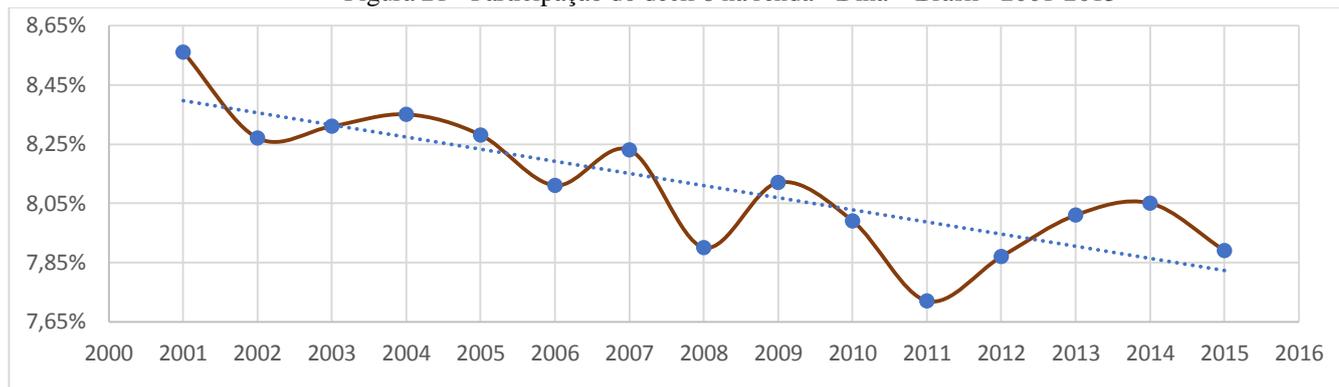
Figura 20 - Participação do decil 7 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A partir da figura 20, é possível identificar nitidamente que a linha de tendência aponta uma inclinação sensivelmente inferior às dos decis anteriores (de D2 a D6), embora sejam mantidos os vales em 2002, 2006 e, de forma bem mais abrupta, em 2008 e 2011. A participação de D7, a exemplo da maioria dos demais decis, com exceção de D4 e D10, também teve queda em 2015.

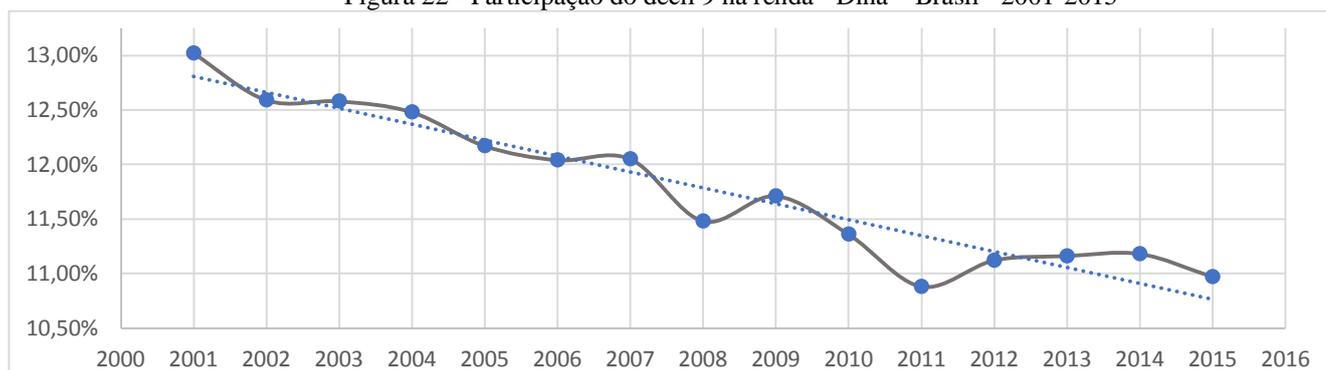
Figura 21 - Participação do decil 8 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Em D8, conforme demonstra a figura 21, a linha de tendência deixa de ser positiva e passa a ser negativa, indicando queda na participação do decil na renda. São mantidos, contudo, os mesmos vales observados para maior parte dos decis: 2002, 2006, 2008, 2011 e 2015.

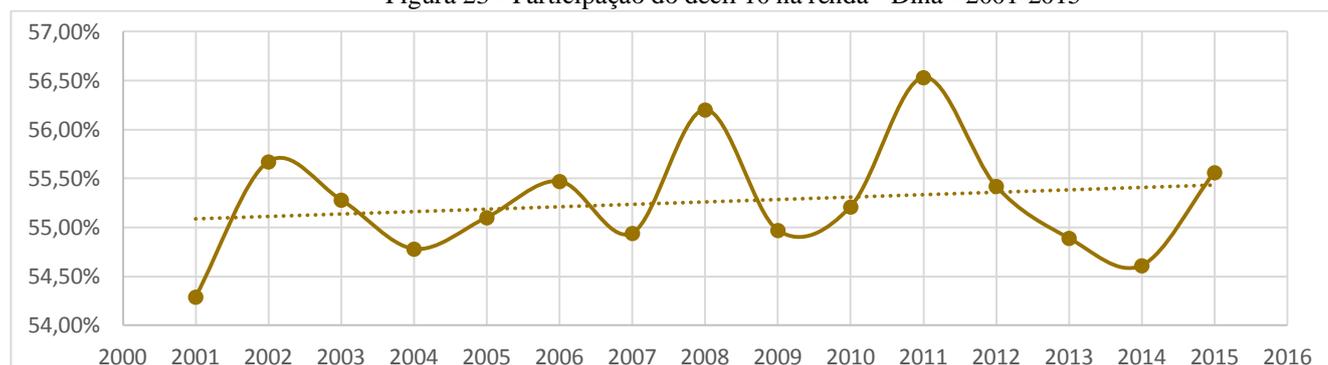
Figura 22 - Participação do decil 9 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Com D9, conforme a figura 22, a linha de tendência inclina-se ainda mais de forma negativa, indicando nítida queda de participação do decil na renda entre 2001 e 2015. Embora mais suavizados, permanecem os vales em 2002, 2006, 2008, 2011 e 2015.

Figura 23 - Participação do decil 10 na renda - Dina - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 23 demonstra que a linha de tendência de queda em participação verificável em D8 e D9 se inverte, passando a ser positiva, embora com oscilações maiores no período, que lhe conferiram uma inclinação mais leve. Chama a atenção, na figura, uma mudança bastante radical nos vales (e conseqüentemente nos picos) de participação na renda de D10, que são totalmente diferentes daqueles verificados de D3 a D9: 2004, 2007, 2009 e 2014, frente a 2002, 2006, 2008, 2011 e 2015 dos demais decis exceto D1 e D2. Sob um olhar mais acurado, percebe-se que os picos de D10 correspondem aos vales de D3 a D9. Será discutido esse ponto de forma mais detalhada adiante, quando se for tratar das relações entre os decis e percentis.

Apenas os decis 8 e 9 apresentaram queda no período, D1 teve o formato peculiar de “U” e os demais (D2 a D7 e D10) tiveram tendência de alta em participação na renda, como já mencionado. Entretanto, como se verá com mais detalhe, os ganhos do decil 10 destoam dos demais, por serem do topo e tão elevados: 2,34%, ante uma média geral de 0,76%. Chamará ainda mais a atenção o comportamento do top 1%, que elevou sua participação em 8,16%, reforçando as constatações de Medeiros *et al* (2014), Morgan (2017) e Souza (2018).

Quando se considera a totalidade do período, isto é, 2001 a 2015, a tabela 10 traz um panorama que possibilita a conclusão preliminar de que a desigualdade, no Brasil, evoluiu segundo um caminho de “estabilidade relativa”, ou seja, uma tendência de pouca variação no médio prazo, com alguns movimentos contraditórios, como o crescimento mais forte e simultâneo da renda dos miseráveis e dos muito ricos entre 2007 e 2011 (*ver* subseções 4.4.1 e 4.4.8.1). Como se verá adiante, a distância entre D10 e todos os demais decis aumentou, e a situação torna-se ainda mais grave quando se considera o 1% do topo e o restante da distribuição (*ver* tabelas 24 e 25). No primeiro caso, a distância de D10 em relação ao resto aumentou, em média, 3% de 2001 a 2015. Já o top 1% aumentou sua distância em relação ao resto, em média, 10,87%. Ocorre que essa variação é sensivelmente menor em relação aos

estratos inferiores da distribuição: D10 aumentou sua distância, em média, 1,97% em relação a D1-D5, e o top 1%, 7,98%, daí porque a conclusão preliminar apontar no sentido de uma “estabilidade relativa”. Tal constatação talvez fique ainda mais clara quando se considera não simplesmente a tabela 10, que apresenta dados ponta a ponta do período sob análise, mas o gráfico da figura 12.

Apesar dessa conclusão preliminar, somente a análise individualizada dos decis poderá trazer maior clareza quanto aos diversos fenômenos envolvidos na evolução da desigualdade no Brasil no período considerado. Esse tipo de análise talvez possa até mesmo lançar maior luz acerca de qual critério adotar para medir a desigualdade, ampliando o debate já iniciado quanto ao índice de Gini e à Palma *Ratio*. Na subseção 4.5.4, se tentará fazer de forma mais direta essa discussão, já tendo como pano-de-fundo a análise individualizada dos decis (*ver* tabela 31).

Entretanto, antes de se ver com um pouco mais de detalhe os principais fenômenos identificados nos decis entre 2001 e 2015, é preciso fazer alguns esclarecimentos quanto a ajustes que se fizeram necessários de modo a compatibilizar os dados da base Dina.

O site do WID apresenta as participações na renda por decis e desmembra em vários percentis e frações de percentis o último decil (D10), o que possibilita se obterem os percentuais correspondentes, por exemplo, ao 1%, 0,1%, 0,2%, 0,3%, 0,5%, 0,01% e assim por diante até o 0,001%. O problema é que esses dados são decorrentes do cálculo efetuado sobre a renda nacional antes dos impostos, que é o padrão de análise levado a cabo por Morgan (2017). Não existe informação no site sobre a renda nacional antes dos impostos por decil, muito menos por percentis ou quaisquer frações que sejam. Sequer há o total de renda nacional antes dos impostos para toda a população, adulta ou não, embora haja o valor médio de cada decil, percentil e frações menores. Para se obter, portanto, os valores absolutos por decis, percentis ou frações menores da população, é necessário efetuar alguns cálculos.

Por outro lado, o site fornece o agregado da renda nacional, sem, porém, oferecer a possibilidade de desmembrá-lo em frações da população. Além disso, ele também fornece a população total de adultos (acima de 20 anos). Com estas informações é possível facilmente calcular a renda nacional média, bastando dividir um agregado pelo outro. Isso, contudo, não fornece o principal, que é a renda por decil.

Os valores da Dina estão atualizados para o ano de 2018, mantendo o parâmetro de correção adotado pelo WID. Optou-se por seguir o mesmo padrão adotado pelo WID para a renda antes dos impostos e transferências, mas incluindo as pensões. Sendo assim, com vistas

a obter esse dado por decil e até mesmo frações menores da população, efetuou-se o seguinte procedimento:

- a) obteve-se a população por decil e percentil simplesmente dividindo o número total de adultos pela respectiva fração – por 10 para cada decil, por 100 para cada percentil e assim por diante -;
- b) multiplicou-se o resultado de “a” pela renda média antes dos impostos de cada decil e percentil.

Os dois procedimentos forneceram a renda total antes dos impostos de cada um dos decis, bem como frações menores que viessem a interessar na pesquisa, além de terem sido identificadas, também, suas populações. Abaixo constam as tabelas utilizadas nesses procedimentos:

Tabela 11 - Renda anual média antes dos impostos – Dina – Brasil – 2001 a 2015 (atualizados 2018)

Ano	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10
2001	1.622,80	6.623,50	10.998,10	12.350,40	15.180,70	18.990,60	23.613,40	31.706,00	48.196,80	201.028,41
2002	1.549,50	6.644,90	10.383,30	12.183,90	14.876,30	18.535,00	23.018,20	30.710,70	46.788,20	206.806,50
2003	1.407,20	6.477,30	10.721,20	12.533,20	14.783,20	18.485,60	22.937,50	30.450,40	46.093,80	202.560,91
2004	1.489,30	6.915,10	11.433,40	13.213,20	15.771,30	19.587,00	24.035,60	31.671,90	47.338,70	207.737,30
2005	1.465,60	7.135,10	11.750,90	13.569,90	15.983,80	19.623,00	24.111,40	31.732,50	46.615,30	211.055,30
2006	1.382,00	7.163,90	11.891,80	14.280,80	16.275,40	19.873,30	24.507,40	31.737,80	47.092,40	217.003,70
2007	1.309,90	7.439,10	12.681,40	15.204,70	17.344,40	21.254,00	26.175,40	33.694,50	49.326,10	224.898,50
2008	1.462,10	8.014,30	13.379,20	15.035,50	17.589,30	21.375,10	25.974,00	33.248,50	48.319,30	236.644,00
2009	1.345,00	7.805,90	13.212,00	15.557,50	17.713,90	21.538,60	26.243,90	33.300,10	48.051,50	225.538,91
2010	1.611,10	8.438,70	14.272,00	16.230,30	18.649,10	22.496,50	27.061,20	34.137,50	48.556,70	235.995,59
2011	1.640,60	8.551,70	14.545,10	16.210,70	18.763,70	22.560,10	26.933,30	33.886,40	47.746,20	248.180,70
2012	1.719,20	8.842,40	14.950,40	16.768,60	19.337,80	23.242,60	27.850,20	34.674,30	48.971,00	244.114,30
2013	1.719,40	8.917,10	15.575,00	17.576,10	20.315,80	24.350,80	29.244,60	36.313,50	50.628,40	248.994,09
2014	1.809,90	9.206,40	15.518,50	17.136,70	20.127,00	24.124,30	28.833,10	35.921,60	49.919,30	243.757,70
2015	1.569,60	7.919,30	14.011,70	16.320,20	18.527,70	22.349,50	26.868,20	33.149,20	46.097,80	233.532,70
Média	1.540,21	7.739,65	13.021,60	14.944,78	17.415,96	21.225,73	25.827,16	33.088,99	47.982,77	225.856,57

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Toda a vez em que se menciona a renda média mensal, esta será o resultado da divisão dos valores da tabela 11 por 12, correspondentes aos 12 meses do ano mais um de décimo-terceiro salário, adotando a mesma forma utilizada por Morgan (2017).

Tabela 12 - População Adulta por decil - Dina - Brasil - 2001 a 2015a

Ano	Cada um dos decis	Top 1%	Top 0,1%	Top 0,01%	Top 0,001%	Total
2001	10.644.686	1.064.469	106.447	10.645	1.064	106.446.856
2002	10.904.910	1.090.491	109.049	10.905	1.090	109.049.104
2003	11.171.433	1.117.143	111.714	11.171	1.117	111.714.328
2004	11.435.942	1.143.594	114.359	11.436	1.144	114.359.416
2005	11.694.041	1.169.404	116.940	11.694	1.169	116.940.408
2006	11.946.406	1.194.641	119.464	11.946	1.195	119.464.056
2007	12.190.215	1.219.022	121.902	12.190	1.219	121.902.152
2008	12.427.858	1.242.786	124.279	12.428	1.243	124.278.576
2009	12.663.006	1.266.301	126.630	12.663	1.266	126.630.056
2010	12.897.278	1.289.728	128.973	12.897	1.290	128.972.784
2011	13.122.466	1.312.247	131.225	13.122	1.312	131.224.656
2012	13.341.703	1.334.170	133.417	13.342	1.334	133.417.032
2013	13.558.638	1.355.864	135.586	13.559	1.356	135.586.384
2014	13.777.485	1.377.748	137.775	13.777	1.378	137.774.848
2015	14.000.058	1.400.006	140.001	14.000	1.400	140.000.576
Média	12.385.075	1.238.507	123.851	12.385	1.239	123.850.749

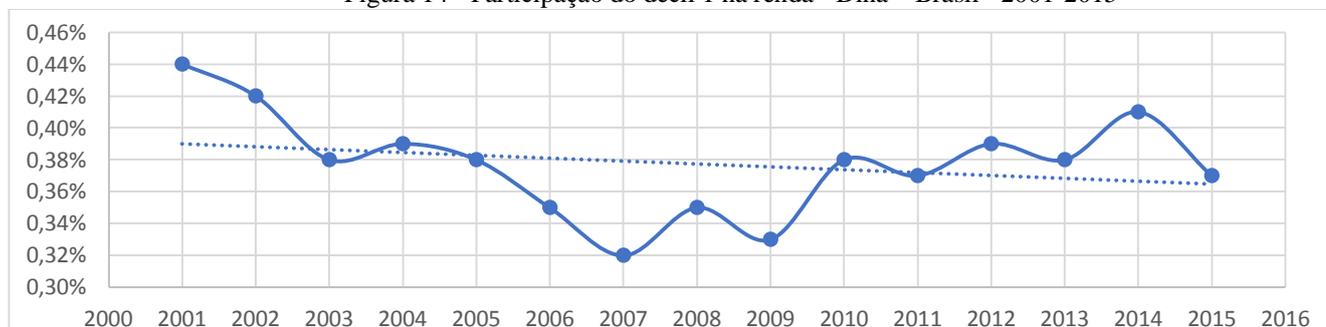
Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Cabe ainda esclarecer que os dados totais de população (última coluna da tabela 12), que serviram para os cálculos aqui, são ligeiramente diferentes daqueles apresentados por Morgan (2017), entretanto são exatamente os mesmos fornecidos pelo WID em seu site. Não se sabe exatamente a razão para essa diferença, que, contudo, não deve gerar grandes alterações nos resultados obtidos.

Feitos tais ajustes, procedeu-se à análise individualizada dos decis. De modo a facilitar a visualização conforme a análise apresentada, serão inseridos novamente os gráficos referentes a cada decil na subseção correspondente.

4.4.1 Decil 1

Figura 14 - Participação do decil 1 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Os indivíduos pertencentes a esse grupo são extremamente pobres, ganhando, em 2015, aproximadamente, entre R\$ 370,00 e R\$ 2.030,00 anuais e uma renda *per capita* média de cerca de R\$ 1.540,00 (menos de R\$ 119 por mês), em valores atualizados para 2018 pelo

deflator do PIB. Para se ter uma ideia, o governo federal, nesse mesmo ano, gastou em média cerca de R\$ 2.250,00 por família com o programa Bolsa Família (PBF) (deflator do PIB 2018). Considerando uma família com dois membros adultos, cada um receberia R\$ 1.125,00 anuais de Bolsa Família. Dado que a base Dina é parametrizada para apresentar dados individuais, é possível que, mesmo em famílias beneficiadas pelo programa, um dos membros adultos responda nos questionários da Pnad um valor inferior ao efetivamente recebido do governo, sendo computado este para outro adulto na família, provavelmente uma mulher. Segundo Campello (2013, p. 18), em 2013, 93% dos titulares do cartão do Bolsa Família eram mulheres, o que pode muito bem levar a crer que boa parte de seus companheiros, ao serem questionados sobre seus rendimentos em pesquisas domiciliares, não considerassem os valores do PBF.

Ganhando bem menos de um salário mínimo, é de se presumir que a quase totalidade, senão 100%, do decil 1 seja formada por trabalhadores informais. Em 2015, segundo o IBGE, o número de trabalhadores sem carteira assinada, no Brasil, era de 36,1 milhões, o que contemplaria a totalidade das populações dos decis 1 e 2 e mais da metade do 3. Esse dado é importante de se levar em conta, pois, sem sombra de dúvida, a renda do empregado do setor informal, sem as proteções trabalhistas previstas em lei, tende a sofrer de maneira mais drástica os efeitos das crises econômicas (Tokman, 2007).

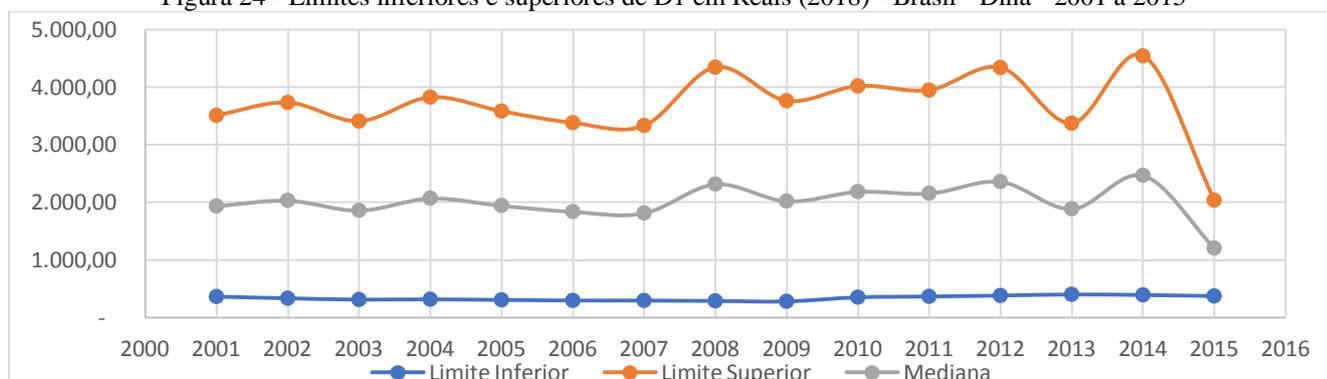
Por isso, é digno de nota que a crise de 2008 não tenha afetado apenas os “mais ricos”. Os 10% “mais pobres” também foram afetados, quando o grupamento vinha numa recuperação no ano de 2008, para, em seguida, cair novamente, em 2009. Com a crise de 2015, D1, junto com D2, foi o decil mais afetado, tendo sua renda média caído -13,28% - a média geral foi de queda de -8,34%. Isso também afetou sua participação na renda total, que caiu quase -10% em relação ao ano anterior, ficando em primeiro em perdas entre todos os decis, tendo perdido muito também em termos absolutos: cerca de -12%. A crise afetou diretamente o limite superior de participação de D1 – isto é, aqueles que mais ganhavam dentro do decil -, que caiu mais de 55% de 2014 para 2015, conforme tabela 13 e gráfico da figura 24:

Tabela 13 - Limites inferiores e superiores de D1 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	363,00	3.507,99	1.935,50
2002	333,40	3.731,09	2.032,25
2003	310,60	3.408,99	1.859,80
2004	315,80	3.823,49	2.069,64
2005	304,90	3.581,69	1.943,29
2006	295,40	3.381,19	1.838,29
2007	294,10	3.331,19	1.812,65
2008	287,00	4.343,69	2.315,35
2009	279,30	3.761,29	2.020,29
2010	350,80	4.018,89	2.184,84
2011	365,30	3.946,29	2.155,79
2012	380,70	4.337,49	2.359,10
2013	400,60	3.372,09	1.886,35
2014	390,50	4.541,89	2.466,19
2015	372,40	2.035,99	1.204,19
Varição de 2001 a 2015	3%	-42%	-38%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

A figura 24 fornece uma visualização mais clara da evolução dos limites inferiores e superiores do decil 1 ao longo do período, bem como de sua mediana:

Figura 24 - Limites inferiores e superiores de D1 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Nenhum outro decil apresentou quedas tão grandes em seu limite superior de 2014 para 2015. Para se ter uma ideia, a média dos demais decis ficou em -11,44%, muito acima dos -55% de D1. Isso indica que a queda em participação do decil 1 foi, em grande parte, fruto de um **achatamento em sua renda**, fazendo com que seus valores médios caíssem mais de 13% de um ano para outro, praticamente empatando em primeiro lugar em perdas com D2. A distância entre os limites superior e inferior de D1, que, em 2001, era de cerca de R\$ 3.145,00, em 2014 subiu para R\$ 4.151,39, caindo abruptamente para R\$ 1.663,59 em 2015. Uma queda de quase 60% nesses dois últimos anos. De 2001 a 2015, a queda também foi elevada: -47,1%.

A rigor, o decil 1, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, nunca atingiu o nível de 2001 em participação na renda, dois anos antes de Lula iniciar seu primeiro mandato no comando do país. À primeira vista, é possível notar, conforme a linha pontilhada do gráfico da figura 14, uma tendência de queda na participação dos 10% mais baixos na distribuição da renda em todo o período, isto é, de 2001 a 2015.

O percurso desse estrato, entretanto, ao se olhar o gráfico da figura 14, forma um “U” bem definido quando se desconsidera a crise de 2015. Isso indica a existência de uma tendência de crescimento na renda de D1 consistente a partir de 2007, com relevante impulso a partir de 2010, até 2014, excetuada a queda momentânea em 2009, decorrente da crise financeira global.

Utilizando novamente o *software Eviews*, realizou-se a regressão linear simples entre a renda média de D1 e os repasses do Programa Bolsa Família, atualizados pelo deflator do PIB para 2018, disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social⁵⁴. De 2004 a 2015, a regressão não resultou significativa, com um R^2 de 54,11%. Já, para o período 2007 a 2014, relativo à porção ascendente do “U” do gráfico da figura 14, o R^2 resultou superior a 84%, com os testes t e F, ao nível de significância de 0,13%, rejeitando a hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis. Aplicando logaritmo na base 10 à renda média de D1 e aos repasses do PBF, entre 2007 e 2014, é possível construir a seguinte equação:

$$RM_D1 = -2,14 + 0,51.R_PBF$$

Em que,

- RM_D1 = logaritmo na base 10 da renda média do decil 1;
- R_PBF = logaritmo na base 10 dos repasses do Programa Bolsa Família.

O resultado, assim, confirma a correlação, para os anos de 2007 a 2014, dos repasses do Bolsa Família e a renda média dos 10% “mais pobres”. O teste de correlação do *Eviews*, cujo resultado retornou 91,88% entre 2007 e 2014, também confirma a forte relação entre os repasses do Bolsa Família e o aumento da renda média dos 10% mais humildes.

Duas mudanças ocorreram entre 2007 e 2014 no PBF que confirmam essa tendência de alta na renda de D1 nesse período. Segundo Paiva (2013), os anos de 2005 e 2006, após um período de integração de cadastros, foram marcados pela maior institucionalização do programa junto a prefeituras, com a assinatura de termos de adesão por *todos os municípios*

⁵⁴ Disponíveis em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-paineis/analise_dados_abertos/. Os dados estão disponíveis a partir de 2004.

brasileiros. Isso fez com que o percentual de cadastros válidos no CadÚnico⁵⁵, que é a base de dados usada para os repasses do Bolsa Família, saltasse “de 31% para 92% entre março de 2005 e outubro de 2006” (Paiva, 2013, p. 28). Em meados de 2006, o programa, que, dois anos antes, havia iniciado com 4,5 milhões de famílias atendidas, viu este número saltar para 11 milhões.

A segunda grande mudança no Bolsa Família ocorreu no início do primeiro mandato de Dilma Roussef, em 2011. Neste ano, o governo fixa o desafio de erradicar a extrema pobreza com o programa “Brasil sem Miséria”, e, em 2012, é lançado o “Brasil Carinhoso” (CAMPELLO, 2013, p. 22; PAIVA *et al.*, 2013, p. 25-26 e 38-43), voltado para o desenvolvimento na primeira infância. Os dois programas aumentaram consideravelmente tanto o número de famílias atendidas, quanto os valores repassados. De 2010 a 2012, mais cerca de 1 milhão de famílias foram incluídas no programa e os repasses foram aumentados em 26%, isto é, mais de R\$ 6,2 bilhões, deflacionados pelo PIB para 2018. De 2010 a 2013, houve um aumento de 37,8% nos valores repassados, mais de R\$ 9,5 bilhões de ampliação do programa (valores atualizados pelo deflator do PIB para 2018)⁵⁶.

A constatação das perdas do decil 1, não apenas nas crises de 2008 e 2015, mas desde o início do primeiro mandato de Lula, pode ser, portanto, enganosa, se não for levada em conta a mudança de percurso dada na expansão do Bolsa Família, tanto entre 2005 e 2006, quanto em 2011. Entretanto isso não significa a confirmação do discurso mais disseminado pelo próprio Partido dos Trabalhadores de que os mais pobres teriam sido aqueles que mais se haveriam beneficiado em seus governos. Isso exige também uma análise do que ocorreu no restante da distribuição, especialmente no topo. Claro que, se se fosse basear tão somente pelas Pnad's (*ver* figura 7 acima), como fizeram Neri (2010), Paiva *et al.* (2013, p. 36 e 38), Campello (2013), Barros *et al.* (2010), Rocha (2012), Singer (2012), Alston *et al.* (2012) e Arretche (2016), essa interpretação faria muito mais sentido, já que o decil 1 teria aumentado sua participação na renda em mais de 69% entre 2001 e 2014. O uso dos dados tributários, complementados com as próprias Pnad's e Contas Nacionais, conforme metodologia Dina, entretanto, demonstra uma realidade bem diferente para essa parcela mais humilde da população. Como já salientado, outro ponto a se considerar é o alto grau de informalidade da economia brasileira, que torna as parcelas mais humildes muito mais vulneráveis às crises

⁵⁵ Para mais detalhes sobre o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), *ver* Paiva *et al.* (2013, p. 30-31).

⁵⁶ Apesar dos grandes avanços do Bolsa Família e do próprio Brasil sem Miséria, Paiva *et al.* (2013, p. 40) aponta que ainda haveria famílias (estimadas em cerca de 1%) morando em bolsões de pobreza nas grandes cidades e em localidades de difícil acesso não alcançadas por esses programas, embora fossem enquadráveis.

econômicas (TOKMAN, 2007). Ainda que, nos governos do PT, a formalização tenha avançado consideravelmente, o número de empregos informais se manteve elevado, conforme apontam as séries do IBGE, encurtando o alcance das políticas de distribuição de renda adotadas, sobretudo o consistente aumento do salário mínimo.

Uma avaliação mais adequada, entretanto, da efetividade do conjunto das políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores deveria, no mínimo, excluir da série histórica os anos de 2001 e 2002, que estavam sob governo de Fernando Henrique Cardoso, e o de 2015, que, em sua maior parte, é totalmente atípico, dada a forte crise política instalada e a consequente situação de ingovernabilidade, que preparou o terreno para o impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

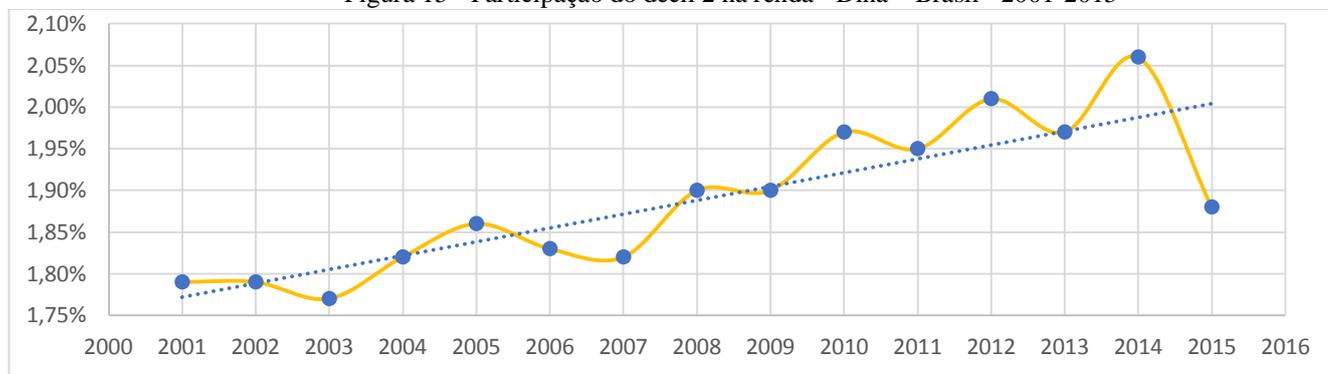
Assim procedendo, constata-se um aumento no limite superior de renda de D1 de quase 22%, abaixo da média geral, que foi superior a 25%. A renda média do decil subiu quase 17%, bem abaixo da média geral, que ficou em cerca de 28%. A queda em participação na renda foi de apenas -2,38%, muito inferior à registrada para o período de 2001 a 2015, que foi de -15,91%. Ainda assim, muito abaixo da média geral para 2002 a 2014, que foi de aumento em participação de 6,35%, conforme demonstrado na tabela 05.⁵⁷

Enfim, ainda que tenha melhorado seu desempenho ao se excluírem da análise os anos de 2001, 2002 e 2015, o decil 1 passou por um processo de incremento na renda abaixo da média geral dos decis, perdendo participação na renda total, seja de 2001 a 2015, seja de 2003 a 2014. Os aumentos substanciais na renda, sobretudo por conta da expansão do Bolsa Família, não foram suficientes para aumentar sua participação: de 2001 a 2015, esta caiu em cerca de -16% e, de 2002 a 2014, -2,38%. De fato, tudo indica que as alterações no PBF, em 2005/2006 e 2011/2012, estavam contribuindo fortemente para o decil 1 superar o pico da série atingido em 2001, porém a crise de 2015 teria interrompido bruscamente essa trajetória, conforme os gráficos das figuras 14 e 24.

⁵⁷ Os governos do PT iniciam em 2003, por isso, 2002 é considerado como ponto de partida dos cálculos para fins de comparabilidade dos efeitos das políticas adotadas por esse partido. *Ver* também nota de rodapé nº 50.

4.4.2 Decil 2

Figura 15 - Participação do decil 2 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

D2 apresenta uma evolução um pouco melhor do que D1. O decil 2 teve alterações não desprezíveis em sua participação na renda entre 2003 e 2014, mas despencou em 2015, retornando quase ao patamar de 2001. Em termos relativos, essa melhora entre 2003 e 2014 teve grande peso considerando a totalidade dos decis. Nesse período, a variação na participação na renda de D2 foi de 16,38%, bem acima da média geral, que ficou em 6,21%, e de seu desempenho entre 2001 e 2015, que foi de apenas 5,03%. É possível dizer que o decil ensaiou um crescimento robusto, porém, no final das contas, patinou, muito por conta da crise política em 2015.

Aliás, o decil 2 foi o que mais sofreu com a crise política de 2015. Sua participação na renda caiu de 2,06% para 1,88%, ou R\$ 15,97 bilhões a menos, em relação ao ano anterior. Isso, para um patamar que já é bastante baixo, representa um decréscimo na renda deveras preocupante. Na tabela 14 e no gráfico da figura 25, dá para se ter uma ideia de como evoluiu a renda dos indivíduos pertencentes ao decil 2 pela análise de seus limites:

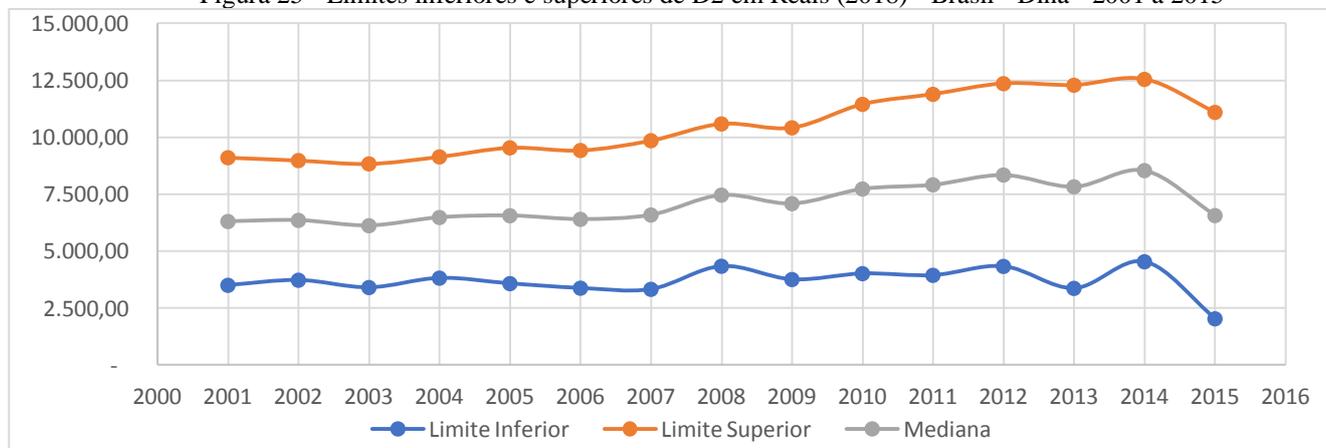
Tabela 14 - Limites inferiores e superiores de D2 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	3.508,00	9.111,49	6.309,75
2002	3.731,10	8.986,60	6.358,85
2003	3.409,00	8.839,92	6.124,46
2004	3.823,50	9.146,60	6.485,05
2005	3.581,70	9.544,47	6.563,08
2006	3.381,20	9.428,85	6.405,02
2007	3.331,20	9.857,76	6.594,48
2008	4.343,70	10.593,79	7.468,75
2009	3.761,30	10.424,89	7.093,10
2010	4.018,90	11.454,79	7.736,84
2011	3.946,30	11.894,79	7.920,55
2012	4.337,50	12.363,49	8.350,50
2013	3.372,10	12.294,39	7.833,25
2014	4.541,90	12.550,99	8.546,44
2015	2.036,00	11.101,29	6.568,65
Varição de 2001 a 2015	-42%	22%	4%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

A tabela 14 demonstra a situação radicalmente diferente entre a evolução dos limiares de D1 e D2 de 2001 a 2015, a qual é ilustrada no gráfico da figura 25:

Figura 25 - Limites inferiores e superiores de D2 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Se o decil 1 teve um achatamento em sua renda, pela queda do limite superior, D2 teve, conseqüentemente, um alargamento, pela diminuição do limite inferior de 2014 para 2015, mas também pelo aumento no limite superior em toda a série, com exceção deste último ano. Embora não tão pronunciado quanto D1, o limite superior desse decil também teve uma queda, de -11,55% na crise de 2015. Esse alargamento provocado pela crise deste ano, portanto, foi para pior, na medida em que trouxe faixas de renda mais baixas para dentro do decil, “empobrecendo-o” sobretudo no limite inferior. Mesmo considerando todo o período

em análise (2001 a 2015), o aumento na amplitude da renda de D2 foi impressionante: 179%⁵⁸, o maior dentre todos os decis, que tiveram média de 5,6%, ou seja, um “alargamento” geral da renda, atenuado especialmente pela crise de 2015. Comparando com os outros decis, o alargamento verificado por D2 se deveu muito mais à redução de seu limite inferior do que ao crescimento de seu limite superior. A renda média anual do decil, que chegou a ser de mais de R\$ 9,2 mil em 2014, despencou para pouco mais de R\$ 7,7 mil em 2015.

Por outro lado, se forem considerados apenas os anos de 2002 a 2014, aqui sim é possível notar com mais nitidez o efeito das políticas de redistribuição de renda adotadas no período. A renda média de D2 aumentou 38,55%, bem acima da média geral, que foi de cerca de 28%. A participação na renda teve um incremento de cerca de 15%, mais do que o dobro da média geral. Tais constatações levam à conclusão de que o avanço do decil 2 realmente estava num forte caminho de ascensão, mas foi barrado pela crise de 2015. Isso pode ter relação não só com a conjuntura econômica em geral, mas com programas de transferência de renda do governo, que tiveram grande ampliação nos mandatos do PT.

Os decis 1 e 2 são os únicos em que nenhum indivíduo consegue atingir um salário mínimo por mês em nenhum dos anos. Isso somente vai acontecer a partir de D3⁵⁹. Comparando os dados do Ministério do Desenvolvimento Social com os da base Dina para D1 e D2, é possível ver que grande parte dessa população mais humilde seria alcançada pelo principal programa de transferência de renda visando à erradicação da pobreza: o Bolsa Família. Os dados da plataforma do Ministério do Desenvolvimento Social estão disponíveis somente a partir de 2004⁶⁰. Sendo assim, assumindo que cada família do programa é composta em média por 2 adultos, é possível verificar que, entre 2004 e 2015, a população Dina para os decis 1 e 2 foi, em média, superior à do Bolsa Família em 2,74 milhões. Entretanto essa diferença entre as duas populações variou muito ao longo desse período, começando com cerca de 13,8 milhões e caindo para 271 mil no final⁶¹.

Realizando testes de regressão linear entre a renda média de D1 e D2 e os valores repassados pelo PBF, de 2004 a 2015, é possível notar que há, de fato, correlação entre o decil

⁵⁸ Este valor mede a variação da diferença percentual entre os limites inferior e superior do decil de 2001 a 2015, calculada a partir da tabela 14. Essa diferença, por vezes, é também aqui chamada de *amplitude* de renda do decil ou percentil.

⁵⁹ Ver também a tabela 35, mais a frente.

⁶⁰ O Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003, unificando outros programas de transferência de renda existentes na época (PAIVA, 2013, p. 25).

⁶¹ Para mais detalhes sobre a evolução das várias mudanças institucionais no PBF, com reflexos no número de famílias assistidas e nos valores de repasse, ver Paiva *et al.* (2013).

2 e as transferências do Bolsa Família, o que só vai ocorrer, entretanto, com os 10% mais humildes de 2007 a 2014. Pelo *software Eviews*, a regressão linear para a renda média de D2 como variável dependente e os repasses do PBF como independente aponta um R^2 superior a 80% de 2004 a 2015, com rejeição da hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis pelos testes t e F, ao nível de significância de 0,01%. Aplicando logaritmo na base 10 para a renda média de D2 e os repasses do PBF, é possível montar a seguinte equação entre as variáveis:

$$RM_D2 = 1,57 + 0,23.R_PBF$$

Em que,

- RM_D2 = logaritmo na base 10 da renda média do decil 2;
- R_PBF = logaritmo na base 10 dos repasses do Programa Bolsa Família.

Os dados indicam, portanto, que mesmo tendo sido fortemente ampliado ao longo dos anos, exigindo grande esforço do governo desde seu início, o Bolsa Família conseguiu atingir significativamente os 10% mais humildes da população somente entre os anos de 2007 e 2014. Entre 2004 e 2015, entretanto, o efeito do programa é inteiramente constatável para o segundo decil. É importante ressaltar que os valores repassados do programa, entre 2004 e 2015, representaram apenas, em média, 18,3% de toda a renda de D1 e D2 somados, sendo que essa média somente é atingida no ano de 2010 em diante. Ou seja, há uma enorme parte da renda de D1 e D2, cerca de 80%, que não depende dos repasses do PBF. Ainda assim, as regressões demonstram a significativa contribuição do programa para o aumento da renda média dos 20% mais humildes da população brasileira, sobretudo a partir de 2007, indicando possivelmente a ação de um efeito multiplicador.

A forte ampliação do Bolsa Família a partir de 2011 demonstra um grande compromisso do governo Dilma Roussef com a erradicação da extrema pobreza. Um esforço fiscal enorme do governo⁶², que, dito pela própria presidente e sua defesa no processo de impeachment em 2016, conjuntamente com a piora do cenário econômico, teriam levado às chamadas “pedaladas fiscais”⁶³, justificativa jurídica para a retirada de Dilma do poder. Em 2015, em plena crise política e em meio a uma guinada radical na política econômica, que

⁶² Os governos do PT foram destaque não apenas pela ampliação dos repasses do PBF. Para Colin, Pereira e Gonelli (2013, p. 47), os recursos destinados à assistência social, no Brasil, entre 2002 e 2012 passaram de 0,71% para 1,1% do PIB.

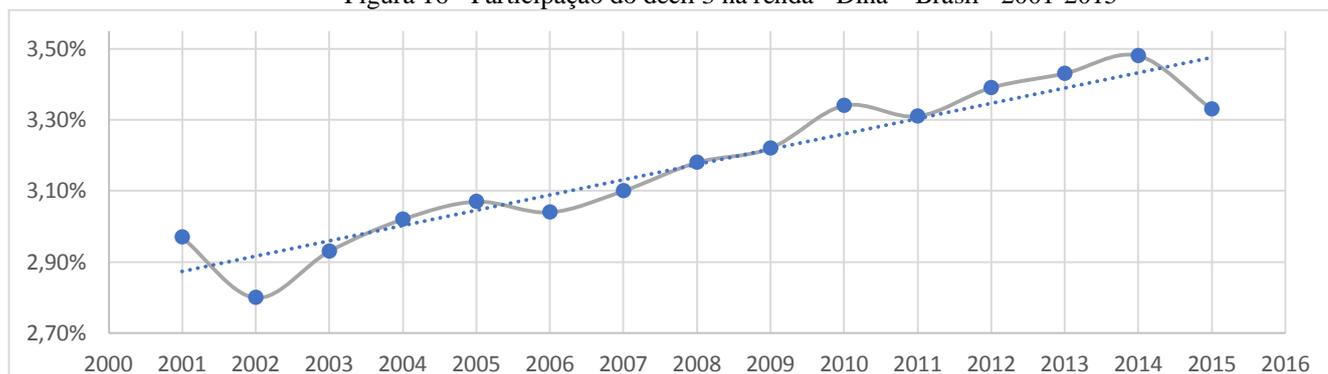
⁶³ As “pedaladas fiscais” consistem no uso de recursos dos bancos públicos para cobrir compromissos do Tesouro Nacional. Tal mecanismo foi usado por presidentes anteriores, desde FHC, porém, com Dilma, seu uso aumentou consideravelmente (MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 17). A defesa de Dilma alegou que os recursos foram usados para pagar, dentre outros, os benefícios do Bolsa Família e que foram todos devolvidos aos bancos públicos.

passou a ser de cunho neoliberal (Marquetti, 2016, p. 19), os repasses do Bolsa Família, pela primeira vez desde 2004, tiveram queda: -5,45%; e o número de famílias atendidas também caiu: -1,27%. Isso indica que o programa, ao contrário do que ocorreu na crise de 2008 (MARQUETTI, 2016, p. 10), deixou de funcionar como estabilizador automático e explica, em boa parte, o porquê da queda maior nas rendas dos decis 1 e 2 em relação a todos os demais na crise de 2015 (o dobro da média geral).

4.4.3 Decis 3 e 4

Os decis 3 e 4 tiveram um comportamento bastante semelhante de 2001 a 2015, como se pode depreender dos gráficos das figuras 16 e 17 e da tabela 10 acima. Os dois decis apresentaram variâncias (0,00041 e 0,00039) e variações (12,12% e 16,17%) na participação na renda bastante próximas.

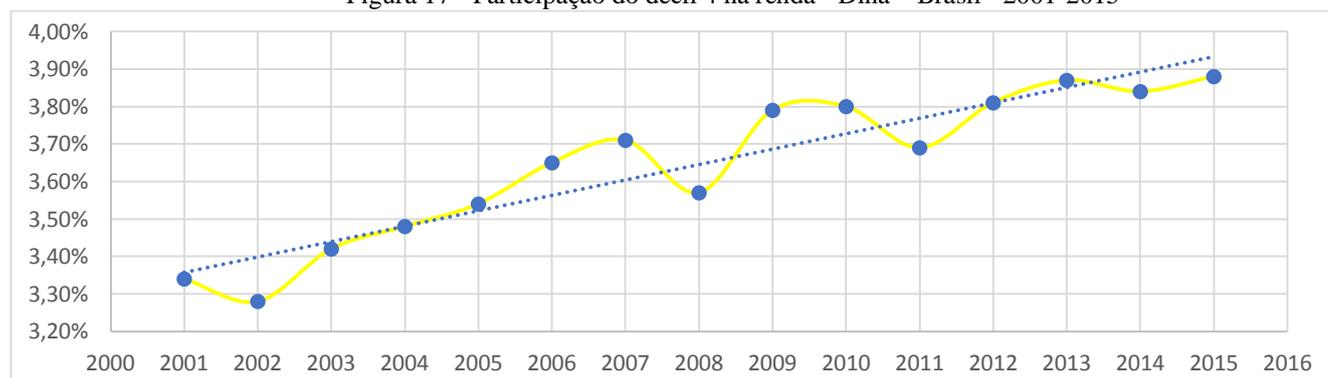
Figura 16 - Participação do decil 3 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A linha de tendência da figura 16 demonstra, de forma inequívoca, os ganhos consistentes em participação na renda obtidos pelo decil 3 ao longo de todo o período.

Figura 17 - Participação do decil 4 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Diferentemente de D3, pelo gráfico da figura 17, é possível notar que houve ganho em participação na renda de D4 de 2014 para 2015, além dos vales mais abruptos em 2008 e 2011.

Apesar dessas pequenas diferenças e embora a participação na renda desses dois decis tenha sofrido altos e baixos no período, os grupos abrangidos por esses segmentos sentiram melhoras substanciais e progressivas em sua renda, conforme se pode ver claramente nas tabelas 15 e 16 e nos gráficos das figuras 26 e 27, que tratam de seus limites inferior e superior:

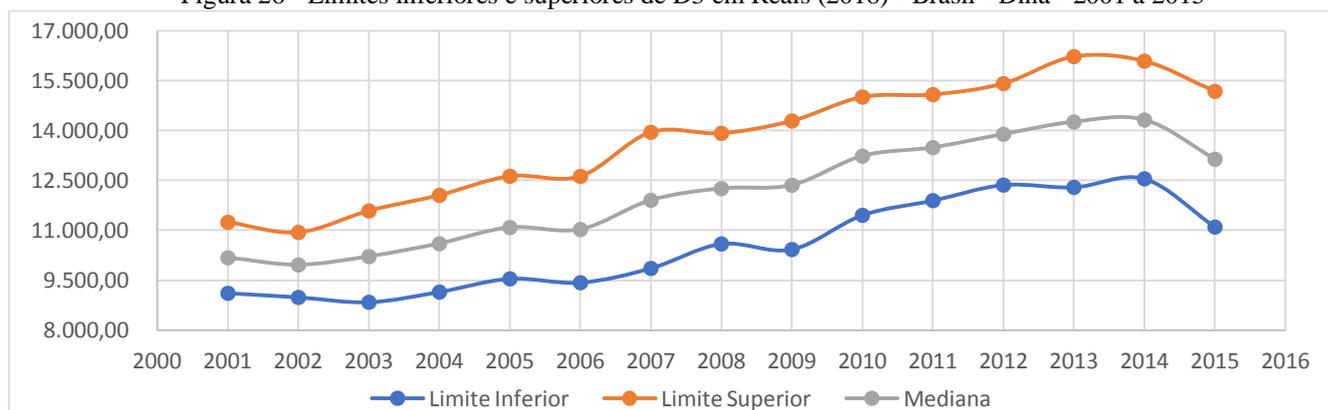
Tabela 15 - Limites inferiores e superiores de D3 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	9.111,50	11.244,79	10.178,15
2002	8.986,61	10.938,49	9.962,55
2003	8.839,93	11.586,29	10.213,11
2004	9.146,61	12.054,39	10.600,50
2005	9.544,48	12.627,49	11.085,98
2006	9.428,86	12.623,69	11.026,27
2007	9.857,77	13.949,19	11.903,48
2008	10.593,80	13.917,69	12.255,75
2009	10.424,90	14.288,99	12.356,95
2010	11.454,80	15.008,49	13.231,65
2011	11.894,80	15.081,39	13.488,10
2012	12.363,50	15.412,89	13.888,20
2013	12.294,40	16.222,59	14.258,50
2014	12.551,00	16.086,49	14.318,75
2015	11.101,30	15.178,79	13.140,05
Varição de 2001 a 2015	22%	35%	29%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

O crescimento sustentado dos limiares de D3 verificado na tabela 15 fica ainda mais evidente na figura 26:

Figura 26 - Limites inferiores e superiores de D3 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Como se pode ver, com exceção de pequenas oscilações em alguns anos, a única queda expressiva que D3 teve em seus limites foi na crise de 2015, e, mesmo assim, nem se compara com a queda sofrida por D2 em sua base.

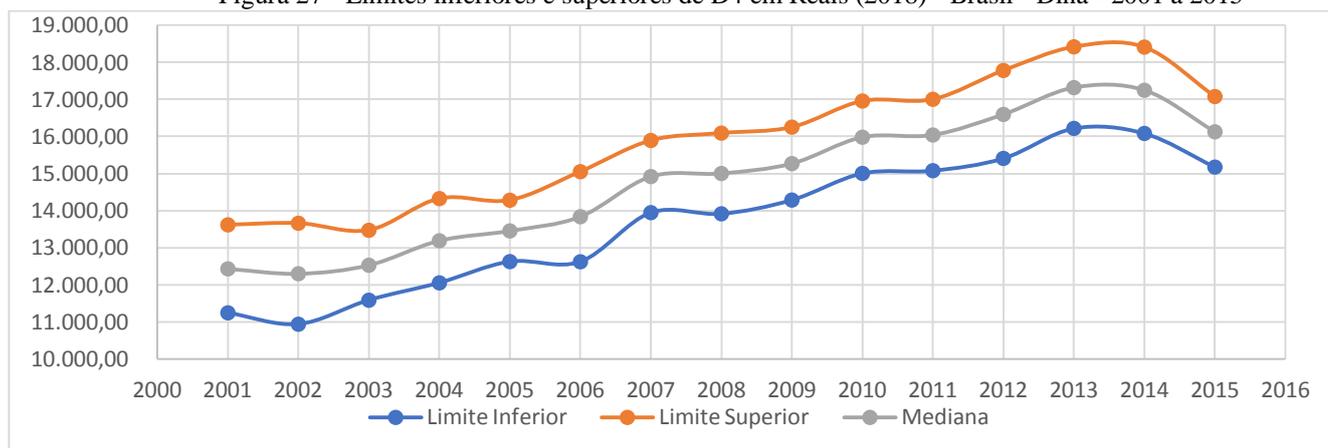
Tabela 16 - Limites inferiores e superiores de D4 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	11.244,80	13.619,59	12.432,20
2002	10.938,50	13.662,99	12.300,75
2003	11.586,30	13.473,79	12.530,05
2004	12.054,40	14.328,49	13.191,45
2005	12.627,50	14.284,89	13.456,20
2006	12.623,70	15.055,09	13.839,40
2007	13.949,20	15.896,39	14.922,80
2008	13.917,70	16.094,69	15.006,20
2009	14.289,00	16.256,09	15.272,55
2010	15.008,50	16.961,39	15.984,95
2011	15.081,40	17.007,59	16.044,50
2012	15.412,90	17.786,09	16.599,50
2013	16.222,60	18.423,69	17.323,14
2014	16.086,50	18.416,39	17.251,45
2015	15.178,80	17.081,59	16.130,20
Varição de 2001 a 2015	35%	25%	30%

Elaboração própria a partir de dados Dina (WID).

A semelhança entre as evoluções dos limiares de D3 e D4 fica nítida quando se comparam não apenas as tabelas 15 e 16, mas também as figuras 26 e 27:

Figura 27 - Limites inferiores e superiores de D4 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

D4 também teve algumas oscilações no período, mas uma única queda mais expressiva, em seus limites, igualmente em decorrência da crise de 2015. Novamente, queda bem abaixo da observada para os decis 1 e 2: -5,64% para o limite inferior e -7,25% para o superior.

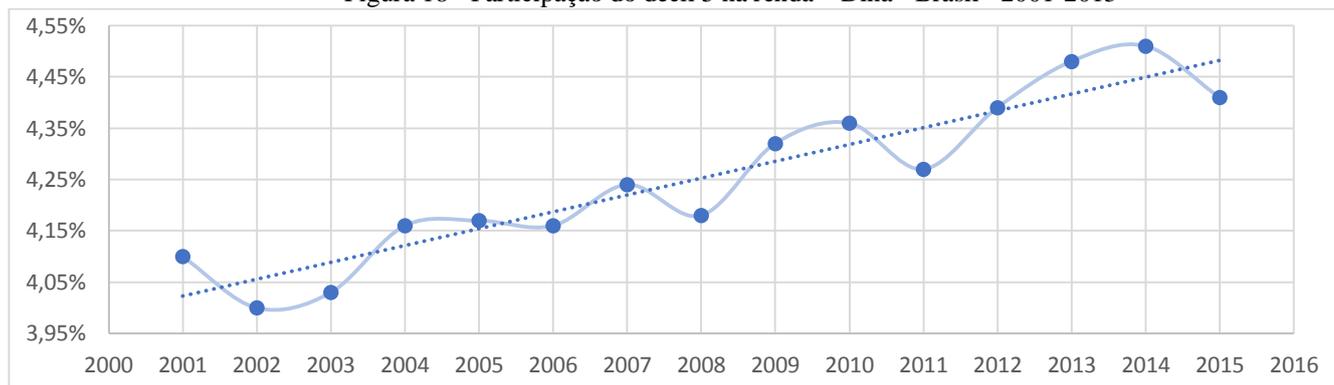
Outro ponto que chama a atenção é a baixa amplitude no percurso dos dois limites, inferior e superior, tanto no decil 3, quanto no decil 4.

De fato, é possível notar um crescimento bem equilibrado de D3 e D4, mas também substancial: de 2001 a 2015, a mediana dos limites de renda dos dois decis e sua renda média subiram mais do que todos os outros (cerca de 30%). Esse crescimento também se fez sentir na participação na renda total, que aumentou em 12,12% para D3 e 16,17% para D4. Situação, como se pode facilmente ver, bem diferente dos decis 1 e 2.

4.4.4 Decis 5 e 6

D5 e D6 apresentam padrões ainda mais próximos entre si do que os dois decis anteriores. Com variâncias (0,00025% e 0,00015%) e variações (7,56% e 3,70%) em participação na renda baixas (ver tabela 10), esses dois decis apresentam os mesmíssimos picos e vales, conforme gráficos das figuras 18 e 19:

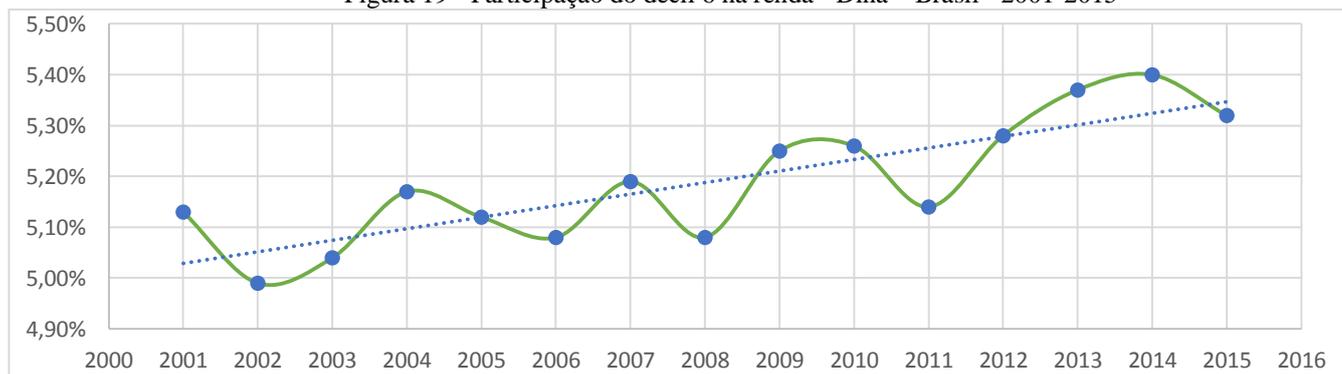
Figura 18 - Participação do decil 5 na renda – Dina - Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Como é possível perceber, os vales de D5 estão em 2002, 2006, 2008, 2011 e 2015, os mesmos verificáveis para D6:

Figura 19 - Participação do decil 6 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

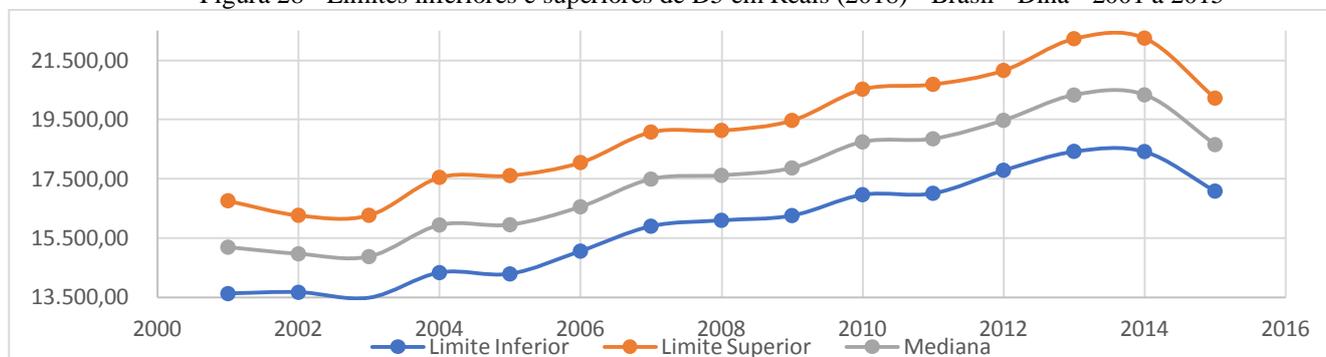
Em termos de participação na renda, os dois decis tiveram crescimentos bem mais modestos que os decis 3 e 4 (7,56% e 3,7%, respectivamente). Entretanto, em termos absolutos, o crescimento de D5 e D6 foi tal como D3 e D4, isto é, equilibrado e significativo, como se pode ver pela análise dos limites de renda:

Tabela 17 - Limites inferiores e superiores de D5 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	13.619,60	16.755,79	15.187,70
2002	13.663,00	16.265,09	14.964,05
2003	13.473,80	16.264,99	14.869,40
2004	14.328,50	17.546,39	15.937,45
2005	14.284,90	17.606,69	15.945,79
2006	15.055,10	18.047,59	16.551,35
2007	15.896,40	19.077,39	17.486,90
2008	16.094,70	19.131,19	17.612,94
2009	16.256,10	19.469,99	17.863,05
2010	16.961,40	20.523,49	18.742,45
2011	17.007,60	20.687,49	18.847,55
2012	17.786,10	21.157,69	19.471,89
2013	18.423,70	22.228,79	20.326,25
2014	18.416,40	22.248,09	20.332,25
2015	17.081,60	20.221,39	18.651,50
Varição de 2001 a 2015	25%	21%	23%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Tal como D4, D5 também apresenta um crescimento sustentado e equilibrado, com uma amplitude de renda relativamente curta e constante entre seus limites inferiores e superiores ao longo dos anos:

Figura 28 - Limites inferiores e superiores de D5 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

O crescimento sustentado e equilibrado e a amplitude de renda relativamente curta e constante também são características verificáveis em D6:

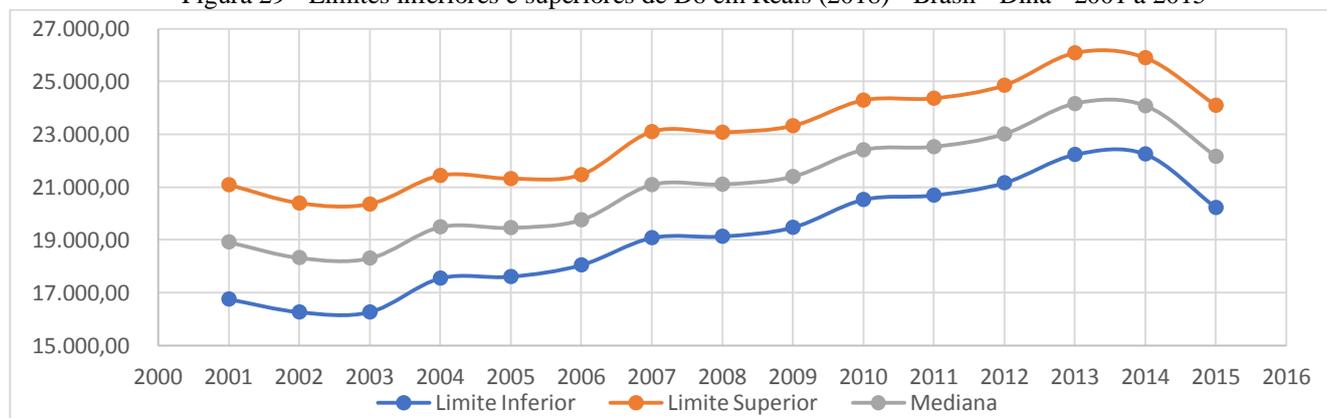
Tabela 18 – Limites inferiores e superiores de D6 em Reais (2018) – Brasil – Dina – 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	16.755,80	21.081,79	18.918,80
2002	16.265,10	20.387,19	18.326,14
2003	16.265,00	20.349,99	18.307,50
2004	17.546,40	21.432,49	19.489,45
2005	17.606,70	21.313,39	19.460,04
2006	18.047,60	21.461,99	19.754,80
2007	19.077,40	23.092,79	21.085,10
2008	19.131,20	23.069,19	21.100,19
2009	19.470,00	23.315,09	21.392,55
2010	20.523,50	24.284,09	22.403,80
2011	20.687,50	24.356,49	22.522,00
2012	21.157,70	24.847,99	23.002,84
2013	22.228,80	26.075,59	24.152,20
2014	22.248,10	25.891,59	24.069,85
2015	20.221,40	24.089,49	22.155,45
Varição de 2001 a 2015	21%	14%	17%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 29 apresenta de forma mais ilustrativa as características apontadas pela tabela 18 para os limiares e a mediana de D6:

Figura 29 - Limites inferiores e superiores de D6 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Também da mesma forma que os decis 3 e 4, D5 e D6, após sustentado e equilibrado avanço, veem suas rendas diminuírem com a crise em 2015, mais uma vez, de maneira mais leve que D1 e D2. Em termos de renda média, de 2001 a 2015, os dois decis tiveram bom desempenho, aumentando esse dado em 22% e 18% em termos reais, respectivamente.

Neste momento da análise, deve-se ter em mente que muito se ouviu falar acerca da chamada ascensão das classes populares ao ponto de serem inseridas em novos mercados de consumo de bens e serviços, mais uma vez, como um triunfo conquistado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (ver, por exemplo, Neri, 2010). Analisando, as tabelas e gráficos aqui colocados, para os anos de 2001 a 2015, pode-se ver claramente que essa ascensão se

deveu principalmente aos decis 3, 4, 5 e 6, e não tanto ao 1 e ao 2. Esse grupo (decis 3, 4, 5 e 6) aumentou sua renda média em cerca de 24%, o que representou um avanço de mais de 9% em participação no total. Se forem considerados só os decis 3 e 4, que tiveram ainda melhor desempenho, sua renda média aumentou em cerca de 30% e sua participação, 14,45%. Em contrapartida, D1 e D2, conjuntamente subiram sua participação na renda em apenas 0,9%, embora tenham aumentando sua renda média em mais de 15%. Em termos absolutos, D1 e D2, em conjunto, subiram mais de 51% sua renda (mais de R\$ 45 bilhões). Cerca de 90% desse incremento, entretanto, se deveu a D2. D3-D4 incrementaram sua renda absoluta em quase 71% (mais de R\$ 176 bilhões). Já os decis 3 a 6, em conjunto, aumentaram sua renda média em 37,39% e sua participação em 14,33%.

Se forem considerados apenas os anos de 2002 a 2014, que são aqueles em que efetivamente se poderia analisar o alcance das políticas adotadas pelo PT⁶⁴, entretanto, é possível notar que D1 e D2, conjuntamente, aumentaram sua participação na renda em 11,76% e sua renda média em 34,44%, com o peso do decil 2, novamente, sendo muito superior ao do decil 1: mais de 80%. Como já apontado, a renda média de D1 subiu quase 17%, mas sua participação teve **queda** de -2,38%. D2, por sua vez, teve renda média elevada em 38,55% e a participação na renda aumentou mais de 15%. Ou seja, considerando apenas os anos de 2002 a 2014, o desempenho de D2 é bastante próximo daquele de D3-D6.

Quando se considera na análise o período em que são implementadas alterações importantes no Bolsa Família⁶⁵, isto é, entre 2007 e 2014, o desempenho do decil 1 é o que tem o maior destaque. A renda *per capita* aumentou mais de 38%, ante uma média geral de 15,29%, e a participação na renda subiu 28,13%, quase cinco vezes a média geral, que foi de 5,86%. Esse período, aliás, merece destaque em termos de aferição da desigualdade de renda no Brasil. Não só houve forte aumento em participação do decil 1, como também é possível constatar ganhos nesse quesito para os decis 2 a 7, com destaque para os três primeiros (28,13% para D1, 13,19% para D2 e 12,26% para D3) e perdas para os decis 8, 9 e 10 (-2,19%, -7,22% e -0,6%, respectivamente). Essa nítida tendência de redução da desigualdade, entretanto, foi abruptamente quebrada com a crise econômica e institucional iniciada em 2015.

Mais uma vez, os dados demonstram que o esforço enorme do governo petista no aumento das transferências de renda resultou em significativa melhora nos números absolutos e relativos da renda no decil 1 a partir de 2007. Antes deste ano, entretanto, o alcance dessas

⁶⁴ Ver nota de rodapé nº 55.

⁶⁵ Ver seção 4.5.1, sobre o decil 1.

políticas em termos relativos ficou praticamente restrito ao decil 2, indicando que, se houve redução da desigualdade no período, esta não se deveu ao aumento de participação de D1, que, efetivamente, como constatado, ocorreu somente entre 2007 e 2014. Entretanto, mesmo os ganhos obtidos com essas políticas públicas foram, em grande medida, anulados pela crise de 2015, tanto para D1, quanto para D2. Sendo constituídos, possivelmente em sua totalidade, de trabalhadores informais, sem conseguir receber um salário mínimo, os membros de tais decis foram muito mais afetados pela crise política em 2015, corroborando a constatação de Tokman (2007) para o caso especial das economias em desenvolvimento para períodos de queda no nível de atividade econômica.

O aumento maior e mais sustentado da participação na renda de D3-D6, por outro lado, ocorreu sobretudo por conta dos acréscimos contínuos no salário mínimo. O Partido dos Trabalhadores manteve a política de valorização do salário mínimo iniciada em 1995 (FANDIÑO; KERSTENETZKY, 2019, p. 308) e a ampliou a partir de 2006, atrelando sua correção à inflação e ao crescimento do PIB (MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 8). Conforme Morgan (2017, p. 22), o salário mínimo, entre 2000 e 2015, aumentou 64% em termos reais, e isso teve um impacto importante em outros benefícios sociais pagos pelo governo federal, tais como proventos de aposentadorias, pensões e o chamado Benefício de Prestação Continuada, que são calculados com base em seu valor.

A correlação entre a elevação do salário mínimo de 2001 a 2015 e a elevação da renda média dos decis 3 a 6 é fortemente comprovada pelo R^2 superior a 90% a partir do *software Eviews*, com testes t e F, ao nível de significância de 5%, rejeitando a hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis. Aplicando o logaritmo na base 10 da renda média de D3-D6 e do salário mínimo, é possível construir a seguinte equação entre as variáveis:

$$RM_{D3-D6} = 1,87 + 0,81.SM$$

Em que,

- RM_{D3-D6} = logaritmo na base 10 da renda média dos decis 3 a 6;
- SM = logaritmo na base 10 do salário mínimo.

Isso explicaria o porquê de os decis 1 e 2 não terem tido o mesmo desempenho que os decis 3 a 6, dado que sua renda é tão baixa que sequer alcança um salário mínimo em todo o período analisado, mesmo em seus limites superiores. Quanto a D7, como se verá na sequência, embora tenha obtido ganhos de participação no período de 2007 a 2014, não é possível identificar uma tendência bem definida no decil. Certamente esses ganhos obtidos

estão relacionados ao incremento no salário mínimo, porém a impacto dessa variável não é tão nítido quanto nos decis 3 a 6.

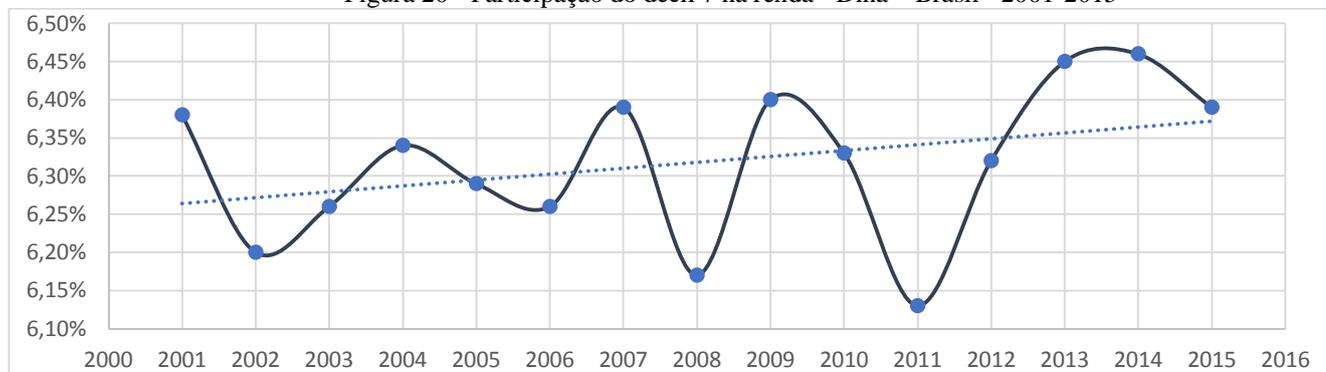
Como se nota claramente, tendo em conta somente os anos de 2002 a 2014, as políticas de redistribuição de renda adotadas pelo Partido dos Trabalhadores alcançaram principalmente os decis 2 a 6, e, entre 2007 e 2014, os decis 1 a 6. A crise de 2015, entretanto, fez com que os ganhos de D2 em participação na renda total fossem quase eliminados, o que impede que se o coloque, no período de 2001 a 2015, no grupo de decis que mais tiveram incremento relativo. O decil mais baixo da distribuição, D1, seja considerando 2001 a 2015, seja 2002 a 2014, teve fraco desempenho, apresentando, nas duas situações, queda em sua participação na renda total, a qual se ampliou muito com a crise de 2015.

Tal fato, entretanto, não significa que D1 não tenha aumentando sua renda no período, a qual, como se se viu, subiu cerca de 27% de 2001 a 2015 e mais de 47% de 2002 a 2014. A aparente contradição entre baixa variação na participação e ganhos percentuais elevados em sua renda, na verdade, desvela o quão ínfimo é o peso do decil na renda total, dado que, mesmo alterações relevantes em termos absolutos, acabaram contribuindo muito pouco para encurtar a distância em relação aos que estão no topo, fato já constatado por Morgan (2017). Esse é um dos indicativos mais fortes da extrema desigualdade existente no país. Ver-se-á, adiante, isso com mais detalhes.

Tais constatações parecem reforçar o argumento de Souza (2018, p. 348 e 365) e Morgan (2017) de que a redução da desigualdade, nos anos 2000, não foi tão relevante como até então apontado com base nas pesquisas domiciliares. Ao se analisar de forma individualizada os decis, algo aliás, não feito por esses autores, nem por quaisquer outros tratados no Referencial Teórico, tal afirmação torna-se ainda mais evidente, como será visto na sequência. De outra parte, outro dado não apontado pelos autores é a redução na desigualdade, mesmo considerados dados tributários, entre 2007 e 2014, o que pode ser fortemente atribuído às mudanças ocorridas no Programa Bolsa Família e na forte elevação do salário mínimo. Souza (2018) sugere que poderia ter havido redução na desigualdade, mas somente pelo avanço dos estratos inferiores. Morgan (2017) afirma que os avanços obtidos pelas frações mais baixas da renda não teriam sido suficientes para diminuir a distância em relação aos do topo. Conforme será mais bem demonstrado, contrariando em parte esses autores, há perdas consideráveis para o top 1% entre 2007 e 2014. Este segmento foi afetado pela crise de 2008, mas se recuperou bem até 2011, quando, no ano seguinte, amargou perdas que não foram mais recuperadas até 2015.

4.4.5 Decil 7

Figura 20 - Participação do decil 7 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Esse decil oscilou bastante, porém dentro de um intervalo pequeno de participação na renda: entre 6,13% e 6,46%. No final das contas, D7 ficou “estagnado”, tendo avançado apenas 0,16%. Em termos absolutos, entretanto, houve um aumento em sua renda de quase 50%. Quando se olha para os limites de renda por indivíduo do decil, vê-se que houve aumentos substanciais, tanto na base, quanto no topo do decil, com exceção, mais uma vez, de 2014 para 2015, quando houve perdas significativas. No início da série também se constatam perdas relevantes, de 2001 para 2002, mas nada comparado ao final. A tabela 19 e o gráfico da figura 30 trazem dados sobre os limites de renda do decil 7:

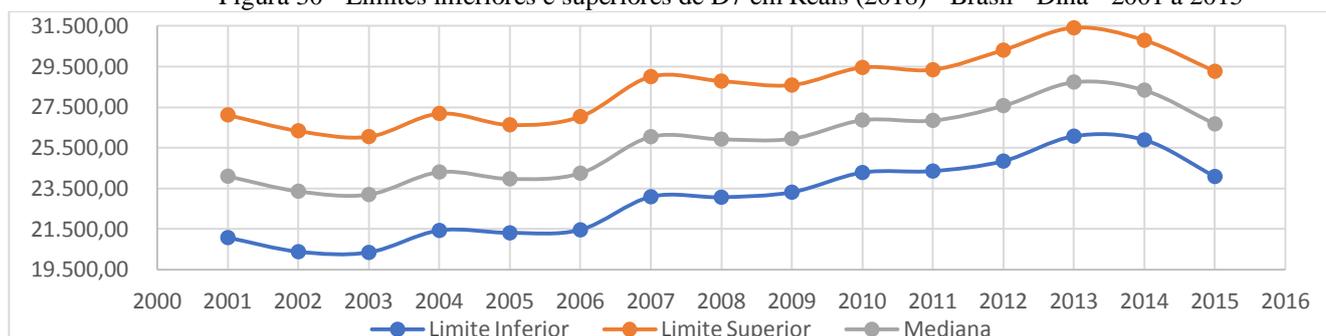
Tabela 19 - Limites inferiores e superiores de D7 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	21.081,80	27.123,59	24.102,70
2002	20.387,20	26.341,89	23.364,54
2003	20.350,00	26.054,99	23.202,50
2004	21.432,50	27.192,09	24.312,30
2005	21.313,40	26.636,39	23.974,90
2006	21.462,00	27.039,99	24.251,00
2007	23.092,80	29.007,69	26.050,25
2008	23.069,20	28.788,69	25.928,94
2009	23.315,10	28.591,39	25.953,25
2010	24.284,10	29.458,19	26.871,14
2011	24.356,50	29.346,39	26.851,45
2012	24.848,00	30.311,39	27.579,70
2013	26.075,60	31.409,89	28.742,75
2014	25.891,60	30.793,49	28.342,55
2015	24.089,50	29.268,79	26.679,15
Varição de 2001 a 2015	14%	8%	11%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Na última linha da tabela, é possível ver o quanto os limites, tanto inferior, quanto superior, da renda do decil 7 aumentaram: 14% e 8%, respectivamente. Embora, em termos absolutos, tais cifras representem aumentos consideráveis, não se pode deixar de notar que estiveram bem aquém dos incrementos verificados nos decis 3 a 6. Além disso, a tabela 17 demonstra o quão curto foi o intervalo de oscilação da renda de D7, o que fica também visível nas flutuações dos limiares do decil:

Figura 30 - Limites inferiores e superiores de D7 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015



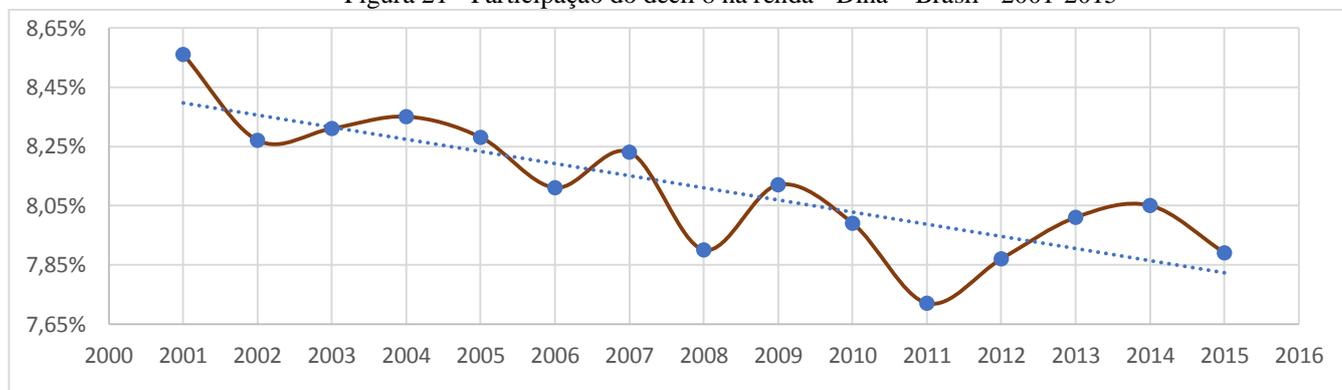
Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

De 2001 a 2015, o decil como um todo aumentou sua renda em quase R\$ 125 bilhões. D7, como a maioria dos decis, foi afetado pela crise de 2015, embora isso se manifeste em patamares muito menores do que os decis 1 e 2. De 2014 a 2015, as perdas desse grupo somaram mais de R\$ 21 bilhões.

Enfim, o decil teve ganhos não desprezíveis no período, que, porém, resultaram em um aumento pífio na participação na renda total.

4.4.6 Decil 8

Figura 21 - Participação do decil 8 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Este foi um dos três únicos decis que perderam participação na renda de 2001 a 2015: -7,83%, bem abaixo, porém, das quedas em D1 (-15,91%) e D9 (-15,75%). O grupo seguiu oscilações durante toda a série (ver figura 19), mas nada muito diferente de D3, D4, D5, D6, D7 e D9, exceto pelo viés de queda em todo o período, em relação aos cinco primeiros, e pela maior estabilidade em relação ao último. Quanto aos limites inferior e superior de renda, D8 teve variação significativa apenas no primeiro (8%), com algumas oscilações no geral e queda mais considerável de 2014 para 2015:

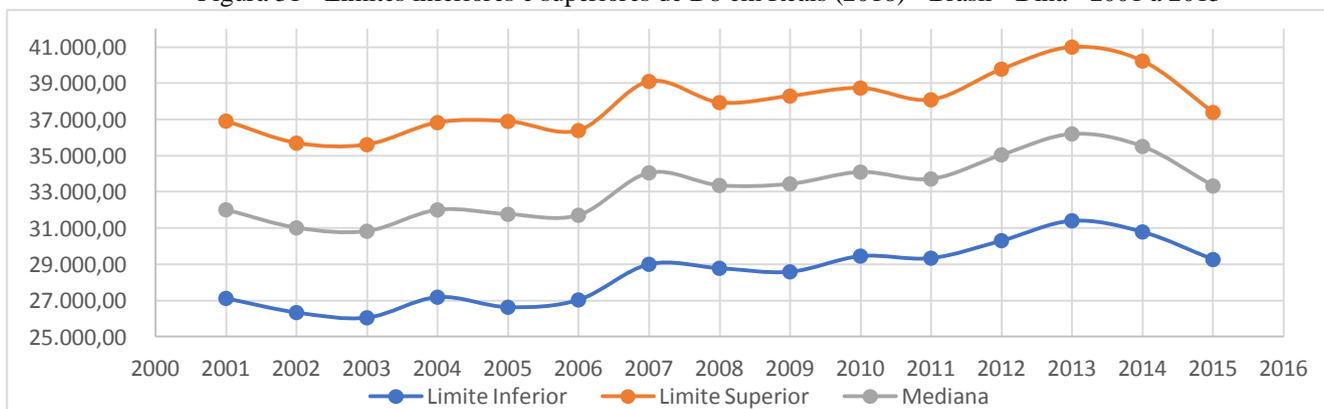
Tabela 20 - Limites inferiores e superiores de D8 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	27.123,60	36.910,29	32.016,95
2002	26.341,90	35.694,69	31.018,29
2003	26.055,00	35.609,09	30.832,05
2004	27.192,10	36.826,19	32.009,14
2005	26.636,40	36.895,59	31.766,00
2006	27.040,00	36.389,89	31.714,94
2007	29.007,70	39.101,99	34.054,84
2008	28.788,70	37.933,79	33.361,25
2009	28.591,40	38.293,49	33.442,45
2010	29.458,20	38.735,19	34.096,69
2011	29.346,40	38.088,39	33.717,39
2012	30.311,40	39.781,59	35.046,50
2013	31.409,90	40.999,09	36.204,50
2014	30.793,50	40.227,59	35.510,55
2015	29.268,80	37.390,39	33.329,59
Varição de 2001 a 2015	8%	1%	4%

Fonte: dados Dina (WID). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 31 ilustra a baixa variação dos limiães de D8 entre 2001 e 2015 apresentada na tabela 20:

Figura 31 - Limites inferiores e superiores de D8 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

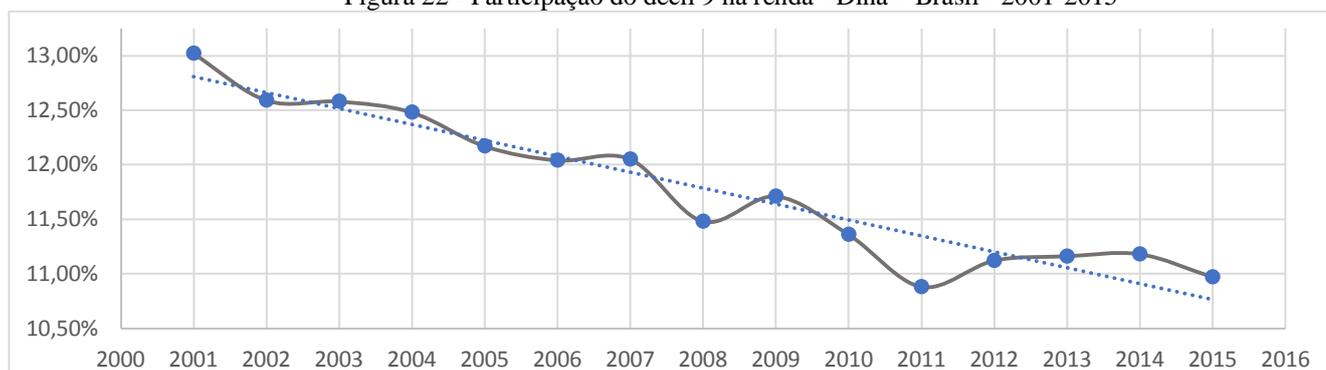


Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A renda média do decil, de 2001 a 2015, aumentou em cerca de 5%, apesar da queda em participação no total.

4.4.7 Decil 9

Figura 22 - Participação do decil 9 na renda - Dina – Brasil - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Com nítido viés de queda (*ver* figura 22), D9 teve a maior variância no período analisado, praticamente dividindo com D1 a posição de quem mais perdeu em participação na renda total (*ver* tabela 10).

Com relação aos limites de renda, houve crescimento apenas no limite inferior, embora em cerca de 1%, decréscimo no limite superior (9%) e, mais uma vez, uma queda mais pronunciada de 2014 a 2015 nas duas pontas:

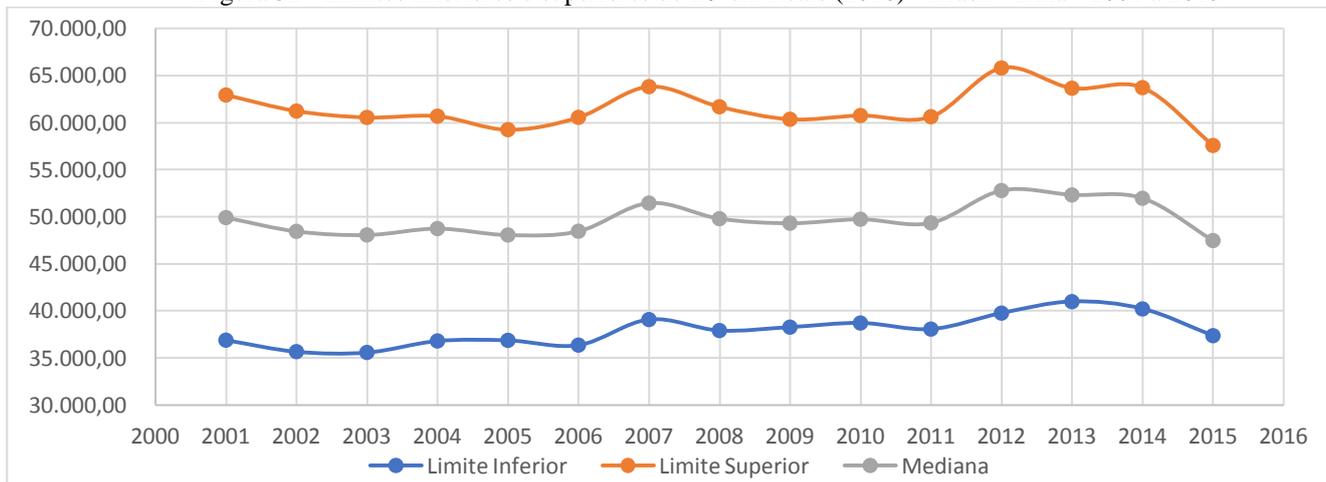
Tabela 21 - Limites inferiores e superiores de D9 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite Superior	Mediana
2001	36.910,30	62.946,49	49.928,40
2002	35.694,70	61.243,79	48.469,25
2003	35.609,10	60.568,29	48.088,70
2004	36.826,20	60.699,69	48.762,94
2005	36.895,60	59.267,69	48.081,65
2006	36.389,90	60.573,29	48.481,59
2007	39.102,00	63.834,59	51.468,30
2008	37.933,80	61.698,99	49.816,40
2009	38.293,50	60.373,19	49.333,34
2010	38.735,20	60.771,19	49.753,19
2011	38.088,40	60.641,19	49.364,79
2012	39.781,60	65.818,09	52.799,85
2013	40.999,10	63.670,69	52.334,90
2014	40.227,60	63.728,99	51.978,30
2015	37.390,40	57.593,19	47.491,79
Variação de 2001 a 2015	1%	-9%	-5%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 32 ilustra a baixíssima variação no limite inferior e o decréscimo no superior da renda de D9, especialmente por conta da crise de 2015, já ressaltados na tabela 21:

Figura 32 - Limites inferiores e superiores de D9 em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

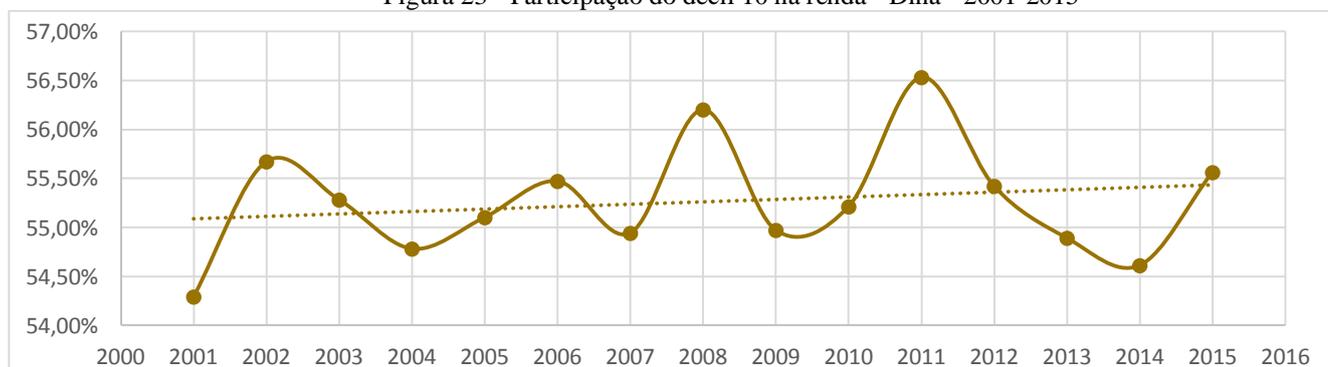


Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

A renda média do decil foi a que mais caiu de 2001 a 2015: -4,36%. Boa parte dessa queda se deve à crise de 2015, quando a renda total do decil caiu em mais de 6%. Esta, de 2001 a 2015, subiu apenas cerca de 26%, bem abaixo da média geral, que ficou em mais de 50%.

4.4.8 Decil 10

Figura 23 - Participação do decil 10 na renda - Dina - 2001-2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Este estrato aumentou sua participação em 2,34%, com oscilações numa faixa relativamente estreita, entre 54,28% e 55,56%. Em termos absolutos, o decil aumentou sua renda em quase 53%. Por si só, tais dados já confirmariam a constatação de Morgan (2017, p.

1) de que o decil foi o que mais se beneficiou do crescimento geral da renda de 2001 a 2015 no Brasil, tendo capturado 61% desse incremento.

A composição do decil 10, entretanto, é bastante heterogênea. Isso faz com que as distâncias entre os limites inferior e superior de renda do grupamento sejam muito largas, impossibilitando uma análise adequada deles. Além disso, o WID não fornece os limites superiores de renda, apenas os inferiores, impossibilitando uma estimativa daqueles, tal como se fez para os demais a partir da base do decil seguinte, deduzida em um centavo. Para se ter uma ideia, em 2015, o limite inferior de D10 era de R\$ 57.593,20 por ano (atualizados pelo deflator de 2018), e o limite inferior do 0,001% “mais rico” era de R\$ 41.224.632,00 por ano. Uma amplitude imensa de 71.478,99%.

Sendo assim, é apresentada apenas a tabela com os limites inferiores, tanto de D10, quanto do 0,001% do topo:

Tabela 22 - Limites inferiores e superiores de D10 em Reais (2018) por mês - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Limite inferior do top 0,001%	Mediana
2001	62.946,50	35.488.576,00	17.775.761,25
2002	61.243,80	35.477.124,00	17.769.183,90
2003	60.568,30	34.226.544,00	17.143.556,15
2004	60.699,70	36.432.608,00	18.246.653,85
2005	59.267,70	36.887.988,00	18.473.627,85
2006	60.573,30	36.901.240,00	18.480.906,65
2007	63.834,60	40.247.188,00	20.155.511,30
2008	61.699,00	42.353.912,00	21.207.805,50
2009	60.373,20	35.459.296,00	17.759.834,60
2010	60.771,20	41.250.136,00	20.655.453,60
2011	60.641,20	47.292.384,00	23.676.512,60
2012	65.818,10	43.953.140,00	22.009.479,05
2013	63.670,70	39.089.336,00	19.576.503,35
2014	63.729,00	40.046.332,00	20.055.030,50
2015	57.593,20	41.224.632,00	20.641.112,60
Varição de 2001 a 2015	-9%	16%	16%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Além de estar entre os que incrementaram sua renda total acima da média (quase 53%), o que chama a atenção do decil 10 é que ele **não perdeu participação na renda com a crise de 2015**, quando todos os demais, com exceção de D4, tiveram perdas. D10, pelo contrário, aumentou sua participação de 54,61%, em 2014, para 55,56%, em 2015. Em média, a perda geral, entre esses dois anos, foi de -2,84%. Tal constatação, entretanto, esconde um fato extremamente importante, dada a alta heterogeneidade do decil 10, foram somente os estratos superiores que tiveram esses ganhos em participação. Quando se exclui de D10 o top 1%, nota-se que, em vez de alta, a participação na renda permaneceu relativamente estagnada

entre 2014 e 2015: 0,44%⁶⁶. Mesmo quando se considera o top 1%, mas excluindo deste o 0,1% do topo, verifica-se queda em participação de -0,15%. Enquanto isso, o 0,1%, 0,01% e o 0,001% aumentaram sua participação na renda, no ano de 2015, em, respectivamente: 6,64%, 9,86% e 12,73%. É incontestável, assim, que a crise institucional de 2015 representou não apenas uma reversão na tendência de queda na desigualdade que vinha desde 2007, mas também um movimento de forte concentração de renda, entre os 140 mil brasileiros que mais concentram renda.

De qualquer forma, quando se considera toda a série histórica (2001 a 2015), embora não tenha sido o mais beneficiado (D4 foi o que mais aumentou sua participação na renda, com 16,17%, por conta sobretudo dos aumentos no salário mínimo), ganha relevância o fato de que o decil 10, por ter níveis tão elevados em comparação com os demais, tenha aumentado sua renda tanto em termos relativos, quanto absolutos, fato que predominou na análise de Morgan (2017). Esse aumento, de 2001 a 2015, representou R\$ 1,13 trilhão a mais para o decil, 1,39 vezes o aumento sentido pela soma de todos os demais decis e mais de 240 vezes o que decil 1 experimentou em todo o período.

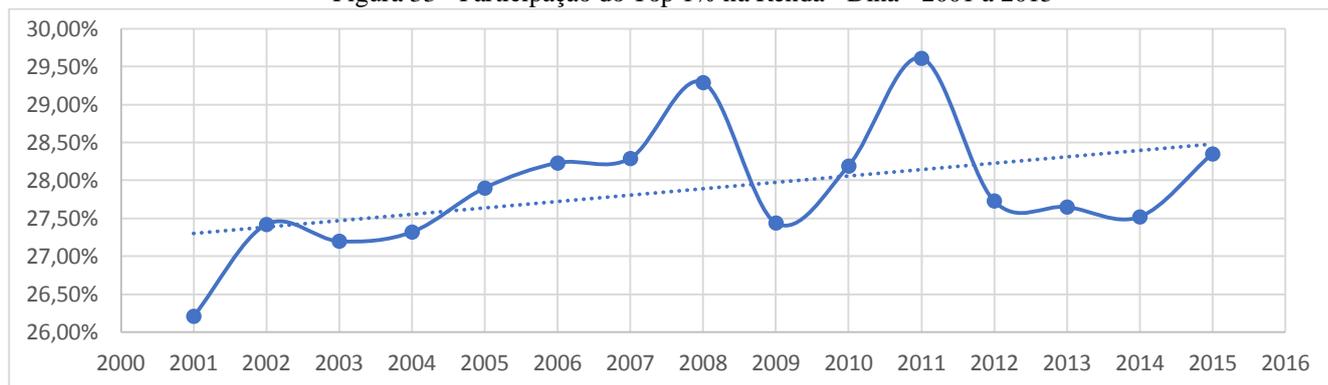
Realmente, há uma enorme distância entre o decil 10 e os demais. Fato que será analisado a seguir. Antes disso, porém, em linha com Medeiros *et al* (2014), Morgan (2017) e Souza (2018), veja-se a situação do top 1%.

4.4.8.1 Top 1%

De 2001 a 2015, o 1% do topo da distribuição aumentou sua participação em 8,16%, mais do que o triplo do próprio decil 10, ao qual pertence. Em termos absolutos, isso representou acima de R\$ 635 bilhões, em valores atualizados para 2018. A variância desse estrato, no período, foi elevada, se comparada aos demais vistos até aqui: 0,00697%, o que pode ser visualizado no gráfico da figura 33:

⁶⁶ Ver tabela 29.

Figura 33 - Participação do Top 1% na Renda - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Como se pode ver claramente no gráfico, existem dois picos, em 2008 e 2011. Como será tratado mais adiante, a crise de 2008 trouxe uma interrupção no movimento ascendente em participação na renda do top 1% no ano de 2009. Os anos de 2010 e 2011 recuperam com folga as perdas ocorridas na crise. Entretanto, a partir de 2012, o percentil passa a amargar uma vertiginosa queda, da qual não consegue se recuperar, pelo menos, até a crise de 2015.

Embora não se tenha condições de aferir o limite superior do percentil, para se ter uma ideia de sua magnitude, esboçou-se a tabela 23 que compara seus limites inferiores com os de decil 10 na última coluna, fazendo a razão entre eles:

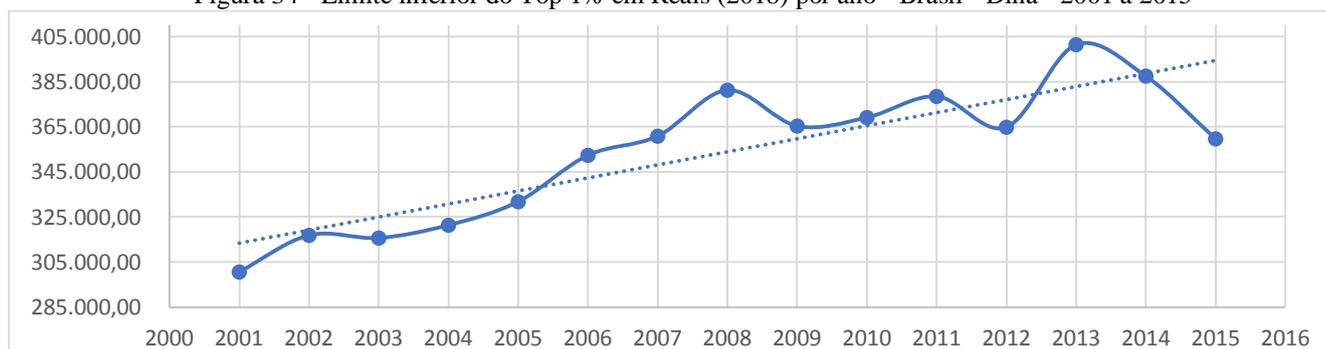
Tabela 23 - Limite inferior do Top 1% em Reais (2018) - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Ano	Limite Inferior	Top 1% / D10
2001	300.621,91	4,78
2002	316.865,59	5,17
2003	315.690,31	5,21
2004	321.379,09	5,29
2005	331.802,31	5,60
2006	352.396,81	5,82
2007	360.881,69	5,65
2008	381.288,09	6,18
2009	365.372,41	6,05
2010	369.138,50	6,07
2011	378.517,41	6,24
2012	364.842,69	5,54
2013	401.466,31	6,31
2014	387.530,09	6,08
2015	359.687,81	6,25
Varição de 2001 a 2015	20%	31%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Comparado aos demais decis, a tabela 23 mostra uma variação positiva relativamente alta no limiar inferior do top 1%, o que fica evidente no gráfico da figura 34:

Figura 34 - Limite inferior do Top 1% em Reais (2018) por ano - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

O top 1%, como se pode ver, teve um excelente desempenho, tanto em termos relativos, quanto absolutos. Além de ter aumentado sua renda em mais de 60%, dentro do próprio decil 10, conseguiu aumentar significativamente sua distância em relação aos demais percentis, a julgar pela relação entre limiares inferiores – Top 1% / D10 (última coluna da tabela 23)⁶⁷. Mesmo a crise de 2015 afetou muito pouco o percentil, tendo este perdido apenas -1,43% de renda total, muito abaixo da média geral (-6,86), embora tenha-se visto que somente frações menores do top 1% tenham experimentado ganhos em participação com a crise de 2015.

Em termos de peso, o que o decil 10 é para toda a distribuição, o top 1% é para aquele. Seu peso é, em média, aproximadamente 50% de D10. Daí a importância de se analisar separadamente as flutuações desse percentil, algo que se fará na sequência, a exemplo de prática também adotada por Medeiros *et al* (2014), Morgan (2017) e Souza (2018).

4.5 ANÁLISE DAS DIVERSAS RELAÇÕES ENTRE OS DECIS

A seguir, serão relatadas e analisadas algumas relações possíveis de serem estabelecidas entre os decis, bem como destes com o 1% do topo da distribuição, sob o enfoque da desigualdade na distribuição de renda.

4.5.1 Distância do topo em relação ao resto

Dado seu enorme peso na distribuição (cerca de 50% em média) e seu desempenho positivo em participação na renda no período analisado, conseguindo aumentá-la até mesmo na recessão de 2015, cabe analisar o quanto D10 se distanciou dos demais decis nos anos em

⁶⁷ Será tratado um pouco mais sobre este ponto adiante.

questão. Para se ter uma ideia, comparando com o decil que mais perdeu participação na renda, que também é o que menos concentra, a distância entre D1 e D10 aumentou no período em 2,49%. Os 10% do topo aumentaram sua participação, enquanto os 10% da base diminuíram. Seria adequado falar em redução da desigualdade no período, se a distância entre os “mais pobres” e os “mais ricos” ficou ainda maior?

Segundo Morgan (2017, p. 1), a desigualdade entre os 90% “mais pobres” teria diminuído apesar da crescente concentração no topo da distribuição, isto é, os 10% “mais ricos”. É claro que o autor chega a tal conclusão sem analisar os decis individualmente, apenas, como se viu aqui, considerando D1-D5, D6-D9 e D10. Assim, o autor não constata que D1 diminuiu consideravelmente sua participação no período (2001 a 2015), o que colocaria em dúvida sua afirmação, com a ressalva, entretanto, dos anos entre 2007 e 2014 conforme discutido acima.

Concordando, porém, com Morgan (2017) no sentido de que, de fato, houve uma concentração de renda no topo, um procedimento adequado seria identificar como se comportaram as distâncias entre todos os decis e D10. A tabela 24 confirma a afirmação do autor ao mostrar que **nenhum dos decis diminuiu sua distância em relação a D10**, ao contrário, todos aumentaram:

Tabela 24 - Distância em relação a D10 – Dina

Decil	2001	2015	Variação
D1	53,85%	55,19%	2,49%
D2	52,50%	53,68%	2,25%
D3	51,32%	52,23%	1,77%
D4	50,95%	51,68%	1,43%
D5	50,19%	51,15%	1,91%
D6	49,16%	50,24%	2,20%
D7	47,91%	49,17%	2,63%
D8	45,73%	47,67%	4,24%
D9	41,27%	44,59%	8,04%

Fonte: dados Dina (WID) (2020)⁶⁸. Elaboração própria (2020).

A verificação acima é extremamente pertinente, pois indica, sem sombra de dúvida, que houve concentração de renda no período, em prol dos 10% mais abastados, que, em seu conjunto, aumentaram sua distância em relação aos demais. Note-se, além disso, o enorme

⁶⁸ A fim de explicar como foram calculadas as distâncias constantes da tabela, utilizar-se-á como exemplo D1. Em 2001, início da série, D1 detinha 0,44% da renda, enquanto D10 concentrava 54,29%. A diferença entre as participações, portanto, era de 54,29% - 0,44% = 53,85% (valor contido na segunda coluna da tabela como distância de D1 a D10 em 2001). Este percentual, obviamente, pertence aos demais decis (D2 a D9). Já em 2015, D1 detinha 0,37% e D10, 55,56%, uma distância, portanto, de 55,19% (terceira coluna da tabela). A última coluna traz a variação, isto é, o quanto percentualmente variou a distância do decil em relação a D10 de 2001 (segunda coluna) a 2015 (terceira coluna).

distanciamento de D9 em relação a D10, o que certamente deve ter afetado os membros daquele decil, ao sentirem seu padrão de consumo diminuir em relação a seus “vizinhos” mais acima.

Seguindo os mesmos procedimentos acima, se for considerado o top 1%, ver-se-á que a situação se agrava ainda mais. As distâncias para os demais decis, entre 2001 e 2015, aumentam consideravelmente, como se pode ver na tabela 25:

Tabela 25 - Distância em relação ao Top 1%

Decil	2001	2015	Varição
D1	25,77%	27,98%	8,58%
D2	24,42%	26,47%	8,39%
D3	23,24%	25,02%	7,66%
D4	22,87%	24,47%	7,00%
D5	22,11%	23,94%	8,28%
D6	21,08%	23,03%	9,25%
D7	19,83%	21,96%	10,74%
D8	17,65%	20,46%	15,92%
D9	13,19%	17,38%	31,77%

Fonte: dados Dina (WID). Elaboração própria (2020).

Em 2001, o top 1% era responsável por 48,28% da composição da renda no decil 10. Em 2015, essa participação saltou para 51,03%. Considerando que a renda dos demais percentis que compunham o decil 10 em 2001 era maior do que a do top 1%, pode-se afirmar que não havia distância entre este percentil e os demais de D10⁶⁹. Em 2015, entretanto, essa distância já é de 1,14%, mesmo já em contexto de crise instalada.

Apesar de concordar com Morgan (2017, p. 1), Souza (2018) e Medeiros *et al.* (2014) no sentido de ter havido concentração de renda no topo entre 2001 e 2015, não há como se afirmar categoricamente que tenha havido redução da desigualdade entre o restante da distribuição, principalmente por causa de D1. Não há dúvidas de que o topo da distribuição, sejam os 10%, seja o 1%, foi o que mais se beneficiou do incremento na renda entre 2001 e 2015. Isso ocorreu às custas, entretanto, dos 10% “mais pobres”, mas não somente destes. Além de os “mais pobres”, que estão na base da distribuição, terem diminuído sua participação na renda (-15,91%), os decis 8 e 9 também perderam (-7,83% e -15,75%, respectivamente). Nesse sentido, sim, caberia falar em redução da desigualdade no Brasil entre 2001 e 2015 quando se considera os decis 2 a 9, mas não 1 a 9, como aponta Morgan (2017).

⁶⁹ Do contrário, estar-se-ia falando de uma “distância negativa”, o que não teria nenhuma valia para os propósitos de análise aqui.

Além disso, essa constatação tem fortes implicações particularmente para duas diferentes interpretações que poderiam ser adotadas acerca do comportamento da desigualdade nos anos recentes no Brasil expostas antes: o “meio homogêneo” de Palma (2011) e o “meio espremido” de Morgan (2017). D8 e D9 pertencem aos meios da distribuição de Palma (2011) e Morgan (2017), já que, para aquele, o “meio homogêneo” seria integrado pelos decis 5 a 9, e, para este, o “meio espremido” seria composto pelos decis 6 a 9.

Já foi demonstrado como a tese do “meio homogêneo” não se aplica ao caso brasileiro, dito, de certa forma, pelo próprio Palma (2011), ao dar a entender que o Brasil seria um caso extremo, em que os mais aquinhoados com a renda, já tendo exaurido as perdas para os decis 1-4, se voltariam a “disputar” a renda dos decis 5-9. Ora, até mesmo essa ideia precisa ser repensada. Pelos dados acima, os 10% “mais pobres” também perderam participação na renda, embora os decis 2 a 4 tenham aumentado. A perda de D1 foi simplesmente **a maior** em todo o período. Além disso, os decis 5 a 7 também aumentaram sua participação. Foram somente os decis 8 e 9 que diminuíram sua porcentagem, e não todo o “meio homogêneo” de Palma (2011). Ou seja, nem a teoria do “meio homogêneo” se aplicaria, por conta da variância mais elevada de D5-D9, com quedas para os dois últimos decis desse grupamento e alta para os demais, nem a explicação para excepcionalidade do caso brasileiro, por conta dos ganhos de D5 a D7 e das volumosas perdas de D1.

Agrupados na forma da teoria de Palma (2011), viu-se na subseção 4.3 (*ver* tabela 9) que somente o grupamento D5-D9 apresentou queda em sua participação na renda entre 2001 e 2015. Ora, tendo em conta os dados desta subseção, entretanto, fica claro que esta queda se deveu tão somente aos decis 8 e 9, especialmente este, que caiu cerca de duas vezes a taxa daquele. Note-se também que o decil 9 é o que apresenta maior variância (*ver* tabela 10), e o decil 8 tende mais à estabilidade no período. Aliás, os dois decis que apresentam as maiores variâncias são justamente o 9 e o 10, indicando que foram estes que mais tenderam a mudanças no período, ao contrário dos demais, que se apresentaram mais estáveis.

Olhando-se, mais uma vez, a tabela 10, pode-se afirmar com segurança que o que explica a queda na *Palma Ratio* no período, em aproximadamente 7%, é apenas o aumento dos decis 3 e 4. Se, por um lado, D1 foi o que mais perdeu e D2 teve um crescimento relativamente pouco expressivo, por outro, o decil 10 aumentou consideravelmente sua participação.

No que diz respeito ao “meio espremido” apontado por Morgan (2017), tal caracterização perde o sentido quando se constata que quem realmente diminuiu sua

participação na renda foram unicamente os decis 8 e 9. O verdadeiro fenômeno que ocorreu, no Brasil, entre 2001 e 2015, portanto, foi o aumento da concentração da renda no topo às custas, principalmente, da perda em participação dos decis 1, 8 e 9.

Fica claro que não se trata de uma disputa entre as caudas inferior e superior - tese geral de Palma (2011), mas também não é uma disputa entre a cauda superior e o meio - exceção estabelecida por Palma (2011) para a América Latina. Tampouco é uma disputa entre as duas caudas e o meio, espremendo este - tese de Morgan (2017).

Como já relatado, é preciso olhar os dados em períodos menores do que o abrangido pelos anos de 2001 a 2015, se o objetivo for avaliar as políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores. Entre 2003 e 2014, a situação é bem diferente. Houve redução na distância entre os decis 2 a 6 e D10. Desconsiderando o decil 2, cuja distância ficou praticamente estagnada entre 2003 e 2014, tendo diminuído apenas 0,02%, a aproximação na participação na renda entre D3-D6, por um lado, e D10, por outro, se explica pelos avanços no salário mínimo acima ressaltados. Tal fato é ainda mais verdadeiro quando se consideram as distâncias dos decis em relação ao top 1%, que diminuiu apenas justamente para D3-D6. Em média, a redução na distância em participação na renda entre D3-D6 e D10, entre 2003 e 2014, foi de -0,33%, e aqueles decis e o top 1%, foi de -0,56%.

Entre 2007 e 2014, apesar de a distância em relação a D10 ter aumentado, no que diz respeito ao top 1%, esta foi sensivelmente encurtada em todos os decis, exceto D9 (média geral de -12,94%). Três fatores contribuíram para essa redução:

- a) a continuidade da política de valorização do salário mínimo, beneficiando diretamente os decis 3 a 6;
- b) a já relatada forte ampliação do Bolsa Família, com reflexos positivos na renda dos decis 1 e 2;
- c) as perdas observadas pelo top 1% entre 2012 e 2014, que serão adiante melhor analisadas.

Como bem se pode notar, o período de 2007 a 2014 pode ser interpretado como de redução da desigualdade, manifestada no encurtamento da distância em relação ao top 1%. O que impediria uma confirmação definitiva acerca dessa interpretação é o fato de a distância de todos os decis, com exceção de D3, terem aumentado em relação a D10. A questão será mais bem discutida, entretanto, na seção 4.6.4. Incontestável, porém, é o fato de que o ano de 2015 veio a reverter consideravelmente essa tendência, com as distâncias de todos os decis para o top 1% tendo em aumentado em relação a 2014, em média, em 3,96%. Nota-se que essa

mudança foi algo próprio do top 1%, tendo abrangido muito pouco a imensa maioria composta pelo restante do decil 10, cuja média de distância em relação aos demais teve um incremento sensivelmente inferior: 0,21%. Aliás, como já dito antes, a crise de 2015 trouxe ganhos em participação relevantes somente a partir do top 0,1% em diante, dado que a maior parte do restante do top 1%, abaixo, teria apresentado, inclusive, perdas. O ano de 2015, portanto, enfatiza-se, foi de forte concentração de renda.

Bem se vê que, até o momento, a desigualdade de renda do Brasil dos anos 2000, abrangendo em sua maior parte os governos do PT, carece de uma explicação mais abrangente, que dê conta desses fenômenos mais específicos, ainda não apontados, ao menos pelos teóricos mais consagrados nessa área. Até aqui, na análise, considerando os anos de 2001 a 2015, o que se tem são aumentos da participação na renda dos decis 2 a 6 e 10, estabilidade no 7 e queda em 1, 8 e 9, e, levando em conta o período de 2007 a 2014, incremento nos decis 1 a 7 e decréscimo em D8, D9 e D10, indicando de forma mais nítida uma tendência de redução na desigualdade. Em vista dessa constatação, uma explicação geral sobre o fenômeno parece pouco provável. Felizmente, não vem a ser o caso, como se tentará demonstrar logo mais.

Com esse propósito em mente, a análise se deterá, agora, sobre a contribuição de cada decil para as variações na renda total, com foco especial no comportamento do topo da distribuição, que, ao que parece, tendo sido o que mais se beneficiou no período, em ganhos absolutos, também deve ser o que mais peso teve nessas flutuações.

4.5.2 Participações dos decis na variação total da renda

As mudanças no decil 10, de fato, têm o maior peso nas variações da renda total no período, tendo em vista, obviamente o fato desse grupamento concentrar, em média, 55% do total, informação também demonstrada por Morgan (2017). Isso pode ser visualizado na tabela 26 e no gráfico da figura 35 a seguir:

Tabela 26 - Participação dos Decis na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015

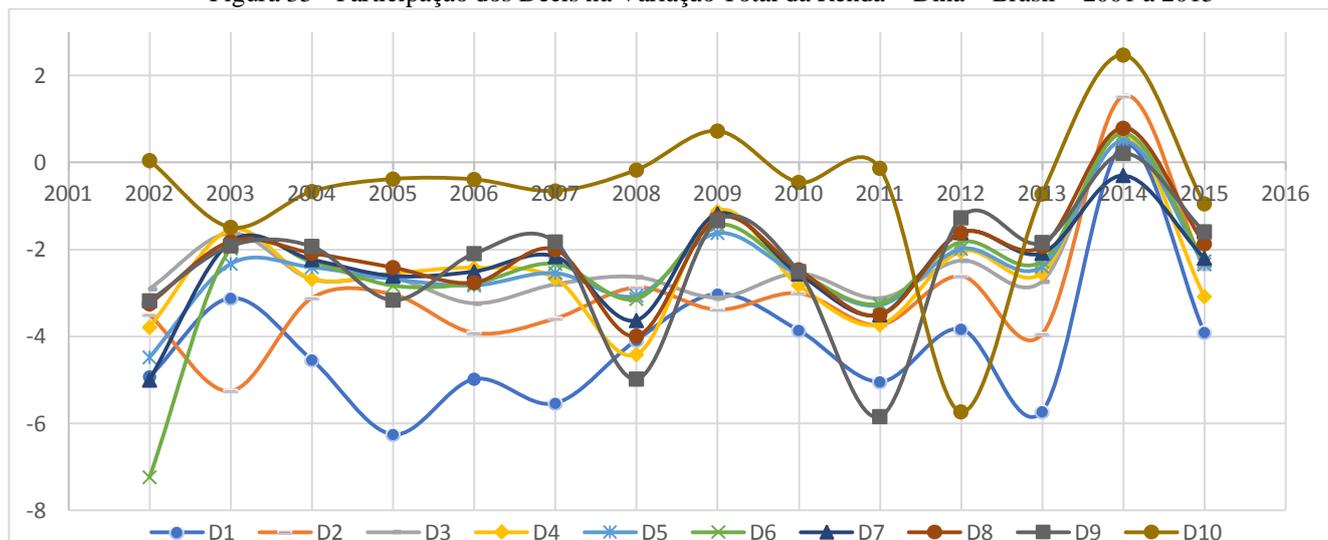
Ano	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	Variação Total
2002	-0,34%	1,79%	-3,52%	1,28%	0,58%	-0,02%	-0,32%	-2,38%	-2,58%	105,51%	2,70%
2003	-2,76%	-0,24%	15,34%	16,77%	6,86%	10,29%	12,27%	12,38%	11,05%	18,03%	1,04%
2004	0,54%	2,77%	4,53%	4,57%	6,27%	7,21%	7,68%	9,08%	10,89%	46,48%	5,60%
2005	0,08%	3,05%	4,66%	5,31%	4,59%	3,83%	4,96%	6,22%	2,63%	64,68%	3,19%
2006	-0,32%	1,10%	2,39%	6,14%	3,87%	4,09%	5,57%	4,16%	8,99%	64,01%	4,16%
2007	-0,17%	1,61%	3,96%	4,66%	5,38%	6,85%	8,32%	9,99%	12,24%	47,16%	6,34%
2008	0,91%	3,67%	4,81%	0,62%	2,95%	2,70%	1,53%	1,01%	-0,33%	82,12%	4,64%
2009	3,09%	2,04%	-2,79%	-27,48%	-15,48%	-19,22%	-25,80%	-22,95%	-21,59%	230,18%	-0,71%
2010	1,18%	3,15%	5,29%	3,88%	5,11%	5,49%	5,26%	5,86%	5,60%	59,17%	5,75%
2011	0,30%	1,36%	2,74%	1,37%	2,30%	2,38%	1,78%	1,77%	0,12%	85,88%	4,31%
2012	1,22%	4,98%	7,43%	9,51%	10,18%	12,15%	15,69%	15,52%	23,19%	0,14%	1,97%
2013	0,14%	1,07%	4,27%	5,32%	6,37%	7,32%	9,10%	10,86%	12,08%	43,47%	4,46%
2014	-157,94%	-577,73%	-255,92%	214,79%	-179,51%	-214,90%	-71,10%	-247,91%	-127,50%	1717,72%	-0,02%
2015	1,12%	6,03%	6,66%	2,88%	6,76%	7,36%	7,97%	11,64%	16,01%	33,57%	-4,50%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

A tabela 26 mostra claramente que a coluna correspondente a D10 apresenta os maiores valores. Quanto mais elevados, maior a participação do decil na variação total da renda, que consta da última coluna. Em todos os anos, o decil 10 apresenta os maiores valores, exceto em 2012, quando a maior participação foi do decil 9. Quanto mais próximos de zero, menor a contribuição para a alteração na renda total. Valores acima de zero, quando o valor na última coluna é negativo, como em 2009, 2014 e 2015, indicam que houve queda na renda do decil que acabou contribuindo para a variação negativa da renda total, e vice-versa. Nesses anos, a renda de D10 caiu em termos absolutos, respectivamente, 2,89%, 0,52% e 2,65%, comparando com 2008, 2013 e 2014. Estas, aliás, foram as únicas variações negativas na renda de D10 em toda a série.

O gráfico da figura 35 ilustra os valores da tabela. Para melhor visualização, os valores foram elevados ao quadrado e, na sequência, submetidos a logaritmo na base 10. Esse procedimento facilitou a ilustração dos dados da tabela, na medida em que, para saber o quanto cada decil contribuiu para a oscilação total na renda, basta localizar a linha correspondente no gráfico: quanto mais alta sua posição, maior a contribuição, e vice-versa.

Figura 35 - Participação dos Decis na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). Valores da Tabela 26 elevados ao quadrado e submetidos a logaritmo na base 10.

As quedas na renda total em 2009 e 2014, como se pode ver no gráfico, foram predominantemente determinadas pelo comportamento do decil 10. Em 2009, em pleno contexto de crise financeira global, houve perdas para os decis 1 e 2, mas principalmente para o 10. O forte aumento na renda total que ocorreu nos dois anos subsequentes se deveu principalmente às variações positivas no decil 10. Em 2012, esse decil praticamente não alterou seu nível de renda, perdendo participação no total em -0,96%, cedendo espaço aos decis 3 a 9, principalmente para este. Já em 2013, o decil que mais se beneficiou do forte aumento da renda foi novamente o 10. O ano seguinte, 2014, é um que chama bastante a atenção, porque a renda total ficou praticamente estagnada, tendo caído pouco 0,02%. Entretanto, olhando-se para a tabela 26, é possível perceber que todos os decis tiveram ganhos, exceto o 4 e, sobretudo, o 10. A queda neste decil, principalmente, foi responsável pela relativa estagnação da renda em 2014, por isso sua posição mais elevada nesse ano no gráfico. A forte queda da renda total em 2015, ano em que o Brasil ingressa definitivamente em profunda recessão, em contrapartida, foi um movimento mais geral, englobando todos os decis, que tiveram perdas em termos absolutos no período, à exceção do top 0,1%, que teve incremento de 2,06% (aproximadamente, 16,2 bilhões).

É, no mínimo, curioso de se notar que os decis 4 e 10 tenham sido os únicos a perderem participação em 2014, para, em seguida, em 2015, serem os únicos a aumentarem. Dado que esses dois decis tiveram, na verdade, perdas de renda, tanto média, quanto total, nos dois anos, em 2014 e, principalmente, em 2015, o ganho em participação no início da atual crise só pode ser explicado pela perda maior dos outros decis. O ano de 2015, a rigor, trouxe

perdas de renda em valores absolutos para todos os decis, inclusive para o top 1%, embora os estratos mais altos deste, como os top 0,1%, 0,01% e 0,001%, tenham registrado ganhos.

Pelo gráfico, também é possível ver, nitidamente, o quão baixa é a influência de D1 e D2 na variação total da renda durante todo o período, principalmente o primeiro, que, fica, na maior parte do tempo, bastante abaixo dos demais. Morgan (2017) já havia ressaltado o baixo aproveitamento do crescimento na renda total da metade inferior da distribuição, embora aqui se esteja argumentando que isso se deveria sobretudo a D1 e D2, e não a D1-D5, como fez aquele autor, e, ao mesmo tempo, a maior participação de D10. Outro ponto que chama a atenção é a proximidade de influência que os decis 4, 5, 6, 7 e 8 exercem nas oscilações totais da renda, o que pode estar relacionado ao peso das elevações no salário mínimo para esses decis, reforçando os apontamentos de Marquetti (2016) e Morgan (2017).

Voltando-se, agora, ao top 1%, tem-se a tabela 27:

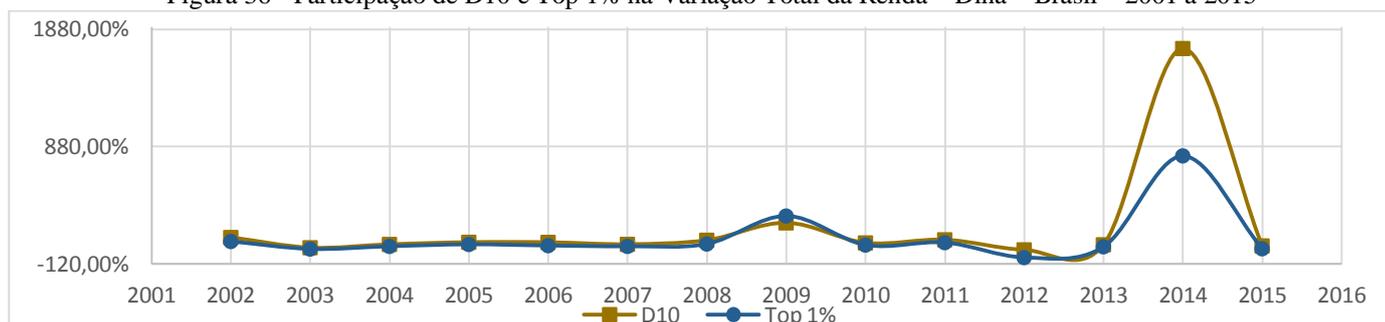
Tabela 27 - Participação de D10 e Top 1% na Variação Total da Renda – Dina - Brasil – 2001 a 2015

Ano	D10	Top 1%	Variação Total
2002	105,51%	70,85%	2,70%
2003	18,03%	6,68%	1,04%
2004	46,48%	29,28%	5,60%
2005	64,68%	45,77%	3,19%
2006	64,01%	35,63%	4,16%
2007	47,16%	29,30%	6,34%
2008	82,12%	49,67%	4,64%
2009	230,18%	288,63%	-0,71%
2010	59,17%	40,43%	5,75%
2011	85,88%	61,27%	4,31%
2012	0,14%	-66,12%	1,97%
2013	43,47%	25,93%	4,46%
2014	1717,72%	801,89%	-0,02%
2015	33,57%	9,13%	-4,50%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 36 mostra, como não poderia deixar de ser, dado o peso do top 1% em D10, movimentos bastantes próximos entre os dois grupamentos:

Figura 36 - Participação de D10 e Top 1% na Variação Total da Renda – Dina – Brasil – 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

É possível notar que os únicos três anos em que há um certo descolamento é em 2009, 2012 e 2014. Os anos de 2009 e 2014 são justamente aqueles em que o decil 10 “puxou” o movimento da renda total, o primeiro em direção à queda e o segundo, à estagnação. O ano de 2012, entretanto, é aquele, como visto antes, em que o decil 10 perde participação na renda total e, conseqüentemente, tem baixa influência na variação desta. Curiosamente, o top 1% tem forte influência na variação da renda total neste ano: -66,12%. Olhando a tabela 26, nota-se que todos os demais decis, incluindo o próprio 10, tiveram influência positiva. Ou seja, dado que a receita total, em 2012, cresceu cerca de 2%, todos os decis contribuíram para esse crescimento, mas o top 1% não. De fato, esse percentil teve forte queda em sua renda em 2012: -4,48% (ver tabela 28). Esse grupo perdeu mais de R\$ 76 bilhões de 2011 para 2012 (valores atualizados para 2018). Uma queda brusca em seus lucros e sua renda, mas também em sua participação na renda total, que despencou em 6,35%, e pior: quando **todos os decis, inclusive o 10, tiveram ganhos.**

Tabela 28 - Variação anual da renda por decis e do top 1% - Brasil – Dina – 2002 a 2015

Ano	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	Top 1%
2002	-2,18%	2,78%	-3,28%	1,06%	0,39%	-0,01%	-0,14%	-0,77%	-0,55%	5,39%	7,49%
2003	-6,96%	-0,14%	5,78%	5,38%	1,80%	2,17%	2,08%	1,58%	0,92%	0,34%	0,26%
2004	8,34%	9,29%	9,17%	7,92%	9,21%	8,47%	7,27%	6,47%	5,13%	4,98%	6,38%
2005	0,63%	5,51%	5,10%	5,02%	3,63%	2,44%	2,58%	2,45%	0,69%	3,89%	5,52%
2006	-3,67%	2,57%	3,38%	7,51%	4,02%	3,46%	3,84%	2,18%	3,20%	5,04%	5,54%
2007	-3,28%	5,96%	8,82%	8,64%	8,74%	9,13%	8,99%	8,33%	6,88%	5,75%	7,02%
2008	13,80%	9,83%	7,56%	0,81%	3,39%	2,53%	1,17%	0,60%	-0,13%	7,27%	8,54%
2009	-6,27%	-0,76%	0,62%	5,43%	2,61%	2,67%	2,95%	2,05%	1,33%	-2,89%	-6,95%
2010	22,00%	10,11%	10,02%	6,25%	7,23%	6,38%	5,02%	4,41%	2,92%	6,57%	8,99%
2011	3,61%	3,11%	3,69%	1,62%	2,37%	2,03%	1,27%	1,00%	0,05%	7,00%	9,78%
2012	6,54%	5,13%	4,50%	5,17%	4,78%	4,75%	5,13%	4,03%	4,28%	0,00%	-4,48%
2013	1,64%	2,48%	5,87%	6,52%	6,77%	6,47%	6,71%	6,43%	5,07%	3,66%	4,36%
2014	6,96%	4,91%	1,25%	-0,93%	0,67%	0,67%	0,18%	0,52%	0,19%	-0,52%	-0,48%
2015	-11,88%	-12,59%	-8,25%	-3,23%	-6,46%	-5,86%	-5,31%	-6,23%	-6,16%	-2,65%	-1,43%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020)

Conforme tabela 28, a queda do top 1% em 2012 foi comparável, no período analisado, somente à decorrente da crise de 2008. De 2008 para 2009, esse percentil viu sua participação na renda diminuir 6,32%, com uma queda de 6,95% em sua renda. Há, entretanto, uma diferença importante entre 2009 e 2012: **a recuperação pós-crise**. Imediatamente após a queda, em 2010 e 2011, o top 1% aumentou robustamente sua renda, em 8,99% e 9,78%, respectivamente, atingindo o pico da série. Em valores atualizados para 2018, foram aproximadamente R\$ 408,5 bilhões de ganho. Já após a forte queda de 2012, houve uma recuperação bem mais tímida em 2013, de 4,36%, seguida de **decréscimos** subsequentes, até 2015, às vésperas do impeachment, que retirou, a força, o Partido dos Trabalhadores do poder, depois de 13 anos.

O ano de 2013, de fato, foi de ganhos gerais na renda. Todos tiveram incremento, muitos acima até mesmo do top 1%, que ficou abaixo da média dos decis no período, calculada em 5,16%. Em 2014, ano de estagnação econômica e ânimos acirrados pela eleição presidencial, o top 1% teve perdas, como todo o restante de D10 e D4, ao contrário dos decis inferiores, D1 a D3, que tiveram ganhos proporcionais mais expressivos, em decorrência sobretudo da trajetória de ampliação do Bolsa Família. Em 2015, após acirrada disputa eleitoral, iniciando o segundo mandato de Dilma Roussef e já com a crise política instaurada no Brasil, todos os decis apresentaram perdas, mas especialmente os mais humildes, D1 a D3. Ainda assim, como se viu, a concentração de renda ocorrida entre 2014 e 2015 foi bastante circunscrita ao top 0,1%, que foi o único estrato a apresentar aumento na participação digno de nota, dado que o decil 4 também aumentou, mas irrisoriamente. É de se notar, acima de tudo, que o top 1% tenha ficado bem distante do nível de renda que tinha antes de 2012: 2,22% abaixo, ou R\$ 37,8 bilhões (valores deflacionados para 2018) a menos. Ou seja, **o top 1% não conseguiu se recuperar do tombo em sua renda em 2012**, e isso até, pelo menos, 2015.

O estudo de Marquetti *et al.* (2016) constata uma queda abrupta dos rendimentos do capital na primeira metade dos anos 2010. Embora não se refiram ao decil 10 ou ao percentil do topo, esses autores afirmam que a queda na taxa de juros, a partir de 2011⁷⁰, dentro da estratégia de aumento do investimento buscada pelo governo Dilma, representou o primeiro passo rumo ao acirramento do descontentamento “por parte dos detentores de capital financeiro” e, por esta via, com as grandes empresas produtoras, na medida em que “possuem nas aplicações financeiras da dívida pública um importante fator de sua lucratividade”

⁷⁰ Ver também Martins (2018).

(MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 12), rompendo com o pacto estabelecido na “Carta ao Povo Brasileiro” de Lula, em 2002.

Entre 2011 e 2014, segundo os autores, enquanto o salário médio real manteve sua taxa de crescimento, as taxas de lucro e de acumulação de capital despencaram, causando ainda mais descontentamento entre os grandes empresários e investidores. “A taxa de lucro declinou a velocidade de sete por cento ao ano entre 2010 e 2014” (MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 15). Ao mesmo tempo, houve um declínio anual ininterrupto e acentuado do Ibovespa, “deflacionado pelo IPCA”.

O governo tentou manter a taxa de crescimento da economia elevada, concedendo desonerações fiscais e subsídios, promovendo a concorrência dos bancos públicos com o objetivo de reduzir as taxas de juros ao tomador final, reduzindo custos da folha de pagamento e da energia elétrica, ampliando os gastos do governo por meio do PAC 2⁷¹. Apesar do aumento do PIB em 2013, segundo os autores, tais políticas não foram bem-sucedidas, pois não se converteram em investimento e trouxeram a piora significativa das contas públicas.

No final de 2014, o governo Dilma, já reeleita, dá uma guinada radical em direção a políticas neoliberais, com Joaquim Levy no comando do Ministério da Fazenda. Segundo os autores, esta teria sido uma tentativa de reaproximação com a “grande burguesia”. Houve revisão de preços das empresas administradas pelo governo federal e elevação acentuada da taxa de juros, além de enormes restrições aos gastos do governo. Os lucros, como resultado, aumentaram, e, conseqüentemente, sua taxa (lucro sobre capital). Entretanto, segundo os autores, já era tarde para salvar o governo de Dilma Roussef, que não teria conseguido retomar o apoio da grande burguesia financeira e proprietária dos meios de produção (MARQUETTI *et al.*, 2016, p. 19-20).

As perdas e conseqüente descontentamento dos “mais ricos” descrito por Marquetti *et al.* (2016), embora seu enfoque seja na distribuição funcional da renda, à primeira vista, coincidem com a análise até aqui esboçada para o top 1%, que não conseguiu recuperar o nível de renda que tinha antes de 2012, apesar dos ganhos gerais obtidos em 2013.

⁷¹ O PAC 2 foi a segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em janeiro de 2011 por Dilma Roussef. Durante seu governo, o programa recebeu aumentos consideráveis de verbas visando a elevar o investimento público em áreas prioritariamente destinadas à melhoria da infraestrutura. Em meio ao clima de descontentamento entre grupos dominantes que se ampliava nos anos que antecederam a crise política, o PAC 2 causou muita controvérsia. O programa passou a ser motivo para muitas pessoas qualificarem o governo Dilma de “desenvolvimentista”, o que é magistralmente contestado por Fonseca (2016).

A fim de constatar tal coincidência, procedeu-se a alguns testes de regressão linear simples. Várias simulações foram realizadas, usando, por um lado, estratos menores de renda do decil 10 e do top 1% (0,5%, 0,1%, 0,01%, 0,001%), com diferentes métricas (limites de renda, renda média, participação na renda), e, por outro, a taxa de lucro e a variação do Ibovespa, deflacionados pelo PIB para 2018. Nenhuma dessas simulações resultou um R^2 elevado, e a hipótese nula não pode ser descartada pelos testes t e F. Uma das razões é que, em 2011 e 2013, a renda no topo, pelos dados Dina, cresce (sobretudo naquele ano), enquanto o Ibovespa e a taxa de lucro caem. Além disso, as quedas nos outros anos, não seguem a mesma trajetória de intensidade. Por isso, seria arriscado tentar fazer qualquer correlação entre a distribuição pessoal da renda aqui realizada e o enfoque funcional dado por Marquetti *et al.* (2016).

Essa ausência de correlação se deve, primeiro, às diferentes fontes de dados utilizadas. Marquetti *et al.* (2016, p. 15) mencionam como fonte para sua pesquisa: “Dados Brutos: IBGE (2016, 2013, 2006)”. Sem especificar com mais detalhe, presume-se que tais bases sejam as Contas Nacionais, tal como apontado na própria bibliografia utilizada no artigo. Ora esta é apenas uma das fontes utilizadas pela base Dina, que complementa os dados obtidos pelas Pnad’s e pelas declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Morgan (2017, p. 28), em seu artigo, traz uma tabela, em que constam as participações na renda derivadas do trabalho e do capital em três fontes de dados: “SNA Fiscal Income”, “PNAD” e “DIRPF”. Em nenhuma dessas três fontes, se constata o movimento de queda sem interrupção da participação do capital na renda, indicando que, muito provavelmente, a ausência de correlação com os dados trazidos por Marquetti *et al.* (2016), ao menos em parte, de fato se deva às diferentes bases de dados.

A outra razão seria a própria composição da renda no top 1%. Ora, por óbvio, conforme já demonstrado aqui, nem toda a composição da renda desse percentil e suas frações menores se constitui de lucros ou de rendimentos de ações. O objetivo da base Dina é justamente não deixar escapar nenhuma espécie de renda. Aí, portanto, também estão incluídos aluguéis, comissões, ganhos de capital, alienações de bens e direitos e, ainda que elevados, pensões e salários, que certamente não constam da análise funcional de Marquetti *et al.* (2016).

Obviamente, contudo, estão fortemente presentes, nas rendas do top 1%, os lucros e os rendimentos de ações. A questão é que, no momento, a partir dos dados tributários, não é possível identificar de forma detalhada as profissões, as atividades, as ocupações que

compõem as frações de renda. Espera-se que, no futuro, a Receita Federal disponibilize maiores detalhes, nesse sentido, das declarações do Imposto de Renda.

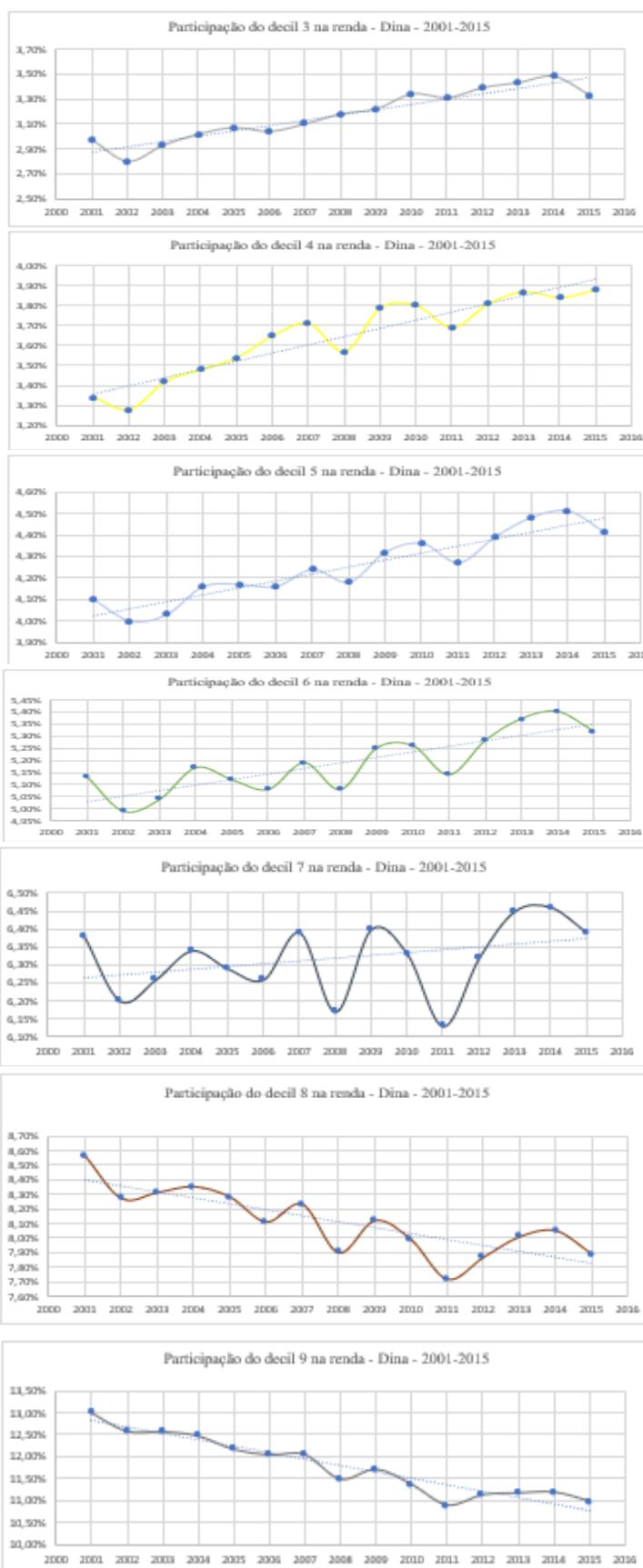
De qualquer forma, a interpretação trazida por esses autores serve para confirmar a constatação aqui de que os estratos mais altos da distribuição sofreram perdas severas no início dos anos 2010, as quais geraram forte clima de descontentamento com as políticas adotadas pelo governo federal. Essa perspectiva é bem diferente da de Morgan (2017), que dá a entender que a fonte de descontentamento que culminou no processo de impeachment em 2016 teria sido o “meio espremido” (D6-D9). Mais do que isso, Marquetti *et al.* (2016) têm o mérito de relacionar a mudança na dinâmica econômica, a partir dos governos Dilma, como fator decisivo na perda de sustentabilidade da trajetória das políticas de distribuição de renda. Esse aspecto, de todo modo, será melhor discutido mais adiante.

A queda persistente da participação na renda por parte dos estratos de chamadas “rendas médias altas” (leia-se decis 8 e 9, mas principalmente este), as perdas vultuosas do top 1% pós-2012, o tombo geral dos decis em 2015, com ganhos para os 0,1% do topo, e a crise política instaurada a partir deste ano seriam mera obra do acaso ou seriam fenômenos interconectados? Questões que se tentará responder mais adiante. Antes disso, tratar-se-á de um fenômeno mais geral, que parece dar uma explicação mais abrangente da relação entre os diferentes estratos da distribuição de renda no Brasil entre os anos de 2001 e 2015.

4.5.3 A dinâmica do espelhamento

Foi dito anteriormente que as teses do “meio homogêneo” (PALMA, 2011), da disputa entre o topo e o meio – exceção de Palma (2011) – ou do “meio espremido” de Morgan (2017), como se demonstrou seriam falhas para explicar a desigualdade no Brasil entre 2001 e 2015. Seria possível, entretanto, uma explicação geral desse fenômeno, que desse conta, de forma lógica e mais abrangente, das inter-relações entre os diferentes grupamentos de renda? Certamente, essa explicação teria de estar de acordo com as constatações até aqui alcançadas pela pesquisa, bem como as subsequentes.

Olhando o conjunto de gráficos da subseção 4.4, é possível se notar com bastante clareza um padrão de relacionamento entre os decis. Os vales dos decis 3 a 9 são correspondidos pelos picos do decil 10, e vice-versa. Para fim de melhor visualização, reproduz-se abaixo, em tamanho menor, novamente os gráficos de cada um desses decis:





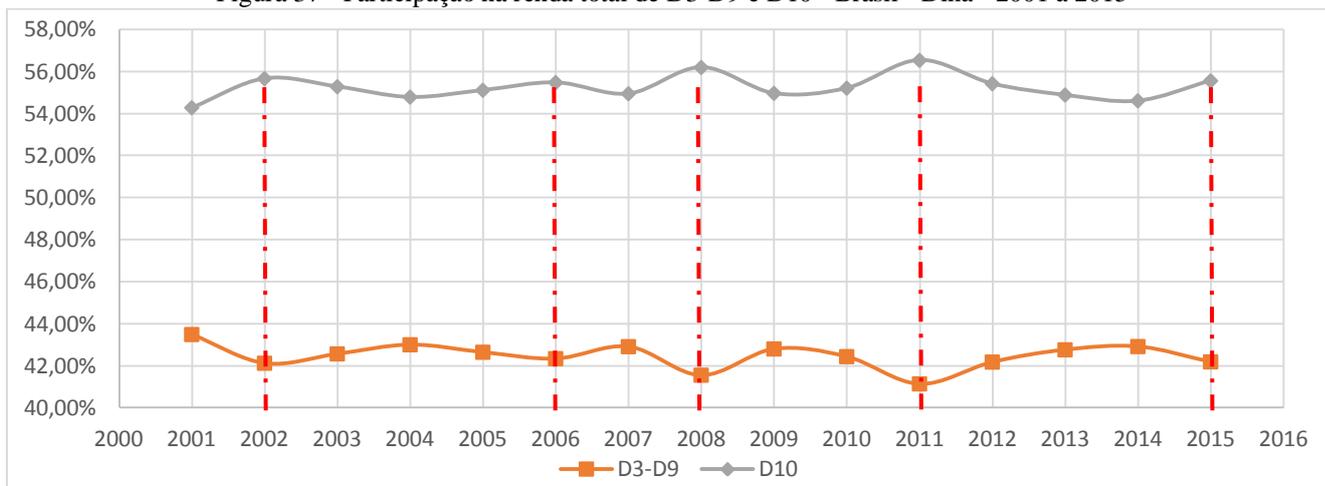
Os vales de D3 a D9, claramente, coincidem com os picos de D10, e isso ocorre nos anos de 2002, 2006, 2008 e 2011. Ou seja, D10 aumenta sua participação na renda, os decis 3-9 diminuem. Isso é mais evidente quanto mais alto o decil. Este último detalhe é particularmente mais visualizável no decil 3, que é o mais baixo na dinâmica do espelhamento e, assim, o que menos apresenta picos e vales correspondentes a D10. Isso pode ser facilmente explicado pelo fato de uma parte de D3 não conseguir alcançar um salário mínimo de renda mensal, sendo sustentada por programas de transferências do governo, como o Bolsa Família, e fontes informais de renda, conforme já comentado acima, estando, portanto, mais vulnerável às crises, tal como D1 e D2 (TOKMAN, 2007).

Isso indica, de modo bastante claro, que a disputa pela renda no Brasil entre 2001 e 2015 desenrolou-se entre D10 e D3-D9. Uma espécie de cabo-de-guerra, em que, em certos momentos, a corda ia mais para o lado de D10 (2002, 2006, 2008, 2011 e 2015) e, em outros, mais para o lado de D3-D9.

Quanto aos decis 1 e 2, seu peso na renda total é tão baixo, que qualquer aumento ou diminuição em sua participação torna-se irrelevante nessa disputa. Em média, no período analisado, esses dois decis, juntos, representaram apenas 2,27% da renda total, reforçando o argumento de Morgan (2017) do nível extremamente baixo de renda dos estratos inferiores da distribuição no Brasil, a tal ponto que aumentos significativos em termos absolutos tenham muito pouca repercussão em sua participação no todo. Considerando-se, entretanto, exclusivamente os anos de 2007 a 2014, nota-se que tal argumentação de Morgan (2017) perde, em parte, sua validade em decorrência da forte ampliação do Bolsa Família com reflexos positivos na participação dos decis menos abastados, apesar de, ainda assim, isso não ser suficiente para provocar uma dinâmica de espelhamento em D1 e D2.

O gráfico da figura 37 agrupa em duas séries diferentes D3-D9 e D10:

Figura 37 - Participação na renda total de D3-D9 e D10 - Brasil - Dina - 2001 a 2015



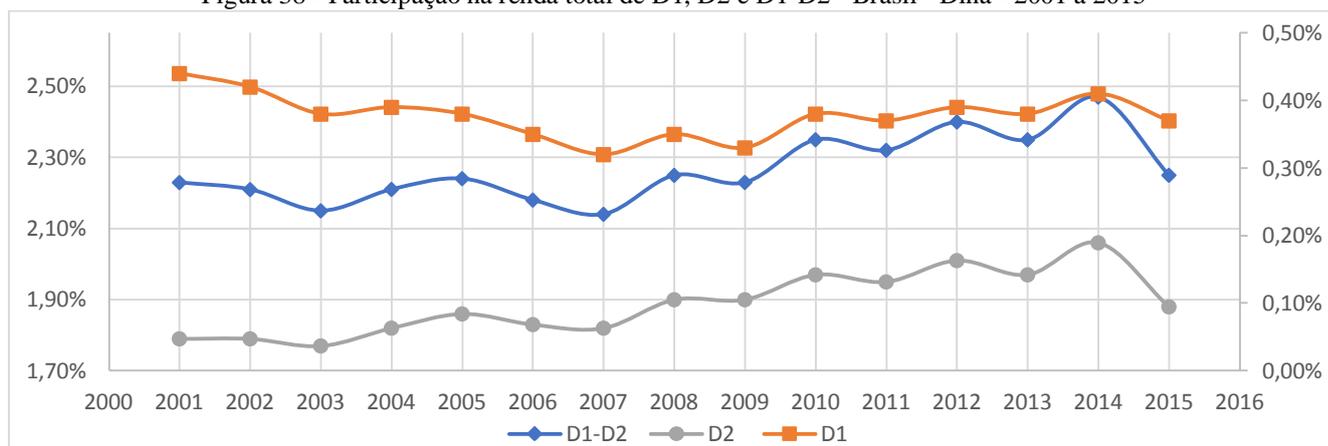
Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

O gráfico da figura 37 ilustra claramente que há correlação inversa entre D3-D9 e D10, o que passar-se-á a chamar de **espelhamento**. As linhas verticais pontilhadas marcam exatamente os anos de vale de D3-D9 e de pico do decil 10. Desta forma, torna-se possível supor que D10 não apenas tem maior peso na distribuição da renda total, mas também é o responsável pela disputa direta com os decis 3 a 9.

O ano de 2015, provavelmente por ser o primeiro da grave crise que se instalou desde então, é atípico. Como já mencionado, todos os decis tiveram queda em sua participação, menos D4 e D10. O que foge à regra, entretanto, não é D10, pois, pelo próprio gráfico da figura 37, sua trajetória é espelho de D3-D9. A atipicidade vem do comportamento de D4, que, por motivos ainda pouco conhecidos, teve desempenho em participação na renda positivo de 2014 para 2015. Entretanto, como já dito, se, por um lado, houve ganho em participação de D4 na renda (1,04%), por outro, houve perda em valores absolutos (3,23%, ou R\$ 7,6 bilhões). Além disso, como também já dito, quanto menor o decil, menos ele se habilita à disputa com D10, isto é, menos nítidas são as conexões entre seus vales e os picos dos 10% “mais ricos” (ver gráficos de cada um dos decis acima). De qualquer forma, como a figura 37 mostra, considerando-se o conjunto D3-D9, o aumento em participação na renda de D4 não é suficiente para evitar a queda em 2015.

Quanto aos decis 1 e 2, nota-se que não há como enquadrá-los na mesma dinâmica, mesmo agrupando-os:

Figura 38 - Participação na renda total de D1, D2 e D1-D2 - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). Valores de D1 no eixo vertical da direita.

No eixo da esquerda, estão as participações na renda de D2 e D1-D2. No eixo da direita, por seu peso muito menor e a fim de facilitar na visualização, estão as participações de D1 isoladamente. Nota-se que o peso de D2 é muito maior do que de D1, por isso a série que soma os dois decis perfaz movimentos muito parecidos com os daquele decil. Nota-se também a tendência de alta tanto de D1, quanto de D2 entre os anos de 2007 e 2014, período em que justamente ocorrem fortes ampliações do Bolsa Família apontadas mais acima, contrariando os argumentos de Morgan (2017) e Souza (2018) no sentido de que os programas de transferência de renda, nos governos do PT, teriam tido pouco ou nenhum impacto na ampliação da participação de renda dos estratos “mais pobres”.

Os testes de regressão linear pelo *Eviews*, tanto considerando D1-D2 e D3-D9, quanto D1-D2 e D10, com e sem constante, não confirmaram qualquer relação de trajetórias entre esses decis, resultando em R^2 ínfimo e, na maioria dos casos, sem rejeição da hipótese nula, corroborando a constatação de que os dois primeiros decis não participam da dinâmica do espelhamento.

Deve-se, entretanto, ir mais a fundo. Dada a gigantesca amplitude de renda já demonstrada dentro de D10, é plausível supor que nem todo o decil apresente tal dinâmica. Nesse sentido, procedeu-se à verificação do comportamento do top 1%, que é o percentil responsável, em média, por mais de 50% de toda a renda do decil 10, como já também demonstrado aqui. Além disso, esse percentil, como já se discutiu no Referencial Teórico, também recebe a atenção especial de Medeiros *et al.* (2014), Morgan (2017) e Souza (2018), sendo plenamente justificável que aqui se proceda da mesma forma.

Para tanto, elaborou-se a tabela 29, comparando três séries: D3-D9, top 1% e D10 exceto o top 1%:

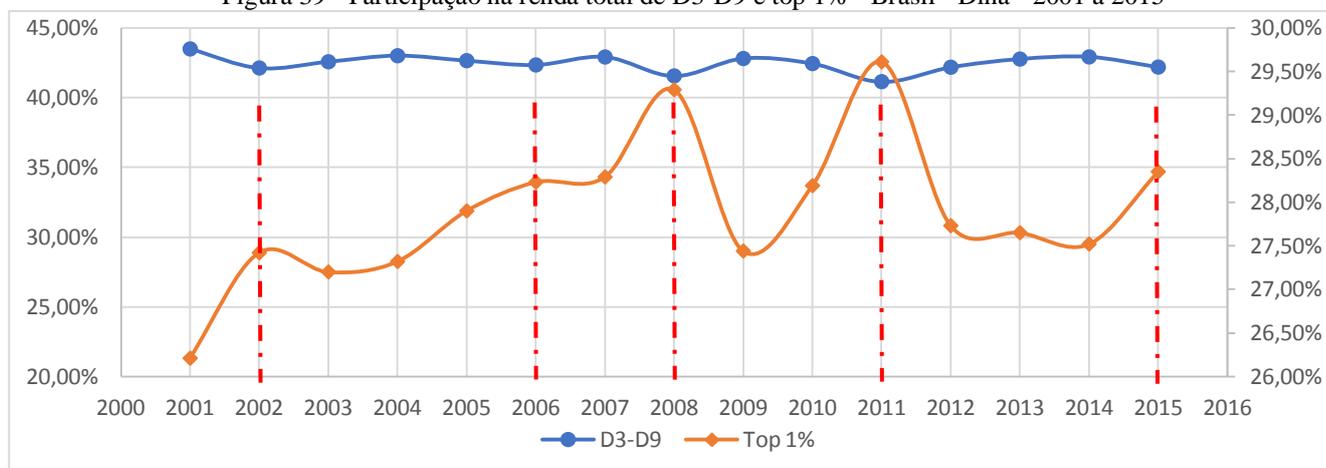
Tabela 29 - Participação na Renda Total – Brasil – Dina – 2001 a 2015

Ano	D3-D9	Top 1%	D10 exceto Top 1%
2001	43,49%	26,21%	28,07%
2002	42,13%	27,42%	28,24%
2003	42,57%	27,20%	28,08%
2004	43,00%	27,32%	27,47%
2005	42,65%	27,90%	27,21%
2006	42,34%	28,23%	27,25%
2007	42,91%	28,29%	26,66%
2008	41,56%	29,29%	26,90%
2009	42,81%	27,44%	27,52%
2010	42,44%	28,19%	27,02%
2011	41,14%	29,61%	26,93%
2012	42,18%	27,73%	27,69%
2013	42,77%	27,65%	27,23%
2014	42,92%	27,52%	27,09%
2015	42,19%	28,35%	27,21%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Colocando em gráfico D3-D9 e top 1%, ver-se-á que o espelhamento esboçado na figura 35 permanece:

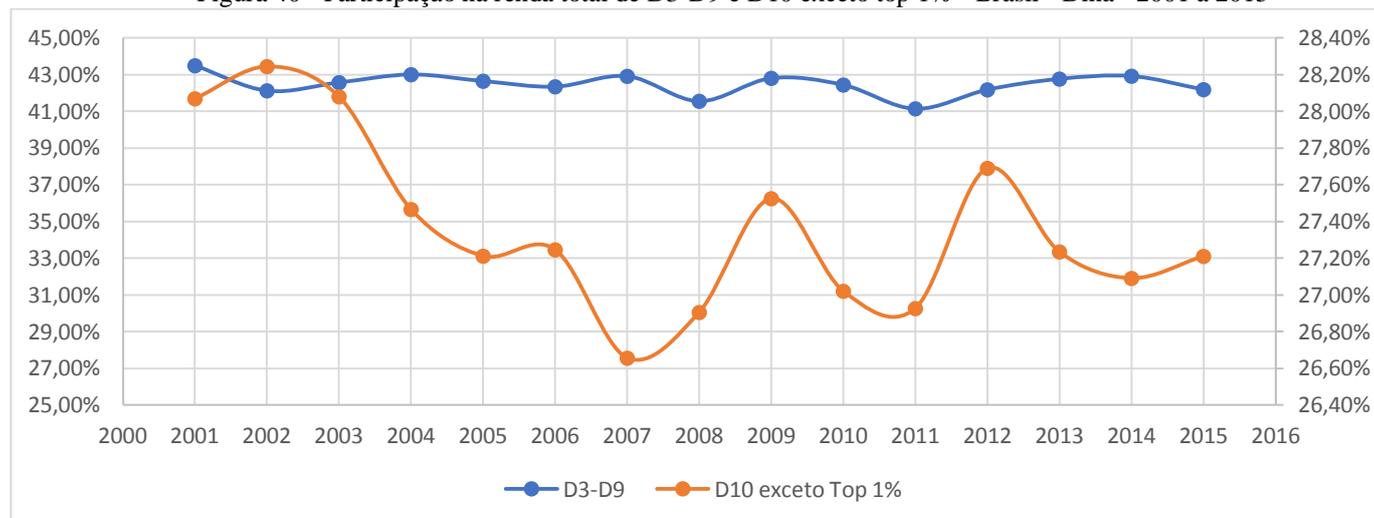
Figura 39 - Participação na renda total de D3-D9 e top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). D3-D9 com medição no eixo vertical esquerdo e top 1%, no eixo vertical direito.

Quando se compara, entretanto, o restante do decil 10, isto é, a parte com menor renda que o top 1%, com D3-D9, vê-se que a dinâmica do espelhamento **deixa de ocorrer**:

Figura 40 - Participação na renda total de D3-D9 e D10 exceto top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). D3-D9 com medição no eixo vertical esquerdo e D10 exceto top 1%, no eixo vertical direito.

De fato, o teste no *Eviews* confirma a baixa correlação entre D3-D9 e D10 exceto top 1%: 27,88%.

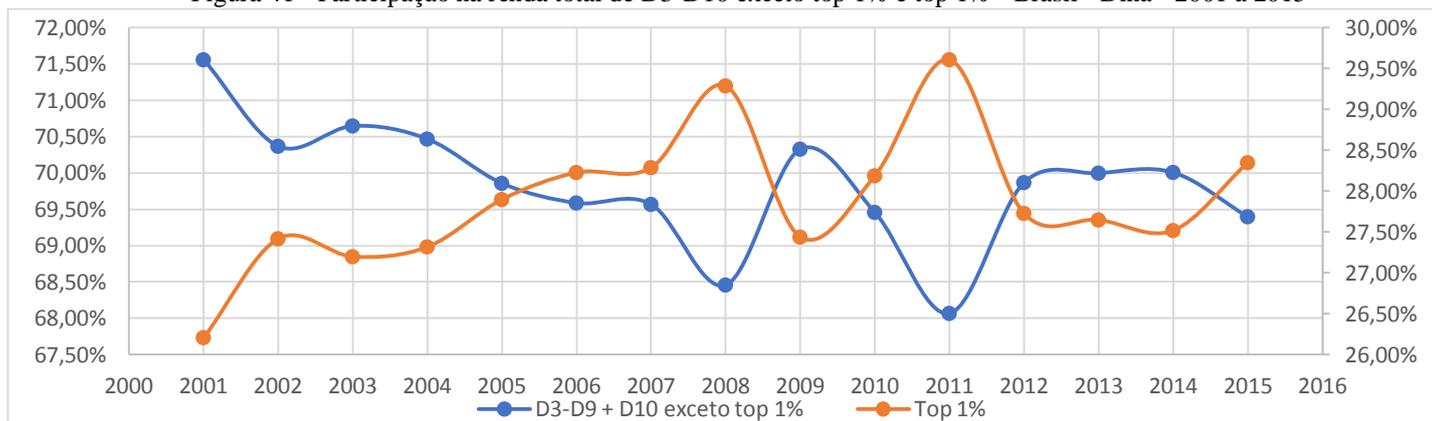
Voltando aos gráficos das figuras 37 e 39 (*ver* também a 23), por certo que, em 2006, o pico é mais acentuado se se considerar o decil 10 por inteiro, e a menor definição de alta para este ano considerando apenas o top 1% indica que o espelhamento, especificamente neste ponto, se deve mais ao comportamento da parcela de D10 abaixo do percentil do topo.

De qualquer forma, parece claro que, se há uma dinâmica que resume a distribuição de renda de 2001 a 2015, abrangendo os governos petistas, esta expressa, de forma predominante, a disputa entre o top 1% e o resto da população exceto os 20% “mais pobres”, isto é, entre aqueles mais de 110,6 milhões de pessoas que, em 2015, ganhavam em média cerca de R\$ 2.800,00 por mês, de um lado, e, de outro, aqueles pouco mais de 1,4 milhão que recebiam, em média, mais de R\$ 91.660,00 por mês.⁷²

Prova disso é que, se forem juntados D3-D9 e a parte de D10 com renda menor do que a acumulada pelo top 1% e contrapostos ao percentil do topo, a dinâmica do espelhamento ainda persistirá:

⁷² Valores atualizados para 2018, pelo deflator do PIB, calculado a partir dos dados Dina, disponíveis no site do WID.

Figura 41 - Participação na renda total de D3-D10 exceto top 1% e top 1% - Brasil - Dina - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). D3-D9 e D10 exceto top 1% com medição no eixo vertical esquerdo e top 1%, no eixo vertical direito.

O *Eviews*, desta vez, confirma com extrema exatidão a correlação estreita entre as variáveis D3-D10 exceto top 1% e top 1%: 99,41%. É possível, inclusive, elaborar uma equação, com um R^2 de quase 99%, tendo como variável dependente a participação na renda de D3-D10 exceto top 1% e como variável independente a participação na renda do top 1%, com rejeição da hipótese nula de que não haveria correlação entre as variáveis, pelos testes t e F, ao nível de confiança de 0,01%:

$$D3-D10ex_top1 = 0,98 - 1,02.TOP1$$

Em que,

- D3-D10ex_top1 = participação na renda dos decis 3 a 10, excluindo deste o 1% do topo;
- TOP1 = participação na renda do 1% do topo da distribuição.

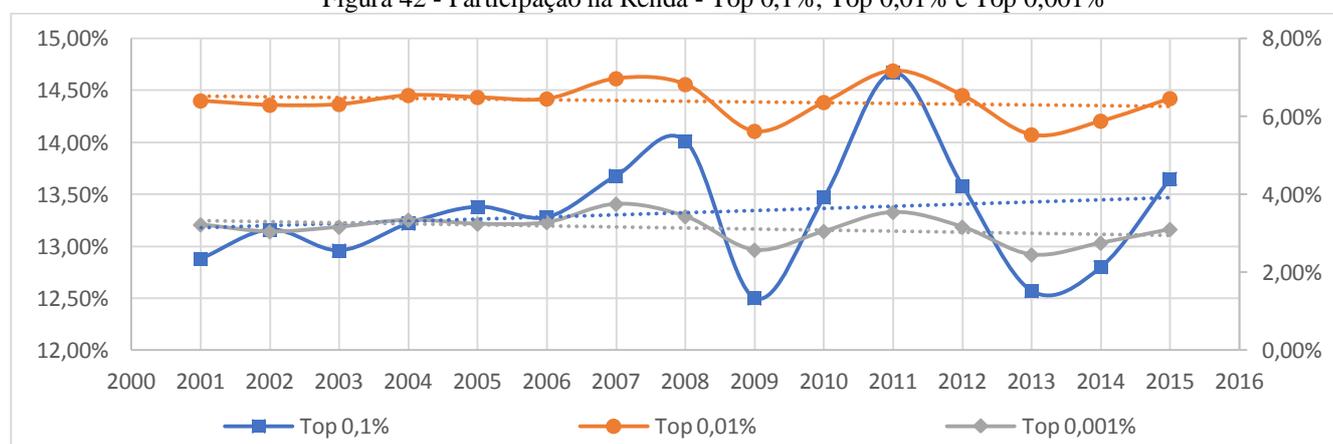
É evidente que, mesmo retirando a parte de D10 não pertencente ao top 1%, este continua **ditando** a disputa pela distribuição de renda. A bem da verdade, se se avançar rumo ao topo, continuará sendo observada a mesma dinâmica, suavizando paulatinamente seus efeitos, já que, quanto mais alta a renda, menores as oscilações na participação. A tabela 30 traz a participação na renda dos decis 1, 1 a 2, 3 a 9, 10 e 3 a 10 exceto top 1% e dos percentis top 1%, top 0,1%, top 0,01% e top 0,001%:

Tabela 30 - Participação na renda – grupamentos selecionados – Dina – Brasil – 2001-2015

Anos	D1	D1-D2	D3-D9	D10	D3-D10 exceto top 1%	Top 1%	Top 0,1%	Top 0,01%	Top 0,001%
2001	0,44%	2,23%	43,49%	54,29%	71,56%	26,21%	12,88%	6,40%	3,22%
2002	0,42%	2,21%	42,13%	55,67%	70,38%	27,42%	13,16%	6,29%	3,04%
2003	0,38%	2,15%	42,57%	55,28%	70,65%	27,20%	12,96%	6,31%	3,16%
2004	0,39%	2,22%	43,00%	54,78%	70,47%	27,32%	13,22%	6,54%	3,34%
2005	0,38%	2,25%	42,65%	55,10%	69,85%	27,90%	13,38%	6,49%	3,24%
2006	0,35%	2,18%	42,35%	55,47%	69,59%	28,23%	13,28%	6,45%	3,28%
2007	0,32%	2,14%	42,92%	54,94%	69,57%	28,29%	13,68%	6,97%	3,75%
2008	0,35%	2,25%	41,54%	56,20%	68,46%	29,29%	14,01%	6,82%	3,43%
2009	0,33%	2,23%	42,80%	54,97%	70,33%	27,44%	12,50%	5,62%	2,57%
2010	0,38%	2,35%	42,44%	55,21%	69,46%	28,19%	13,47%	6,36%	3,05%
2011	0,37%	2,32%	41,15%	56,53%	68,06%	29,61%	14,67%	7,17%	3,54%
2012	0,39%	2,40%	42,18%	55,42%	69,87%	27,73%	13,58%	6,54%	3,16%
2013	0,38%	2,34%	42,77%	54,89%	70,00%	27,65%	12,57%	5,53%	2,45%
2014	0,41%	2,47%	42,92%	54,61%	70,01%	27,52%	12,80%	5,88%	2,75%
2015	0,37%	2,26%	42,19%	55,56%	69,39%	28,35%	13,65%	6,46%	3,10%
Médias	0,38%	2,27%	42,47%	55,26%	69,84%	27,89%	13,32%	6,39%	3,14%
Variâncias	0,00001%	0,00009%	0,00348%	0,00341%	0,00724%	0,00698%	0,00321%	0,00200%	0,00119%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Como se pode notar pelo gráfico da figura 42, à medida que se avança rumo ao topo, a dinâmica de picos identificada para o top 1% nos anos de 2002, 2008, 2011 e 2015 torna-se menos evidente, embora ainda seja visível.

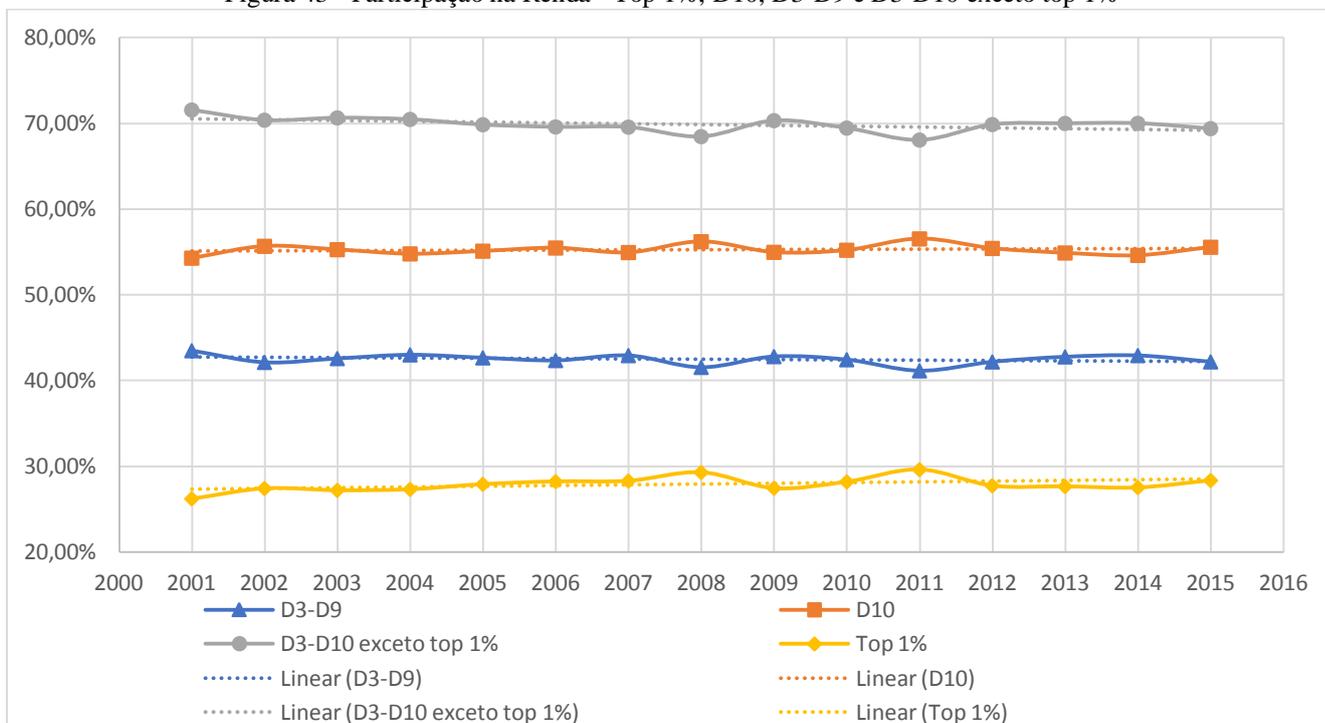
Figura 42 - Participação na Renda - Top 0,1%, Top 0,01% e Top 0,001%

Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020). Top 0,1% com medição no eixo vertical esquerdo e os demais, no eixo vertical direito.

O pico em 2006 desaparece por completo nessas frações, até mesmo porque já com o top 1% não se o notava mais tanto. Também a tendência de ganhos no período vai se invertendo conforme se avança rumo ao topo da distribuição (ver linhas pontilhadas).

De outra parte, se forem considerados apenas os grupamentos que participam da efetiva disputa pela participação na renda no período, ter-se-á, novamente, a dinâmica do espelhamento bem clara novamente, com o gráfico montado a partir da tabela 30:

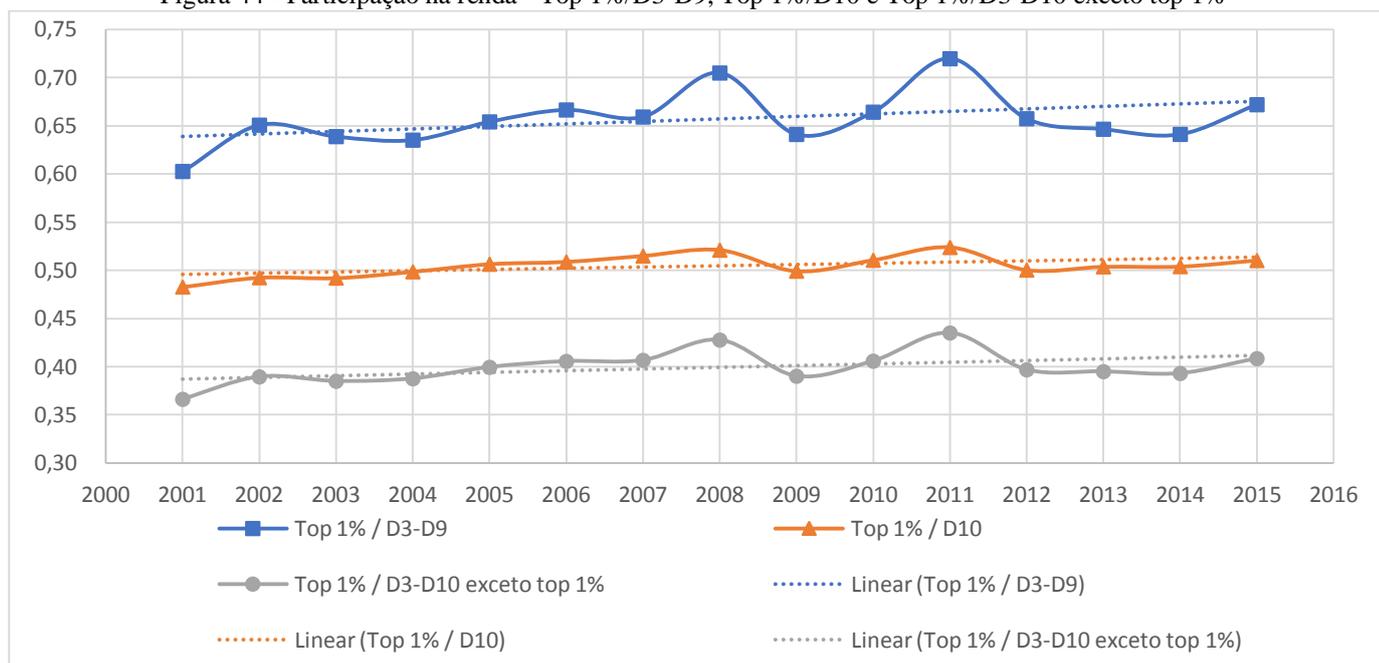
Figura 43 - Participação na Renda - Top 1%, D10, D3-D9 e D3-D10 exceto top 1%



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID. Elaboração própria (2020).

Como já demonstrado, entretanto, na disputa pela renda, predominantemente, quem está num dos polos é somente o top 1%, e não todo o decil 10. Isso fica evidente, mais uma vez, no gráfico da figura 44, que traz não só a razão entre aquele percentil e este decil, mas também em relação a D3-D9 e D3-D10 exceto top 1%:

Figura 44 - Participação na renda - Top 1%/D3-D9, Top 1%/D10 e Top 1%/D3-D10 exceto top 1%



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Em qualquer uma das três simulações, a dinâmica de disputa transparece, com diferenças de intensidade, é claro, conforme o denominador da razão. Até mesmo quando se considera simplesmente a razão entre o top 1% e o decil 10. Trata-se de uma disputa em que quem leva a melhor, ao menos no período analisado, é o top 1%, a ver-se pelas linhas de tendência de crescimento nas três séries.

A análise confirma, portanto, de forma detalhada, o destaque especial dado ao top 1% na concentração da renda no Brasil nos anos 2000 de alguns estudos aqui utilizados como referencial teórico: Medeiros *et al.* (2014), Morgan (2017) e Souza (2018). A dinâmica do espelhamento, entretanto, não é constatada por nenhum desses ou quaisquer outros autores de que se tenha conhecimento.

É claro que, ao se considerar os decis 3 a 10 exceto o top 1% de um lado e o 1% do topo de outro, praticamente se está tratando de quase 100% da renda distribuída, dado o baixíssimo peso de D1 e D2. O que se tentou ressaltar, nesta subseção, entretanto, é que a dinâmica do espelhamento seria ditada predominantemente entre o top 1% e o restante da distribuição, exceto os decis 1 e 2. Tal dinâmica consiste simplesmente na constatação de que os vales de um grupo coincidem, no tempo, com os picos de outro, demonstrando que, quando um estava subindo sua participação na renda, o outro estava caindo, indicando a existência de pontos de disputa pela renda. Isso se observou na análise individualizada dos próprios decis, isto é, tal dinâmica foi verificada mesmo se fosse considerado

individualmente, por exemplo, o decil 3 em relação ao top 1%, D5 em relação ao top 1% ou qualquer outro entre D3 e D9, e mesmo D10 exceto o 1% do topo (*ver* gráficos da subseção 4.4). A constatação da dinâmica do espelhamento independe, portanto, da soma fechar quase 100%, ou próximo disso.

4.5.4 A mensuração da desigualdade no Brasil de 2001 a 2015

Dado que, como já se disse, a desigualdade é uma medida relacional, sendo inúmeras as possíveis combinações entre os diferentes estratos, sejam decis, sejam percentis, sejam as frações que forem de participação na renda, inúmeras também podem vir a ser as formas de medição adotadas. Discutiu-se aqui duas propostas de medição: uma baseada na razão entre os decis 10 e 1-4, que é a Palma Ratio (Palma, 2011), e outra a partir do tradicional índice de Gini; e uma sugestão de análise dividindo os estratos em três grupamentos: D1-D5, D6-D9 e D10, que é a empregada por Morgan (2017) especificamente para o Brasil. Os dados de 2001 a 2015 demonstram que essas formas de medição escondem fenômenos mais específicos que são próprios de decis e frações menores que não seguem o comportamento geral do grupamento onde se encontram e impedem que seja observada a dinâmica mais abrangente de interação entre as frações de renda.

Tendo detectado a dinâmica específica do Brasil de 2001 a 2015, poderiam ser propostas algumas formas de medição da desigualdade, dependendo do que se pretendesse verificar de fato. Como medida geral, talvez o Gini continue a ser um bom indicador, mas, como já se apontou, muito precário na orientação de políticas públicas, porque não permite direcioná-las ao público-alvo adequado, e, mais uma vez, o risco de não se identificar comportamentos específicos dos decis seria elevado. Dada a dinâmica do espelhamento que se verificou para o caso brasileiro, poder-se-ia propor a análise da evolução das interações entre os decis 3-10 exceto o top 1%, de um lado, e o top 1%, de outro. Isso, entretanto, deixaria de fora os dois decis justamente que menos renda detêm e que, sem sombra de dúvida, teriam de ser o alvo prioritário das políticas públicas. Neste sentido, talvez a melhor forma de medição poderia ser aquela que contemplasse somente as relações entre D1-D2 e o top 1%. Entretanto ver-se-ia, ao tabular os dados e traçar gráficos, que a enorme distância entre D1 e D2 faria com que, novamente, os resultados escondessem a dinâmica específica do primeiro decil, que, no entendimento aqui esboçado, deve ser o principal foco das políticas públicas, dada sua extrema condição de vulnerabilidade social. A tabela 31 demonstra isso:

Tabela 31 - Participações na renda – razões entre top 1%, D1 e D2 - Dina – Brasil – 2001 a 2015

Ano	Top 1%/D1	Top 1%/D2	Top 1% /D1-D2
2001	59,57	14,64	11,75
2002	65,29	15,32	12,41
2003	71,58	15,37	12,65
2004	70,05	15,01	12,36
2005	73,42	15,00	12,46
2006	80,66	15,43	12,95
2007	88,41	15,54	13,22
2008	83,69	15,42	13,02
2009	83,15	14,44	12,30
2010	74,18	14,31	12,00
2011	80,03	15,18	12,76
2012	71,10	13,80	11,55
2013	72,76	14,04	11,77
2014	67,12	13,36	11,14
2015	76,62	15,08	12,60
Variação	28,63%	2,99%	7,20%

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Pelas variações nas razões entre o top 1% e os decis 1 e 2, combinados e isoladamente, pode-se notar claramente que, dada a grande distância entre D1 e D2, apesar de este ainda estar numa situação extremamente inferior em relação ao restante da distribuição mais acima, um indicador que considerasse apenas a relação entre o percentil do topo e a combinação dos dois decis iniciais esconderia, e muito, o que de fato acontece com os 10% que menos detêm renda, que, diga-se de passagem, abrangem mais de 14 milhões de pessoas vivendo em condições de extrema precariedade. Enquanto a razão entre as participações top 1% / D1-D2 variou apenas 7,2%, aquela entre o top 1% e o decil 1 variou quatro vezes mais, isto é, 28,63%. Ou seja, teria havido um aumento de desigualdade muito maior entre o top 1% e o decil 1, do que se fossem considerados conjuntamente os decis 1 e 2.

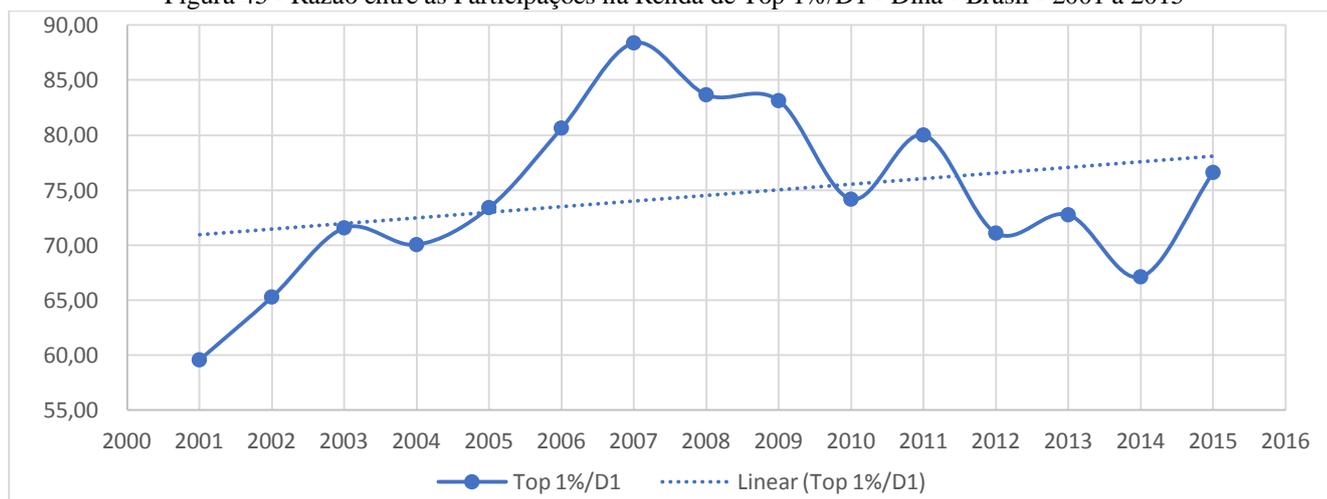
O fato de que toda medida de desigualdade é relacional implica que, mais do que isso, todo indicador que se almeje a dar conta desse fenômeno social deve cumprir a determinado propósito (PALMA, 2014). Sendo assim, todo trabalho que tenha como pretensão interpretar a desigualdade, em qualquer lugar do mundo, no nível analítico que seja, deverá, **necessariamente**, explicitar seus propósitos, pois não há, e nunca haverá, um indicador que seja totalmente neutro e não esteja escondendo por trás de si fenômenos que, sob outro ângulo, talvez estivessem levando a conclusões contrárias àquela a que se chegaria com a medida adotada (ROWLEY, 2012).

Nesse sentido, muito mais importante do que estabelecer se, de fato, houve ou não redução da desigualdade entre 2001 e 2015 (ou mesmo na era petista) e tendo como foco principal melhor orientar as políticas públicas, entende-se que, dada a condição de extrema vulnerabilidade social do decil 1, deveriam ser adotadas como prioridade, num primeiro

momento, ações estatais voltadas a elevar a participação na renda desse decil. Para tanto, o melhor indicador seria aquele expresso na segunda coluna da tabela 31. Ou seja, o ideal seria fazer-se a razão entre, de um lado, o top 1%, que, como demonstrado, é o estrato que “dá as cartas do jogo”, isto é, aquele que dita a dinâmica de toda a distribuição de renda no Brasil, porque tem os instrumentos de poder para isso, não só econômico, mas também político, como se discutirá a seguir⁷³, e, de outro, de D1, que é o decil de maior vulnerabilidade socioeconômica e mais difícil de ser alcançado por políticas públicas, dadas suas condições de pertencimento a um mercado de trabalho predominantemente informal.

Sendo assim, adotando o indicador criado a partir da relação entre o top 1% e o decil 1 em termos de participação na renda, o gráfico da figura 45 demonstra o quanto se avançou (ou não) na desigualdade no Brasil, considerando a evolução da razão entre essas duas frações:

Figura 45 - Razão entre as Participações na Renda de Top 1%/D1 - Dina - Brasil - 2001 a 2015



Fonte: dados Dina disponíveis no site do WID (2020). Elaboração própria (2020).

Entre 2001 e 2015, a desigualdade, medida pela razão top 1% / D1, aumentou 28,63%, conforme tabela 31. Se for considerado apenas o período de 2002 a 2014, a taxa cai para 2,8%. Este último recorte (2002-2014) seria o mais adequado se o objetivo fosse avaliar as políticas adotadas pelo Partido dos Trabalhadores, tendo em vista que 2001 e 2002⁷⁴ ainda eram referentes ao governo de Fernando Henrique Cardoso e 2015, como já salientado, foi um ano totalmente atípico, de forte crise política e econômica instaladas, impossibilitando a adoção de qualquer medida em prol da redução da desigualdade.

⁷³ A discussão mencionada se refere à tentativa de relacionar os apontamentos desta pesquisa com a literatura dos “grandes intérpretes” da história socioeconômica brasileira apresentada no Referencial Teórico - Celso Furtado (1961, 1983), Caio Prado Jr. (1970), Raymundo Faoro (1979), Florestan Fernandes (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1976).

⁷⁴ Conforme já mencionado na nota de rodapé nº 55, o ano de 2002 é incluído para fins de comparabilidade.

Tais dados confirmariam os apontamentos de Morgan (2017), Souza (2018) e Medeiros (2014), no sentido de que a concentração de renda, nesse período, no Brasil, teria aumentado, lançando dúvidas quanto à efetiva redução da desigualdade no país. Na visão desses autores, se esta ocorreu teria sido entre os estratos abaixo na distribuição, e não entre a base e o topo, já que este teria mantido seu patamar elevado de apropriação. A disputa pela renda, nesse sentido, teria sido entre a cauda inferior e o meio da distribuição, e, a se confirmar a redução da desigualdade, esta somente teria ocorrido se fosse em desfavor do “meio espremido”, como diria Morgan (2017).

É possível observar, entretanto, um consistente decréscimo na desigualdade a partir de 2007 até 2014. Tal movimento se explica, por um lado, pelas quedas em participação do top 1%, principalmente a partir de 2012, e, por outro, pelos próprios aumentos de D1 com a ampliação das transferências de renda⁷⁵. Como discutido acima, o top 1% perdeu -6,32% em participação na renda em 2009, mas se recuperou fortemente em 2010 (2,73%) e 2011 (5,04%), atingindo o pico da série. Entretanto, a partir do ano seguinte, foram quedas consecutivas: -6,35% (2012), -0,29% (2013) e -0,47% (2014), das quais o percentil do topo não conseguiu se recuperar, mesmo com a alta de 3,02% em 2015.

Pela análise dos dados específicos do top 1%, entre 2006 e 2014, dois períodos merecem ser distinguidos: de 2006 a 2010 e de 2011 a 2014. Entre 2006 e 2010, a participação na renda do top 1% manteve-se praticamente inalterada, como apontado por Medeiros (2016). Contudo, nos anos seguintes, entre 2011 e 2014, ocorre um movimento de queda brusca na participação na renda não só do top 1%, mas de todo o topo da distribuição: o decil 10 cai -3,4%, o top 1% perde -7,06%, o top 0,5%, -8,71%, o top 0,1%, -12,75%, o top 0,01%, -17,99% e o top 0,001%, -22,32%. Tais quedas nos diversos estratos do topo da distribuição de maneira alguma condizem com a interpretação de que seu elevado nível de apropriação teria se mantido em todo o período sob análise. Trata-se, por certo, de um recorte histórico raro, talvez único, em que o topo da distribuição apresenta quedas significativas em sua renda.

Em compensação, o decil 1 apresentou praticamente a mesma trajetória de crescimento nos dois períodos: de 2006 a 2010, expandiu sua participação em 8,57% e, de 2011 a 2014, em 10,81%. Assim, como não poderia deixar de ser, a razão entre o top 1% e D1 diminuiu consideravelmente nos dois períodos, mas principalmente no segundo: -8,03% de

⁷⁵ Segundo Morgan (2017), os valores de transferências repassados em dinheiro pelo governo federal teriam quintuplicado entre 2001 e 2015.

2006 a 2010 e -16,13% de 2011 a 2014. A variação anual média da participação do top 1% na renda total, de 2007 a 2014 foi negativa em -0,24%, enquanto a de D1 foi positiva em 2,29%.

Percebe-se, assim, pelos dados Dina, que há, de fato, uma significativa redução da desigualdade no Brasil entre 2007 e 2014, com encurtamento das distâncias nas participações na renda de D1 e top 1%. Contudo a crise de 2015 inverte essa tendência de forma drástica, com um aumento na razão top 1% / D1 de mais de 14% em relação a 2014. Não é possível concluir, a partir dos dados desta pesquisa, se essa inversão de tendência em 2015 se mantém ou não nos anos seguintes ou se a trajetória anterior de queda na desigualdade é retomada. Provavelmente, dada a continuidade da crise econômica desde então, a tendência anterior de redução da desigualdade não tenha se tornado sustentável, e isso poderia remeter ao pensamento de Cimoli *et al.* (2015) e Dathein (2018), segundo o qual, para que tivessem condições de se manter no longo prazo, as políticas voltadas à maior equalização, no Brasil e na América Latina, teriam que ter ocorrido em paralelo a uma profunda mudança da estrutura econômica. Trata-se de tema a ser explorado, acredita-se, muito em breve, a partir da maior disponibilização de dados.

Por outro lado, mesmo que o programa Bolsa Família tenha representado um enorme e louvável esforço fiscal dos governos petistas (CAMPELLO, 2013), conseguindo, inclusive, abranger uma população muito próxima daquela correspondente aos decis 1 e 2, teria sido necessário ainda muito mais para que tais transferências resultassem em uma redução da desigualdade duradoura, mais resistente a crises, tais como a de 2015, sobretudo para os 10% mais humildes. Justamente porque a desigualdade é uma medida relacional, seu resultado não deve levar em conta apenas um dos lados da razão. Sendo mais claro, de nada adiantaria incrementar as políticas de transferência de renda aos mais humildes se estas resultassem numa taxa de crescimento menor do que a elevação dos rendimentos dos mais afortunados. Em linha com o que apontam não apenas Morgan (2017) e Souza (2018), mas também Gobetti e Orair (2017) e Fandiño e Kerstenetzky (2019), políticas que visem à melhor redistribuição de renda não devem mirar só na base, mas também no topo. Daí por que a maior progressividade dos tributos se torna uma ideia central, e, como se pode depreender a partir de Fandiño e Kerstenetzky (2019), talvez tenha sido este o principal obstáculo do Brasil no enfrentamento das desigualdades desde a Constituição Federal de 1988.

A maior prova de que políticas de redução da desigualdade devem ter como alvo não apenas a elevação da participação dos mais vulneráveis, mas também a redução da fatia apropriada pelos que estão no topo está, assim, no próprio período entre 2007 e 2014. Entre

estes anos, a forte ampliação dos repasses e do número de contemplados com o Bolsa Família, como já demonstrado, foi determinante para que a participação na renda dos 10% mais humildes fosse elevada em 28,13%. Por outro lado, a conjuntura econômica (crise de 2008, ainda que com a forte recuperação imediata, e queda na taxa de lucro a partir de 2011 com o fim do ciclo de *commodities*) fez com que a participação na renda do 1% do topo caísse - 2,72%. Com isso, a desigualdade, medida pela razão Top 1% / D1 caiu -23,23% entre 2007 e 2014, mostrando que é um exagero a afirmação de Morgan (2017) de que as elogiáveis políticas de redistribuição de renda adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores teriam tido pouco impacto em termos de elevação em participação dos estratos inferiores da distribuição com redução da desigualdade.

Voltando-se à questão do indicador mais adequado para a desigualdade no Brasil, superada essa primeira fase de adoção de políticas públicas visando a reduzir a taxa top 1% / D1, num momento seguinte, quando a distância entre os decis 1 e 2 estivesse o suficientemente encurtada, outro indicador talvez passasse a ser sugerido, quem sabe englobando outras frações de renda, mas isso dependeria do novo arranjo na distribuição alcançado, o que demandaria nova análise minuciosa dos estratos e suas diferentes relações.

É importante dizer que não se encontrou na literatura que analisou o Brasil a partir de dados tributários (SOUZA, 2018; MORGAN, 2017; MEDEIROS *et al.*, 2014; GOBETTI; ORAIR, 2017; CASTRO, 2014) sugestão no sentido semelhante a que se propõe aqui. Isso porque tais estudos não consideraram a análise individualizada dos decis, de modo que não foi possível identificar um tratamento voltado à relação específica entre D1 e o topo da distribuição, sendo este também o motivo provável para tais autores não terem apontado o fenômeno da redução na desigualdade claramente observável pelos dados tributários entre 2007 e 2014, não apenas pela elevação da participação da base, mas também pela redução da fração apropriada pelos estratos superiores, sobretudo a partir de 2012.

5 A DESIGUALDADE NO BRASIL DE 2001 A 2015 SOB NOVO ENFOQUE

Tendo-se constatado a existência de uma dinâmica específica para o Brasil nos anos 2000 no que se refere à participação dos diferentes estratos na renda, cabe agora lançar-se uma interpretação mais abrangente para esse fenômeno. Com esse propósito, este capítulo se divide em duas partes. Na primeira, trazem-se vários dados relacionando estratos do topo e da base da distribuição, de modo a ilustrar melhor o que os números podem mostrar em termos de tamanho da desigualdade no Brasil. A segunda parte traz uma explicação para a mudança institucional ocorrida em 2016, com o impeachment de Dilma Roussef, como consequência da alteração no padrão de distribuição de renda no Brasil de modo mais evidente a partir de 2012. Tal mudança teria sido determinante para estancar o processo de redução da desigualdade, medida pela razão top 1% / D1, que se encontrava em curso desde 2007, e está relacionada a um fenômeno marcante da história brasileira, apontado, como se viu, desde seus grandes intérpretes: a intervenção direta de uma classe dominante nos rumos da política nacional.

5.1 A DISPUTA PELA RENDA

Conforme demonstrado até aqui, entre 2001 e 2015, a dinâmica que se observou, no Brasil, no que se refere à distribuição de renda consistiu numa disputa bem definida entre dois grupamentos: de um lado, o 1% mais alto na distribuição; e, de outro, os decis 3 a 10, excluído deste, por óbvio, o top 1%. Enquanto este último grupo deteve, em média, cerca de 70% da renda no período analisado, o top 1% concentrou, em média, aproximadamente 28% da renda no topo. Por sua vez, o grupo que esteve alijado da disputa durante todo esse período foi aquele formado pelos dois decis mais baixos na distribuição (D1-D2), que, juntos, detiveram, em média, aproximadamente apenas 2% da renda, apesar de serem compostos por quase 25 milhões de adultos, contra 1,2 milhão que compõe o top 1%⁷⁶.

Tratar-se-á, a seguir, de identificar da melhor forma possível esses grupamentos, buscando situá-los na disputa pela distribuição de renda no Brasil de 2001 a 2015.

⁷⁶ Os dados populacionais, conforme já comentado antes, por decis e percentis não estão disponíveis na plataforma do WID. Por isso, foi necessário calculá-los a partir dos dados de renda média e renda total, tendo em vista que aquela é igual a esta dividida pela população. Por este motivo, os dados populacionais, bem como aqueles relacionados a eles, tais como a renda *per capita*, não são exatos, e, sim, uma aproximação, tendo em vista arredondamentos efetuados na obtenção daqueles montantes.

Em 2015, o 1% “mais rico” era composto de 1,4 milhão de adultos, que concentravam mais de 28% da renda total, isto é, R\$ 1,6 trilhão, correspondente, em média, a por volta de R\$ 1,2 milhão por pessoa por ano (cerca de R\$ 91,6 mil por mês). Esse grupo, pela análise acima, disputava a renda, em 2015, com outro, composto de 110,6 milhões de adultos, responsável por mais de 69,4% da renda, ou seja, mais de R\$ 4 trilhões, correspondentes, em média, a mais de R\$ 38 mil por pessoa por ano (cerca de R\$ 2.900,00 por mês). Em todo o período em análise, a média de concentração da renda total pelo top 1% foi de cerca de 28%, equivalentes a R\$ 1,4 trilhão, em valores atualizados pelo deflator de 2018. Esse valor, em média, foi de mais de dez vezes aquele acumulado pelos 50% “mais pobres”. Para se ter uma ideia do tamanho da desigualdade que tais números mostram, seria necessária uma vida inteira, quase 76 anos, para que os 10% “mais pobres”, no Brasil de 2001 a 2015, atingissem o que o 1% “mais rico” recebia, em média, por apenas um ano, um grupo de cerca de 1,4 milhão de pessoas frente a outro dez vezes maior, de 14 milhões. Esse dado mostra o quanto a desigualdade entre os extremos da população não diminuiu, pelo contrário, aumentou, já que, no início da série, em 2001, o número de anos para um membro de D1 alcançar a renda que alguém do top 1% recebia em apenas um ano era de quase 60 anos.

Entretanto o top 1% é também um grupo muito heterogêneo, com enorme amplitude de renda. Veja-se, abaixo, as distâncias entre os valores de renda *per capita* mensal⁷⁷ e de população de top 1%, top 0,1% e top 0,001% para os anos de 2001 a 2015:

Tabela 32 - Renda per capita mensal em Reais de 2018 - Brasil - Dina - 2001 a 2015

Anos	Top 1%	Top 0,1%	Top 0,01%	Top 0,001%
2001	74.662,55	366.793,42	1.824.158,62	9.168.274,46
2002	78.343,25	376.057,19	1.797.846,15	8.681.585,85
2003	76.670,25	365.446,42	1.778.195,08	8.919.534,77
2004	79.675,51	385.748,31	1.908.789,54	9.740.937,23
2005	82.219,54	394.145,81	1.912.807,69	9.551.606,77
2006	84.938,03	399.612,50	1.942.051,08	9.871.662,15
2007	89.086,73	430.804,46	2.195.504,77	11.816.386,46
2008	94.849,52	453.742,54	2.208.081,38	11.119.668,92
2009	86.615,31	394.493,69	1.772.484,77	8.099.537,85
2010	92.691,28	442.857,15	2.091.208,15	10.014.838,15
2011	100.011,10	495.533,58	2.421.641,08	11.955.568,00
2012	93.959,98	460.206,31	2.216.480,46	10.696.888,62
2013	96.488,77	438.578,19	1.929.642,00	8.544.352,62
2014	94.495,99	439.501,50	2.017.273,38	9.426.584,62
2015	91.665,28	441.404,12	2.089.239,08	10.015.432,00
Médias	87.758,21	418.995,01	2.007.026,88	9.841.523,90

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

⁷⁷ Calculados a partir da base Dina, dividindo-se o valor anual por 13.

Tabela 33 - População de Adultos em milhares - Dina - Brasil - 2001 a 2015

Anos	Top 1%	Top 0,1%	Top 0,01%	Top 0,001%
2001	1.064,65	106,50	10,64	1,07
2002	1.090,79	109,06	10,90	1,09
2003	1.117,18	111,68	11,17	1,12
2004	1.143,67	114,31	11,43	1,14
2005	1.168,99	116,94	11,69	1,17
2006	1.194,72	119,46	11,94	1,19
2007	1.218,75	121,87	12,18	1,22
2008	1.243,10	124,29	12,43	1,24
2009	1.266,30	126,65	12,67	1,27
2010	1.289,72	128,99	12,90	1,29
2011	1.311,90	131,18	13,12	1,31
2012	1.334,11	133,39	13,34	1,34
2013	1.355,94	135,62	13,56	1,36
2014	1.377,66	137,77	13,79	1,38
2015	1.400,04	139,99	14,00	1,40
Médias	1.238,50	123,85	12,38	1,24

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

Quando se vai a fundo nos estratos que compõem o top 1%, a desigualdade se torna ainda mais chocante. O top 0,1%, que é formado por menos de 124 mil adultos, por exemplo, deteve, em média, 13,32% da renda total no período, isto é, acima de R\$ 678 bilhões, mais de 35 vezes o valor médio acumulado por todo o decil de menor renda (D1), um grupo que é praticamente 100 vezes maior. Nem em muitas gerações um membro de D1 poderia alcançar o que alguém do top 0,1% ganha em média em um ano. Para tanto, seriam necessários mais 3.500 anos.⁷⁸

O top 0,01% é formado por aproximadamente apenas 12,4 mil pessoas, mas concentrou em média 6,39%, no período, isto é, pouco mais de R\$ 324 bilhões por ano. Este valor corresponde a cerca de 17 vezes o valor recebido em média por ano pelo decil 1 em todo o período, que é mil vezes maior em termos de população. Enquanto um membro de D1 teve renda *per capita* média no período de apenas R\$ 1.540,21 por ano, um felizardo do top 0,01% ganhou em média cerca de 17 mil vezes mais, isto é, mais de R\$ 26 milhões anuais.

Quando chegamos ao top 0,001%, já estamos falando de apenas 1.239 pessoas adultas. Estes cidadãos brasileiros concentraram no período, em média, aproximadamente R\$ 159 bilhões por ano, com uma renda *per capita* anual de cerca de R\$ 128 milhões, mais de 83 mil vezes a de um membro de D1. Para se ter uma ideia do tamanho da desigualdade neste país, essas pouco mais de 1 mil pessoas concentraram mais renda do que 60% da população adulta, composta de 74,3 milhões de pessoas. Enquanto estas ganharam, em média, cerca de R\$

⁷⁸ Os números aqui trazidos estão um pouco acima daqueles apontados por Medeiros *et al* (2014) por conta da metodologia Dina usada como base. Note-se que os próprios autores apontaram que as limitações nos dados disponíveis à época levariam à subestimação dos níveis de concentração de renda no top da distribuição.

973,00 por mês, aquelas do top 0,001% ganharam R\$ 9,8 milhões – aproximadamente 10 mil vezes mais.

O gigantesco tamanho da desigualdade no Brasil se faz sentir num simples dado desta pesquisa: com uma renda nacional antes dos impostos de aproximadamente R\$ 6 trilhões e uma população adulta total de cerca de 140 milhões, a renda *per capita*, para os brasileiros com mais de 20 anos, seria de aproximadamente R\$ 3.300,00 por mês. Esse valor corresponde à faixa de renda mensal abrangida pelo decil 9, o qual, se aplicada a redistribuição plenamente igualitária, faria com que mais de 112 milhões de adultos mudassem de patamar remuneratório. Esse número corresponde à população dos decis 1 a 8 (80% do total, portanto), os quais, em 2015, recebiam menos de R\$ 3.200,00 por mês. Se considerarmos uma família de dois membros adultos, esse salto representaria afirmar que a média de renda mensal por unidade familiar seria de R\$ 6,5 mil. Um valor bastante importante quando se considera ter havido famílias, no Brasil de 2015, que viviam com menos de R\$ 100,00 por mês.

Se esses números não são suficientes para alertar as elites econômica e política do quão problemática é a questão da distribuição de renda no Brasil, fica realmente difícil saber que argumento poderia ser. Note-se que nem se está falando de distribuição de riqueza, a qual, conforme apontam inúmeros estudos, inclusive alguns aqui citados (*ver*, por exemplo, Castro, 2014), tende a ser muito maior.

É evidente que a disputa refletida na dinâmica do espelhamento aqui constatada não pode servir como argumento para se defender que os decis mais baixos da distribuição tenham sido poupados da usurpação de espaço pelos mais ricos. Como bem se nota, o distanciamento entre os 10% mais abastados em relação aos demais foi um fato verdadeiro entre 2001 e 2015, atingindo bastante também os estratos menos favorecidos, isto é, D1 e D2. A situação de vulnerabilidade dessa parcela da população, amplamente e historicamente desassistida pelo Estado, a coloca sempre muito mais à mercê das crises econômicas, como a de 2008 e a atual, iniciada em 2015. Se se fosse tentar situar os estratos inferiores no contexto de disputa pela distribuição de renda no Brasil, de 2001 a 2015, quiçá, também em outras épocas, poder-se-ia dizer que sua luta é pelas sobras, pelas “migalhas que caem da mesa do banquete”, à qual somente os estratos de mais altos rendimentos têm assento garantido, uns, é verdade, em melhores condições do que outros. As migalhas que sobram dessa disputa já não mais interessam aos que antes se esbanjaram, nem mesmo aos que ficaram com partes intermediárias da distribuição de renda, ao invés do topo.

A disputa pela renda não se dá entre pares, em iguais condições. A luta é desigual, porque o poder econômico é o rio por onde navega a disputa política. Nesse sentido, a representação dos diferentes estratos na cena política é extremamente desigual, e é aí talvez que resida uma das peculiaridades mais arraigadas na história da distribuição de renda no Brasil, em que sempre tiveram maior peso justamente os setores de maior destaque econômico, como bem ressaltado pelos intérpretes brasileiros, cada um à sua maneira, mas sempre apontando a existência de um grupo dominante⁷⁹: senhores de escravos, donos de engenhos, cafeicultores, industriais, empresários do agronegócio, da mineração, de redes de varejo, dos meios de comunicação, empreiteiros, banqueiros e, por fim, num fenômeno mais recente, pastores religiosos⁸⁰. Todos esses setores fizeram e fazem questão de se embrenhar na política não sem motivo. Para se manter aproveitando patamares mais elevados de renda, é preciso manter tudo como está: uns em estratos intermediários e outros se contentando com as migalhas, e isso só quem dita as regras do jogo político tem condições de fazê-lo.

A prevalência de um ou mais estratos sociais, que fazem valer seu domínio econômico na esfera política, assim, já foi ressaltada por autores clássicos na interpretação histórico-econômica do Brasil. Autores como Caio Prado Jr. (1970), Florestan Fernandes (1981), Raimundo Faoro (1979), Sérgio Buarque de Holanda (1976) e Fernando Henrique Cardoso (1980) tinham como principal convergência a tese de que a classe dominante brasileira, seja ela uma oligarquia agrária, uma burguesia rural, urbana ou industrial ou um estamento burocrático, teria se moldado ao longo do tempo e se transformado num bastião de permanência do *status quo* que favoreceria a estagnação econômica e social do país e aprofundaria suas desigualdades. Esse aspecto também foi ressaltado por Palma (2011, p. 28 e 47) para a América Latina como um todo: a existência de uma “elite” que, por sua influência política, tem contínuo êxito em se manter no topo da distribuição de renda, evitando ter sua participação reduzida, a não ser esporádica e momentaneamente.

Ao fixar a importância da classe dominante como obstáculo ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, esses intérpretes do país acabaram por conferir peso ao passado, remontando a suas origens portuguesas, fato que é, por certo, mais salientado por uns, como

⁷⁹ Ver Celso Furtado (1961, 1983), Caio Prado Jr. (1970), Raimundo Faoro (1979), Florestan Fernandes (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1976) e Fernando Henrique Cardoso (1980).

⁸⁰ Um levantamento feito em 2016, pela Central Pública, publicado pela revista Congresso em Foco, apontou a seguinte representação na Câmara Federal, em número de deputados: empreiteiras e construtoras (226), empresarial (208), agropecuária (207), evangélica (197), sindical (43), armamentista (bala) (35), mineração (23), saúde (21), etc.. Como se vê, a Câmara é dominada por representação de caráter econômico. Outro dado interessante trazido pelo mesmo levantamento é a quantidade de parentes de políticos dentre os deputados, indicando um tipo de representação que se perpetua no tempo: 238. O levantamento está disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>.

Caio Prado Jr., Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda, do que por outros, como Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Da leitura desses autores, a principal conclusão é de que a posição econômica do país frente à divisão internacional do trabalho não é decorrência de fatores puramente exógenos ou endógenos, debate que muito se estendeu nos círculos acadêmicos e que somente pode ser explicado a partir de uma perspectiva estritamente economicista, que, cedo ou tarde, redundava em um determinismo econômico (Tavares, 1986). Na medida em que se confere peso à história, às relações de poder e de classes e à cultura, esse debate se esvazia, e a análise se torna muito mais complexa e fecunda, incorporando variáveis até então negligenciadas, as quais não necessariamente são as mesmas ao longo do tempo e tampouco possuem uma única via de causalidade ou efeito. Como já dizia Fernando Henrique Cardoso (1980), é impossível analisar a economia sem se ter atenção às relações de poder presentes na sociedade.

Muito do que esses autores relataram ainda é possível de visualizar na realidade brasileira atual. Sérgio Buarque de Holanda (1976), por exemplo, nos anos 1930, já escrevia sobre as amarras de um passado rural com predomínio de uma oligarquia agrária que se adaptou à urbanização por meio das profissões liberais e da política. Para ele, essa oligarquia dominante nunca teve como parte de seus valores a democracia. Esta forma de regime político somente foi suportada, na história brasileira, enquanto atendia aos interesses dessa “elite dominante”, nos termos de Palma (2011, p. 47). Sempre que tais interesses não foram atendidos, essa oligarquia encontrou os meios de virar o jogo político a seu favor, transgredindo, se fosse preciso, qualquer regra democrática. Trata-se, em sua visão, de uma classe dominante que herda do passado colonial o autoritarismo, o agir em benefício próprio em detrimento do coletivo e a manutenção de um *status quo* em que a **desigualdade social é perene**.

5.2 VIRANDO A MESA

A partir da leitura dos “grandes intérpretes”, conclui-se que é nesse contexto que, envolvida na luta política, quando sente sua fatia da renda ameaçada, essa elite econômica busca os meios de intervir diretamente no jogo de poder, ainda que, para isso, geralmente, tenha que se servir da insatisfação de outros estratos. Quando os que ditam as regras do jogo político temem que o patamar de renda a que estavam acostumados possa ser reduzido, é hora de “virar a mesa”, constatação que explicaria o porquê de as flutuações na desigualdade, tal

como destacam Palma (2011, p. 47) para a América Latina e Souza (2018) para o Brasil, serem temporárias, e nunca apresentarem uma linha de tendência duradoura.

Mostrou-se aqui que o top 1% viu suas rendas despencarem a partir de 2012, após dois anos de excelente desempenho, sobretudo em 2011. Mesmo que tenha se recuperado momentaneamente em 2013, o top 1% não conseguiu voltar ao patamar daquele ano. A renda *per capita* mensal, que passava de R\$ 100 mil em 2011, fechou 2015 em pouco mais de R\$ 91 mil, corrigidos pela inflação. Foi uma queda de cerca de -8% em sua renda, mais aguda que a do próprio decil 10, que foi de cerca de -6%, e quase o triplo da média geral, que foi de -2,9%. Ou seja, nenhum estrato perdeu tanto no período, e isso, para um setor acostumado a se manter no topo, se tornou algo insuportável. Alguma coisa precisava ser feita.

A cena política entra em questão. Era o ano de 2014. A economia começava a apresentar sinais de estagnação, e as eleições trouxeram o combustível perfeito para a inquietação popular. Após três mandatos, desde o episódio do mensalão, permeados de denúncias de corrupção, o Partido dos Trabalhadores começa a ver o jogo virar contra si. As eleições, que, até então, vinham sendo vencidas de forma relativamente tranquila, dada a alta popularidade do presidente Lula e a situação econômica favorável, foram extremamente polarizadas, tendo como desfecho um resultado muito apertado, elegendo Dilma Roussef para seu segundo mandato (MARQUETTI *et al.*, 2016).

No mês seguinte às eleições, em novembro de 2014, o governo Dilma dá uma guinada radical na condução de sua política econômica, nomeando Joaquim Levy como Ministro da Fazenda. É inaugurada uma fase de extremo ajuste fiscal, com fortes medidas de austeridade. Após o ano de bom crescimento da economia, em 2013, a estagnação surgida em 2014 reforçou o discurso por parte de setores importantes da opinião pública e até mesmo do meio acadêmico de que a piora do quadro econômico se devia ao suposto “aumento descontrolado” do gasto público. O governo Dilma embarca nessa onda e nomeia Levy com a explícita missão de reduzir o déficit público, com políticas ortodoxas de austeridade fiscal (MARQUETTI *et al.*, 2016).

Joaquim Levy permanece no cargo até dezembro de 2015 após resultados extremamente insatisfatórios na economia, que piorou consideravelmente desde sua posse. Durante esse quase um ano de atuação, o Ministro e o governo tiveram que conviver com intensa crítica por parte dos próprios partidos de esquerda, incluindo o PT, e, ao mesmo tempo, com forte e sistemática oposição, além da intensificação das manifestações de rua pela renúncia e, depois, impeachment de Dilma Roussef (MARQUETTI *et al.*, 2016). À frente da

Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha assume o papel de inviabilizar a governabilidade do Executivo, colocando em votação apenas as chamadas “pautas bomba”, que eram os projetos que, além de não interessarem ao governo, lhe traziam intenso desgaste político.

As manifestações de rua iniciaram quase que imediatamente após Dilma tomar posse (Marquetti *et al.*, 2016). Tais protestos, inicialmente, foram insuflados por declarações e atos de Aécio Neves, candidato nas eleições de 2014 pelo partido que, historicamente, era o maior rival do PT, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), inconformado que estava por ter perdido as eleições. Aécio Neves, através do PSDB, além de ter perturbado sistematicamente o governo por meio manifestações públicas e boicotes em votações, foi autor de uma ação que questionava o resultado das eleições em 2014, alegando fraude, e apoiou fortemente o processo que levou ao impeachment de Dilma Rouseff.

Em paralelo, a Lava Jato, iniciada em março de 2014, tendo como uma de suas principais personagens, o juiz federal Sérgio Moro, que posteriormente veio a ser tornar Ministro da Justiça de Jair Bolsonaro, em 2019, realiza operações sistemáticas de combate à corrupção, estritamente alinhadas com divulgações frequentes, quase diárias, na grande imprensa, gerando, em parte significativa da população, a sensação crescente do envolvimento do Partido dos Trabalhadores em atos ilícitos, sobretudo com relação à Petrobrás (MARQUETTI *et al.*, 2016).

Um fenômeno novo ocorre nas redes sociais, canalizado por grupos que surgem, praticamente do nada, na cena política por meio do *Facebook* e *Twitter*. Estes grupos tinham por trás de si financiamentos vultuosos, advindos, em sua maior parte, da classe empresarial, como bem apontaram Marquetti *et al.* (2016), insatisfeita que estava com as políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma, mas também de partidos políticos, inconformados com o resultado das eleições. Cada manifestação de rua tinha alto grau de organização, com carros de som potentes, bonecos gigantes, palcos e shows. Muito diferente das manifestações observadas em 2013, que ocorriam por meio das redes sociais, mas que não tinham nenhum desses elementos e muito menos o mesmo nível de organização e coordenação. Isso sem falar das páginas desses movimentos no *Facebook*, que, “do dia para a noite”, passaram a ter milhões de seguidores. Foi tudo muito rápido, grandioso e bem organizado. Nada disso teria sido possível, por óbvio, sem grandes somas de recursos.

Apesar desses grupos não abrirem sua contabilidade de modo a identificar as origens dos recursos que recebem, várias notícias apareceram acerca de suspeitas por trás do

patrocínio de tais eventos⁸¹. Um caso, porém, foi bastante evidente. Naquele que talvez tenha sido o principal local das manifestações, a Avenida Paulista, em São Paulo, quem organizava direta e abertamente os protestos pelo impeachment de Dilma Roussef era a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Diga-se de passagem, foi justamente na Avenida Paulista que surgiram os primeiros protestos contra Dilma. O palco era montado na frente de sua sede e a fachada do prédio era iluminada com dizeres patrióticos e contra Dilma Roussef e seu partido. Até mesmo comida era servida aos manifestantes, e um manifesto formal chegou a ser divulgado pela FIESP e o CIESP (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo)⁸².

O manifesto de Paulo Skaf, presidente à época da Fiesp e do CIESP, fortemente engajado em toda a mobilização contra a presidente Dilma Roussef desde o início, por ocasião da confirmação do impeachment pelo Congresso Nacional, em agosto de 2016, é revelador do grau de insatisfação de boa parte da classe empresarial brasileira com a situação econômica vivida à época e de suas pretensões de interferir diretamente na condução da política:

O Brasil vive hoje um dia histórico. Em total respeito à Constituição e às leis, e dentro das normas do Estado Democrático de Direito, o Congresso Nacional concluiu o julgamento da presidente da República, aprovando seu afastamento definitivo e dando posse ao presidente Michel Temer. Não é hora de comemoração! É o fim de um longo e desgastante processo. A denúncia que originou o processo de impeachment foi apresentada ao Congresso há exatamente um ano, no dia 31 de agosto de 2015. Nesse período, o debate político se acirrou, opondo apoiadores e contrários ao impeachment. Amizades foram desfeitas. Familiares brigaram. O Brasil se dividiu. A economia, já combalida, experimenta seus piores dias: o desemprego atinge 12 milhões de trabalhadores, e mais de 100 mil lojas e quase 10 mil fábricas foram fechadas. O recuo do PIB chega a 8%, o consumo das famílias também diminuiu 8%, e o investimento despencou 25%. O crédito está travado, a inflação chegou a 11%, e a taxa de juros, a 14,25% ao ano. A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) não só acompanhou, como apoiou o processo de impeachment na condição de representante de importantes setores da sociedade brasileira. **O processo terminou. Agora é hora de virar a página, deixar as diferenças para trás, arregasar as mangas e, de braços dados, reconstruir o Brasil.** A confiança está sendo retomada, mas é preciso mais. A reconstrução do Brasil demandará grande esforço da sociedade. **O Ajuste fiscal é a mãe de todas as reformas.** O governo deve controlar seus gastos, eliminar os desperdícios e combater a corrupção. O equilíbrio fiscal deve ser feito sem aumento de impostos. Os brasileiros não admitem aumento de impostos. **Por isso, não podemos esperar para aprovar a Proposta de Emenda Constitucional que institui o teto para os gastos públicos,** limitando-os à inflação do ano anterior. **Não há alternativa.** Se tivéssemos aprovado o teto há dez anos, a dívida pública, que hoje é de quase R\$ 4 trilhões, estaria em R\$ 700 bilhões, ou seja, seis vezes menor. Não gastaríamos os R\$ 500 bilhões de juros por ano, e a taxa de juros poderia ser igual à do resto do mundo. Precisamos também **reformular a Previdência** para ter capacidade de continuar pagando nossos aposentados. Para fazer isso com justiça, é necessário definir **regras de transição para garantir direitos de pessoas que estão mais**

⁸¹ Ver, por exemplo: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/27/maquina-de-partidos-foi-utilizada-em-atos-pro-impeachment-diz-lider-do-mbl.htm>.

⁸² Vídeo sobre o manifesto está disponível no site da Fiesp: <https://www.fiesp.com.br/multimedia/apoio-formal-da-fiesp-ao-processo-de-impeachment/>.

próximas de se aposentar. A taxa de juros deve cair. No início do ano, a Selic era de 14,25% ao ano, quando a inflação era de 11%. Agora a inflação está em pouco mais de 7%. Isso significa que a taxa de juros real passou de pouco mais de 3,5% para quase 7% ao ano, ou seja, quase dobrou. O governo deve tomar medidas para **aumentar a oferta de crédito**, pois o crédito está travado pelo sistema bancário. Para incentivar as exportações, que começam a se recuperar e são extremamente importantes para a retomada da economia, o Banco Central deve cuidar para que o **real não se valorize** demais em relação ao dólar. Temos ainda que destravar as obras de infraestrutura no país, acelerando as concessões e Parcerias Público-Privadas. É fundamental permitir **rentabilidade adequada** para os projetos, adotando regras claras e estáveis. **Precisamos atrair mais investidores, aumentar a concorrência de forma saudável e combater a corrupção.** Nos últimos anos, o Brasil andava como um trem descarrilhado. Chegou a hora de voltar aos trilhos da confiança, do desenvolvimento, da gestão eficiente, da boa governança, do crescimento e da geração de empregos e riquezas para o país. Os desafios são grandes, as medidas necessárias são complexas, e os resultados serão obtidos com o tempo. O novo governo chega com um voto confiança da nação. Mas deve, com a ajuda de todos, ser firme no esforço diário para reconstrução do nosso Brasil. **É hora de, todos juntos, reconstruirmos o Brasil.** (SKAF, 2016, grifos do autor).

Quando se fala do top 1%, está-se falando de quem ganhava, em 2015, acima de R\$ 27,6 mil por mês (limite inferior do percentil), mas, em *média*, um valor muito mais elevado: R\$ 91,6 mil mensais. Não é difícil perceber que era em nome desse 1% que Paulo Skaf falava. Claro que outros setores, não só o industrial, estavam aí representados. O fato é que nem todos foram tão explícitos quanto a Fiesp.

Além disso, é preciso lembrar que se está falando de um grupo que representa, em número de pessoas, apenas 1% da população total, mas que detêm quase 30% da renda nacional. É evidente que a forma de atuação desse grupo, por estar espalhado neste imenso território nacional, não teria como ser outra senão através do apoio financeiro aos protestos. Historicamente, existem evidências de que os membros das classes dominantes não vão para a rua, mas financiam e se servem de outros, também insatisfeitos, que vão.

Quem seriam esses outros que foram para rua?

Em 13 de março de 2016, o Instituto Data Folha realizou uma pesquisa sobre o perfil dos manifestantes a favor do impeachment na Avenida Paulista. Foram aplicados 2.262 questionários. A margem de erro foi de 2%, para mais e para menos. A tabela 34 foi retirada da pesquisa. Nela os pesquisados são divididos conforme seu nível de renda, em salários mínimos. A título de comparação, foram juntadas informações de outras pesquisas, também realizadas em São Paulo, pelo mesmo instituto, bem como os dados da população dessa capital, na segunda coluna. Cada número representa uma porcentagem.

Tabela 34 - Perfil dos manifestantes a favor do impeachment de Dilma Roussef – São Paulo (SP) – medido em porcentagens

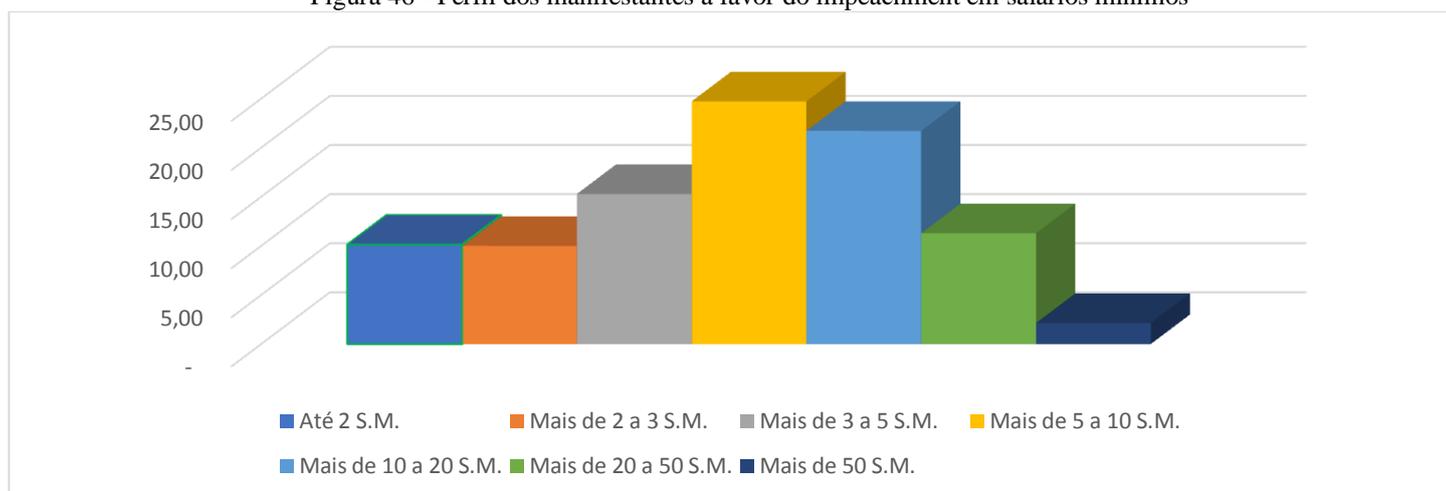
Renda em S.M.	População da cidade de SP 28 e 29/10/15	Av. Paulista 15/03/15	Av. Paulista 12/04/15	Av. Paulista 16/08/15	Lgo. da Batata 20/08/15	Av. Paulista 13/12/15	Av. Paulista até Pça. da República 16/12/15	Av. Paulista 13/03/16
Até 2 S.M.	29	7	6	6	24	6	16	6
Mais de 2 a 3 S.M.	23	7	8	8	17	8	14	8
Mais de 3 a 5 S.M.	20	15	14	13	16	12	20	17
Mais de 5 a 10 S.M.	15	27	24	25	21	25	25	26
Mais de 10 a 20 S.M.	8	22	25	25	15	26	15	24
Mais de 20 a 50 S.M.	2	16	13	14	5	14	6	11
Mais de 50 S.M.	1	3	3	3	0	4	0	2

Fonte: Pesquisa Data Folha – “Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016” (2016).

Em todos os levantamentos, o que predomina é o perfil de manifestante que recebia, à época, acima de 5 e até 20 salários mínimos, ainda que, na população de São Paulo, seu peso seja de apenas 23%.

Fazendo a média entre todas as pesquisas da tabela, é possível visualizar essa predominância no gráfico da figura 46, nas duas colunas mais altas:

Figura 46 - Perfil dos manifestantes a favor do impeachment em salários mínimos



Fonte: Pesquisa Data Folha – “Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016” (2016). Elaboração própria (2020).

Por meio dos dados acerca dos limites de renda por decil, a partir da base do WID, é possível identificar em quais decis os perfis das pesquisas do Data Folha se encaixam. A

tabela 35 traz os limites inferiores de renda de cada decil e para o top 1% em salários mínimos para o ano de 2015:

Tabela 35 - Limites Inferiores dos Decis e Top 1% (em Reais de 2018) - Dina – Brasil - 2015

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	Top 1%
Valores anuais	372,40	2.036,00	11.101,30	15.178,80	17.081,60	20.221,40	24.089,50	29.268,80	37.390,40	57.593,20	359.687,81
Valores mensais	28,65	156,62	853,95	1.167,60	1.313,97	1.555,49	1.853,04	2.251,45	2.876,18	4.430,25	27.668,29
Valores mensais em Salários Mínimos	0,03	0,17	0,94	1,29	1,45	1,71	2,04	2,48	3,17	4,88	30,47

Fonte: dados Dina (WID) (2020). Elaboração própria (2020).

A partir dessas informações, é possível enquadrar aproximadamente os perfis em salários mínimos da pesquisa do Data Folha. Seguindo a categorização desta, quem ganha até dois salários mínimos estaria dentro dos decis 1 a 6 (*ver* tabela 35). Mais de 2 até 3 salários mínimos estaria entre D7 e D8. Acima de 3 até 4 salários mínimos, estariam todos no decil 9 e, acima de 5, todos em D10. Acima de 5 salários mínimos, é necessário desmembrar D10 a fim de melhor identificar os perfis da pesquisa segundo os percentis constantes desse decil. Note-se que o top 1%, que, como se definiu na pesquisa, é aquele que efetivamente disputa renda com a imensa maioria da população (D3-D9), está acima de 30 salários mínimos, ficando entre a penúltima e a última categorias da pesquisa Data Folha. Por isso, seria interessante também desmembrá-lo. A base Dina, infelizmente, não oferece a possibilidade de desmembrar os outros percentis de D10, apenas o top 1%.

Uma observação se faz importante neste ponto. Fica evidente o surpreendente baixo nível de renda da imensa maioria da população adulta brasileira, em que mais de 80% (mais de 112 milhões em 2015) ganha até aproximadamente apenas 3 salários mínimos, isto é, menos de R\$ 3 mil em valores de 2018. Mais de 42 milhões de brasileiros adultos mal consegue ganhar um salário mínimo mensal de renda. Enquanto isso, o 1% do topo (pouco mais de 1,4 milhão) ganha mais de 30 salários mínimos mensais.

Tal desigualdade entre os que estão no topo e o restante da distribuição se torna ainda mais chocante quando se constata que a renda concentrada pelo top 1% no Brasil chega a ser superior à de países desenvolvidos no mesmo percentil, como bem aponta Morgan (2017). Este autor também destaca que os 90% mais pobres no Brasil detêm nível de renda próximo ao mantido pelos 20% mais humildes na França. As duas informações dão uma boa ideia do tamanho da desigualdade de renda no Brasil e remetem ao questionamento, feito pelo próprio

autor, de se haveria, de fato, uma classe média neste país. Por isso, e dada a enorme subjetividade dos termos, esta pesquisa não avançou no sentido de classificar os decis ou percentis em frações de classe média (baixa, média e alta), como alguns autores costumam fazer. Entende-se que estes são conceitos relativos, que podem variar infinitamente conforme a população considerada. Mais útil, portanto, para análise da desigualdade, concordando com Piketty (2014) e Palma (2011), parece ser o desmembramento da pesquisa em decis e percentis. Nesse sentido, quaisquer que sejam as conclusões aqui tomadas, estas não serão no sentido de se falar em “classes” baixas, médias (e suas frações) e altas, até mesmo para se evitar interpretações distorcidas a partir dos resultados aqui expostos. Isso não impede que se fale, entretanto, em regiões da distribuição, tais como: estratos inferiores, do meio e do topo da distribuição, sempre com o cuidado de identificar, ao menos, de quais decis se está falando; ou mesmo do conceito de classe dominante usado pelos “grandes intérpretes”, como sendo aquela que dita as regras do jogo político, o que, ao menos em teoria, não necessariamente se confunde com dominação econômica.

Feita a observação, passa-se ao desmembramento do decil 10 e do top 1%. A tabela 36 separa os limites entre os percentis de D10 e de frações menores do top 1% em números de salários mínimos mensais para o ano de 2015:

Tabela 36 - Valores Mensais em Reais em Salários Mínimos para o ano de 2015 (atualizados 2018) - Brasil – Dina

Grupamento	Percentis de D10 e Top 1%	Valores em Salários Mínimos	Categorias Data Folha em SM	Média de participação nas manifestações
D10 exceto Top 1%	90-91	4,88	3 a 5	15,29
	91-92	5,27		
	92-93	5,86		
	93-94	6,70	5 a 10	24,71
	94-95	7,88		
	95-96	9,51		
	96-97	11,75		
	97-98	14,78	10 a 20	21,71
	98-99	19,12		
	99-99.1	30,47		
Top 1%	99.1-99.2	32,94	20 a 50	11,29
	99.2-99.3	35,99		
	99.3-99.4	39,84		
	99.4-99.5	44,71		
	99.5-99.6	51,18	50 ou mais	2,14
	99.6-99.7	60,28		
	99.7-99.8	74,01		
	99.8-99.9	98,31		
	99.9-100	158,21		

Fonte: dados Dina (WID) (2020) e Pesquisa Data Folha – “Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016” (2016). Elaboração própria (2020).

Na penúltima coluna, tem-se uma aproximação dos valores da pesquisa com os percentis da base Dina, pois o limite inferior em salários mínimos não fecha exatamente com a categorização realizada pelo Data Folha. De qualquer forma, isso não altera em nada as pretensões e resultados da análise.

Como é possível ver na tabela 36, cerca de 60% dos manifestantes, a maioria, portanto, se encontra **exatamente** no grupamento que reúne a porção de D10 que está fora do top 1%, com uma pequena parte, não é possível saber quanto, mas com certeza menor do que 15%, também dentro de D9. Na primeira metade do top 1% (percentis 99 até 99,5) está a quarta maior média de participação nas manifestações, isto é, 11,29%, que, juntando com os percentis 90 a 99, soma uma média bastante elevada de 73% de presença. Somando à parcela que ganhava 50 salários mínimos ou mais, é possível observar que cerca de 75% dos manifestantes pertenciam ao grupo dos 10% do topo, com uma pequena parcela também dentro do decil 9.

Já foi demonstrado que as perdas de renda do top 1%, desde 2012, e sem recuperação satisfatória até as vésperas do impeachment, possivelmente tenham tornado este setor altamente insatisfeito com o governo conduzido, na época, por Dilma Roussef, posição que se aproxima da de Marquetti *et al* (2016)⁸³. Entretanto, como sugerido aqui, dificilmente este grupo se dirigiria em peso às manifestações de rua. Pelos motivos já expostos, a hipótese é de que tenham se reservado mais ao apoio financeiro a tais protestos. De fato, a representação dessa metade inferior do top 1% foi de 11,29%, o que não deixa de ser, proporcionalmente, importante, dado que, pela própria pesquisa do Data Folha, esse estrato representava apenas 2% da população de São Paulo. Como será demonstrado a seguir, mesmo essa faixa mais baixa do top 1% deveria ser considerada a parte, dado o peso muito menor de sua renda dentro desse percentil.

Concentrando-se um pouco no grupo de D10 que está abaixo do top 1%, que é o que compôs a maioria dos manifestantes na Avenida Paulista descontentes com o governo,

⁸³ Existem outras interpretações possíveis para as causas econômicas relacionadas à crise política instaurada no Brasil em 2015. O debate acerca do crescimento *wage-led* ou *profit-led*, isto é, puxado pelo crescimento dos salários ou dos lucros, está relacionado ao que Marquetti *et al.* (2016) trazem. Os defensores da teoria social-desenvolvimentista, por exemplo, partem da concepção sobre *wage-led*. Já os chamados Novos Desenvolvimentistas partem mais da concepção acerca do *profit-led*. No âmbito marxista, existe a discussão sobre os ciclos de Goodwin, da inter-relação entre a dinâmica salarial e a dos lucros, em forma de ciclos, que é citado por Marquetti *et al.* (2016). Enfim, haveria muito espaço ainda para um maior debate teórico acerca do assunto, o que, obviamente, não será possível aqui, por questões de espaço e por se afastar um pouco do escopo da pesquisa. Para uma crítica ao modelo de *wage-led*, ver Foley, Michl e Tavani (1999).

segundo o Data Folha, é possível identificar, a partir dos dados Dina, que, da mesma forma que o top 1%, esse estrato experimentou perdas no primeiro mandato de Dilma Rouseff. Após três anos de alta em sua renda média mensal antes dos impostos, o D10 exceto top 1% teve dois tombos expressivos: -2,14% e -5,41%, em 2014 e 2015, respectivamente. O grupo, portanto, quando das manifestações, amargava uma queda de cerca de -7,5% em sua renda média, quase mil reais a menos *per capita* por mês. No total, o grupo perdeu mais de R\$ 74 bilhões, uma perda bastante elevada em muito pouco tempo. Em termos de participação na renda, a queda de 2012 para 2015 foi de -1,73%. Em 2014, ano eleitoral, as perdas desse grupamento só não foram maiores em termos percentuais do que as do decil 4, estando muito próximas, aliás, das deste. Ou seja, tudo indica que também fosse um grupo insatisfeito com o governo à época e, diferentemente da maioria do top 1%, propenso a ir para as ruas protestar. Embora dentro do mesmo decil, entretanto, os que estão fora e dentro do top 1% apresentam enormes diferenças de renda. Para se ter uma ideia, o nível *per capita* de renda do top 1% em relação à porção de D10 que está abaixo é mais de nove vezes maior. Enquanto um recebia cerca de R\$ 124 mil anuais em 2015, o outro grupo recebia R\$ 1,14 milhão. Mesmo os 11,29% presentes nas manifestações correspondentes aos percentis 99 a 99,5 (a metade inferior do top 1%) recebiam muito menos do que os que estão acima dentro do percentil “mais rico” (metade superior do top 1%): cerca de R\$ 500 mil *per capita* anuais ante R\$ 2,17 milhões. Ou seja, a metade inferior do 1% do topo estava muito mais próxima, em nível de renda, dos que estão na parte de baixo do decil 10 do que daqueles que estão ainda mais no extremo superior da distribuição.

Especificamente quanto a D9, não se nega que alguns de seus membros, especialmente os mais próximos de D10, estivessem insatisfeitos com o governo a ponto de participarem das manifestações (em percentual certamente inferior a 15%, e provavelmente muito abaixo disso), entretanto não é possível enquadrá-lo totalmente nesse posicionamento favorável ao impeachment, já que, à diferença de D10 e do top 1%, o decil 9 teve aumento na participação na renda entre 2011 e 2014: 2,76%, enquanto o decil 10 perdeu 3,4% e o top 1%, 7,06%. Assim, conforme o próprio Data Folha demonstra, a insatisfação era muito maior no topo da distribuição do que no meio.

Embora tenha percebido perdas nos anos imediatamente precedentes, o grupo que esteve envolvido nas manifestações a favor do impeachment de Dilma Rouseff é justamente um dos que mais se beneficiou no conjunto dos governos do Partido dos Trabalhadores, isto é, a fração formada pelo decil 10 exceto o top 0,5%, ou, o que dá no mesmo, D10 exceto a

metade superior do top 1%. Como visto na subseção 4.5.1, D10 e o top 1%, de 2001 a 2015, aumentaram sua distância em relação a todos os demais decis, ou seja, ficaram “mais ricos” em relação a estes, informação que também pode ser encontrada em alguns estudos já mencionados aqui - Morgan (2017), Medeiros *et al* (2014), Gobetti e Orair (2017). A imensa maioria (90%), que recebia, em 2015, até pouco mais de três salários mínimos, constituiu apenas em torno de 20% dos que participaram desses protestos. Também os que recebiam acima de 50 salários mínimos, ou seja, a metade superior do top 1%, tiveram pouquíssima participação física nas manifestações: cerca de 2%. É inegável, entretanto, que a imensa maioria dos manifestantes estava concentrada no extremo mais alto da distribuição, especificamente acima dos 90% “mais pobres” e abaixo do 0,5% “mais rico”.

Esse grupo formado por D10 exceto o top 0,5%, que foi o que efetivamente participou das manifestações de rua pró impeachment (cerca de 70%), de 2001 a 2015, aumentou sua renda *per capita* em aproximadamente de 18,5%, acima da média geral, que foi de 15%. De 2013 para 2015, entretanto, esse grupamento teve uma queda estrondosa em sua renda *per capita*: quase -20%. Nenhum outro grupo perdeu tanto. Para se ter uma ideia, a média geral ficou em queda de cerca de -8,5%, menos da metade, portanto.

Chega a ser surpreendente o grau de confirmação que os levantamentos do Data Folha fornecem a esta pesquisa. Embora, com certeza, sua representatividade possa ser questionada de inúmeras formas, parece não haver dúvidas de que, ao menos, ela fornece uma excelente aproximação fática das constatações que surgem aqui a partir dos dados Dina.

Mais do que isso, os números desses levantamentos de rua dão condições de traçar um entendimento maior do que vinha sendo antes esboçado em termos do estabelecimento de uma dinâmica geral de relacionamento entre os decis, isto é, o espelhamento entre D3-D10 exceto top 1%, de um lado, e o top 1%, de outro. Nessa disputa, o top 1% tenderia a prevalecer, apresentando picos de participação na renda, às expensas do outro grupamento, nos anos de 2002, 2006, 2008, 2011 e 2015. Como demonstrado, contudo, esse percentil teve uma forte queda em sua renda em 2012, da qual não se recuperou, pelo menos, até o final da série.

O que os números do Data Folha mostram é que, não vendo condições de intervir na política para recuperar suas perdas, o top 1% tomou outra atitude, isto é, resolveu participar, seja na forma de apoio financeiro, seja presente fisicamente, das manifestações populares exigindo a saída da presidente então recentemente empossada. Por certo, que essa atitude do top 1%, como já não é novidade na cena política brasileira, haja vista, por exemplo, 1964,

logrou cooptar o restante do decil 10, de renda mais baixa (média de cerca de R\$ 9.775,00 mensais em 2015), e possivelmente algumas frações superiores de D9. Como se disse, há indícios de que essa cooptação teria ocorrido principalmente através das redes sociais, tendo como intermediários grupos tais como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, que organizavam e promoviam as manifestações, além da insuflação das massas por meio de *fake news*, que, desde então, se tornaram praxe na cena política brasileira e foram responsáveis pela veloz ascensão da chamada “extrema direita”, que levaria Jair Bolsonaro ao poder dois anos depois.

A conclusão, portanto, se afasta daquela esboçada por Morgan (2017, p. 22), que cogita como principal causa da perda de apoio ao Partido dos Trabalhadores a insatisfação dos 40% do meio, que estariam, em sua visão, “espremidos”. Como já apontado (ver tabela 10), entre 2001 e 2015, mesmos anos considerados por Morgan (2017), foram somente os decis 1, 8 e 9 que tiveram perdas em participação. A constatação da aderência ao impeachment, entretanto, deveria levar em conta nem tanto todo o período de análise, mas efetivamente um contexto histórico mais próximo ao evento em si. Nesse sentido, o que se verifica neste trabalho é uma queda consistente na renda média do decil 10 entre 2013 e 2015, incluindo o top 1%, que, em termos per capita, foi o que mais perdeu entre 2012 e 2015: -8% em termos reais. A rigor, como demonstrado na subseção 4.5.4, entre 2011 e 2014, **todos** os estratos do topo, mesmo quando se considera percentis, centésimos e milésimos, perderam participação na renda, fenômeno extremamente raro em se tratando de Brasil. Ora, as pesquisas do Data Folha parecem justamente expressar a hipótese da insatisfação do polo mais alto da distribuição pela queda em sua renda *per capita*, apontando que a grande maioria dos participantes das manifestações se situava nos estratos superiores, e não no suposto “meio espremido” de Morgan (2017).

A via de interpretação de Marquetti *et al* (2016) se coaduna mais com a aqui posta, com a ressalva já feita de que tais autores basearam sua análise numa perspectiva funcional da renda, diferentemente desta pesquisa, que se orienta pelo exame da distribuição pessoal, especificamente, entre diferente decis e percentis da população. A aproximação a que aqui se refere ocorre na medida em que, para estes autores, teria sido justamente a perda da lucratividade, sabidamente concentrada nos estratos mais abastados da população, a principal causa de insatisfação que teria culminado na crise política de 2015. Tal fato teria representado a ruptura do pacto político que teria possibilitado o avanço das políticas de redistribuição de renda adotadas pelos governos Lula, entre 2003 e 2010. Esse “pacto” daria conta de um

preceito maior na história política e econômica brasileira: a de que a renda e a riqueza dos que mais concentram devem permanecer “intocadas” e é o mesmo que esteve presente, como bem ressaltou Kerstenetzky (2019, p. 306), no processo constituinte entre 1987-1988, quando a “hipótese política: gastos sociais, sim, mas tributação progressiva, não” prevaleceu.

Por outro lado, aqui, toma-se uma via de interpretação diferente também da que Souza (2018) tomou para avaliar as mudanças na concentração de renda no topo da distribuição em períodos anteriores da história brasileira: Estado Novo, o “interregno democrático” (1945 a 1964), na Ditadura Militar e anos 1980, com a redemocratização e o processo constituinte. A posição aqui é no sentido de afirmar que foram as variações na renda, a partir de 2012, que levaram à mudança institucional, consolidada no impeachment de Dilma Roussef e na veloz ascensão de grupos identificados como de “extrema direita”, e não o inverso, posição que é corroborada pela análise de Marquetti *et al* (2016). Por certo que estas variações na renda dos mais aquinhoados se fossem de curta duração, como em 2009, talvez não tivessem levado à mudança institucional. Foi preciso que as perdas perdurassem por quatro anos e ainda passassem por um processo eleitoral para que houvesse tempo suficiente para eliminar qualquer perspectiva de recuperação das perdas nos que estão no topo, o que, mais uma vez, explicaria a colocação de Palma (2011) de que as reduções da desigualdade na América Latina são movimentos esporádicos e momentâneos, sem qualquer tendência definida de longo prazo. O que se verificaria, no longo prazo, isto sim, seria a manutenção dos elevados níveis de desigualdade.

Claro, que a constatação somente permite avaliar esse episódio específico da história brasileira, de modo que a colocação não chega a ser uma crítica às conclusões a que Souza (2018) chegou para a análise de outros momentos de mudança institucional no Brasil. Talvez seja algo a se investigar futuramente, se não teriam sido as alterações na apropriação de renda pelos estratos mais abastados que teriam levado à mudança institucional quando do estabelecimento do Estado Novo, do “interregno democrático”, da Ditadura Militar ou da redemocratização e o processo constituinte, e não o inverso, como sugeriu Souza (2018).⁸⁴

Trata-se, de certa forma, na mesma linha de Marquetti *et al* (2016) de uma reafirmação de um dos postulados mais importantes da teoria de Marx (2013a): a infraestrutura determinando, em última instância, a superestrutura, isto é, as relações econômicas moldando as ideias predominantes na sociedade, enfim, dando os rumos das mudanças institucionais

⁸⁴ Na obra aqui referenciada, Souza (2018) deixa tal perspectiva transparecer, por exemplo, nas páginas, 235, 236, 284, 345, 346, 361, 362, 377, 378. Uma análise mais aprofundada das interações entre a distribuição de renda e a mudança institucional, por certo, deveria levar em conta a complexidade da estrutura econômica. Nesse sentido, uma abordagem bem interessante é a de Hartmann *et al*. (2017).

quando isso se fizer necessário. Para Marx (2013a), a superestrutura tem o papel fundamental de manutenção do *status quo*, ou seja, da estrutura de dominação existente na sociedade, mas é somente a infraestrutura que fornece as condições para que a classe dominante use a superestrutura a seu favor. A manutenção do *status quo*, diga-se de passagem, já foi denunciada pelos intérpretes do Brasil como objetivo dos grupos dominantes ao longo de sua história⁸⁵. Em resumo, as relações econômicas é que determinam o estabelecimento das relações institucionais.

Nesse aspecto, da origem econômica da mudança institucional, quatro fatos ressurgem como candidatos ao protagonismo na explicação da origem da crise política iniciada em 2015. Tais fatos, de fundo econômico, teriam ocorrido durante a maior parte do primeiro mandato de Dilma Rousseff:

- a) queda na taxa de lucro;
- b) diminuição da renda dos mais ricos;
- c) queda na demanda chinesa por *commodities*;
- d) aumento dos gastos com o PBF.

Uma análise minuciosa seria necessária, certamente, para dar conta do quanto tais variáveis contribuíram para que se chegasse, em 2015, ao alto grau de insatisfação dos estratos de rendimentos mais altos em relação ao governo Dilma Rousseff. No entanto a queda na taxa de lucro, com os progressivos aumentos no salário mínimo, pressionando os custos de produção, e o esgotamento da capacidade instalada (Marquetti, 2016), e a diminuição da renda dos mais ricos, como aqui demonstrada, entre os anos de 2012 e 2015, justificam-se por si só. A insatisfação dos estratos mais abastados quanto a essas duas mudanças na conjuntura econômica seria uma consequência um tanto quanto óbvia.

Os outros dois fatores, queda na demanda chinesa por *commodities* (CUNHA; LÉLIS; LINCK, 2019) e o aumento dos gastos com o Bolsa Família, entretanto, poderiam ser relacionados aos anteriores, pelo impacto gerado nas contas públicas, impossibilitando que o governo continuasse mantendo o compromisso firmado na Carta ao Povo Brasileiro, de Lula, em 2002. A bandeira da redistribuição mais igualitária da renda foi sempre a principal dos governos petistas (FONSECA *et al.*, 2018) e não foi abandonada por Dilma, mesmo com a piora do cenário internacional, relacionado à política agressiva de juros nos Estados Unidos e o esgotamento da demanda chinesa por *commodities* brasileiras. Pelo contrário, como se viu

⁸⁵ Celso Furtado (1961, 1983), Caio Prado Jr. (1970), Raymundo Faoro (1979), Florestan Fernandes (1981), Sérgio Buarque de Holanda (1976) e Fernando Henrique Cardoso (1980), conforme já discutido no Referencial Teórico.

neste estudo, as transferências do Bolsa Família, no governo Dilma, foram largamente ampliadas, com resultado positivo, reduzindo consistentemente a desigualdade até 2014. A piora do cenário externo, entretanto, levou o governo à adoção de medidas *contracíclicas* (FONSECA, 2018, p. 2 e 15), que resultaram na ruptura do compromisso, que vinha desde FHC, na manutenção do tripé macroeconômico – “taxas reais de juros elevadas, resultado primário positivo nas contas públicas e câmbio apreciado”. As políticas assim adotadas, como demonstraram Marquetti *et al.* (2016), levaram à mudança da dinâmica econômica que resultou na derrubada da taxa de lucro e, por fim, na crise política de 2015. Neste ano, num processo iniciado já em fins de 2014, a resposta do governo à piora das contas públicas e à derrocada da taxa de lucro foi a adoção de políticas de cunho neoliberal (MARQUETTI *et al.*, 2016), tendo como resultado inequívoco a interrupção da tendência consistente de redução da desigualdade que vinha desde 2007 (-9,13% pela Palma Ratio e -23,23% pela razão top 1% / D1) e a forte concentração de renda no top 0,1%, que aumentou sua participação em 6,64%, quando a média geral foi de queda de -2,84%. Os quatro fatos, assim, podem ser facilmente conectados para explicar a radical mudança institucional ocorrida no Brasil em 2016.

O impeachment de Dilma Rousseff tirou do poder o Partido dos Trabalhadores, após mais de uma década. Os dados demonstram que se tratou de um movimento essencialmente elitista, no sentido de que esteve circunscrito aos “mais ricos” da população brasileira, que, insatisfeitos com sua situação econômica, desde o início do primeiro mandato de Dilma, resolveram, lembrando mais uma vez Sérgio Buarque de Holanda (1976), **virar a mesa**.

Ainda assim, cabe ressaltar, a pesquisa não tem a intenção de tratar os eventos políticos de 2015 e 2016 como “ação orquestrada das elites”. Pelo contrário, tentou-se deixar claro que se trataram de ações levadas a cabo especificamente pelos componentes do estratos correspondentes a D10 exceto o top 0,5% e levantou-se a hipótese de que os membros pertencentes ao top 1% tenham atuado, em sua grande maioria, nos meses de véspera do impeachment, no papel importante de financiadores de tais manifestações.

Tal hipótese de participação indireta por meio de apoio predominantemente financeiro do top 1%, especialmente o 0,5% do topo, foi levantada com base não apenas na constatação das perdas a partir de 2012 e das pesquisas do Data Folha, mas também na teoria dos “grandes intérpretes do Brasil” e, de forma menos direta, em Marquetti *et al.* (2016), conforme discutido acima.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se se pudesse resumir os anos 2000 no que diz respeito à desigualdade, seria possível dizer, concordando com Souza (2018) e Morgan (2017), que pouco se mudou em relação ao que sempre ocorreu no Brasil. Os “mais ricos” continuaram se aproveitando das maiores porções da renda e os “mais pobres” continuaram com as “migalhas”. Entretanto, embora o Partido dos Trabalhadores tenha mantido a “tradição” brasileira de não mexer na renda dos mais ricos, tendo, porém, atuado fortemente para elevar a dos mais pobres, entre os anos de 2007 e 2014, o Brasil vivenciou um período raro em sua história, de efetiva redução da desigualdade, com aumento na participação dos mais humildes e redução na parcela apropriada pelos que estão no topo. Tal tendência, entretanto, foi abruptamente revertida com atuação direta de grupos dominantes na cena política, seja pela brusca mudança na condução da economia com medidas de cunho neoliberal a partir de 2015, resultando em forte concentração de renda, seja no patrocínio e participação direta no impeachment da presidente, e, por fim, pelo avanço da extrema direita nos anos imediatamente subsequentes.

Neste trabalho, buscou-se demonstrar que a tentativa de enquadrar a situação brasileira em uma teoria mais geral, que contemple países mundo a fora, por meio da construção de um indicador da desigualdade que seja universal, é infrutífera. A situação brasileira é peculiar porque existe um grande abismo de renda entre 90% da população e o 1% do topo. No meio desse abismo, há uma pequena parcela que concentra níveis intermediários de renda, mas insignificante em números médios se comparados aos que estão mais acima. É justamente esse abismo que coloca o Brasil nas posições mais elevadas da desigualdade no mundo, que faz com que se lance a pergunta: existe realmente uma classe média no Brasil? Talvez sim, mas, se sim, certamente esta deveria ser vista como tão ínfima que não faria sentido se falar em uma disputa entre ela e o topo da distribuição ou mesmo que tenha sido espremida. A disputa que se dá, neste país, é entre “pobres” e “ricos”, entre a imensa maioria e aqueles que concentram mais de 55% da renda total, ou seja, o decil 10.

Mais de meio século depois, ainda se aplica perfeitamente bem, no contexto atual, a interpretação cepalina de que a persistência do baixíssimo nível salarial da imensa maioria da população nos países periféricos, como o Brasil, seria a chave para entender a auto reprodução da situação de subdesenvolvimento, da qual, sem dúvida, é parte inerente a própria desigualdade socioeconômica⁸⁶. Os níveis extremamente altos de informalidade só

⁸⁶ Aproxima-se desta interpretação a ideia de “círculos viciosos” de Hirschman e Rothschild (1973).

vêm a reforçar a necessidade de uma mudança radical da estrutura econômica, com vistas a alterar os abismos sociais existentes. A qualificação do emprego deveria ser tratada seriamente como medida de efetivo combate à desigualdade social, com efeitos duradouros sobre a economia. Contudo, para geração e qualificação do mercado de trabalho formal, no mesmo sentido de Cimoli *et al.* (2015)⁸⁷, são necessárias políticas mais amplas e profundas com vistas à mudança estrutural, que tenham como resultado o aumento da produtividade, que vem sofrendo fortes quedas há décadas no país. Isso exigiria, como diriam Nurkse (1957) e Myrdal (1968), uma forte atuação do Estado, como organizador da economia, algo que, infelizmente, não se tem visto ser tendência no contexto atual brasileiro, muito antes pelo contrário (Bielschowsky, 2006). Este tema, contudo, tendo em vista o alargamento do escopo de pesquisa que ele envolve, é mais um que merece ser aprofundado, o que não se faz possível aqui.

Essa mudança necessária, contudo, não ocorre por meio de estímulos pontuais à geração de empregos. Não é à toa que a situação de extrema desigualdade persiste no Brasil. Na mesma linha de Piketty (2014), a economia deixada por si só não atenuará essa situação, ao contrário, prevalecerão as forças divergentes sobre as convergentes. Concordando, entretanto, com a ressalva de Palma (2011), a **economia deixada por si só** não pode significar que se está retirando de cena a atuação de seres humanos. Estes, afinal, estão dotados de um *ethos* de classe que os separa, no final das contas, dentro da disputa pela renda no Brasil, entre dominantes e dominados, como diriam Florestan Fernandes (1981) e Caio Prado Jr. (1970).

A prevalência da desigualdade no Brasil como uma de suas marcas mais arraigadas durante toda sua história não se deve a simples mecanismos automáticos da economia. Se deve, isto sim, a relações imbricadas e duradouras que certos grupos econômicos têm com o poder político, a ponto de terem condições, de tempos em tempos, de “virar a mesa” e interferir diretamente na vida institucional do país, na linha de interpretação de Sérgio Buarque de Holanda (1976), alterando a representatividade como melhor convier a seus interesses econômicos, logrando, para isso, cooptar outro grupo de menor renda, pequeno, mas expressivo o suficiente para lotar ruas e avenidas, e isso tudo completamente à mercê da vontade da maioria, dos 90% “mais pobres”.

Aqui foram detectados os movimentos dos decis e tentou-se tecer algumas explicações de seus desdobramentos, inclusive na cena política. Por limitações de dados, não foi possível

⁸⁷ Ver também Cimoli e Porcile (2011) e Bielschowsky (2006).

identificar quem realmente está por trás dos números. A Receita Federal disponibiliza tabelas de dados por ocupações dos declarantes. Isto, contudo, não dá muitas condições de aprofundar a análise, tendo em vista que os grupamentos escondem diferenças enormes dentro de uma mesma ocupação. Por exemplo, quando se fala em “empresário”, isso pode estar abrangendo desde um microempreendedor individual até um dono de uma grande empresa. Este é um ponto em que a forma de organização e disponibilização dos dados poderia auxiliar em muito no avanço da pesquisa científica acerca da desigualdade no Brasil, servindo, inclusive, para orientar melhor as políticas públicas.

A desigualdade é tema que dificilmente poderá ser inteiramente enquadrado em qualquer teoria geral ou mesmo em um índice, nem curva de Kuznets, nem Gini, nem Palma, nem qualquer outro. Por ser um conceito que envolve relação entre estratos de uma população, as análises podem variar seus critérios de maneiras possivelmente infinitas, dada a imensa quantidade de frações populacionais possíveis, bem como a enorme gama de relações que se pode estabelecer entre elas. Para piorar, isso varia muito de um país para outro, ou até dentro de um mesmo território nacional. Por isso, qualquer tentativa de generalização estará sempre fadada à crítica fundamentada, por não se aplicar a um caso concreto ou outro, ou ainda por não considerar outros ângulos ou outras formas de medição que, talvez, melhor explicassem a evolução da desigualdade de determinado país ou região.

Por isso, a melhor abordagem tenderá a ser aquela que busca analisar em profundidade os diferentes estratos de um país, delimitando o máximo possível as menores unidades de análise. Nesse sentido, o trabalho feito pelo WID (*World Inequality Database*) é realmente um grande avanço nesse campo de conhecimento, pela facilidade com que possibilita evoluir na análise dos decis e percentis. Claro que ainda há muito a se melhorar. Por exemplo, no caso específico do Brasil, só existem séries de renda, estando ausentes os dados relativos ao estoque de riqueza. Por outro lado, os dados relativos à renda se referem a período relativamente curto de análise: 2001 a 2015. Certamente, entretanto, a base só tende a melhorar e o que há de material disponível já é o bastante para se analisar um período de grandes transformações na sociedade brasileira, a exemplo do que se tentou fazer aqui.

De maneira alguma, a ausência de um indicador limitará, como alguns poderiam pensar, a comparabilidade com outros países. Pelo contrário, a análise tenderá a ser menos enviesada, pois poderá ser feita no mesmo nível de detalhe, sem desconsiderar características próprias de cada país. Com certeza, será mais trabalhosa, mas, em compensação, também será

mais rica em significado e, assim, com muito maior efetividade na orientação de tomadas de decisões políticas.

Se o objetivo, entretanto, for elaborar *rankings* entre os países, como comumente se vê acontecer há anos, não faltarão formas ou critérios de análise ou relações entre frações de renda que sirvam a tal propósito. Talvez, neste caso, o índice de Gini continue a ser uma opção, pouco elucidativa, isto é verdade, dos estratos que realmente são responsáveis pela desigualdade ou que necessitam maior atenção por parte das políticas públicas. Nesse sentido, ainda que não sirva para elucidar adequadamente a evolução da desigualdade no Brasil, nos anos 2000, a Palma Ratio pode ser mais aconselhada. Ainda assim, entretanto, o risco em se esconder dinâmicas específicas das frações de renda permanece, tanto com o Gini, quanto com a Palma Ratio, como aqui se demonstrou.

O fato é que a elaboração de *rankings* mundiais de desigualdade pouca efetividade tem tido na orientação de políticas públicas. Estas somente serão bem orientadas se se fundamentarem numa análise profunda, detalhada, das menores frações de renda que se possam estabelecer de uma população. Afinal, cada país tem a sua dinâmica de disputa pela renda, e isso está relacionado a sua história e cultura específicas, dificilmente enquadráveis em um *ranking*.

A constatação de uma dinâmica própria do caso brasileiro, como a que aqui se chegou, pode muito bem não ser verificada em outro país, e é aí justamente que reside a riqueza da análise comparativa, na diferenciação, e não no encaixe forçado a uma teoria geral ou a um indicador que se pretenda universal. Nesse sentido, a metodologia se aproxima mais dos trabalhos de Morgan (2017) e Souza (2018), embora se tenha chegado a conclusões um tanto quanto diferentes, isso porque os critérios de análise não foram os mesmos. Morgan (2017), como se viu, buscou dividir sua análise em três grandes grupos da população: D1-D5, D6-D9 e D10, fazendo uma avaliação secundária também do top 1%. Já Souza (2018) se fixou nos estratos mais do topo da distribuição, pouco tratando dos que estão mais abaixo. A análise aqui empenhada buscou trabalhar com todos os estratos e num nível o mais micro possível, desmembrando decis e percentis, até onde os dados disponíveis permitiram.

Se o objetivo maior é a redução dos elevados e persistentes níveis de desigualdade no Brasil, devem ser tomadas medidas de redistribuição de renda que priorizem as camadas mais pauperizadas da população, sobretudo aquelas que estão alijadas de qualquer possibilidade de ingressar na disputa pelos fluxos monetários que escorrem pela economia brasileira, sempre em direção aos mais ricos, deixando sobras pelo caminho. Essas políticas não podem ser

apenas de gasto social, que escondem a intenção subjacente de preservar os ganhos dos que estão no topo, como tem sido feito até o presente momento desde os anos 1980 (GOBETTI; ORAIR, 2017; SOUZA, 2018, p. 365-366; KERSTENETZKY, 2019). Devem ser políticas que também retirem dos mais abastados na justa medida de suas capacidades contributivas, conforme preceitua a própria Constituição Federal (art. 145, § 1º), como um princípio basilar ao Sistema Tributário Nacional, mas que assim não vem sendo tratado pelos que governam este país. Para isso, outro não é o remédio senão a maior progressividade dos impostos, calibrando os cofres do Estado para que tenha condições de adotar medidas robustas, e não simples remendos, de redistribuição de renda aos “mais pobres”, incluindo-os na dinâmica de disputa pela renda, que não é senão outra face da própria inclusão desses estratos em níveis mais qualificados e quantificados de consumo no mercado de bens e serviços, beneficiando, assim, como externalidade positiva, todo o sistema econômico, dada, como diriam os keynesianos, sua maior propensão marginal a consumir. Essa inclusão dos mais humildes teria de vir preferencialmente pela qualificação do emprego formal, de modo a abranger-los numa rede de proteção trabalhista que os blindasse em épocas de crise, como a de 2008 e de 2015, o que, como dito antes, necessariamente exige políticas voltadas à mudança da estrutura produtiva.

Quanto à pergunta que dá título a esta dissertação, poderíamos falar em avanço na redução da desigualdade quando se constata que os 90% mais humildes viram sua distância em relação aos 10% “mais ricos” aumentar? Quando 20 milhões sequer conseguiram ganhar um salário mínimo por mês em todo o período examinado e se viram totalmente alijados de qualquer tentativa de disputa pela renda?

As constatações contidas em tais questionamentos de maneira alguma sugerem que o Partido dos Trabalhadores, que esteve no poder na maioria dos anos abrangidos pela pesquisa, não tenha tomado medidas com vistas a reduzir a desigualdade no Brasil. Pelo contrário, muito foi feito. A política de elevação do salário mínimo resultou num crescimento considerável em participação na renda dos decis 3 a 6. Excetuando-se a crise de 2015, houve avanço considerável para o decil 2, e as mudanças no Bolsa Família repercutiram fortemente não só neste, mas também para os 10% “mais pobres” de 2007 a 2014. O problema é que esse “muito” foi insuficiente para diminuir de forma duradoura a distância entre os extremos da “pirâmide social” entre 2001 e 2015, e os resultados, mais uma vez, foram temporários, sem tendência definida de longo prazo, confirmando a previsão de Palma (2011). Como discutido aqui, por óbvio, não é a simples adoção de políticas específicas em prol da igualdade que

farão com que esta venha a reduzir de forma duradoura e suficiente para diminuir essa distância. É preciso muito mais, e tais medidas passam pela reforma do Sistema Tributário, atingindo os mais abastados, por uma profunda mudança na estrutura produtiva e por um novo pacto social, que dê sustentação a um governo que venha a mexer nos ganhos dos que estão no topo, sem que, por isso, corra o risco de ser derrubado por um novo levante de grupos dominantes.

O objetivo principal deste trabalho não foi exatamente dar uma resposta definitiva à pergunta que se lhe presta ao título, mas sim fornecer elementos para uma reflexão mais expandida, que considere vários pontos de vista, que permita ao leitor tirar suas próprias conclusões e, mais do que isso, que estimule o debate acadêmico e forneça os elementos mais precisos para a adoção de políticas públicas voltadas a retirar o país da vergonhosa posição de estar entre as nações mais desiguais do mundo, em quaisquer indicadores que sejam usados.

Superar a desigualdade exige um esforço coletivo, em que uma ampla parcela da sociedade esteja engajada. Exige, como primeiro passo, antes de qualquer medida, que o problema seja reconhecido como uma questão a ser superada por toda a coletividade e que, uma vez atingido esse objetivo, os resultados beneficiarão a todos, tal como as experiências das nações mais desenvolvidas demonstram.

REFERÊNCIAS

AHLUWALI, Montek. Inequality, poverty and development. **Journal of Development Economics**, Rhode Island, v. 4, n. 3, p. 307-342, 1976.

ALSTON, Lee J. *et al.* **Changing social contracts: beliefs and dissipative inclusion in Brazil**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2012.

ALVAREZ, Albino R.. **Desenvolvimentos teóricos sobre distribuição de renda, com ênfase em seus limites**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALVAREDO, Facundo *et al.* **Distributional national accounts (Dina) guidelines: concepts and methods used in WID.world**. Paris: World Wealth & Income Database – The Source for Global Inequality Data, 2016.

ANAND, Sudhir; KANBUR, Sanjiv M. R. The Kuznets process and the inequality development relationship. **Journal of Development Economics**, Rhode Island, v. 40, n.1, p. 25-52, 1993.

ARRETCHE, Marta. Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. *In*: ARRETCHE, Marta (ed.). **Trajетórias das desigualdades: como o Brasil nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2016.

ASIMAKOPULOS, Athanasios. Introduction. *In*. ASIMAKOPULOS, Athanasios (ed.). **Theories of income distribution**. Michigan: Springer Science & Business Media, 2012a.

ASIMAKOPULOS, Athanasios. Post-Keynesian theories of distribution. *In*. ASIMAKOPULOS, Athanasios (ed.). **Theories of income distribution**. Michigan: Springer Science & Business Media, 2012b.

ATKINSON, Anthony B. Bringing income distribution in from the cold. **The Economic Journal**, Oxford, v. 107, n. 441, p. 297-321, 1997.

ATKINSON, Anthony; PIKETTY, Thomás; SAEZ, Emmanuel. Top incomes in the long run of history. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 49, n. 1, p. 3-71, 2011. Disponível em: <https://eml.berkeley.edu/~saez/atkinson-piketty-saezJEL10.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

AVILA, Róber I.; CONCEIÇÃO, João Batista S. Teorias distributivas e a desigualdade no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 13-48, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/issue/view/12>. Acesso em: 31 maio 2020.

AZEVEDO, Laís F. de. **Ensaio sobre distribuição de renda: apreciações teóricas e análise empírica para o Brasil entre os anos 2000 e 2015**. 2019. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/197075>. Acesso em: 31 maio 2020.

BACHA, Edmar L.; BONELLI, Regis. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 25, n. 3, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/99-1.PDF>. Acesso em: 31 maio 2020.

BARROS, Ricardo *et al.* **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2010. (Texto para discussão, 1460)

BIELSHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo. **Revista de la Cepal**, Santiago, v. 88, 2006.

BLANCHET, Thomás; FOURNIER, Juliette; PIKETTY, Thomás. **Generalized Pareto curves: theory and applications to income and wealth tax data for France and the United States, 1800- 2014**. [S.l.]: PSE, 2016.

BRAFF, Allan J. Distribuição: a teoria neoclássica. In: ASIMAKOPULOS, Athanasios (ed.). **Theories of income distribution**. Michigan: Springer Science & Business Media, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo de desenvolvimento de Kaldor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 51-67, abr./jun. 1975.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. A dependência revisitada. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CASTRO, Antônio B. de. Ajustamento x transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antônio B.; SOUZA, Francisco E. P. de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CASTRO, Fábio A. de. **Imposto de Renda da Pessoa Física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Departamento Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CASTRO, Jorge A. de *et al.* (org). **Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**. Brasília: IPEA, 2012. (IPEA - Nota Técnica, 11/2012). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15361. Acesso em: 31 maio 2020.

CIMOLI, Mario. Lock-in and specialization (dis)advantages in a structuralist growth model. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, 1999.

CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel. Learning, technological capabilities, and structural dynamics. In: OCAMPO, José; ROS, Jaime (ed.). **The Oxford handbook of Latin American economics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel. **Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: un caja de herramientas estructuralista**. [Santiago]: Cepal, sept. 2013. (Serie Desarrollo Productivo, 194).

CIMOLI, Mario *et al.* **Productivity, social expenditure and income distribution in Latin America**. Santiago: Eclac, Nov. 2015. (Production Development Series, 201). Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/149-1.PDF>. Acesso em: 31 maio 2020.

COBHAM, Alex; SUMNER, Andy. **Is it all about the tails?: the Palma measure of income inequality**. Massachusetts: Center for Global Development, Sept. 2013. (Working Paper, 343).

COLIN, Denise R. A.; PEREIRA, Juliana M. F.; GONELLI, Valéria M. de M.. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CUNHA, André; LÉLIS, Marcos T. C.; LINCK, Priscila. O choque nos preços das commodities e a grande reversão pós-2014. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 3 (156), p. 427-448, jul./set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rep/v39n3/1809-4538-rep-39-03-427.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

DATHEIN, Ricardo. Estructura económica, gastos sociales, distribución del ingreso y rentabilidade em Brasil entre 2000 y 2017: un análisis de sus relaciones y de sus efectos sobre el crecimiento económico *In*: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA: 10 de años de ajuste... ¿Hacia dónde?, 16., 2018, León. **Anales [...]**. León: Universidad de León, 2018.

DOBB, Maurice. **Theories of value and distribution since Adam Smith: ideology and economic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

DRUMOND, Carlos Eduardo; PORCILE, Gabriel. Um modelo dinâmico de macroeconomia aberta com metas de inflação, conflito distributivo e equilíbrio na conta corrente. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 675-695, dez. 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ECLAC. **Compacts for equality: towards a sustainable future**. Santiago: Eclac, 2014.

FANDIÑO, Pedro; KERSTENETZKY, Celia L. O paradoxo constitucional brasileiro: direitos sociais sob tributação regressiva. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 2 (155), p. 306-327, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/155-7.PDF>. Acesso em: 31 maio 2020.

FAGNANI, Eduardo (org.). **A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas**. Brasília: Anfp; Fenafisco; São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2 ed., 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 1981.

FIELDS, Gary S. **Poverty, inequality and development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FOLEY, Duncan K.; MICHL, Thomas R.; TAVANI, Daniele. **Growth and distribution**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

FONSECA, Pedro C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. *In*: DATHEIN, Ricardo (org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FONSECA, Pedro. C. D. Prejuízo conceitual: intervencionismo não é sinônimo de desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 4-5, 6 mar. 2016. Caderno Ilustríssima.

FONSECA, Pedro. C. D.; AREND, Marcelo; GUERRERO, Glaison. **Política econômica, instituições e classes sociais**: os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil. [Porto Alegre:] [s.n.], 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326000213_POLITICA_ECONOMICA_INSTITUI_COES_E_CLASSES_SOCIAIS_OS_GOVERNOS_DO_PARTIDO_DOS_TRABALHADORES_NO_BRASIL. Acesso em: 31 maio 2020.

FONSECA, Pedro C. D.; CUNHA, André; BICHARA, Julimar. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo?. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 23, p. 403-427, maio/ago. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262510275_O_Brasil_na_Era_Lula_retorno_ao_desenvolvimentismo. Acesso em: 31 maio 2020.

FOSTER-McGREGOR, Neil; KABA, Ibrahima; SZIRMAI, Adam. **Structural change and the ability to sustain growth**. Vienna: UNIDO, 2015. (Working Paper, 19/2015).

FRANCO, Gustavo H. B. Auge e declínio do inflacionismo no Brasil. *In*: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* (org.). **Economia brasileira contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2005.

FRIEDMAN, Milton. Choice, chance, and the personal distribution of income. **Journal of Political Economics**, Chicago, v. 61, n. 4, p. 277-290, 1953. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/257390>. Acesso em: 31 maio 2020.

FRIEDMAN, Milton. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRIEDMAN, Milton. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FRIEDMAN, Milton. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998a.

FRIEDMAN, Milton. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998b.

FRIEDMAN, Milton. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FRIEDMAN, Milton. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FRIEDMAN, Milton; KUZNETS, Simon. **Income from independent professional practice**. New York: National Bureau of Economic Research, 1945.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GOBETTI, Sérgio W.; ORAIR, Rodrigo Octávio. Taxation and distribution of income in Brazil: new evidence from personal income tax data. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 37, n. 2 (147), p. 267-286, Apr./June 2017. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/147-1.PDF>. Acesso em: 31 maio 2020.

HARTMANN, Dominik *et al.* Linking economic complexity, institutions, and income inequality. **World Development**, Michigan, v. 93, p. 75-93, 2017.

HIRSCHMAN, Albert O.; ROTHSCCHILD, Michael. The changing tolerance for income inequality in the course of economic development: with a mathematical appendix. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 87, n. 4, p. 544-566, Nov. 1973.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

INTROÍNI, Paulo G. H. *et al.* Tributação sobre a renda da pessoa física: isonomia como princípio fundamental de justiça fiscal. *In*: FAGNANI, Eduardo (org.). **A reforma tributária necessária**: diagnóstico e premissas. Brasília: Anfip: Fenafisco: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018.

KALDOR, Nicholas. Alternative theories of distribution. **The Review of Economic Studies**, London, v. 23, n. 2, p. 83-100, 1955.

KALDOR, Nicholas. A model of economic growth. **The Economic Journal**, Oxford, v. 67, n. 268, p. 591-624, 1957.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas)

KALECKI, Michal. Outline of a theory of the business cycle. *In*: KELLEY, Augustus M. **Studies in the theory of business cycle**. New York: [s.n.], 1969.

KALECKI, Michal. A theory of profits. **Economic Journal**, Oxford, v. 52, n. 206-7, p. 258-267, 1942.

KERSTENETZKY; Celia L. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.42, p. 113-122, 2000.

KERSTENETZKY, Celia. **O estado do bem-estar social na idade da razão**: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2012.

KEYNES, John M.. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KINGSTON, Jorge. A desigualdade na distribuição de rendas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 7-89, 1952.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, Washington, n. 45, p. 1-28, 1955.

LAGARDE, Christine. **Erguer os pequenos barcos**. Discurso nas Grandes Conférences Catholiques, Bruxelas, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/speeches/2015/061715p.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

LAGO, Luiz A. C.do. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1974. In: ABREU, Marcelo P. (org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed.. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**: uma reafirmação. São Paulo: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, 1973.

LEWIS, Arthur W.. **O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra**. [Manchester]: The Manchester School, 1954.

LISBOA, Marcos B.; LATIF, Zeina A. **Democracy and growth in Brazil**. [S.l.]: Insper, 2013. (Working Paper WPE, 311/2013.) Disponível em: <https://www.insper.edu.br/working-papers/democracy-and-growth-in-brazil/>. Acesso em: 31 maio 2020.

MARQUETTI, Adalmir; HOFF, Cecilia; MIEBACH, Alessandro. **Lucratividade e distribuição**: a origem econômica da crise política brasileira. [S.l.]: Research Gate, out. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira. Acesso em: 31 maio 2020.

MARTINS, Norberto M.. Política monetária brasileira nos governos Dilma (2011-2016): o ensaio de ruptura e a restauração do conservadorismo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA: desafios para a economia brasileira: uma perspectiva keynesiana, 11., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Associação Keynesiana Brasileira, 2018. Disponível em: [www.even3.com.br/Anais/AKB2/88758-POLITICA-MONETARIA-BRASILEIRA-NOS-GOVERNOS-DILMA-\(2011-2016\)--O-ENSAIO-DE-RUPTURA-E-A-RESTAURACAO-DO-CONSERVADORIS](http://www.even3.com.br/Anais/AKB2/88758-POLITICA-MONETARIA-BRASILEIRA-NOS-GOVERNOS-DILMA-(2011-2016)--O-ENSAIO-DE-RUPTURA-E-A-RESTAURACAO-DO-CONSERVADORIS). Acesso em: 31 maio 2020.

MALTHUS, Thomas R. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro primeiro (I): o processo da produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro terceiro (III): o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MCCOMBIE, John S. L.; THIRLWALL, Anthony P. **Economic growth and the balance of payments constraint**. New York: Martin's Press, 1994.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G. F.; CASTRO, Fabio A. **O topo da distribuição de renda no Brasil**: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006-2012. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2479685>. Acesso em: 31 maio 2020.

MILANOVIC, Branko. **Increasing capital income share and its effect on personal income inequality**. [S.l.: s.n.], 2015. (LIS Working Paper Series).

MILL, John S. **Princípios de economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I. (Coleção Os Economistas).

MOFFATT, Mike. **Essential economics terms**: Kuznets curve controversial trickle-down theory of economic development. [S.l.]: Thought Co., 10 Apr. 2019. Disponível em: <https://www.thoughtco.com/kuznets-curve-in-economics-1146122>. Acesso em: 31 maio 2020.

MORGAN, Marc. **Extreme and persistent inequality**: new evidence for Brazil combining national accounts, surveys and fiscal data, 2001-2015. Paris: World Wealth & Income Database – The Source for Global Inequality Data -, 2017.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OCAMPO, José Antônio. The quest for dynamic efficiency: structural dynamics and economic growth in developing countries. In: OCAMPO, José Antônio. (ed.). **Beyond reforms**: structural dynamics and macroeconomic vulnerability. Washington: ECLAC: World Bank and Stanford University Press, 2005.

OCAMPO, José Antônio; RADA, Codrina; TAYLOR, Lance. **Growth and policy in developing countries**: a structuralist approach. Oxford: Oxford University Press, 2009.

OREIRO, José Luís. **Macroeconomia do desenvolvimento**: uma perspectiva keynesiana. Rio de Janeiro: LTC, 2016. v. 1.

OREIRO, José Luís. Economia pós-keynesiana: origem, programa de pesquisa, questões resolvidas e desenvolvimentos futuros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/171>. Acesso em: 31 maio 2020.

PAIVA, Carlos A. **Valor, preços e distribuição**: de Ricardo a Marx, de Marx a nós. 1998. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285773>. Acesso em: 31 maio 2020.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. *In*: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

PALMA, José Gabriel. **Has the income share of the middle and upper-middle been stable over time, or is its current homogeneity across the world the outcome of a process of convergence?**: the 'Palma Ratio' revisited. [S.l.:s.n.], 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336717035_Has_the_income_share_of_the_middle_and_upper_middle_been_stable_over_time_or_is_its_current_homogeneity_across_the_world_the_outcome_of_a_process_of_convergence_The_Palma_Ratio_revisited. Acesso em: 31 maio 2020.

PALMA, José Gabriel. **Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the 'Inverted-U'**: the share of the rich is what it's all about. Cambridge, 2011. (Cambridge Working Papers in Economics (CWPE), 1111). Disponível em: <http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

PALOTTI, Pedro; FREIRE, Alessandro. Perfil, composição e remuneração dos servidores públicos federais: trajetória recente e tendências observadas. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 8., 2015, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2237/1/009.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas; ZUCMAN, Gabriel. Capital is back: wealth-income ratios in rich countries 1700–2010. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, p. 1255-1310, 2014. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/PikettyZucman2014QJE.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

PINHEIRO, Maurício M. S. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão).

PORCILE, Gabriel; ESTEVES, Luis Alberto; SCATOLIN, Fabio D. Tecnologia e desenvolvimento econômico. *In*: PELAEZ, Victor; SZMRECSÁNYI, Tomás (org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y Algunos de sus principales problemas. **Boletín Económico para América Latina**, [S.l.], v. 7, n. 1, 1949.

REINERT, Erik; AMAIZO, Yves; KATTEL, Rainer. The economics of failed, failing, and fragile states: productive structure as the missing link. *In*: KHAN, Shahrukh; CHRISTIANSEN, Jens (ed.). **Towards new developmentalism: market as means rather than master**. New York: Routledge, 2011.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I. (Coleção Os Economistas).

ROCHA, Sonia. O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997-2009). **EconomiA**, [S.l.], v.13, n. 3a, p. 629–645, set./dez. 2012. Disponível em: http://anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap629_645.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

RODRÍGUEZ, Octavio. **La teoría del subdesarrollo de la Cepal**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1981.

ROWLEY, Robin. Economic development and income distribution. *In*: ASIMAKOPULOS, Athanasios (ed.). **Theories of income distribution**. Michigan: Springer Science & Business Media, 2012.

SANDMO, Agnar. The principal problem in political economy: income distribution in the history of economic thought. *In*: ATKINSON, Anthony B.; BOURGUIGNON, François. **Handbook of income distribution**. [S.l.]: Elsevier, 2015. p. 3-65.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHAIKH, Anwar. Income distribution, econophysics and Piketty. **Review of Political Economy**, Fort Collins, n. 29, p. 18-29, 2017.

SHAIKH, Anwar. **Some universal patterns in income distribution: an econophysics approach**. [S.l.]: Department of Economics, The New School for Social Research, Aug. 2018 (Working paper, 08/2018).

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKAF, Paulo. **Arquivos da tag: impeachment**. São Paulo: FIESP, 2016. Disponível em <http://www.fiesp.com.br/tag/impeachment/>. Acesso em: 31 maio 2020.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I e II. (Coleção Os Economistas).

SNOWDON, Brian; VANE, Howard R. **Modern macroeconomics: its origins, development and current state**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

SOUZA, Pedro H. G. F. de. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.

STIGLITZ, Joseph. Justice for all?: how inequality is eroding the rule of law. **Verdict**, [s.l.] v. 22, n. 2, abr. 2016. Disponível em: <https://www8.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/articles-opeds>. Acesso em: 31 maio 2020.

STIGLITZ, Joseph. Meet the ‘Change Agents’ who are enabling inequality. **New York Times**, New York, 20 Aug. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/08/20/books/review/winners-take-all-anand-gridharadas.html>. Acesso em: 31 maio 2020.

STIGLITZ, Joseph. **O preço da desigualdade**. Lisboa: Bertrand, 2014.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

TOKMAN, Victor E. Modernizing the informal sector. *In*: OCAMPO, José Antonio; JOMO, K. S. **Towards full and decent employment**. [S.l.]: Orient Longman; Zed Books; TWN, 2007.

VERGNHANINI, Rodrigo. **Do crescimento inclusivo ao círculo vicioso: a experiência brasileira recente (2004-2015) a partir de uma abordagem integrada do desenvolvimento**. 2018. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331352>. Acesso em: 31 maio 2020.

WEISSKOPF, Thomas E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar US economy. **Cambridge Journal of Economics**, [Cambridge], v. 3, n.4, p. 341-378, 1979.

WELDON, John C. The classical theory of distribution. *In*: ASIMAKOPULOS, Athanasios (ed.). **Theories of income distribution**. Michigan: Springer Science & Business Media, 2012. p. 15-48.

WERNECK, Rogério L. F. Alternância política, redistribuição e crescimento, 2003-2010. *In*: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

WICKSELL, Knut. **Lectures on political economy**: v. 1: general theory (1934): v. 2: money (1935). London: Routledge and Kegan Paul, 1906.

WICKSTEED, Philip. **An essay on the co-ordination of the laws of distribution**. London: Macmillan & Company, 1984.

WILLIAMSON, Jeffrey G. Latin American inequality: colonial origins, commodity booms or a missed twentieth-century leveling?. **Journal of Human Development and Capabilities**, Brewster, v. 16, n. 3, p. 324-341, 2015. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w20915.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

YAKOVENKO, Victor M.; ROSSER JR, Barkley. Colloquium: statistical mechanics of money, wealth and income. **Review of Modern Physics**, [s.l.], v. 81, n. 1.703, 2009.